



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

HERBERT FARIAS BARRETO MENDES

A DOXA CONSERVA DOS COMENTARISTAS POLÍTICOS DA JOVEM PAN

São Cristóvão (SE)

(2024).



HERBERT FARIAS BARRETO MENDES

A DOXA CONSERVADORA DOS COMENTARISTAS POLÍTICOS DA JOVEM PAN

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior

São Cristóvão (SE)

(2024)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M538d Mendes, Herbert Farias Barreto
A *doxa* conservadora dos comentaristas políticos da Jovem Pan / Herbert Farias Barreto Mendes ; orientador Péricles Morais de Andrade Júnior. – São Cristóvão, SE, 2024.
206 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Sociologia – Aspectos políticos. 2. Opinião pública. 3. Polarização (Ciências sociais). 4. Comunicação de massa. 5. Guerra de informação. 6. Cultura – Aspectos políticos. 7. Jovem Pan (Estação de rádio : São Paulo, SP). I. Andrade Júnior, Péricles Morais, orient. II. Título.

CDU 316.774:32

HERBERT FARIAS BARRETO MENDES

A *DOXA* CONSERVADORA NOS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DA JOVEM PAN

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Esta dissertação foi julgada e aprovada pela comissão abaixo assinada em 20 de Janeiro de 2025.

São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Prof., Dr. Péricles Moraes de Andrade Junior -
Orientador. Universidade Federal de Sergipe.

Prof., Dr. Flávio Henrique Calheiros Casimiro -
Membro Externo. IFSUL de Minas.

Prof., Dr. Marco Aurélio Dias de Souza. -
Membro Interno. Universidade Federal de
Sergipe.

Dedicatória:

À minha filha Sofia, que honre o nome.

Agradecimentos:

Às queridas professoras Jone e Ana, da antiga alfabetização e representando o campo das ideias no ensino básico, e à Zilda antes delas no meu pré-escolar: o começo de tudo.

Aos docentes do curso de ciências econômicas da UESC na pessoa do professor Alessandro Santana, hoje reitor da UESC.

Aos docentes da Licenciatura em História na UESC nas pessoas de Katia Vinhático, Flavio Gonçalves, Marcelo Lins e Rodson Dantas.

Aos docentes do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas/Humanidades da UFSB nas pessoas de Guilherme Foscolo, Marcio Carvalho, Regina Oliveira, Paulo Bento e Francismary Alves.

Aos docentes da faculdade de Direito da UFSB nas pessoas de Cristina Pazó, Carolina Bessa, Patrícia Del Nero, David Fonseca e do ex-professor Fabio Bosa.

À equipe docente da Especialização em Direito Constitucional da Estácio na pessoa de Mariana de Freitas.

E, fechando o campo das ideias, cumprimentos especiais ao corpo docente e servidores do mestrado no programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe nas pessoas de Péricles Andrade, Marco Aurélio e Marina Sartore.

No campo da materialidade e da afetividade, agradeço a minha mãe, Ednea, pelo carinho e apoio incondicional. Também ao meu pai, Valdir, aos meus tios e tias em nome de Célia e Márcia, minha namorada Carla, meu irmão Herberdan, e a todos confrades.

“Nem a riqueza e nem o poder, apenas a Arte e a Ciência perduram.” (Tycho Brahe)

SUMÁRIO

1- Introdução	10
2 - Modelo de análise: Da Formação da Opinião à Radicalização do Discurso.	18
2.1 - A formação da opinião e a tomada de posição política.	18
2.2 - Esfera Pública e Mdiatização	26
2.3 - A relação das tecnologias de informação e as “guerras culturais”	29
2.4 - Fatiando a guerra cultural em camadas	32
3 - Da correspondência qualitativa entre os posicionamentos políticos e as classes sociais.	38
3.1 - A Cidadania e a República no Brasil	39
3.2 - O Capitalismo de associação dependente e a cooptação simbólica da classe média.	43
4 - Capítulo Empírico: A Inserção e o Discurso da Jovem Pan nas Novas Mídias.	49
4.1 - A posição da Jovem Pan no campo midiático e seu corpo editorial.	50
4.2 - Os comentaristas de política do jornalismo da Jovem Pan, suas posições neste campo e a perspectiva da análise discursiva em Pierre Bourdieu.	60
4.2.1 - Liberdade individual, segurança pública e punitividade do Estado: Análise do vídeo “Debate Completo Sobre o Porte de Armas”	62
4.2.2 – Sobre a moralidade pública: drogas e aborto. Análise do vídeo: Rosa Weber vota pela descriminalização do aborto.	75
4.2.3 - Análise do vídeo: O STF pode liberar o uso de drogas?	83
4.2.4 – Da Liberdade Econômica: reforma tributária e taxaão das grandes fortunas.	96
4.2.5 – Da liberdade política e relações societais: cobertura do 8 de Janeiro.	107
5 - Considerações Finais	124
4 - Referências	129
5 - Apêndices:	134
Apêndice 1: Transcrição dos Debates	134
Apêndice 2: Escopo biográfico sobre os agentes debatedores da Jovem Pan disponível na internet.	175
Apêndice 4: Tradução Livre da obra Sociologues des Mythologies et Mythologies des Sociologues (Bourdieu e Passeron) in Les Tempes Modernes, dez. 1963	177

Resumo:

Esta dissertação tem como objetivo analisar a ação midiática e discursiva da programação da Jovem Pan por meio de seus agentes debatedores de política, que é o traço mais marcante de sua cobertura jornalística. Tida como uma mídia híbrida entre a rádio e a internet, a Jovem Pan se notabilizou e cresceu enquanto meio de comunicação nos anos recentes sendo uma das mais significativas expressões da direita radical inserida nas novas redes digitais. Para tanto, este trabalho busca estabelecer o campo jornalístico e o posicionamento ocupado pela Jovem Pan dentro dele. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, com ênfase na análise dos discursos proferidos por seus agentes debatedores de política. Este estudo considera que as temáticas que contribuíram para o acirramento da polarização encontram-se inseridos nas esferas moral, econômica, securitária e de relações interpessoais. Dividido em três capítulos, o primeiro explora o processo de formação de opinião e as mudanças do campo midiático advindas das novas mídias digitais, traça um panorama das forças políticas e sociais que contribuíram para a polarização ideológica, resultando no que é denominado como as "novas guerras culturais"; o segundo capítulo, de caráter empírico, foca atenção na Jovem Pan, na sua inserção no campo da mídia e na análise estrita do discurso dos seus debatedores, de onde se visa estabelecer uma correspondência qualitativa sobre as implicações políticas e sociais de suas ações para com a esfera pública, a democracia e a crise que levou à polarização e as "guerras culturais."

Palavras Chave: **Opinião, guerras culturais; doxa; esfera pública**

Abstract

This dissertation aims to analyze the media and discursive action of Jovem Pan programming through its agents debating politics, which is the most striking feature of its journalistic coverage. Considered as a hybrid media between radio and the internet, Jovem Pan has become notable and grown as a means of communication in recent years, being one of the most significant expressions of the radical right inserted in new digital networks. To this end, this work seeks to establish the journalistic field and the position occupied by Jovem Pan within it. The methodology used is qualitative in nature, with an emphasis on the analysis of the speeches given by policy debaters. This study considers that the themes that contributed to the intensification of polarization are inserted in the moral, economic, security and interpersonal relations spheres. Divided into three chapters, the first explores the process of opinion formation and the changes in the media field resulting from new digital media, provides an overview of the political and social forces that contributed to ideological polarization, resulting in what is called the "new cultural wars"; the second chapter, of an empirical nature, focuses attention on Jovem Pan, its insertion in the media field and the strict analysis of the discourse of its debaters, from which the aim is to establish a qualitative correspondence on the political and social implications of its actions towards the public sphere, democracy and the crisis that led to polarization and the "cultural wars."

Key Words: **cultural wars, opinion, doxa, public sphere**

1- Introdução

A democracia moderna abrange aspectos que não se restringem apenas a fazer valer a vontade da maioria em um processo eletivo, ela vai muito além, possuindo um estreito laço com o constitucionalismo, movimento definidor de princípios fundamentais basilares para a ordem democrática moderna, e, sobretudo com um consenso de ideias que firmem, por meio dos costumes, debates e convencimentos, convergindo em ditames legislativos, que estão sempre em disputa: como proceder o melhor convívio entre os que compartilham dessa forma de governo? Há uma construção histórica e social, nem sempre harmônica, que fez a democracia ganhar os moldes contemporâneos.

Embora tenha traços distintos entre os países que a adotam, no ocidente a democracia encerra em si a conquista de três esferas de direitos pertinentes à formação de uma cidadania plena, que são os elementos civil, político e social (MARSHAL, 1967). Se é possível realizar contratos, se é possível escolher representantes, ou mesmo ser escolhido, e se aqueles que são escolhidos o são na expectativa de que promovam o desenvolvimento da nação/estado/cidade e o bem estar das pessoas por meio de políticas de saúde, educação, segurança, etc, temos, em uma noção preliminar e deontológica, uma democracia.

Distinguindo do que se convencionou chamar de “antigo regime”, a democracia em seu molde moderno traz consigo a ideia de que ninguém está acima da lei. Parafraseando Montesquieu (S/D), a liberdade política consiste em se poder fazer aquilo que as leis permitem que seja feito e também não ser proibido de fazer aquilo que as leis permitem. A história social mostrou que este foi um passo importante para a defesa dos indivíduos em face ao arbítrio dos governantes e deles próprios, mas era preciso mais. Com o advento da democracia nos Estados Unidos da América, identificou-se pela primeira vez que uma maioria no poder poderia vir a tyrannizar uma minoria. Esta foi uma questão levantada por Alexis de Tocqueville (2010) na primeira metade do século XIX em sua *A Democracia na América*. Este vício da democracia ganhou contornos dramáticos no contexto do nazifascismo um século depois, pois, antes de ser ditador, Hitler foi eleito e teve apoio da maioria em suas decisões que culminaram em eugenia, genocídio e guerra.

Uma das lições tiradas do difícil contexto histórico do nazi-fascismo surpreenderia mais ao Montesquieu que ao Tocqueville: não basta fazer o que as leis permitem que seja

feito para se ser livre, pois as próprias leis poderiam ser tirânicas, e, portanto, elas devem estar guiadas por algum princípio que lhes confira legitimidade, e ainda mais, a noção de liberdade - sagrada para o liberalismo - não pode ser isenta de restrições. No pós-segunda guerra e em face dos eventos nazifascistas, definiu-se a dignidade da pessoa humana como princípio norteador das leis e as esferas do poder democrático devem agir harmonicamente em prol desse princípio.

A Constituição Cidadã de 1988, seguindo esta tradição, traz um rol taxativo de artigos que visam garantir a ordem democrática na República Federativa do Brasil e as pautas levantadas na modernidade por personalidades, como os pensadores supracitados, estão em nossa carta albergadas, a exemplo da legalidade, separação e harmonia dos poderes, direitos e garantias individuais - que expressam a inviolabilidade dos direitos civis e políticos - e a dignidade da pessoa humana como princípio norteador de todo o ordenamento normativo, impedindo que o arbítrio da maioria eventualmente se torne tirânico sobre a minoria.

Entretanto, essas premissas acima, que aparentemente se consideravam consolidadas dentro do marco da democracia liberal no Brasil, vêm sendo questionadas por grupos heterogêneos que trazem em comum traços de reacionarismo e conservadorismo. Tais princípios e normas que, em tese, deveriam servir para regular o bom convívio, e que foram frutos de debates que envolviam tanto o passado histórico autoritário; tanto a carência de assistência social, a pobreza, a desigualdade; quanto o que se considerava de mais avançado em relação aos ditames das práticas internacionais, do direito e da sociologia à ocasião da constituinte, ao menos pela formalização de uma série de direitos sociais, políticos e civis; positivamente supralegal que era aceita consensualmente pela maioria da sociedade a exemplo da forma de governo votada em plebiscito em 1993, ou ainda pela ampla participação popular na própria constituinte de 1987 e 1988; pois bem, este consenso encontrou-se fragilizado nos anos recentes e ainda permanecem assim para uma parcela da sociedade.

As transformações ocorridas na esfera pública no interregno da redemocratização até os anos recentes vêm sendo estudadas por vasta literatura e aqui serão apontadas as questões que consideramos mais relevantes para o nosso objeto proposto. Destarte, o presente estudo visa fazer uma análise em diferentes camadas, desde a esfera pública e a midiática, traçando os paralelos entre o campo da mídia e da política, que envolve as novas mídias

sociais digitais; até a análise chegar à *doxa* predominante entre os comentaristas de política da Jovem Pan, que é uma emissora tradicional que faz uso dessas novas mídias.

A presente heteronomia na esfera pública conta com agentes pertencentes a grupos reacionários que se constituem sobretudo por segmentos religiosos e militares, mas também por profissionais liberais e empresários que compõem os setores abastados e médios da sociedade brasileira. Suas manifestações tem em comum pautas contra a corrupção; contra os partidos de esquerda, (mais notadamente o PT); questões morais relacionadas aos movimentos feminista e LGBTQIA+; contra as instituições, as leis e os representantes nos poderes; e apresentam ainda a descrença na mídia tradicional. Por conseguinte, se informam e se mobilizam por canais alternativos de mídia através das redes sociais na internet, como Twitter, Instagram e Facebook; ou canais do YouTube e TikTok; e aplicativos como whatsapp e telegram.

Notadamente, o funcionamento da mecânica de tais meios de comunicação e interação avança a passo rápido demais para o direito e a própria sociedade acompanhem com mínima consciência e prudência quanto às consequências de seus efeitos: algoritmos condicionam os grupos sociais selecionando, no lugar dos indivíduos, quais tipos de conteúdos devem ser dignos de atenção, contribuindo para a criação de “bolhas” e polarizações políticas, ao mesmo tempo, a virtual sensação de anonimato por trás das redes sociais digitais potencializa interações afrontosas entre os usuários na internet.

Jessé Souza (2019) pontua que tradicionalmente, no Brasil, a mídia incutiu uma ideia errada na sociedade em geral, derivada das noções de populismo e patrimonialismo, em que a sociedade, e sobretudo a classe média, seriam informados e identificariam exclusivamente na esfera pública, e nos agentes de dentro da política, os vícios que seriam responsáveis por nosso atraso social e econômico. Passamos, entretanto, por um momento de descrédito em relação à mídia tradicional que nos leva a supor haver nela, hoje, um menor capital simbólico que o existente outrora.

A famigerada mídia de massa, é um elemento importante e fomentador de um capital simbólico e cultural capaz de influenciar diretamente, sobretudo, o campo político. Ela foi estudada por Bourdieu em trabalhos espaçados em sua obra, que em certa medida respondia aos primeiros estudos a seu respeito, como a noção de passividade e homogeneidade

indistinta do público a que se dirige. Patrick Champagne (2017) assevera que a obra de Bourdieu aborda a mídia sobre dois distintos aspectos: primeiro como campo de produção e de consumo de um tipo particular de bens, chamado de bens simbólicos, os quais têm a capacidade de fazer uma apropriação mental naqueles que a consomem; o segundo aspecto, de certo modo deriva do primeiro, Bourdieu aborda a mídia como campo que tende a exercer certo predomínio sobre outros campos.

Em nosso estudo, a relação da mídia com o campo da política será um dos focos teóricos uma vez que sua programação envolve as esferas do jornalismo e do entretenimento, com vasto alcance na população brasileira, delinea opiniões, posicionamentos e comportamentos a ponto de uma vasta literatura se referir à mídia como uma espécie de quarto poder. Entretanto, como assevera Bourdieu, a “massa” a qual a mídia se dirige não é homogênea e nem passiva à seus efeitos de apropriação simbólica. Temos aqui, portanto, um aspecto moderno que não tinha o mesmo alcance a ponto de ser trabalhado nos aportes teóricos dos pensadores clássicos da democracia.

A própria mídia tradicional, ligada primeiro ao rádio, jornais, revistas de grande circulação, e à televisão, que tanto influenciaram a política, hoje concorre com meios alternativos de informação que derivam não somente do advento das redes sociais na internet, mas de decisões judiciais como a derrubada, pelo Superior Tribunal Federal, do Decreto Lei 972/69¹, chamado popularmente de Lei de Imprensa, decidindo ser inconstitucional a exigência de diploma de jornalismo para o exercício desta prática profissional. Tal decisão atentou para o princípio da liberdade de expressão e pensamento, e a exigência de diploma para produzir informação e disseminar ideias poderia configurar censura, que é inconstitucional e atenta contra o pensamento livre. Tal decisão do STF veio justamente no momento oportuno da disseminação dessas novas plataformas de conteúdo. Meios alternativos de informação, então, encontraram espaço para se disseminar trazendo novidades: podcasts com os mais variados temas, canais no youtube, páginas e grupos em diversas plataformas se disseminaram; alguns canais assumem abandonar a neutralidade e tomam partido político-ideológico: caso da Mídia Ninja (à esquerda) e Jovem Pan (à direita).

¹ Sobre a decisão do STF ver em Jus Brasil: STF decide que diploma de jornalismo não é obrigatório para o exercício da profissão: <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1365753/stf-decide-que-diploma-de-jornalismo-nao-e-obrigatorio-para-o-exercicio-da-profissao>: acessado em 07. jan. 2023

Ademais, canais estrangeiros ampliaram suas fronteiras e estabeleceram “filiais nacionais”, como é o caso da CNN Brasil.

Com essas transformações no campo da mídia e com a politização derivada da polarização política, popularizou-se nos últimos anos o uso de debates políticos mediados nas programações de muitos destes canais. A CNN Brasil importou da matriz americana o quadro O Grande Debate, a Jovem Pan e o programa Pânico também promovem estes debates e entrevistas, contando dentro de seu quadro de apresentadores debatedores de política, direito e economia. O Jornal da Cultura chegou a ter, concomitantemente, o sociólogo Jessé Souza e o historiador Leandro Karnal como debatedores em sua programação.

Em face a essas transformações no campo jornalístico é importante entender qual é a *doxa* predominante entre os formadores de opinião (debatedores de política) dentro dos programas que usam dos debates nesses canais de informação. A *doxa* jornalística fomenta a *doxa* social como um todo, pois é promotora de um capital simbólico que diz respeito a maneira como a sociedade enxerga o jornalismo e como enxerga os fenômenos que ele noticia. Isso afeta a política e por conseguinte a esfera pública, os posicionamentos sociais e a democracia (liberal) no Brasil.

Pode-se tomar emprestada a expressão dos “novos intelectuais”, que Pierre Bourdieu usa para contrapor o intelectual midiático ao intelectual acadêmico. (CHAMPAGNE, 2017). Em um levantamento preliminar, alguns nomes que se popularizaram nesse tipo de quadro dentro desse novo jornalismo são Caio Coppolla Gabriela Priolli, Augusto Botelho, Marcelo Feller, Jessé Souza, Leandro Karnal, Rodrigo Constantino, Amanda Klein, Fabio Piperno, Samy Dana, Marco Antônio Villa entre outros; compuseram programas na CNN Brasil, Jovem Pan, Jornal da Cultura, Pânico na Band. De antemão, cumpre antecipar que muitos destes agentes não são jornalistas de formação, mas principalmente bachareis em direito, economistas, e em menor proporção sociólogos, historiadores e, por fim, jornalistas. Alguns deles, de fato, tiveram percurso de vida acadêmica, enquanto outros apenas se graduaram.

Quando falamos de *doxa*, entretanto, não nos referimos a área de formação ou atuação dos agentes. *Doxa* é uma palavra grega que normalmente é traduzida como opinião; mas que neste estudo é uma categoria de análise bourdiesiana que contém um sentimento de familiaridade dos agentes com uma determinada ordem simbólica existente que, por ser

dominante, é considerada natural, inquestionável e contribui para a reprodução desta ordem – não como ideologia, pois não está no campo do pensamento, mas por uma dupla naturalização – que Bourdieu demonstra serem a inscrição social nas coisas e nos corpos. (SOUSA; VETORASSI; ANDRADE. 2021).

Ao seguir uma abordagem bourdiesiana, este trabalho busca entender a relação que se estabelece entre as novas mídias digitais, a mídia tradicional e o público: há concorrência por legitimação dentro do campo jornalístico? Tal questionamento se insere na questão norteadora da pesquisa que pretende responder: qual é a *doxa* predominante entre os debatedores que alcançaram esses espaços nessa nova mídia? Por conseguinte, em que medida a *doxa* dos debatedores tem relação com a dos meios de comunicação aos quais eles foram contratados, e com o público alvo. Antes cumpre entender como, tradicionalmente, ocorre a formação da opinião e da tomada de posição política entre as classes, já que são o alvo da produção simbólica das mídias.

Para responder essas questões, e em face às limitações procedimentais – recursos humanos, econômicos e cronológicos da pesquisa – torna-se necessário um recorte que foca na programação de debates da Jovem Pan pela razão de ser um canal representante da “nova mídia” que se ocupou da internet e que fomentou a opinião pública com relevância no contexto do governo Bolsonaro, período de maior polarização política e social e, portanto, questionador da ordem democrática contemporânea no Brasil.²

Metodologicamente é preciso identificar e delimitar a formação deste campo de estudo, fazendo uma análise teórica que parta do conjuntural - por meio da esfera pública e da mediatização na internet, verificando a legitimação das novas mídias ante o campo jornalístico como um todo - até chegar no micro, a programação da Jovem Pan, seus editoriais e os agentes envolvidos neste campo, que envolve os diferentes capitais acumulados por eles, as áreas de formação, demonstrando o capital cultural, social e simbólico; a posição que ocupam dentro do campo; a história de vida desses agentes, e, sobretudo fazer um aprofundamento vertical por análise de discurso dos mesmos. Tais premissas concernem a este trabalho se tratar de uma pesquisa de viés qualitativo, em que Gerhardt e Silveira (2009) afirmam

² O questionamento da ordem democrática se expressa pela contestação da legitimidade dos representantes nas instituições do judiciário e do legislativo, bem como no resgate ao saudosismo da ditadura e das palavras de ordem pedindo intervenção militar e amplos poderes a Bolsonaro.

voltar-se a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas sociais. Não podendo se restringir a operacionalização de variáveis, a pesquisa qualitativa objetiva trabalhar com o que Mymao Apud Gerhardt e Silveira (2009), e Quivy e Campenhoud (1998) chamam de universo dos significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes nos espaços entre as relações. Destarte, com relação ao objetivo, a metodologia é de uma pesquisa bibliográfica e explicativa, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de um problema, que neste estudo é a identificação da *doxa* predominante expressa pelos agentes nos debates dos programas jornalísticos da Jovem Pan. Após o estabelecimento e delimitação do campo, os posicionamentos podem ser identificados através de uma análise de correspondência múltipla.

A identificação e análise do norte editorial do conteúdo jornalístico deste canal e a perenidade ou sazonalidade em que os debatedores permaneceram contratados também configuram informações importantes que podem remeter ao alinhamento dos agentes com os meios de comunicação e/ou o público alvo; o que implica no aporte acessório da pesquisa documental. Neste ínterim, a Jovem Pan já chegou a promover enquetes de opinião com seu público quanto ao desempenho dos debatedores, o que pode revelar, como fonte secundária, o alinhamento ou afastamento entre o público e estes agentes.

Esta dissertação está estruturada em 03 (três) capítulos. O primeiro em que se encerra o modelo de análise, intitulado “Da Formação da Opinião à Radicalização do Discurso”, nele buscarei, com base no referencial teórico em Pierre Bourdieu, discutir o processo de formação de opinião e como esta se relaciona com a atuação da mídia tradicional; aprofundando esta temática, segue-se a abordagem sobre a esfera pública e a necessidade que a literatura levanta por uma atualização de seu conceito – decorrentes de sua relação com as novas mídias digitais pelo processo de midiaticização; e, por fim, com base nas contribuições de Ronaldo de Almeida, Luis Felipe Miguel, e de Melo e Vaz entre outros autores, foi possível traçar um panorama capaz de elencar o conjunto de forças políticas e sociais que propiciaram o acirramento da polarização ideológica, levando ao que uma literatura especializada considera ser as novas guerras culturais.

O segundo capítulo propõe uma reflexão acerca do posicionamento político entre as classes sociais à luz de referenciais importantes para a sociologia e historiografia brasileiras,

como José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Lilia Schwarcz e Jessé Souza. Discute-se a formação da cidadania e a confluência de ideias entre as classes ainda que os interesses e, por conseguinte os posicionamentos, devessem ser conflitantes: do antigo cabresto até a tomada simbólica das mentes pela mídia e demais instituições.

O terceiro capítulo, de foco empírico, terá como título “A Inserção e o Discurso da Jovem Pan nas Novas Mídias”, e tem como proposta a análise empírica focada na ação dos debatedores presentes na programação desta emissora, que é um canal de notícias presente no rádio, mas que se popularizou usando da interface das novas mídias digitais, como YouTube, Instagram e Facebook e plataforma de Streaming e site próprio. Conforme a proposta desta dissertação, os programas da Jovem Pan selecionados para este estudo precisavam ser aqueles que mesclavam informação jornalística com o debate de ideias realizado pelos agentes presentes na programação da emissora. Enfoca no primeiro momento a formação e posicionamento da emissora dentro do campo jornalístico e, em seguida, de seus agentes contratados ou convidados que participam da programação. Dentro desta proposta são contemplados os programas: “3 em 1”, “Linha de Frente” e o “Tá na Roda”. Seis debates foram transcritos e os discursos de vinte agentes foram analisados. Outrossim, também foi alvo de discussão e reflexão a reação e o engajamento dos internautas ao longo de toda a programação selecionada.

2 - Modelo de análise: Da Formação da Opinião à Radicalização do Discurso.

2.1 - A formação da opinião e a tomada de posição política.

Um ponto de partida que consideramos importante em nossa análise parte da preocupação que deve ser um norte em uma pesquisa que tem por foco a interferência da mídia - seja ela nova ou tradicional - na esfera pública; tal questionamento está presente de forma mais ou menos consciente entre os agentes propagadores de notícias uma vez que a perenidade de seu trabalho depende da vinculação do público consumidor de seu produto, que é um bem simbólico, cuja audiência confere prestígio ao veículo de sua propagação, e a questão é: como as pessoas formam suas opiniões? E mais especificamente, como formam uma opinião política? Tais questionamentos contaram com importante contribuição de Pierre Bourdieu em sua obra *A Distinção*.

A abordagem de Bourdieu sobre este tema derivou de uma constatação da Ciência Política sobre o fato de muitas pessoas, tipicamente atribuídas à categoria que se chama “povo”, não demonstrarem interesse por política. Entretanto, antes de criticar a abstenção de populares em manifestarem suas opiniões políticas, Bourdieu indagou se havia falhas no método tradicional de pesquisa para essa aferição. Quando em uma pesquisa se faz o uso de perguntas, tais como “em sua opinião”, ou “segundo você”, ou ainda “o que pensa a respeito”; na expectativa de que o entrevistado conceda sua visão pessoal sobre o tema - sem que o pesquisador conceda qualquer assistência na sondagem da opinião - diz Bourdieu que a pesquisa aceita de antemão uma premissa pautada na fé racionalista, isto é, na “faculdade de que julgar corretamente é uma aptidão universal e de aplicação universal.” (BOURDIEU, 2007, p. 372).

O resultado advindo de pesquisas pautadas nessa premissa de sondagem utilitarista-racionalista têm implicações políticas ao promoverem certos estereótipos de classe. Bourdieu assevera que tanto a produção de uma resposta a um questionário sobre política, quanto a leitura de um jornal ou o fato de votar têm em comum a ocorrência do encontro entre uma oferta e uma demanda. No lado da oferta temos o campo da produção ideológica, que é um universo relativamente autônomo, onde são elaborados - sempre em concorrência e conflito - os instrumentos de pensamento do mundo social. De outro lado temos os agentes

sociais, os quais ocupam posições diferentes no campo das relações de classes. Cada um destes agentes têm uma competência política específica, em maior ou menor grau, de reconhecer a questão política como política (BOURDIEU, 2007).

O que determina, dentro da individualidade de cada agente, os níveis de aptidão pelo reconhecimento e tomada de posição política é uma relação entre dois fatores: primeiro o sistema escolar, sobre o qual Bourdieu tece críticas devido a escola comumente impor sistemas de classificação individualistas, privilegiando sempre o original, o raro e o distinto em detrimento do comum, do banal e do vulgar, numa inclinação que privilegia sempre o individualismo e o egoísmo, valores tipicamente burgueses; quando mais profícua seria a oposição entre o afortunado e o pobre, que poderia ser em igual medida adotada pelo sistema educacional. Em outra via, o segundo fator para o reconhecimento e tomada de posição política remete às condições sociais de produção do *habitus*³.

Diferentemente do que os métodos estritamente racionalista e utilitaristas concebem sobre o pensamento e a ação políticas das pessoas - como se tivéssemos todos uma consciência vigilante e racional a todo instante - a referência bourdiesiana atesta que tais preceitos não se sustentam em face a uma análise mais cuidadosa. A tomada de posição política encontra seu verdadeiro fundamento na formação do *habitus de classe*, que por sua vez, se vincula de forma não mecânica com às condições materiais de existência.

A relação entre o *habitus de classe* e as condições materiais de existência é direta, mas não mecânica porque, segundo Bourdieu, todos os modos de produção de uma opinião política opõem:

...a coerência intencional das práticas e discursos engendrados a partir de princípios explicitamente político; contra a sistematicidade objetiva das práticas produzidas a partir de um princípio implícito - aquém do discurso político - pautado em esquemas de pensamento e ação adquiridos por familiarização e de modo pré-reflexivo. (BOURDIEU, 2007, p 392)

De certa forma, temos na citação acima uma resposta ao marxismo ortodoxo. Quando Bourdieu aplica a interioridade e a subjetividade na formação do *habitus de classe*, levando

³ **Habitus** é uma categoria de análise bourdiesiana voltada a entender um sistema de disposições incorporadas para a ação dos agentes com intuito de transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, funcionando como uma matriz de percepções, apreciações e ações que torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas, e variáveis a depender - entre outras coisas - do campus, da posição ocupada dos agentes e dos capitais possuídos pelos agentes.

em consideração padrões de comportamento pré-reflexivos, ele aponta que encontramos amparo para a discussão e opinião políticas antes no inconsciente que na consciência de classe. É por esta razão que, por exemplo, as opiniões sobre a questão doméstica da educação sexual, da autonomia reprodutiva, entre outros - questões políticas no sistema educacional - encontram em quase todas as classes (exceto nas superiores) respostas orientadas pelo *habitus* de classe que muitas vezes são distintas das opiniões políticas declaradas.

Ainda assim, o *habitus* integra o conjunto dos efeitos determinados pelas condições materiais de existência, cujos princípios geradores são a classe incorporada e a classe objetificada pelos agentes; a primeira diz respeito a propriedades biológicas socialmente modeladas, como sexo, idade, e os deslocamentos inter e intrageracionais; por outra via, a classe objetificada remete ao poder econômico e aos diplomas escolares, no sentido de que estes podem perpetuar um estado diferente de condições materiais de existência. Bourdieu (2007) segue afirmando que é por meio do *habitus* que se pode definir as tomadas de posição, sejam práticas ou explícitas, sobre o mundo social, o que inclui as posições políticas entre direita e esquerda de forma correspondente às classes e às frações das classes dentro de sua principal dimensão, que é o capital global possuído pelo agente, e, subsidiariamente, pela estrutura desse capital. Segue:

A propensão de votar à direita cresce à medida que aumenta o volume global do capital possuído e, também à medida que aumenta o peso do capital econômico relativo à estrutura do capital global, ao passo que a propensão de votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso. (BOURDIEU, 2007, p. 411)

Cumprir fazer uma breve digressão de que as distinções de classe social para Bourdieu não se restringem ao capital econômico; essa categoria de análise abrange também o capital cultural, o capital social e o capital simbólico além do econômico, que somados integram o capital global. Pela assertiva citada, a propensão do voto ou tomada de posição à esquerda, cresce à medida que o capital cultural - representado pelos diplomas e títulos escolares - têm maior peso em relação ao capital total possuído pelo agente; outrossim, se o agente possui pouco capital global, também tende a votar à esquerda.

Sintetizando até aqui, para analisar a formação da opinião política, primeiro Bourdieu abandona as aferições racionalistas e coloca de um lado a esfera educacional e o *habitus* de classe como elementos constitutivos das condições materiais de existência dos agentes; do

outro lado coloca a oferta do capital simbólico, isto é, o trabalho da mídia por meio dos jornais; ambos os elementos compõem - concomitantemente aos próprios partidos políticos - o mercado de oferta e demanda de opiniões políticas. A composição dos capitais envolvidos entre as classes, e nos estratos no interior de cada classe, direcionam as preferências políticas. Aqui temos uma “massa” heterogênea e discriminada sob vários aspectos, os quais, os veículos de mídia podem adotar diferentes abordagens para tornar seu conteúdo atraente. Destarte, a partir desse tipo de análise, há um leque diferenciado de jornais e públicos categorizados por Bourdieu e também por outros autores que têm a mídia como foco de pesquisa.

Como todo esse processo de oferta e demanda de opiniões ocorre é o ponto que dissertaremos a seguir: a relação entre as classes e as opiniões políticas socialmente constituídas pode ser feita a partir do uso de estatísticas, aferindo assim a escolha das classes, e os estratos de classes, entre os jornais que são mais ou menos marcados dentro do campo político, porém, assevera Bourdieu, esta tentativa só é satisfatoriamente eficaz se a pesquisa fizer o questionamento da significação conferida pelas diferentes categorias de consumidores desses jornais. Tais significados atribuídos pelo público podem ser diferentes daqueles pretendidos pelos mandantes do jornal.

Ponto fundamental é o reconhecimento de que o efeito propriamente político de um jornal não se avalia pela orientação política de seu discurso, mas sim pela relação que os consumidores mantêm com ele. Esta relação é importante porque a mensagem política do jornal pode ser ignorada, como se a opinião política dos consumidores fosse independente daquela que é professada pelo jornal, tanto quanto mais consumidores se situam em um baixo escalão social. Tal característica deriva do fato comum de que os jornais não produzem - em geral - notícias exclusivamente políticas, mas estas aparecem em concomitância a outros conteúdos, como esportes, cultura, entretenimento, etc. Isso faz com que o público consuma o jornal mesmo sem concordar com o conteúdo propriamente político dele, ou mesmo sem lhe atribuir a devida atenção. Para estas assertivas Bourdieu foca no jornalismo escrito, tomamos a liberdade de extrapolar a ideia para a mídia em geral.

Outrossim, ainda mais importante é a noção de que o campo jornalístico está inserido no campo econômico e, em maior ou menor medida, obedece às suas leis. Seguindo a busca

pela maximização do número de consumidores de seu produto, o que é precioso para o lucro e também para a aquisição valorosa de anunciantes, os jornais podem adquirir uma espécie de designação “para todos”, o que resulta no dever de evitar tudo o que venha a chocar ou ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial (BOURDIEU. 2007). A implicação clara da tomada desse tipo de cobertura jornalística é a pretensão de neutralidade política, ao menos em vender simbolicamente esta imagem.⁴

Nos grandes órgãos de imprensa uma gestão racional da concorrência pode encontrar o meio de oferecer às diferentes categorias de público, produtos diversificados e ajustados às diferentes expectativas, que por vezes são opostas. Sendo todo este processo feito implicitamente, embora seja crucial o entendimento de que os interesses das classes dominantes sejam sempre “vendidos” como interesses gerais. De tal assertiva Bourdieu faz uma breve classificação entre os jornais, dividindo-os em jornais “para todos” (anteriormente explicados), jornais sensacionalistas e jornais de reflexão, os quais têm relações completamente diferentes com a política (Idem, p. 416).

Da distinção entre as abordagens reflexivas e sensacionalistas de jornalismo político advém as opiniões dominantes e as opiniões submissas. Conforme aponta Bourdieu, a leitura de um jornal é uma forma de o indivíduo manifestar que se sente membro do país legal, com direito e dever de participar da política, de exercer seus direitos de cidadão, em suma, de participar democraticamente e compor o que se chama esfera pública. Destarte, os jornais reflexivos conferem ao seu público a qualidade de sujeito político, “capaz de ser o sujeito de um discurso sobre a história” (Idem, p. 418)

Em um estudo de abordagem bourdiesiana, Chagas e Cruz (2022) abordam as formas de produção jornalística, permitindo-nos atualizar algumas das categorias feitas por Bourdieu acima: o jornalismo sensacionalista pode ser diretamente relacionado ao chamado jornalismo declaratório, que se concebe em oposição ao jornalismo investigativo, este, de estreitos laços com o jornalismo reflexivo. Chagas e Cruz apontam que houve uma crescente dentro do jornalismo declaratório nos últimos anos no Brasil.

⁴ Em face à radicalização de discursos, a adoção jornalística pela neutralidade, ou pela imagem de neutralidade política, passou a ser vista com descrédito por alguns estratos sociais e esta questão será discutida neste trabalho.

Por jornalismo declaratório entende-se como um tipo de matéria baseada exclusivamente na declaração das fontes, sem a devida apuração que essas declarações podem ter⁵, ou seja, ao jornalista cabe somente a tarefa de coletar a declaração das fontes, mas não lhes compete a preocupação de averiguar se essas informações são verdadeiras ou não. Claramente temos nesta sondagem a possibilidade de as matérias jornalísticas se tornarem propaganda, bem como favorecer ideologias e posicionamentos políticos estratégicos e mesmo incitar o ódio. Um exemplo recente de tal prática ocorreu na delação sobre a obtenção do triplex por Lula, quando as reportagens eram produzidas apenas com base na delação e nenhuma outra fonte mais.

Chagas e Cruz também chamam atenção para a teoria do *newsmaking*, sobre o relacionamento do jornalista com as fontes no processo de construção da notícia. A capacidade de negociação é uma premissa constitutiva do jornalismo declaratório ao produzir um conteúdo fácil e inteligível, ao que Bourdieu diria ser de acesso às classes com menor capital global. Tais matérias tendem a ser naturalizadas ao tratar declarações assertivas como verdades absolutas, como se fossem os fatos falando por si. Desta forma, o sensacionalismo advindo do jornalismo declaratório pode vir acompanhado de intencionalidades, revelando narrativas e disputas narrativas, contribuindo, por exemplo, para as chamadas guerras ideológicas.

A partir do conceito de *campus* de Bourdieu, Araújo et Al (2017) Apud Chagas e Cruz (2022) conceberam a ideia de um *habitus* na profissão jornalística. O *campus* corresponde a mais uma categoria de análise em que os agentes travam disputas simbólicas e interpretam diferentes papéis da vida real, como um espaço para a diferenciação social das atividades. Tal conceito se aplica muito bem para abordar sociedades diferenciadas, onde o “cosmo social” é formado por diferentes microcosmos, cada um com maior ou menor autonomia. Cada microcosmo é um campus que se desenvolve por regras próprias e inerentes. Entretanto, os campus também são espaços de lutas, em que se disputam posições diversas. Em função da maior ou menor autonomia que venham a ter, não só os agentes disputam esses espaços dentro do campus, como os diferentes campus também podem se relacionar e interagir em

⁵ Em certa medida o jornalismo declaratório tem semelhanças com a abordagem da Escola Metódica de historiografia, a qual tinha nas informações das fontes a certeza da informação histórica.

função de sua legitimação. É isso que ocorre entre o *campus jornalístico* e o *campus da política*, por exemplo.

Neste sentido, Bourdieu considera o campo político como um universo de produção simbólica em que os agentes buscam impor suas categorias de divisão social a partir de visões de mundo específicas. Araújo et Al (2017) e Apud Chagas e Cruz (2022) consideram o campo jornalístico um microcosmo social que se estrutura em torno de valores que formam o habitus profissional dos jornalistas. Tais valores costumam ser invocados como modo de legitimação do jornalismo na esfera pública. Asseveram os autores que um desses valores é a ideia de que o jornalismo é o representante da opinião pública e de que o jornalista tem por função fiscalizar o poder político em nome da sociedade. Aqui reside o conflito por legitimação simbólica entre estes dois campos, pois a produção simbólica do campo político costuma ser apresentada com viés negativo pela população em virtude da produção jornalística. Entretanto, o jornalismo também não está isento desse imaginário e é, por vezes, influenciado pelo clamor público.

O ethos, ou habitus jornalístico, se desenvolve também da tensão com o campo político, desta tensão se estabelece uma comunidade interpretativa entre os profissionais que se dedicam à cobertura política. Entretanto, Chagas e Cruz asseveram que a partir dessa aspiração pela cobertura adversária, danos colaterais têm surgido, prejudicando a própria profissão jornalística, mas também contribuindo para a descredibilização do sistema político e da própria democracia. Quando tais eventos ocorrem, o jornalismo se converte em um ator capaz de, não apenas mediar, mas criar conflitualidades envolvendo outros campos para além do político, como o jurídico.

Se Bourdieu apontou como um dos movimentos do campo jornalístico a adoção de uma postura tida como sendo “para todos”, implicando em uma abordagem neutra de cobertura, a fim de ampliar o público consumidor, e com isso os anunciantes e o lucro - a propósito, algo que se verificou correto e lógico dentro de uma conjuntura tida como “normal” - Chagas e Cruz verificam um movimento contrário, mas com fim no mesmo propósito, advindo do jornalismo declaratório e do sensacionalismo a ele associado. Notícias chamativas e polêmicas que criavam vítimas e algozes vendiam e tinham o retorno econômico mais satisfatório que o de noticiários que se apresentavam como imparciais ou

neutros. Por tal premissa pode-se entender que o jornalismo político, ao ser abordado de forma maniqueísta, com heróis e vilões, pode ser um objeto de instrumentalização de ideologias políticas, que a partir de declarações polêmicas, buscam orientar o noticiário a favor de concepções especificamente direcionadas.

Aqui entra a negociação entre políticos e produtores de notícias. Cook, Apud Chagas e Cruz (2022) disserta que a falta de controle que os políticos têm sobre o que será noticiado cria o que ele chama de “valores da negociação”, que ocorre entre as fontes oficiais, isto é, entre os políticos e os jornalistas. A seletividade do conteúdo apresentado ao público decorre deste movimento.

Alargando ainda mais as categorias de jornais descritas até aqui, Cook elenca o jornalismo político de viés situacional, que envolve a preferência dos jornais por determinados políticos, ou espectros políticos; e o jornalismo de viés estrutural, que ocorre quando os atores políticos se utilizam de critérios de noticiabilidade para engendrar a imprensa e assim se tornarem presentes, de forma sistemática, no noticiário. Ambos os movimentos relacionam-se com a negociação e a disputa por legitimação entre os campos político e jornalístico. Porém, encontramos-nos em um momento de naturalização dos fatos, onde a distinção do fato e da opinião se dissolve como mera parte da argumentação, algo típico do sofismo. O jornalismo declaratório vai além, ao naturalizar o pseudo-fato, desta forma a cloroquina cura a Covid, as vacinas geram doenças em vez de combatê-las e a Terra passa a ser plana em vez de redonda.

Como resultado, o sensacionalismo midiático é elemento partícipe da crise contemporânea abrindo espaço para o neoconservadorismo, o qual reúne diferentes linhas de forças econômicas e sociais em prol da intolerância contra a diversidade, da moralidade conservadora (ou reacionária) ante à conquistas identitárias, ou da punitividade como resposta para a incapacidade do Estado em garantir a segurança das pessoas. Notadamente a resposta a estas questões, advindas deste tipo de abordagem, possuem efeitos colaterais que atentam contra a diversidade e causam danos à esfera pública e à democracia, cujos desdobramentos serão discutidos nos próximos tópicos.

2.2 - Esfera Pública e Mdiatização

Este tópico se inicia abordando o conceito de esfera pública e o efeito que o processo comunicacional em sociedades diversificadas e democráticas têm sobre ela. A partir dessa abordagem discutiremos a crise sócio-política brasileira contemporânea, que para muitos autores ganhou ingrediente novo a partir das redes digitais e do processo de midiatização, tendo como marcadores importantes as jornadas de junho de 2013 até o bolsonarismo.

Tido como um fenômeno moderno que se desenvolveu em concomitância à ascensão da burguesia e das democracias, a noção de esfera pública é uma das principais contribuições de Jürgen Habermas por indicar ser esta fruto oriundo da necessidade de um espaço de interação e discussão burguesa em prol de seus interesses nas tomadas de decisão política (FUCHS. 2015), (MEDEIROS. 2013).

Categorizada inicialmente em três níveis diferentes: 1º) esfera pública episódica - bares, cafés, encontros na rua; 2º) esfera pública como presença organizada - encontros de pais, reuniões de partido e sindicatos, congressos na igreja, frequência em teatros ou concertos, etc; 3º) esfera pública abstrata - produzida pela mídia, como leitores, ouvintes e telespectadores de jornais espalhados difusamente; Fuchs (2015) e Medeiros (2013), entre outros autores, consideram a necessidade de ampliar a abrangência desta categoria de análise para o que este trabalho considera ser uma 4ª esfera pública: as atuais redes digitais na internet, atendendo assim demandas contemporâneas em decorrência do avanço tecnológico, mas sobretudo dos efeitos que tais interações têm conseguido nas sociedades hodiernas.

Conforme apontado por Habermas, Apud Medeiros (2013), um grupo de direitos fundamentais está intrinsecamente ligado à esfera pública, como a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação, bem como a função política dos agentes privados nessa esfera, através do direito de petição, o direito eleitoral e o voto igualitário. Todos estes valores e direitos constitucionais e democráticos modernos.

Fuchs (2015) considera que para uma esfera pública política, em uma perspectiva democrática, é preciso que os atores sociais se organizem e se mobilizem a partir de um problema ou dificuldades em comum e, por meio da ação política, consigam colocar suas questões como pautas públicas a ponto de sensibilizar a esfera estatal. Ora, para tanto,

Habermas concebeu os três níveis de esfera pública supracitados. Contemporaneamente, entretanto, as redes sociais na internet se apresentam como um poderoso meio de mobilização pela efetivação destes direitos civis, políticos e sociais.

Em defesa da ideia de que as redes na internet compõem mais um nível de esfera pública, cumpre conceituar o que seja uma “rede” para os efeitos deste estudo: “é uma estrutura de interconexão instável, composta por elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSO, Apud MEDEIROS. 2013). Fuchs (2013, p. 153) acrescenta que “As teias e emaranhados de atores tornam essas redes, formadas em princípio no ciberespaço, em verdadeiros espaços públicos virtuais nos quais ocorrem mobilizações, deliberações e tomada de decisões mediados pela linguagem”.

Nesta breve conceituação, os elementos de interação seriam os nós, os indivíduos, que são ao mesmo tempo interconectados e instáveis a partir do dinamismo próprio da rede, os quais, seguem regras próprias para serem como são. Destarte, a conexão entre os usuários que utilizam as redes sociais na internet gera um público que se comunica e interage de forma ativa, participativa e com elementos de autorregulação, estes autores complementam ao afirmar que isto faz com que as redes não sejam apenas um conceito, mas também, ou principalmente, um operador para a ação, interferindo assim na esfera pública e sendo meio de interesse público. Tais características intrínsecas às redes digitais também contribuem para um novo status paradigmático na mídia, quando esta usa desses elementos, que é o processo de midiatização.

Sabemos que as redes sociais e a própria internet atuam como um novo espaço de ação política. Na verdade essa perspectiva foi vista com muito entusiasmo a não muito tempo, pois o espaço para debates, deliberações e tomadas de ações rompendo longas distâncias e o tempo encontrou na internet o meio propício para o que se dizia ser a efetivação de uma democracia mais participativa. Fuchs (2015), Medeiros (2013) e outros autores questionam, entretanto, o papel da comunicação na formação e nas práticas de ação política estabelecidos nessas redes. Este questionamento remete diretamente ao posicionamento dos agentes dentro dessas plataformas.

No interregno entre o advento e a massificação das redes sociais na internet ocorreu a crise das organizações institucionalizadas de luta, a exemplo dos sindicatos, das associações

cívicas formais e dos partidos políticos. Também houve uma crise dentro da mídia tradicional. Ronaldo Almeida (2019) aponta que no debate público a “crise” é um termo genérico e impreciso. Ele a divide em diferentes dimensões, além da política e econômica. Em sua análise, a crise nos anos recentes atestaram, além das estruturas de poder, implicações sociais - pois causou fissuras nas relações interpessoais - e implicações culturais, uma vez que o jogo de forças tem levado a conflitos identitários, de valores e de comportamentos. A programação jornalística televisiva focou seus esforços por legitimação na temática da denúncia da corrupção, enquanto o eleitor comum, obrigado a votar, tornou-se agente importante como alvo dos produtores de conteúdos nas redes sociais digitais em uma campanha maciça pela (i)legitimidade de candidatos. Pelas novas mídias na internet se desenvolveu uma relação diferente entre emissores e receptores de informação: a legitimidade era conferida a partir de uma noção de confiabilidade por aproximação entre os agentes, algo que não ocorria na relação entre o público e a TV.

Os meios de comunicação tradicionais passaram a dividir espaço com as novas redes digitais e suas formas de interação. Os estudos que envolvem internet e política costumam trabalhar com três vertentes de Teorias da Informação e Comunicação (TIC): 1- a vertente liberal, que defende o uso das tecnologias da informação como garantias para as liberdades individuais; 2- a abordagem republicana do uso das tecnologias de informação, que as consideram uma forma de ampliar a participação cidadã no debate público; 3- a vertente deliberacionista das tecnologias de informação, que considera as ferramentas digitais de interação como um meio capaz de permitir aos cidadãos também a deliberação de pautas (GOMES e MAIA, Apud PENTEADO e CRUZ JR. 2019). Uma vertente adicional de matriz teórica é proposta por estes e outros autores, a sociotécnica, que diz respeito aos algoritmos, às configurações técnicas das plataformas e à formação de bolhas.

Penteado e Cruz Jr (2019) propõem que a produção, circulação e transmissão de informações políticas nas redes sociais dialogam com as quatro vertentes teóricas da tecnologia de informação supracitadas. Inicialmente houve uma celebração, com a entrada de novos atores no fluxo de informação, criando maior liberdade e engajamento de usuários; entretanto, os algoritmos delimitaram as formas de apropriação das redes digitais e facilitaram a criação de bolhas e a disseminação de fake news.

A interação dos usuários nas redes fez com que a produção de informação e sua circulação não ficasse restrita ao jornalismo tradicional, ao mesmo tempo que este – dentro da lógica liberal da TIC – que se associa à noção da imprensa livre, passou a criar contas e fazer uso das mídias digitais como um novo meio de propagação de suas reportagens. O uso conjunto das redes sociais na internet, tanto pelos jornais tradicionais quanto pelos usuários comuns, configurou-se assim como um “ecossistema complexo” de produção e disseminação de informação no qual Penteadó e Cruz Jr (2019) afirmam revelar novas relações de poder.

Neste ínterim, em via de propor a construção do campo de análise ao qual estão inseridos os agentes, é necessário discutir o conceito de midiaticização. Marques e Guimarães (2018) fazem um levantamento cronológico de abordagens neste tema, que no Brasil remonta a 2006. Para eles o conceito de midiaticização não é estanque e passa por diferentes disputas em torno dos significados e dos locais em que este fenômeno se apresenta. Hjarvard, Apud Marques e Guimarães (2018) salienta que a tarefa dos pesquisadores(as) com relação ao fenômeno da midiaticização é tentar entender as maneiras em que as instituições sociais e os processos culturais mudam de caráter em função da, e em resposta à mídia.

A midiaticização para Hjarvard ocorre quando a mídia encontra autonomia enquanto instituição social e se integra ao funcionamento das demais instituições. A autonomia das novas mídias dentro do campo também perpassa à sua necessidade por legitimação; às vezes se ancorando na mídia tradicional, outras vezes se afirmando em relação a ela. Trata-se de uma conceituação ampla que encerra uma noção mais estrita que se relaciona com a oportunidade de interação em espaços virtuais ao promover intervenção dos meios de comunicação na interação entre os indivíduos. Marques e Guimarães (2018) asseveram que ainda mais que a intervenção dos meios sobre as interações – que constituem um processo de fora para dentro – a midiaticização é capaz de configurar a interação de dentro para fora ao promoverem novas modalidades de trocas, situações, episódios interacionais, cenas, etc.

2.3 - A relação das tecnologias de informação e as “guerras culturais”

Com as novas TICs, e a forte influência mútua entre instituições e mídia, as redes sociais digitais se tornam espaços que a própria mídia tradicional, bem como demais instituições (públicas ou privadas), querem ocupar e usufruir. Toda essa interatividade em face à diversidade de agentes: pessoas físicas, think tanks, empresas privadas, igrejas,

instituições governamentais, etc; muitas vezes opostos e polarizados; fazem alguns autores resgatarem um termo cunhado no início dos anos 90 nos Estados Unidos chamado “guerras culturais”, atualizando-o e dando os contornos contemporâneos para seu uso. (DE MELO e VAZ. 2021).

A concepção de guerras culturais abrange muitos elementos relevantes para a análise do discurso, uma vez que encerra uma disputa de narrativas e concepções morais, de posicionamento, engajamento e visões de sociedade e mundo. De Melo e Vaz (2021) salientam que as disputas narrativas derivaram das mudanças sociais cujas consequências se explicitaram nos anos 90.

É deste contexto a reflexão epistemológica de James Hunter (2022) sobre o tema. Primeiro ao indagar a implicação do caráter intrínseco da filosofia liberal, que é individualista, sobre a ótica e aceitação da diferença, para em seguida discutir as concepções que ele considerou serem o cerne do debate sobre a guerra cultural, a saber: a cultura pública norte americana estava passando por um realinhamento que trazia como consequência uma série de tensões e conflitos significativos. Destas tensões ensejavam-se narrativas que envolviam, em sua gênese, as representações do passado formador daquele país, mostrando o homem branco como herói e negligenciando as mulheres e outras etnias; apresentando a utopia ideal do progresso americano, que uma vez realizado, deu-se mediante a violência contra mulheres, gays, negros, latinos, índios e asiáticos; e, por fim, a noção mais abrangente da disputa em torno da narrativa histórica de formação daquela nação: tudo isso afirmaria quem seriam os legítimos cidadãos americanos que se poriam em oposição a um “inimigo externo”, estes são todos que não se enquadrassem como legítimos. Em última instância, Hunter assevera que o próprio sentido das instituições veio a ser questionado. Para tanto este autor elenca um engajamento que reunia visões de mundo diferentes: tradicionalistas, que têm como norte as realizações e tradições do passado como alicerce para os desafios do presente; enquanto os permissivistas, têm por objetivo “a mais ampla emancipação do espírito humano e a criação de um mundo inclusivo e tolerante.” (Idem, p. 30)

Almeida (2018) e Lilla (2016) seguem linha similar complementando essa noção ao afirmar que o discurso neoconservador, para o primeiro; e reacionário, para o segundo, responsabilizavam a crise econômica do capitalismo após o *welfare state* era, antes de tudo, a

uma crise moral, que representava uma ruptura com as bases que permitiam a consolidação da sociedade ocidental. Para muitos destes grupos as diferenças de classe, de sexo e até mesmo as diferenças raciais eram naturais e sempre fizeram parte da ordem social; abandonar tais premissas em nome de uma “ordem social utópica sem distinção de classes” era algo que deveria ser combatido.

Como este conflito não se dá entre nações, as disputas giram em torno de questões privadas: o aborto, a homossexualidade e o racismo são exemplos. Essas clivagens de caráter moral trazem consigo elementos qualitativos e, portanto, de difícil conciliação; diferentemente de uma disputa em torno de, por exemplo, um aumento salarial, que é quantitativa e rápida assimilação e consenso.

Nesse ínterim, de Melo e Vaz (2021) consideram que as guerras culturais se somariam aos algoritmos como elemento fomentador da polarização e radicalismo. Seguindo o raciocínio deles, a variedade de perspectivas sobre uma questão moral qualquer tende a se reduzir em uma dualidade com perda da complexidade e nuance e o que importa para os agentes não é a compreensão aprofundada das razões da existência desta disputa moral, mas sim a vitória sobre a perspectiva que lhe é contrária. (de MELO e VAZ, 2021), (SCHWARCZ, 2019).

Em um cenário como este as teorias tradicionais de discurso político tendem a se alterar. Um discurso político moderado e de centro, onde costumam se encontrar a maior parte dos eleitores, perde sua eficácia e, por vezes, é visto com descrédito. Políticos conservadores podem ganhar as eleições focando em sua base mais radical. Como objeto desta pesquisa, os políticos também encontram porta-vozes justamente nestas novas mídias, por meio dos debates disseminados nas redes.

Uma segunda mudança percebida no discurso político se encontra no simbolismo que segue justamente a linha de pertencimento ao grupo, ao ativismo e à ação política daqueles a quem o agente especificamente se dirige. É um dos mecanismos retóricos deste comportamento é justamente a estigmatização daqueles que têm posicionamento contrário.

Por fim, de Melo e Vaz asseveram que a ideia de guerra traz a perspectiva e o uso da vitimização decorrente dessa forma de embate de narrativas. Os opositores podem,
e

costumam, usar a alcunha de vítima inocente da violência simbólica proferida pelo inimigo a fim de ter conferida uma superioridade moral. Derivado desta perspectiva de ação, há a possibilidade do estímulo à violência física em casos extremos, embora o discurso por si só já cause sofrimento visados por enunciados preconceituosos.

2.4 - Fatiando a guerra cultural em camadas

Não é difícil perceber que o embate de narrativas, numa sofisticada tentativa de ampliar seu alcance, tende a reduzir e simplificar temas que são complexos. A inteligibilidade pelo discurso fácil e emotivo costuma ser uma receita de sucesso quando o assunto é atrair a atenção e obter adeptos para um determinado pensamento ou prática. Na esfera acadêmica, entretanto, o compromisso pelo convencimento é mais responsável devido a características intrínsecas deste campo, como, por exemplo, a revisão dos resultados ou conclusões pelos pares. Ao abordarem os temas aqui propostos, um leque de autores constroem modelos de análise cuja explanação tende a “fatiar”, ou distinguir, em diferentes níveis, ou categorias, os fenômenos implicados nessa “guerra” moral e de costumes. Destacamos nesse ínterim, os trabalhos de Ronaldo de Almeida (2019); Luis Felipe Miguel (2018) e Melo e Vaz (2019) como obras que usam dessa abordagem analítica.

No bojo dessas características, os autores supracitados seguem traçando um panorama do que consideramos caracterizar as guerras culturais no Brasil em uma multiplicidade de vieses, que têm em comum uma vasta negligência das pessoas na busca de entender a fundo as causas ou pontos de partida para as suas questões, ao mesmo tempo que privilegiam apenas as conexões entre os temas, conexões que geralmente são forjadas pelas mesmas fontes radicais que estão pondo os pontos de pauta e ganham espaço nas novas mídias.

A ascensão do governo Bolsonaro é apresentada por estes autores como um corolário do acirramento de narrativas e de visões de mundo nessas guerras culturais no Brasil, embora as controvérsias das narrativas morais sejam bem anteriores. No trabalho de Melo e Vaz (2019) são categorizados quatro grandes eixos temáticos de polarização de pautas: 1- polarização envolvendo as relações étnico raciais, relacionando o “politicamente correto” e as ações afirmativas; 2- polarização com pauta na moralização da política, cuja narrativa relaciona o uso das políticas de redistribuição de renda e a corrupção; 3- a polarização que

relaciona as questões de gênero e os direitos reprodutivos; e 4- a polarização das disputas institucionais no campo da cultura.

Em uma linha de certo modo similar, Miguel (2018), afirma existir um vasto empreendimento que envolve as mídias sociais na internet, religiões adeptas a teologia da prosperidade, parte da mídia tradicional e também movimentos do terceiro setor ligados ao ideário neoliberal, entre outros, vêm compondo o que ele chama de “reemergência da direita brasileira”. Tal movimento ocorreu ao longo dos governos petistas, mas sobretudo no último governo Dilma. Nesse interregno, aponta Luis Miguel, o PSDB entendeu que seu caminho era o de liderar a direita, enquanto a direita entendeu que poderia radicalizar seu discurso. Pode-se falar assim que há direitas no plural, uma vez que o que existe hoje é a confluência de grupos diversos. Na visão deste autor, a direita radical, entretanto, inclui em seu campo três vertentes principais de ideologia e ação, que são: 1- o libertarianismo, 2- o fundamentalismo religioso e 3- a reciclagem do anticomunismo.

Por fim, Ronaldo de Almeida (2019) vai considerar que a promoção do discurso de polarização e radicalismo precisou antes, para ser bem sucedido, da confluência de quatro linhas de forças sociais, às quais o conservadorismo e o evangelismo estão implicados: 1- a esfera econômica, 2- a esfera moral; 3- a esfera securitária e 4- a esfera societal. O fatiamento da abordagem em prol do aprofundamento da análise é o caminho usado por estes autores e empreendemos aqui o esforço de correlacionar as problematizações por eles feitas.

O libertarianismo, ao qual Luis Felipe Miguel se refere é um recorte da esfera econômica decorrente do ideário neoliberal da Escola Austríaca, que começa e termina “na santidade do dogma dos contratos livremente estabelecidos; reduz todos os direitos ao direito de propriedade” (Miguel, 2018, p. 19). Em tal visão teórica o princípio da liberdade constitui um valor central, que, no entanto, é radicalizado por seus porta-vozes ao defenderem uma suposta oposição que esta teria com o princípio da igualdade. Tal oposição se torna equivalente à distinção entre esquerda, que defende a igualdade, e direita, defensora da liberdade. Nesse ínterim, o Estado, agente caracterizado pela capacidade de impor suas decisões de forma coerciva, é o oposto do mercado, que é identificado como terreno das trocas voluntárias e “livres”, onde se realiza a liberdade econômica (MIGUEL, 2018), (SOUZA, 2018).

A concepção de liberdade do libertarianismo, que se resume à ausência de interferência externa, é apresentada por seus adeptos, como evidente e isenta de qualquer problematização. Destarte, concepções de tradições filosóficas distintas, que não operam com a dicotomia liberdade/igualdade, são negligenciadas, ou mesmo estigmatizadas, como por exemplo a dicotomia liberdade/dominação, (em que o problema não é a interferência externa, mas seu eventual caráter arbitrário); ou ainda liberdade/necessidade, (que introduz o tema da privação material como obstáculo ao exercício da autonomia). Nessas tradições a igualdade não é inimiga da liberdade, ao contrário, a igualdade de influência política e a igualdade de recursos econômicos constituem a base necessária para a liberdade de todos. É o que pontua Luis Felipe Miguel (2018) e também se pode depreender da episteme do próprio Tocqueville (2010), que é um dos pais do liberalismo político, e demais referenciais teóricos nesta obra. Sem a igualdade a liberdade se torna bandeira vazia e é capaz de encobrir muitas formas de opressão.

No bojo que se insere dentro da linha libertarianista, Melo e Vaz pontuam que na visão de certos agentes discursivos as políticas redistributivas de renda, como o Bolsa Família, foram uma imposição da governança petista cujo discurso encerra o caráter moral negativo carregado de comportamentos oportunistas, representados nos dizeres conhecidos de que: “as mulheres engravidam para receber mais auxílio”, ou que “as pessoas estão deixando de trabalhar porque recebem o dinheiro do bolsa família”, ou ainda, e talvez mais importante, o aspecto populista de que “o bolsa família é a garantia de vitória eleitoral do PT”. Neste sentido as camadas mais populares da sociedade seriam oportunistas e imorais, ao votarem no PT pensando no interesse próprio e negligenciando a corrupção. Outra decorrência deste discurso é a noção implícita, e falsa, de que as classes mais abastadas votam e se posicionam política e moralmente de maneira isenta e sem interesses próprios. (MIGUEL, 2018), (de MELO e VAZ, 2019), (SOUZA, 2018). Porém, indo ainda mais longe nessa crítica, Ronaldo de Almeida (2019) assevera para o ressentimento de setores médios da sociedade por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade requeridos para galgarem benefícios econômicos promovidos pelos programas sociais dos governos petistas. A justificativa moral que foi apresentada para encobrir esse ressentimento encontrou, segundo este autor, amparo religioso na teologia da prosperidade dos neopentecostais, que valoriza a meritocracia e o esforço individual ante as adversidades, a atitude em detrimento da resignação e da assistência estatal como forma de dignidade.

Na abordagem de Ronaldo de Almeida, o conservadorismo e o evangelismo perpassam a moral e os costumes. Desde a redemocratização o Brasil experimentou mudanças que são consideradas progressistas no campo dos direitos reprodutivos e sexuais, albergando o direito ao planejamento familiar; o reconhecimento, para efeito civil, da união estável como meio de constituir família; ou ainda as formas monoparentais de família. Porém, é no contexto dos anos 90 que o fundamentalismo religioso configurou uma força política no Brasil com o incentivo das igrejas neopentecostais a fim de eleger seus pastores. Tal movimento promoveu a adoção do termo “bancada evangélica”, que entretanto, não é homogênea, já que contém uma minoria progressista em suas cadeiras. (MIGUEL, 2018), (SPYER, 2020), (SOUSA; VETORASSI; ANDRADE. 2021).

Esse contexto tem resultado na disputa da moralidade pública, em que as religiões cristãs se tornam, por meio de seus fundamentos, promotoras da sacralização da família e da reprodução da vida. Almeida pontua que em toda a América Latina os setores religiosos, à direita, se destacam ao pautar temas relacionados ao aborto, a sexualidade, ao gênero, ao casamento e a adoção de crianças por pessoas de mesmo sexo. Lançando mão de dogmas para a ação política, as religiões querem atuar na esfera pública, nas leis e nos costumes.

Mas um dos maiores problemas do fundamentalismo apontado por estes autores é o fato de que nele ocorre a percepção da existência de uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. O que pode ser mais antidemocrático que a impossibilidade do debate? Seus seguidores são ativos em relações a pautas morais, como a oposição do direito ao aborto, às compreensões inclusivas da entidade familiar e às políticas de combate a homofobia. Tais parlamentares se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, o que fortalece esse segmento no campo político, e fora dele, personagens como Silas Malafaia dão voz às suas pautas. (SPYER, 2020), (SOUSA; VETORASSI; ANDRADE, 2021), (MIGUEL, 2018), (de MELO e VAZ, 2021).

Entretanto, o fundamentalismo não se confunde com o fanatismo; consiste mais em um discurso de oportunidade de seus líderes que mantém o rebanho disciplinado e os imuniza diante de discursos que o contradizem e fortalecem seus líderes com um capital político importante por consistir de uma vasta base popular. Esse quadro ainda é complementado pelo uso que é feito dos recursos de rádio, TV e agora as redes sociais. Ainda segundo essa

literatura, a ênfase na agenda moral conservadora típica do fundamentalismo apareceu como caminho para a direita reconquistar ao menos uma parte da base social que havia sido perdida com as políticas de combate à miséria que ao longo dos últimos anos foram associadas aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda no campo da moral e dos costumes apontados por Ronaldo de Almeida é possível abranger o que Luis Miguel chama de resignificação do anticomunismo, algo que parecia ultrapassado com o fim da guerra fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina pelo “bolivarismo venezuelano”. Apesar de vários aspectos e posicionamentos políticos identificarem o PT como partido de centro, ou centro-esquerda, tal legenda passou a ser identificada como encarnação do comunismo no Brasil. Para Luis Miguel as três correntes não são estanques; havendo um caminho de fusão entre o anticomunismo com o reacionarismo moral, que atribui o nome de “marxismo cultural” à *doxa* dominante à qual são reacionários. Neste ínterim, de Melo e Vaz associam a essa disputa discursiva os movimentos reacionários da Escola Sem Partido, que acusa os professores e a própria grade curricular de enviesarem ideologicamente os estudantes em prol da “ideologia de esquerda” – a exemplo de uma suposta doutrinação marxista e sexualização precoce pela ideologia de gênero e “kit gay”, que poriam em xeque valores tradicionais da família e promoveriam a pedofilia.

Em outra linha, de certo modo similar, o ministério da cultura foi desmontado e reduzido a uma secretaria e perseguições à produção audiovisual foram feitas, tanto por cortes de recursos, quanto por censura, que Bolsonaro chamou de filtro a ser imposto para estes conteúdos. Muitos artistas tiveram sua moral questionada e o nome associado à corrupção devido a desinformação acerca do funcionamento e uso da Lei Rouanet. (de MELO e VAZ, 2021), (CARVALHO, 2020).

Completando o escopo de análise por camadas, Ronaldo de Almeida ainda chama atenção para a postura punitivista-repressiva e para alterações nas interações sociais. Para o punitivismo, elencam-se uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que sinalizam em prol de uma postura mais repressiva dos aparelhos de segurança estatais. Os adeptos dessas ideias advogam pela redução da maioria penal, revisão da lei anti armamento, revisão das políticas de encarceramento entre outras medidas. Essas pautas punitivistas tendem a alcançar grande apoio popular e, como pontua Almeida,

boa parte dos que falam em nome dos evangélicos - a exemplo de $\frac{2}{3}$ dos membros da bancada evangélica no congresso - defendem a redução da maioria penal. Em igual medida, agravada pela situação de forte antagonismo político, as interações sociais, sobretudo nas populações mais mobilizadas politicamente, têm passado por mudanças significativas. As relações interpessoais de muitos brasileiros têm passado por um prolongado tempo de divergência política e moral a ponto de tensionar laços de amizade, de trabalho e no seio da própria família; tudo isso potencializada pelas mídias digitais.

A noção de luta política tem, como fundamento principal, a disputa por projetos e visões de mundo, entretanto, o uso discursivo radical se torna uma estratégia maquiavélica com objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade por meio da manipulação das mentes. Nesse sentido, Schwarcz (2019) explana acerca da tradicional negação ideológica do conflito no Brasil. A negação da violência que existe em nossas relações sociais. Segundo ela, esta seria uma maneira de silenciar as ambivalências e contradições numa sociedade que prefere deixar no invisível aquilo que se mantém presente na superfície: a cordialidade. Em lugar do “ritual da tolerância”, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade, que sempre esteve entre nós, mas que era silenciada.

Em suma, ante ao que já foi explanado, encerra-se aqui um breve panorama do contexto em que os agentes cujos discursos serão analisados na última seção deste trabalho. Antes, porém, cabe um aprofundamento acerca de elementos estruturais que conformam a singularidade da realidade brasileira a partir do referencial de Florestan Fernandes e a relação entre as classes sociais do capitalismo dependente. Este é um elemento que o presente trabalho considera fundante das contradições que dão base para as disputas ideológicas e as guerras culturais no Brasil.

3 - Da correspondência qualitativa entre os posicionamentos políticos e as classes sociais.

Para esta seção do trabalho, a reflexão se volta para a correspondência qualitativa entre os posicionamentos políticos e as classes quando debatidos em um sistema de capitalismo tardio como o brasileiro. De certo modo muito já foi visto no capítulo anterior, embora o aprofundamento do que significa ser esquerda e direita não tenha sido o foco principal da análise, mas sim as implicações de tais posicionamentos, seja para o enfraquecimento da esfera pública, a crise das instituições democráticas ou ainda para o acirramento das guerras culturais. Agora a pretensão é a de extrair dos referenciais teóricos um “núcleo duro” dos valores que compõem essas formas de posicionamento e vivência no mundo sociopolítico que é pertinente ao quadro socioeconômico em que estão inseridos os agentes.

Nesta empreitada cumpre destacar um referencial que pensou o Brasil tanto por sua metodologia acadêmica, quanto por sua prática política, a atenção colhida da obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes (1973), o qual traz luz para elementos intrínsecos da configuração social que abrange o Brasil e a América Latina como um todo por desenvolverem um sistema socioeconômico capitalista constituído de forma tardia. Elementos relativos ao privilégio de classe e à associação com o capital hegemônico das potências europeias e estadunidenses dão um caráter peculiar ao que se costuma considerar às nossas relações sociais e, por conseguinte, ao que se considera esquerda e direita no Brasil.

Outra importante contribuição advém do historiador José Murilo de Carvalho que, em sua obra *Cidadania Brasileira*, pontua que cada país construiu o caminho para a cidadania e para a democracia de sua própria maneira, em certo sentido é uma resposta ao trabalho de Thomas H. Marshall, *Cidadania Classe Social e Status*, por mostrar como a formação da cidadania no Brasil se distingue da formação cidadã inglesa. As peculiaridades em cada experiência indicam que o caminho percorrido pela cidadania, entretanto, pode alterar o produto da experiência democrática em cada sociedade.

3.1 - A Cidadania e a República no Brasil

Na obra *Brasil: uma Biografia*, da historiadora Lilia Schwarcz, há uma curiosa citação dos idos de 1630 do Frei Vicente sobre o Brasil: “Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular” (SCHWARCZ, 2019, p. 41). Essa afirmação é de um período em que o Brasil estava sendo formado, com base no latifúndio e na exploração das terras para a monocultura pela mão de obra escravizada. Muita coisa mudou e avançou desde a época de Frei Vicente, mas, distante de qualquer concepção positivista, entre os avanços também houve retrocessos.

Para José Murilo de Carvalho, uma cidadania plena - e por conseguinte de uma esfera pública - deve combinar liberdade, participação e igualdade para todos. Embora este seja, talvez, um ideal inatingível, serve como parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país. Um cidadão pleno goza com facilidade das três esferas da cidadania (os elementos civil, político e social pontuados por Marshall). A experiência histórica mostra que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez nos lugares onde a educação popular foi implementada, pois ela permitiu às pessoas tomarem conhecimento dos direitos que possuíam e se organizarem para lutar por eles. Como bom historiador, Carvalho pontua o aspecto histórico que a formação sequencial dos direitos têm, na experiência inglesa o elemento civil se formou antes do elemento político e, por fim, o social; entretanto, em sua análise a formação dos direitos teve uma sequência diferente no Brasil, os direitos sociais e políticos precederam os direitos civis. Carvalho pontua que este seria um vício de origem que influenciou fortemente a formação cidadã do brasileiro. A abolição da escravidão incorporou os ex escravizados aos direitos civis, mas esta foi uma incorporação meramente formal, não houve qualquer política de emancipação social para integrar essa considerável parcela da população à sociedade, salientam Carvalho (2002), Schwarcz (2019) e Souza (2019).

A Constituição da República, de 1891, foi mais retrógrada que a do Império, de 1824, no tocante aos direitos políticos ao restringir o direito do voto aos analfabetos. Nas eleições de 1872 13% da população total, excetuando os escravos, puderam votar. Em termos de comparação, José Murilo demonstra que na mesma época 7% dos ingleses votaram nas eleições de 1870; 9% em Portugal e apenas 2% na Itália. Também houve eleições ininterruptas entre 1822 e 1930 no Brasil. Com a República e a restrição do voto aos

analfabetos em 1881, mantida pela primeira constituição republicana, apenas 2% dos brasileiros votaram em sua primeira eleição pós monarquia: um gigantesco passo para trás.

Estes são aspectos formais dos direitos políticos. A parte substantiva e o que o direito de voto significava na prática foi o equivocado motivo para o retrocesso. José Murilo de Carvalho pontua que o que estava em jogo não era o exercício do direito de cidadão, mas o domínio político local. É a gênese do mandonismo. O líder político local não podia perder as eleições, pois se isso ocorresse significaria perda de prestígio e perda do controle para indicação de cargos públicos. Era preciso, portanto, mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições, que não obstante eram tumultuadas e violentas. Neste cenário o voto tinha um sentido bastante diverso do imaginado pelos legisladores. Não se tratava de um exercício de participação da vida política, mas apenas uma ação relacionada estritamente com as disputas e os mandonismos locais. Durante o império e a primeira república o voto era um ato de obediência forçada, ou, na melhor das hipóteses, um ato de gratidão. Porém, pontua José Murilo, à medida que o eleitor se dava conta da importância que o voto tinha para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais e a vendê-lo mais caro.

Nos lugares onde a dependência social era menor, o preço do voto subia mais rápido. As eleições eram, e ainda são de certo modo, um momento em que cidadão pobre poderia ganhar favores pessoais e até mesmo dinheiro. Aqui entra o argumento para o retrocesso: alegava-se que a corrupção se dava por conta da falta de preparo dos eleitores, que eram “analfabetos”, “ignorantes” e “inconscientes” e, portanto, era preciso restringir o voto para sua parcela mais educada e rica. Substancialmente, entretanto, estava também o argumento material de que as eleições estavam se tornando cada vez mais caras para os proprietários rurais e sua restrição iria baratear substancialmente o processo eletivo. Foi isso o que ocorreu durante toda a República Velha. Sobre as críticas aos eleitores José Murilo de Carvalho comenta:

Pode-se perguntar se não tinham alguma razão os que defendiam desde 1881 a limitação do direito do voto com base no argumento de que o povo não tinha condições de o exercer adequadamente. Vimos que, de fato, não houve experiência política prévia que preparasse os cidadãos para exercer suas obrigações cívicas. Nem mesmo a Independência do país teve participação popular significativa. (...) Os críticos da participação popular cometeram vários equívocos. O primeiro era achar que uma população saída da dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora pra

outra, comportar-se como cidadãos atenienses (...) O segundo motivo foi apontado por Joaquim Nabuco; quem era menos preparado para a democracia? o povo, ou o governo e as elites? quem comprava as eleições? quem comprava os votos? quem não admitia derrota? O terceiro erro foi o de desconhecer que mesmo em sociedades avançadas também havia fraudes (...) O quarto e último equívoco era achar que o aprendizado do exercício dos direitos políticos pudesse ser feito por outra maneira que não a sua prática continuada e um esforço do governo de difundir a educação primária. (CARVALHO, 2002, p. 44).

A prática constante do exercício dos direitos políticos, somada a uma educação para todos, deveria ser a chave para um aprimoramento político. O ganho obtido pela restrição do voto foi meramente ilusório. “A interrupção do aprendizado só poderia levar, como levou, ao retardamento da incorporação dos cidadãos à vida política”. (Idem, p. 45). Ademais, o coronelismo e a grande propriedade constituíram grandes obstáculos ao exercício dos direitos políticos porque antes barrava os direitos civis. Nas fazendas imperava a lei do coronel, que era criada e executada por ele. Seus trabalhadores eram, na verdade, dependentes e quase súditos, como outrora foram os servos da gleba. Quando a lei e as instituições do Estado se aproximavam, eram aplicadas dentro do acordo coronelista, que em resumo significava a concessão de apoio político do coronel ao governador em troca de indicações de cargos e autoridades, como o delegado de polícia, o coletor de impostos, o juiz, a professora primária entre outros. Com o controle destes cargos o coronel poderia premiar seus aliados e gozar do controle da mão de obra, além de burlar os impostos. Para o exercício dos direitos civis, entretanto, o coronelismo era uma tragédia. Com os cargos públicos nas mãos do coronel, a justiça se tornava privada, ou era controlada por agentes privados. Como pontua José Murilo de Carvalho, o direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito à livre manifestação de pensamento, tudo isso ficava à mercê do coronel, e por isso eram comuns os jargões populares “Para os inimigos a lei, para os amigos a interpretação da lei”.

O coronelismo está diretamente relacionado com o patrimonialismo, que é uma prática política e de gestão identificada pela historiografia e pela sociologia como predominantes no Brasil durante o Império e também a República Velha, com resquícios presentes hoje. Em um cenário como este os direitos sociais não poderiam prosperar. Na verdade, a Constituição de

1891 retrocedeu ao retirar a obrigatoriedade de o Estado fornecer educação primária presente na Constituição do Império (CARVALHO, 2002).

Os direitos sociais passaram a ter centralidade da atenção do governo entre 1930 e 1964. Neste período foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, e houve também ampliação da legislação previdenciária. Estas foram, porém, legislações introduzidas em período de baixa, ou nula, participação política e civil uma vez que foram fruto da ditadura do Estado Novo. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “este pecado de origem e a maneira como foram concebidos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática” (CARVALHO, 2002, p. 110). Também teriam comprometido sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. É neste contexto que se desenvolve a tese do populismo no Brasil. Tal fenômeno se desenvolveu na chamada “Era Vargas” que usou as legislações sociais e trabalhistas, mais o aumento do salário mínimo, para obter apoio popular e retornar ao poder em 1950. Essa tese, entretanto, é veementemente criticada por Jessé Souza (2019), que a considera uma narrativa de deslegitimação de lideranças preocupadas com os anseios populares; foi usada para atacar Vargas, JK, Jango e após a redemocratização, Lula.

Na tese de José Murilo de Carvalho a alteração da ordem com que as diferentes dimensões de direitos se sucederam, com os direitos sociais encontrando guarida em períodos ditatoriais, e por conseguinte sem a participação popular, contribuiu para configuração de um tipo de cidadão menos participativo e menos ciente de seus direitos. O mesmo ocorreu na ditadura civil/militar entre 1964 a 1985, quando os direitos civis e políticos foram violentamente cassados, mas os direitos sociais encontraram ampla legislação, como a criação do INPS, universalizando a previdência social; ou a criação do FUNRURAL, que integrou o trabalhador rural aos direitos trabalhistas e previdenciários, (categoria que havia sido negligenciada na CLT de Vargas). Também implementou o FGTS, que funciona como um seguro desemprego; criou-se o Banco Nacional de Habitação e também o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Florestan Fernandes e posteriormente Jessé Souza, entretanto, tem uma abordagem com análise diferente, não contrastante, mas com um viés voltado para a disputa de interesse entre as classes sociais no Brasil. Destarte, tal análise pontua as disparidades sociais, nunca

enfrentadas da forma necessária, como um problema central tanto para os laços de solidariedade entre os indivíduos, quanto para a democracia por si mesma.

3.2 - O Capitalismo de associação dependente e a cooptação simbólica da classe média.

A situação social, política e econômica do Brasil contemporâneo é reflexo do abandono da classe dos ex-escravizados. Jessé pontua que “como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade [...] libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna” (SOUSA, 2019, p. 79 e 80). Essa também é uma questão que se pode traçar paralelo com outra sociedade que teve passado escravagista. Após a guerra da secessão nos EUA ocorreu o fim da escravidão naquele país. Lá, apesar do apartheid, houve uma política de promoção à educação e emprego ao recém liberto, o que se verifica pelo fato de haver 4.325 escolas para negros nos idos de 1870 (CARVALHO. 2002).

No Brasil a história foi diferente. Schwarcz (2019) pontua que na virada do século XX o Darwinismo Social encontrou muita força em solo brasileiro. Enquanto os ideais iluministas e o liberalismo político tinham divulgado a ideia de que os homens eram iguais perante a lei, as teorias do determinismo racial e social afirmavam o oposto. No Rio de Janeiro, após a abolição se dizia que “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca” (SCHWARCZ, 2019, p. 31). Outrossim, Jessé Souza, citando Florestan Fernandes, afirma que o ex-escravo foi jogado dentro de uma ordem social competitiva que ele não conhecia e para a qual não havia sido preparado. Com base nas teorias eugenistas do darwinismo social, o Estado brasileiro promoveu a imigração europeia desde o último quartel do século XIX e a imigração japonesa no início do século XX. Pensava-se que apenas com uma população branca europeizada o Brasil poderia prosperar.

A partir dessas condições impostas pela grande propriedade, pela desigualdade social e sobretudo pelo abandono à própria sorte de parte considerável da população brasileira, uma tradição crítica de sociologia e historiografia busca defender a tese de que a dinâmica das classes, de seus interesses e suas lutas, constituem a chave para a compreensão dos dilemas fundamentais da sociedade.

Com forte inspiração em Bourdieu, Jessé pontua que na base hierárquica social moderna há uma luta pela obtenção de capitais, ou seja, uma luta por tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social por recursos escassos. Dentre os capitais se destacam três tipos citados na seção anterior: o capital econômico, o capital cultural e o capital social das relações sociais.

O capital econômico é o mais visível e também o mais importante porque a elite econômica pode comprar as outras elites não econômicas. Porém, não é o único atuante na sociedade e precisa ser justificado pelas elites intelectuais e jurídicas. Aqui entra o segundo capital, que é o capital cultural. Este é fundamental para as chances de sucesso no mundo moderno porque é indispensável para a reprodução do capitalismo. É pelos detentores do capital cultural que o capitalismo se justifica e também são esses agentes que desempenham, tanto as funções de mercado, quanto as de Estado. Por fim, Jessé pontua que o capital social das relações pessoais se refere às relações que se criam a meio caminho entre interesse e afetividade e que representam alguma vantagem na competição pelos recursos escassos.

A elite econômica detém o capital econômico. Para a classe média sobram os demais, sobretudo o cultural, que ela pretende monopolizar para si. Aqui entra um aspecto compartilhado por Jessé Souza e Florestan Fernandes. Nas palavras do primeiro, “a classe média forma um pacto antipopular comandado pela elite (...), onde se misturam aspectos racionais, como a preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como a necessidade de distinção, ódio e ressentimentos de classe.” (SOUZA, 2019, p. 115). Para explicar tal assertiva, Jessé se volta para o período que ele considera formador das classes sociais como as concebemos hoje no Brasil: a Era Vargas. A partir daí faz toda uma rediscussão dos conceitos de patrimonialismo e populismo amplamente aceitos e divulgados pela academia e pelos meios de comunicação em massa. Segundo ele, é neste período que entra em jogo a manipulação da classe média pela elite do dinheiro.

Outrossim, Fernandes (1973) afirma que o padrão de hegemonia burguesa saiu das oligarquias tradicionais (de proprietários) para ser composto por formas de associação privilegiada com outros grupos de classes altas e de setores intermediários, em regra constituídos por agentes econômicos estrangeiros, comerciantes e profissionais liberais. Os setores médios saíram do controle direto das antigas oligarquias e atingiram poder de

barganha na área política e, em suas palavras, isto teria convertido as classes médias em polarização política das altas. Foi na Era Vargas que se criou uma sociedade moderna e industrial, em face ao passado agrário. Além da implementação da industrialização, construíram-se estatais de pesquisa e planejamento para equipar o Estado com efetiva capacidade de intervenção. É também neste contexto que se cria a grande imprensa, as grandes universidades e uma esfera pública mais ampla no Brasil. A estratificação social se torna mais ampla e a nascente classe média composta sobretudo por comerciantes, trabalhadores qualificados, profissionais liberais e agentes públicos do Estado passa a cumprir um papel de capital político usado pela elite nas disputas democráticas do país. Como isso ocorre?

Na tese de Jessé Souza, em vez do uso da truculência e da coerção da elite sobre os trabalhadores nos momentos cruciais de eleição, como vimos que ocorria na República Velha, como pontuado por José Murilo de Carvalho, a nova configuração social teria feito a elite migrar da violência física para a violência simbólica. Isso se deu pelo domínio da opinião pública. “Os novos tempos pedem um liberalismo repaginado e construído para convencer, e não apenas para oprimir (...) o que estava em jogo era a captura da classe média pela elite formando a aliança dominante”. (SOUZA, 2019, p. 139). A partir do domínio da opinião pública se captura o espírito, a moralidade, os ideais e valores que se pretende disseminar.

Florestan Fernandes (1973) põe em evidência que as camadas privilegiadas da sociedade frequentemente apresentavam seus interesses como sendo os "interesses supremos da nação", o que facilitava a manipulação externa, na relação do capitalismo dependente, já que esses interesses estavam conectados à manutenção do seu poder e privilégio. Florestan identificou cinco formas de dominação externa desde o passado colonial até a segunda metade do século XX, mas para o interesse deste trabalho importa elencar o que essas formas de dominação compartilham em comum: a confluência dos interesses dessas elites locais com os interesses externos, tudo com o objetivo de preservar sua posição de "super privilégio". Desde já cumpre destacar que a desigualdade é um marco constante na formação brasileira e as elites - tanto no passado escravocrata, como no contexto atual – atuavam e atuam de modo a não perder o privilégio oriundo dessa dicotomia.

No contexto colonial, apenas os colonizadores eram integrados às estruturas de poder existentes, podendo transmitir sua posição social por meio da linhagem europeia. Segundo Florestan, o tipo de dominação colonial no Brasil e em outros países latino-americanos teve um caráter de exploração ilimitada em todos os aspectos da vida e da produção. Comparando com a experiência dos Estados Unidos, conforme descrito por Alexis de Tocqueville (2010), o modelo colonial britânico nas 13 colônias americanas foi diferente. A Inglaterra, por muito tempo, deu, por pura negligência, uma autonomia maior aos colonos, o que lhes permitiu um desenvolvimento distinto em relação ao controle da metrópole.

A mais recente forma de dominação externa, na época em que Florestan concebeu sua obra, constava, como hoje, da liderança de corporações norte-americanas ou europeias em confluência com os interesses das elites locais. Essas corporações prometeram atender às expectativas de crescimento nacional desejadas pelas burguesias no poder. No entanto, argumenta-se, uma vez estabelecidas com o apoio econômico do Estado, essas corporações revelaram sua verdadeira natureza: as empresas locais foram, ou absorvidas ou eliminadas. As estruturas econômicas existentes foram adaptadas às necessidades dessas corporações; e o crescimento autônomo e a integração nacional da economia passaram a servir diretamente aos interesses privados dessas empresas.

Esse processo tem uma forte dimensão política, pois, na análise de Florestan, as elites locais não são influenciadas por pressões democráticas. Elas apoiam esse sistema de dominação, pois o veem como a única forma de evitar subversões, como a corrupção ou o comunismo. A historiografia hoje compreende a ameaça comunista como um “fantasma alegórico”, conforme visto no primeiro capítulo desta obra. Esse tipo de justificativa ideológica se repete ao longo do tempo e continua sendo usado como argumento para a manutenção de regimes autoritários no Brasil. Florestan apresenta reflexões da década de 1970 que ainda são muito pertinentes hoje, como se vê no trecho a seguir:

A superestrutura legal e política da sociedade de classes sofre uma dupla reflexão: a primeira resulta das estruturas de poder - as quais são congestionadas nas posições estratégicas para o super privilegiamento de classes dominantes e o controle da situação por sua elite. A segunda resulta das interferências e do subdesenvolvimento nas estruturas e nos dinamismos da ordem social competitiva, e que se traduz por uma exacerbação das relações de poder orientadas politicamente, já que o desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação

Florestan argumenta que, no contexto da sociedade de classes, há uma tendência autoritária que visa garantir o “super privilegiamento” das classes altas e médias. Essa tendência se confirma historicamente por fazer coexistir uma sociedade de classes inserida num sistema de poder que é, em certa medida, aberto e democrático, mas que permite e perpetua a dominação burguesa. As classes dominantes aceitam a ordem social competitiva apenas nos aspectos que favorecem suas posições, e rejeitam-na sempre que suas vantagens podem ser ameaçadas. Este é um ponto importante porque é possível correlacionar tal premissa com um “núcleo duro” que serve de parâmetro de distinção entre as visões de mundo entre direita e esquerda, que aqui deve auxiliar a análise de correspondência qualitativa entre a Jovem Pan, seus agentes e o público que consome sua informação trazida por ela.

Florestan segue pontuando que sempre que as elites dominantes percebem ameaças ao status quo que as beneficiam, elas tendem a enfraquecer ou bloquear o sistema democrático que deveria ser relativamente aberto. O que está sendo destacado aqui é, portanto, a incompatibilidade entre os privilégios das classes dominantes e a estabilidade das relações de poder, observando que, na visão dele seria impossível implementar regras democráticas em uma sociedade onde as classes dominantes aceitam a competição social apenas quando ela assegura a continuidade das desigualdades, mas rejeitam a própria democracia e suas regras – oriundas do constitucionalismo – que programaticamente propiciariam a correção de tais vícios. Obviamente, tem-se implícito um conflito a respeito da forma de se fazer política e também de visões de mundo, seja material ou simbolicamente, por meio dos valores, tradições, mudanças ou do que se considera importante conquistar, modificar ou preservar em uma sociedade.

Como expresso pelos referenciais em Jessé e Florestan, a cooptação da classe média pela classe dominante deixa de ser uma dominação coercitiva e de violência física e passa a ser simbólica por meio da comunicação e das instituições de reprodução do capital, como as universidades, a mídia e as instituições. Formam-se os novos campos onde se discutem e se disseminam as ideias políticas, com uma população cada vez mais urbana e uma crescente classe média. A importância simbólica que meios de comunicação como a Jovem Pan, por

sua audiência e abrangência, conferem a responsabilidade social por sua atividade, seja nas mídias tradicionais, como a rádio, seja nas plataformas da internet. Das transformações sociais, a moralidade pública se torna foco de disputa de onde se insere a tentativa de cooptação dos interesses de classe, de onde derivam as narrativas sobre visões de mundo e o próprio revisionismo histórico que questiona as noções de brasilidade e a virtuosidade do papel dos movimentos políticos conservadores, reacionários e progressistas.

No próximo capítulo aprofundaremos as noções pertinentes à produção simbólica e a análise de discurso, em função destes temas, na perspectiva teórica bourdiesiana. Para tanto, metodologicamente decidimos por escolher o noticiário e os debates cujas temáticas apresentadas se relacionam diretamente com os temas apresentados por Ronaldo de Almeida que, em sentido estrito, se insere nas narrativas amplas trazidas por Florestan Fernandes, Jessé Souza e demais referenciais trazidos para análise até aqui. Como se posicionam os debatedores da programação jornalística da Jovem Pan ao formarem opinião sobre as esferas da economia? da moral e costumes? e da segurança pública? E ainda, igualmente importante, de que forma o público que consome sua programação recebe as notícias e se manifesta acerca das mesmas?

4 - Capítulo Empírico: A Inserção e o Discurso da Jovem Pan nas Novas Mídias.

Nas duas primeiras seções foram lançadas premissas do contexto sócio histórico contemporâneo no Brasil. Com base no referencial teórico em Pierre Bourdieu, discutiu-se o processo de formação de opinião e sua relação com a mídia tradicional; abordou-se a atualização do conceito de esfera pública e sua relação com as novas mídias digitais pelo processo de midiaticização; e, por fim, com base nas contribuições de Ronaldo de Almeida, Luis Felipe Miguel, e de Melo e Vaz entre outros autores, foi possível traçar um panorama capaz de elencar o conjunto de forças políticas e sociais que propiciaram o acirramento da polarização ideológica, levando ao que uma literatura especializada considera ser as novas guerras culturais. Questões estruturais de formação da cidadania, da formação da esfera pública e dos conflitos de classe foram explicitadas a partir das interpretações de José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Jessé Souza, como visões constituintes da singularidade da sociedade brasileira a fim de se estabelecer um panorama para a formação dos campos de análise que se desenvolverá no presente capítulo.

Na presente seção a análise é empírica e focada na ação dos debatedores presentes na programação da Jovem Pan, que é um canal de notícias presente no rádio, mas que se popularizou usando da interface das novas mídias digitais, como YouTube, Instagram e Facebook e plataforma de Streaming, a Panflix, além de disponibilizar sua programação pela internet por meio de site próprio. Os programas da Jovem Pan selecionados para este estudo precisavam ser aqueles que mesclavam informação jornalística com o debate de ideias realizado pelos agentes contratados pela emissora.

A programação selecionada da Jovem Pan que se enquadra neste modelo de jornalismo e debate compreende os programas: “3 em 1”, “Linha de Frente” e o “Tá na Roda”. Conforme consta no site da emissora, o Linha de Frente consiste em um “Talk show que analisa os principais assuntos da semana de política, entretenimento e comportamento. O programa tem cinco comentaristas com opiniões diversas que contribuem para o debate”⁶, ou o 3 em 1, descrito com “Três pontos de vista de um mesmo assunto. Cobertura e análise do

⁶ Linha de Frente, Jovem Pan, disponível em < <https://jovempan.com.br/programas/linha-de-frente> > acessado em 15 de janeiro de 2024.

cenário político brasileiro.”⁷; ambos programas diários, e o “Tá na Roda”, sob formato similar, mas apresentado apenas aos domingos.

Em todos estes programas há um apresentador que é também o mediador do debate. A emissora afirma terem estes programas pluralidade de ideias e pontos de vista dos mais variados espectros ideológicos, o que conferiria a legitimidade pelo seu caráter democrático e propositivo. No levantamento feito para esta pesquisa foram coletadas, transcritas e analisadas as declarações de vinte agentes formadores de opinião, entre debatedores contratados, convidados, e mediadores (que em todos os programas tomam partido com relação às pautas lançadas).

As transcrições e análises abrangeram seis debates distribuídos nesses três programas, cujos temas corresponderam justamente às questões elencadas no capítulo anterior, envolvendo questões de liberdade econômica; questões morais; liberdade individual, segurança pública e punitividade do Estado; e por fim as interações sociais e a manifestação do pensamento. Todos os programas transcritos ocorreram entre 2023 e 2024, já na gestão do terceiro governo Lula.

4.1 - A posição da Jovem Pan no campo midiático e seu corpo editorial.

Com uma história que remonta ao estado de São Paulo em 1942, o grupo Jovem Pan só promoveu a expansão de sua rádio em nível nacional de programação em 1994 por via satélite. Em 1997, com o advento da Internet, implementou site oficial do grupo e 10 anos depois foi implementada a Jovem Pan Online, que nas palavras do presidente do grupo era “a rádio com imagem”, um aceno para a criação da TV Jovem Pan anos depois, mas desde então o grupo existiu duplamente, como meio radiofônico AM e FM e como emissora dentro da internet. Em 2017 o grupo contava com mais de 100 emissoras próprias e afiliadas espalhadas pelo Brasil. No ano de 2020 foi implementada a plataforma de Streaming Panflix disponibilizando para os usuários toda a programação que já estava presente no YouTube.⁸ Em 2021 estreou a Jovem Pan News, canal de notícias 24 horas em TV por assinatura. Na

⁷ 3 em 1, Jovem Pan, disponível em < <https://jovempan.com.br/programas/3-em-1> > acessado em 15 de janeiro de 2024.

⁸ Jovem Pan 80 anos, disponível em < <https://jovempan.com.br/jp-80-anos/jovem-pan-80-anos-conheca-a-trajetoria-da-radio-panamericana-ate-o-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html> > acessado em 04 de fevereiro de 2024.

ocasião o grupo tentou se inserir na TV aberta, mas sem sucesso por decisão do TRF-3⁹ que considerou ilegal a aquisição do canal 32 sem participação da União. Por determinação constitucional, no artigo 223, qualquer concessão pública de TV precisa passar pela aprovação do Congresso Nacional e sanção do presidente da república.

O grupo possui três concessões públicas para radiodifusão, mas por obra da Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal em julho de 2023, foi feito pedido de cassação dessas concessões, sem prejuízo de sua programação de TV por assinatura. O MPF alegou que o grupo Jovem Pan disseminou, “reiteradamente, em 2022, conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral daquele ano, além de incitar desobediência às leis, subversão à ordem e defender a intervenção das Forças Armadas sobre os poderes civis”.¹⁰ Um acordo extrajudicial foi tentado e nele a Jovem Pan se comprometeu em destinar mensagens oficiais a respeito da confiabilidade das eleições em sua programação ao longo de quatro meses. Também foram feitas demissões de comentaristas considerados extremistas, a exemplo de Rodrigo Constantino, Augusto Nunes e Tiago Pavinatto (este último presente nos debates analisados por este trabalho). Apesar dessas tratativas, o acordo não obteve êxito e o Ministério Público manteve posição em prol da condenação da empresa com pagamento de multa de 13,4 milhões de reais por danos morais coletivos e perda das concessões de radiodifusão. A Advocacia Geral da União (AGU) aderiu à multa e à penhora de bens, mas resistiu em aderir às recomendações do MPF quanto à cassação da emissora.

Da inserção da Jovem Pan no campo midiático pode-se dizer que o grupo vêm numa crescente em audiência nos anos recentes, sobretudo após o advento da internet e das redes sociais. Como visto, a Jovem Pan possui uma interface de longa data entre a radiodifusão e a internet. A cada dia a audiência obtida pelo YouTube e plataformas de Streaming cresce em relação à chamada “TV linear”, seja aberta ou fechada. Institutos como o IBOPE, que outrora mediam a audiência televisiva da Globo, SBT, Record, Band, RedeTV e outros canais, agora conferem também a audiência que é obtida fora da TV linear. Nos dados da Kantar IBOPE, o somatório da audiência obtida por TVs, celulares, Smart tvs, tablets, computadores e

⁹ CONJUR, Tribunal cassa concessão do canal 32 e Jovem Pan fica sem emissora de TV. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2021-ago-21/trf-cassa-concessao-canal-32-jovem-pan-fica-emissora-tv/> > acessado em 04 de fevereiro de 2024.

¹⁰ Agência Brasil. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2023-06/mpf-pede-cassacao-de-concessoes-da-jovem-pan-por-ataques-democracia> > acessado em 04 de fevereiro de 2024.

notebooks conferiu, para o YouTube e plataformas de Streaming, a preferência de 3 em cada 10 aparelhos. A TV linear segue como preferência absoluta de 70% de audiência, mas está mais relacionada, sobretudo, a um público na faixa etária dos 40 anos ou mais. Isso implica numa tendência de mudança do perfil midiático que está em curso.

No Brasil o YouTube sozinho obtém mais audiência que o SBT e a Record somados¹¹. Obviamente que os conteúdos do YouTube são múltiplos, mas inserido nele, a Jovem Pan disputa a audiência dos canais de notícias com a CNN Brasil, Record News, SBT News entre outros. Com mais de 7,8 milhões de inscritos, o canal Jovem Pan News no YouTube é o líder do segmento nesta plataforma, seguido pelo SBT News com 5,73 milhões, Band Jornalismo com 5,17 milhões, CNN Brasil com 4,78 milhões e Record News com 3,52 milhões de inscritos. Apesar de a Globo News não estar inserida no YouTube, já ocorreu de a Jovem Pan ultrapassar em audiência o canal de notícias da família Marinho, sobretudo nos programas Três em Um¹² e Pânico¹³. Cumpre destacar que os próprios programas da emissora tem canais individuais no YouTube e contam com milhões de inscritos.¹⁴

O número de inscrições, entretanto, nem sempre reflete fidelidade à audiência, mas aqui a interatividade propiciada pela internet ajuda a medir a noção do engajamento com o número de comentários, curtidas e visualizações sempre disponíveis. A coordenadora do grupo Jovem Pan no YouTube, Luísa Sena, afirmou em entrevista que o número de comentários variam de um mês para o outro, mas seguiam crescendo de forma vertiginosa, em março de 2022 eram 325 mil comentários no canal, em abril o número havia saltado para

¹¹ Portal Terra. YouTube tem mais audiência que Record e SBT e escancara crise na TV aberta. Disponível em <
<https://rd1.com.br/youtube-tem-mais-audiencia-que-record-e-sbt-e-escancara-crise-da-tv-aberta/#:~:text=O%20YouTube%20roubou%20a%20cena.a%20emissora%20de%20Edir%20Macedo.>> acessado em 04 de fevereiro de 2024.

¹² UOL, Jovem Pan Supera Globonews e CNN Brasil e lidera a audiência com Três em Um. Disponível em <

<https://natelinha.uol.com.br/audiencias/2023/10/05/jovem-pan-supera-globonews-e-cnn-brasil-e-lidera-audiencia-com-tres-em-um-202558.php> > acessado em 08 de março de 2024.

¹³ UOL, Bolsonaro: Pânico dá recorde à Jovem Pan e vence Globonews. Disponível em <
<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/07/com-bolsonaro-apos-condenacao-panico-da-recorde-a-jovem-pan-e-vence-globonews.shtml> > acessado em 08 de março de 2024.

¹⁴ 3 em 1, Jovem Pan. Disponível em < <https://www.youtube.com/@jovempan3em1> > acessado em 10 de fevereiro de 2024.

457 mil.¹⁵ Cumpre frisar que essa declaração concedida dois anos atrás celebrava 5 milhões de inscrições no canal do YouTube ante os 7,8 milhões atuais.

Sob o aspecto da relação da Jovem Pan com o governo, há de se mencionar que este congrega elementos econômicos e político-ideológicos. No período Bolsonaro os repasses de verbas oficiais de publicidade triplicaram¹⁶, assim como ele e seus ministros, secretários e base aliada tinham amplo espaço para exporem suas ideias e ações nesta emissora. Este dado é confirmado por Chagas e Cruz (2022) que fizeram levantamento das fontes selecionadas pelos jornais da emissora quando da cobertura eleitoral de 2022, em que quase 96% das fontes do noticiário político eram oficiais, vindas do Palácio do Planalto e da base aliada do governo Bolsonaro. O alinhamento com o governo Bolsonaro foi tão explícito que Lula escolheu não conceder entrevistas ou participar de debates e sabatinas neste canal.

Agora a empresa enfrenta o pior processo de sua história e corre risco de perder a concessão pública, além de possivelmente ter bens penhorados para garantir pagamento de multa multimilionária. É necessário destacar que a Jovem Pan não foi a única beneficiária do alinhamento ideológico com o governo Bolsonaro; a Rede Record e o SBT chegaram a ter repasses publicitários do governo federal maiores que a Globo, tida pelo bolsonarismo como emissora “inimiga”. Outrossim, os repasses federais dedicados à publicidade oficial na Internet também foram recordistas no governo Bolsonaro. Os dados da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Secom, conferem estas assertivas e também os valores totais discriminando cada segmento de mídia: TV, internet, rádio, mídia exterior digital, jornal, revista e cinema. Um recorde de 769 milhões gastos em publicidade em 2021, outros 633 milhões em 2022 e atuais 451 milhões no primeiro ano do governo Lula, que reduziu a publicidade na internet e aumentou a da TV aberta, em especial para a Globo.¹⁷

¹⁵ UOL, Na Telinha. Jovem Pan News vira líder entre canais de notícias no YouTube. Disponível em < <https://natelinha.uol.com.br/mercado/2022/06/06/jovem-pan-news-vira-lider-entre-canais-de-noticias-n-o-youtube-182722.php> > acessado em 04 de fevereiro de 2024.

¹⁶ UOL, Sob Bolsonaro, verbas de publicidade oficial para a Jovem Pan triplicaram. Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/sob-bolsonaro-verbas-de-publicidade-oficial-para-radio-jovem-pan-triplicaram/> > acessado em 08 de março de 2024.

¹⁷ PODER 360. Lula deu 60% de publicidade a mais do que Bolsonaro para a Globo. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/midia/lula-deu-60-de-publicidade-a-mais-do-que-bolsonaro-para-globo/#:~:text=O%20gasto%20total%20com%20publicidade.da%20publicidade%20governamental%20em%202023.>> > Acessado em 05 de abril de 2024.

A Ação Civil Pública movida pelo MPF contra a Jovem Pan, entretanto, não foi o primeiro litígio que a emissora sofreu na justiça devido sua postura nas eleições de 2022. Uma ação movida pela campanha de Lula levou o Tribunal Superior Eleitoral a apreciar a programação da mesma, cujos comentaristas de política reiteradas vezes chamavam Lula de ladrão e “ex-presidiário”; houve ainda o neologismo de “descondenado”, bem como, nas palavras do Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, a programação da Jovem Pan teria cedido espaço para “especulações sem nenhum fundamento em evidência fática sobre conchavos políticos e sobre imaginária manipulação de pesquisas e mesmo resultado das eleições”, ainda, segundo Gonçalves, os comentários produzidos na Jovem Pan visavam “incutir nos eleitores o medo de um ‘golpe de esquerda’, do fechamento de igrejas e do domínio do crime organizado”¹⁸¹⁹ em caso de vitória de Lula.

A Jovem Pan se viu obrigada a ceder três direitos de resposta para Lula e os ajustes de conduta em sinalização pela adoção de uma programação menos radical, quando passou a haver demissões de comentaristas. Ocorre que com uma audiência extremista e com a concorrência de outros jornais em campo ideológico similar, esta emissora passou a ser questionada por parte de seu público mais aguerrido. Em igual medida, meios de comunicação concorrentes também publicaram matérias que apontavam para uma mudança na linha editorial e a proposta de divulgação política da empresa.

Se a notícia da mudança de postura da emissora tornou insatisfeitos parte de seu público, mediante demissões de comentaristas e âncoras da programação, tornou-se pública e notória a contenda entre a Folha de São Paulo e a Jovem Pan quando, em publicação da Folha sobre estes eventos a manchete afirmou que: “‘Desobediência civil não sairá do meu bolso’ diz dono da Jovem Pan sobre desmanche”²⁰. Esta matéria produzida por Guilherme Seto alega que essa afirmação teria sido dita em “reuniões internas” do grupo. Também constam, à época, especulações sobre a substituição do quadro de comentaristas da emissora e a mudança editorial em prol de uma abordagem menos radical. A matéria aborda também o notável crescimento de sua audiência, mas um dos pontos mais pertinentes a este trabalho é a

¹⁸ BBC, Censura? As decisões polêmicas do TSE sobre eleições, fakenews, e Jovem Pan. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63338642> > acessado em 08 de março de 2024

¹⁹ UOL, Ao julgar ações do PT, TSE impõe censura à Jovem Pan. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/22/ao-julgar-acoes-do-pt-tse-impo-e-censura-a-jovem-pan-e-manda-investigar-radio.htm> > Acessado em 08 de março de 2024.

²⁰ Folha de São Paulo. A desobediência civil não sairá do meu bolso, diz dono da Jovem Pan. Disponível em < acessado em 08 de fevereiro de 2023.

manifesta pesquisa que a concorrência teria feito para analisar o perfil do público que acompanha a Jovem Pan. Segundo consta na matéria: “a Jovem Pan tem um ouvinte fiel que não consome outras fontes. Têm a rádio como única mídia tradicional, não lê jornal, diz evitar TV e se informa majoritariamente em redes sociais e grupos do Whatsapp”. (Idem. Nota de rodapé 20).

A página do Jornal O Globo na internet, por sua vez, tratou deste episódio de forma relativamente “neutra”. Noticiou a ação civil pública do MPF contra a Jovem Pan, expôs as razões alegadas sem fazer juízo de valor quanto a materialidade da denúncia, e, por fim, divulgou uma nota da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que condenou a ação movida pelo Ministério Público, considerando-a como “medida extrema e grave, sem precedentes no Estado Democrático de Direito”; a entidade também defendeu a Jovem Pan evocando liberdade de programação em prol da “existência de um pluralismo de opinião.”²¹

Ao noticiar este episódio, a CNN Brasil, uma de suas concorrentes mais diretas, seguiu linha similar a do Jornal O Globo, atendo-se a citar as razões do MPF em instaurar uma ação sem fazer juízo sobre essas alegações, mas não fez referência à nota da Abert; em vez disso, o contraditório ficou em suspenso pois: “Procurada pela CNN para comentar a ação do MPF, a Jovem Pan ainda não respondeu.”²² Certamente a Jovem Pan não pretendia conceder justificativas para a concorrência, mas a resposta havia sido dada ao grupo Folha de São Paulo. Roberto Araújo, CEO do grupo Jovem Pan, apresentou nota intitulada: A Jovem Pan não mudou: resposta às notícias falsas sobre a linha editorial da emissora.²³ De início já evoca predicados ao grupo Jovem Pan que seria livre, independente e corajoso e em razão disso sua audiência aumentava a cada dia, o que teria gerado o incômodo da concorrência. Ataca diretamente Luiz Frias, dono da Folha de São Paulo, e diz que a matéria publicada por

²¹ O Globo. MPF pede cancelamento de concessões de rádio da Jovem Pan; associação de emissoras critica a ação. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mpf-pede-cancelamento-de-concessoes-de-radio-da-jovem-pan.ghtml> > acessado em 10. fev. 2024.

²² CNN Brasil. MPF abre inquérito contra a Jovem Pan por incitar atos antidemocráticos. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mpf-abre-inquerito-contrajovem-pan-por-incitar-atos-antidemocraticos/> > acessado em 10. fev. 2024.

²³ Jovem Pan: s Jovem Pan não mudou. Disponível em < <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/a-jovem-pan-nao-mudou-sua-linha-editorial.html> > acessado em 10. fev. 2024.

este jornal foi uma peça de ficção. Ao interesse intrínseco deste trabalho, segue a nota dizendo que:

“a Jovem Pan não mudou a linha editorial (...) Também não nos vendemos, como alguns querem fazer crer (...) o compromisso com a verdade não tem preço. O grupo Folha, ao contrário, sabe muito bem colocar preço nesse compromisso. (...) mais de meio bilhão de reais, meio bilhão de reais recebidos pela Folha ao longo dos governos petistas. Como está demonstrado pelos números, independentemente do governo, a Jovem Pan sempre atuou da mesma forma. Não submetemos nosso jornalismo aos interesses de quem paga mais ou menos (...) Estão muito enganados os que acham que a Jovem Pan abandonará sua posição como defensora da família, das liberdades individuais, de uma imprensa livre e independente e de um Estado mínimo. (ARAÚJO, Roberto. A Jovem Pan não mudou)

Apesar de Roberto Araújo comunicar as cifras obtidas pela Folha de São Paulo nos governos do PT, em igual medida, como demonstrado pela Secom, os dados referentes à destinação de verbas publicitárias do governo federal para a Jovem Pan triplicaram no governo Bolsonaro. Por vezes a linha editorial dos programas da Jovem Pan é publicada antes da vinheta de abertura dos mesmos, mas esta nota abrange com assertividade uma linha de posição da emissora quanto à economia, de Estado mínimo; à moral, defensora da família, de modelo presumidamente tradicional; política e jurídica, de liberdades individuais e imprensa livre. Todos estes são valores do liberalismo, nada é mencionado quanto aos direitos sociais de prestação positiva do Estado. Igualmente, nada é falado sobre as políticas afirmativas de equidade e inclusão das minorias representativas.

A fim de averiguar se a linha editorial da Jovem Pan segue sendo a mesma, este trabalho resgatou alguns editoriais mais antigos publicados pela emissora, os quais devem ser comparados com o que o CEO da empresa afirmou acima e, sobretudo, com o que será analisado no discurso dos debatedores de política no próximo tópico. Em linhas gerais a defesa das liberdades individuais é uma marca presente conforme pode ser visto neste editorial de retomada do programa “Os Pingos nos Is”:

Hoje é dia de reestrea, de recomeço, de responsabilidade com o país e com milhões de brasileiros ouvintes de “Os Pingos nos Is” aqui na Jovem Pan. Brasileiros ávidos por mudanças, por combate à corrupção de verdade. Gente, que assim como o nosso time (...) não tem compromisso com o erro, muito menos tem bandido de estimação. Gente que quer uma república de verdade e com instituições que funcionem de verdade e a favor de um povo que a tempos clama por justiça, por faxina política de fato. (...) Precisamos

mais do que nunca saber como debater as informações? Como vamos retomar a consciência crítica? E por quê não dar uma guinada à direita? O Brasil precisa de uma guinada à direita depois de treze anos de PT. Ou lutamos, ou corremos o risco de sermos golpeados pela própria inércia. O nosso compromisso, meu, Joice Hasselman, e do nosso time “Os Pingos nos Is”, é esclarecer a população mais e mais, pois só um povo esclarecido (...) tem condições de se livrar de uma dominação cultural e política. O nosso compromisso de “Os Pingos nos Is” é com a liberdade: liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade econômica, liberdade política. Que a Lava Jato faça seu papel, que o povo brasileiro faça seu papel. Nós de “Os Pingos nos Is” faremos. Nossas vozes se unem contra a corrupção que foi elevada ao estado da arte no Brasil. (Editorial: Os Pingos nos Is e o compromisso com a liberdade)²⁴

Percebe-se que já na reestreia do programa , em 03 de Julho de 2017, havia uma tomada de posição que foge ao compromisso da neutralidade político-ideológica que é, ao menos discursivamente, a postura mais comum adotada pelo jornalismo. Ademais, são elencadas todas as liberdades como valores fundamentais deste jornal e também dos ouvintes que são apresentados como pessoas de bem e que comungam dos mesmos valores disseminados pela Jovem Pan e sua programação, neste caso o *Pingo nos Is*.

Em igual medida, outro editorial publicado pela Jovem Pan, não se contentando em romper com a neutralidade jornalística e em defender de forma explícita uma agenda neoliberal, faz uma apresentação voltada para o combate ao pensamento de esquerda em vídeo intitulado: Por que a esquerda deve ser combatida? Segue:

A esquerda já mostrou (...) [que] funciona como uma ditadura. Funciona como aquilo que quer tomar o Estado para si, o que é público para si. Quando chega ao poder, chega não só por um projeto de governo, como projeto político; mas como projeto *ad eternum* de poder. Era o que o Lula queria. (...) deixar o Brasil nas mãos do PT para todo o sempre comandando as estatais, comandando um cabide gigantesco de empregos, comandando todas as decisões políticas, controlando o congresso nacional e transformando a todos nós, brasileiros que precisamos de liberdade, em escravos. O sonho da esquerda brasileira é fazer aqui no Brasil o que o Maduro faz na Venezuela (...) A esquerda é o braço mais corrupto da política. (...) A esquerda defende o tamanho do poder do Estado, que é talvez a causa maior da corrupção no Brasil e depois afeta desgosto com as consequências inevitáveis disso, que são esses esquemas de corrupção (...) no caso da Petrobrás você tem uma tenda de favores e influência de quem está dentro do Estado, com toda aquela ingerência política que existe nas

²⁴ Jovem Pan: Editorial: Os Pingos nos Is e o compromisso com a liberdade. Disponível em <
<https://jovempan.com.br/video/programas/os-pingos-nos-is/editorial-os-pingos-nos-is-e-o-compromisso-com-liberdade.html>>
Acessado em 11. fev. 2024.

estatais, para quem tá fora do Estado, no caso as empreiteiras, os donos das empreiteira que pagavam propina para obter os contratos públicos. (...) Precisamos trazer a população para uma racionalidade maior. (...) O Karl Marx, ele sim era de esquerda. Ele não gostava de dinheiro. O pai do comunismo passava as tardes no museu britânico escrevendo seus livros com o dinheiro emprestado do seu parceiro Engels. Ele não gostava de dinheiro. A gente não tem esquerda porque essa gente gosta de grana. Usa um discurso atribuído à esquerda para ganhar dinheiro. (...) Se ganha muito dinheiro para falar mal do capital. Você critica o banqueiro e toma o dinheiro no caixa do banco. A banda Pink Floyd ficou rica fazendo uma música contra o dinheiro chamada “Money”. Não caia no conto de que falar mal do capital é ser comuista, isso é invenção de brasileiro, é invenção de petista. Não existe comunismo nisso, é um aparelho para ganhar dinheiro da iniciativa privada [a] extorquindo para ganhar benesses dadas a custo de bilhões pelo Estado. (Jovem Pan. Editorial: Os Pingos nos Is: Por que a esquerda deve ser combatida?)²⁵

Aqui é possível ver que, editorialmente, tanto as publicações mais antigas de 2017, quanto as mais recentes, de 2022, seguem uma linha similar, embora as palavras do CEO da Jovem Pan, Roberto Araújo, tenham sido mais brandas. Por certo os valores da Jovem Pan aparecem de forma explícita em seu texto editorial, mas é necessário também levar em consideração as temáticas que são abordadas preferencialmente pelo jornalismo da emissora, bem como a maneira como são escolhidas as fontes, se há espaço para o direito de resposta e o contraditório em sua cobertura jornalística conforme determinam a Constituição e a legislação.²⁶

Ainda em face ao posicionamento da Jovem Pan dentro do campo midiático, e em respeito também a sua relação com o campo político; conforme expresso na matéria do Folha de São Paulo, em que as mídias concorrentes realizam pesquisas internas para estudar, mutuamente, seus pontos fortes e fracos, outrossim, segundo caminho de análise de perfis midiáticos, uma matéria do site Terra explicitou o que considera ser a receita do sucesso de audiência da Jovem Pan. Assinada por Jeff Benício, “Os acertos da Jovem Pan ressaltam os erros da CNN Brasil”²⁷, lança mão da ideia de que “A polarização se introjetou no

²⁵ Jovem Pan. Editorial: Os Pingos nos Is. Por que a esquerda deve ser combatida? Disponível em < <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/os-pingos-nos-is-por-que-a-esquerda-deve-ser-combatida.html> > acessado em 11. fev. 2024.

²⁶ BRASIL lei 13.188/2015. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13188.htm > acessado em 13 fev.2024.

²⁷ Terra. Os acertos da Jovem Pan ressaltam os erros da CNN Brasil. Disponível em < https://www.terra.com.br/diversao/tv/os-acertos-da-jovem-pan-news-ressaltam-os-erros-da-cnn-brasil_b21ca64d8a764165304413aac0d276bfcxsp50hl.html > acessado em 10. fev. 2024.

jornalismo” para justificar o fracasso da CNN Brasil, que investiu pesado em jornalistas conhecidos por terem trabalhado na rede Globo, como Willian Waak e Evaristo Costa, e outros em franca ascensão naquela emissora, como Mari Palma e Phelipe Siani; a CNN Brasil, entretanto, e em face aos grandes investimentos, não colheu os frutos esperados ao jamais ameaçar a audiência da Globo News e ainda perder para a Jovem Pan, que tem recursos menores e sem nomes famosos no quadro de jornalistas e comentaristas.

A matéria de Jeff Benício assevera para os altos custos operacionais da CNN, para os quais, deveria aprender a lição de que não basta colocar rostos conhecidos na TV, seria preciso, sobretudo, criar uma linha editorial sólida e criar identidade própria para fidelizar o público, algo que a Jovem Pan fez e a CNN Brasil, ao “ficar em cima do muro”, não fez. Transparece desta mensagem que tudo é válido em nome da audiência e do lucro que dela advém. Acirrar radicalismos políticos e sociais com sua linha editorial não seria uma questão relevante.

O ICL Notícias, notadamente um veículo jornalístico mais à esquerda, destacou que a Jovem Pan, com base na denúncia do MPF, disseminou sistematicamente desinformação ao longo de sua programação durante o período eleitoral. Eduardo Moreira, apresentador e sócio fundador do ICL, destaca que a Jovem Pan disseminou notícias falsas também sobre a vacinação contra a Covid-19, e ao apreciar a notícia sobre o desacordo entre a emissora e o MPF, faz uma análise que evoca uma noção de responsabilidade que um meio de comunicação deve ter. Neste intento, fez também crítica severa sobre o que considera ser o modo de produção dessa desinformação. Segue:

As pessoas têm que entender o poder que um meio de comunicação tem. (...) E esse poder não é só de fazer as pessoas ficarem mais amorosas, ou as pessoas ficarem mais odiosas. Esse é um poder, irmão, de matar! Esse é o poder de mudar o rumo de um país. “Mas a Jovem Pan não tem o poder”, Tem! Claro que tem! A gente tá falando de eleições no Brasil que estão sendo decididas por 2% pra cá ou pra lá. A Jovem Pan, ela batia de audiência, e por quê que batia de audiência?! Porque o Bolsonaro a adotou como a emissora oficial desse projeto dele, (...) então o quê que Bolsonaro fazia: tinha que dar uma exclusiva?! Era pra Jovem Pan. Tinha que fazer uma coletiva?! O Microfone que aparecia no meio era aquele amarelo da Jovem Pan (...) Tinha um furo?! (...) Tudo pra Jovem Pan. Então é o seguinte, esses caras ficaram gigantes. Além disso, Bolsonaro pegou o quê?! Grana! A gente mostrou aqui no site da transparência. Muita grana!

Mostramos números oficiais. Botou dezenas de milhões de reais nas mãos da Jovem Pan. Aí o cara pega tudo isso e usa pra botar a população completamente desinformada, desinformada durante a maior pandemia do último século (...); bota pra instigar nas pessoas o desejo de uma ruptura democrática, desacreditando o processo das eleições e organizando o discurso dessa turma. Vocês têm dúvida de onde começava o discurso que depois era espalhado pelo Telegram, pelo Whatsapp? Você precisa de uma fonte, porque o modelo da fakenews é o seguinte: fonte, soldados, público. (...) A Jovem Pan fez o papel central dessa história. Eu acho muito difícil que sejam cassadas essas autorizações de frequências da Jovem Pan, mas seria uma coisa, de verdade, educativa.²⁸

Em suma, foi feito nesta seção um levantamento do posicionamento da Jovem Pan no campo da mídia, no campo político quando era aliada e após a mudança de governo; foi explicitada a linha editorial da emissora nas palavras do CEO da empresa e também de sua programação. Elencou-se a relação desta em face às demais concorrentes no meio jornalístico quando foram destacados os diferentes vieses dados pelas emissoras e jornais concorrentes - sobre o processo que a Jovem Pan enfrenta - ainda que no mesmo lado político-ideológico ou contrário a ele. Na próxima seção este trabalho visa abordar o discurso dos comentaristas de política nos jornais da emissora selecionados para esta pesquisa.

4.2 - Os comentaristas de política do jornalismo da Jovem Pan, suas posições neste campo e a perspectiva da análise discursiva em Pierre Bourdieu.

Um elemento importante da perspectiva bourdiesiana para a análise do discurso reside na preocupação deste autor com a formação do campo em que os agentes discursivos estão inseridos, o que envolve - de sobremaneira - o contexto histórico, a origem e as condições de produção dos mesmos. Tais premissas justificam todo o panorama construído no capítulo anterior e também nos tópicos subsequentes, onde foram abordadas a imersão da Jovem Pan dentro do campo midiático. Agora este trabalho se insere no escopo dos agentes debatedores que estão presentes na programação jornalística da casa, onde serão abordadas a identificação e delimitação dos seus capitais (simbólicos, culturais, sociais e econômicos), seus discursos e posicionamento em face aos temas sensíveis elencados nas seções anteriores deste trabalho.

²⁸ YouTube. Eduardo Moreira. Acordo com MPF naufraga e Jovem Pan pode tomar multa milionária e perder concessões. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=nmyVG7W2sWM> > acessado em 09. mar. 2024.

Cumprir destacar que na obra *Economia das Trocas Linguísticas*, Bourdieu (1998) elenca em uma série de elementos que considera importantes para a análise discursiva, a saber: 1- censura e a formulação; 2- retórica da ruptura simulada; 3- leitura interna e o respeito às formas, e 4- o discurso da evidência. Cada uma dessas formulações encerram em si mais elementos. Antes de adentrar nessas formulações, entretanto, é necessário informar com base em Bourdieu e na literatura sobre o assunto, como da Silva e de Araújo (2017), que a análise de discurso não possui uma metodologia pronta/acabada, o que significa que ao lançar mão da análise de discurso o analista estará, ao mesmo tempo, alçando dispositivos teóricos e metodológicos: teoria e método caminham lado a lado. “Não existe uma ciência do discurso em si mesmo e por si mesmo. As propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de sua produção” (BOURDIEU, 1998, p. 129).

Destarte, faz-se preciso mapear as posições ocupadas por seus autores no campo de produção - por um lado - e no mercado para o qual os discursos são, ou foram, produzidos - por outro lado. Ademais, também importa o mercado de recepção de tais obras. Deste modo, assevera Bourdieu, a ciência do discurso para a sociologia, empenha-se em descobrir nas propriedades tipicamente formais dos discursos os efeitos das condições sociais em que foram produzidos e também como são divulgados.

Nesse ínterim, foram estabelecidos os temas pelos quais o presente trabalho considera serem importantes, tanto como marcadores do posicionamento político dos debatedores e da Jovem Pan, quanto do ponto de vista simbólico da produção e disseminação de ideias que eventualmente tenham contribuído para o acirramento do radicalismo político e social, os quais, são questões elencadas por Ronaldo Almeida e demais literaturas supracitadas.

Como se posicionam os agentes comentaristas da Jovem Pan em relação à: 1- liberdade individual, segurança e punitividade do Estado: para este tema foi transcrito o debate sobre a facilitação do acesso às armas; 2- questões morais: inserida nesta questão, foram selecionados os debates sobre a descriminalização do porte da maconha e aborto; 3- liberdade econômica: neste tema foram transcritos os debates a respeito da reforma tributária e taxação de fortunas; e 4- as interações sociais e a manifestação do pensamento: neste ponto se insere a discussão entre os limites que distinguem a liberdade de expressão e a

censura, o debate selecionado versa sobre a regulamentação das redes sociais e a cobertura da Jovem Pan sobre o fatídico 8 de janeiro.

Bem, ante os temas citados e os critérios orientadores, mas não exclusivos, para análise de discurso, isto é, os mecanismos destacados por Bourdieu, foram discriminados por temas sob os quais se incidirão as análises referenciadas.

4.2.1 - Liberdade individual, segurança pública e punitividade do Estado: Análise do vídeo “Debate Completo Sobre o Porte de Armas”²⁹³⁰

A Jovem Pan exibiu este programa no YouTube no dia 30 de Julho de 2023, o mesmo teve o bloco sobre o debate acerca do porte de armas fragmentado e postado separadamente da versão integral do programa no mesmo dia. O vídeo integral tem 98 mil visualizações, que somadas às 19 mil visualizações do segundo, confere 117 mil visualizações para o debate sobre o porte de armas apenas no YouTube. O *Tá Na Roda* desta edição contou, inicialmente, com quatro comentaristas: Felipe Monteiro, Raquel Gallinati, Alessandro Bissoli, Fernando Capez e o âncora/mediador Evandro Cini. No final do bloco de debate sobre o porte de armas, outra comentarista, Carol Curimbaba, compôs a mesa com breves considerações.

Da relação dos agentes no programa da Jovem Pan.

Evandro Cini, o âncora que apresenta as notícias e também faz a mediação dos debates, é jornalista de formação e contratado pela emissora após trabalhar como apresentador jornalístico na concorrente CNN Brasil por três anos. Antes disso foi repórter da TV TEM, afiliada da Globo no interior de São Paulo. Em paralelo às atividades da emissora, é também palestrante para empresas e executivos sobre habilidades de comunicação e retórica.³¹ Sua página oficial no instagram tem 47 mil seguidores.

²⁹ Jovem Pan. Debate completo sobre o porte de armas. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=B79RFJMTXNc> > acessado em 20. Jan. 2024.

³⁰ Jovem Pan. Tá na Roda: 30/07/2023. Disponível em < <https://youtube.com/watch?v=eFGfcOloSMw> > acessado em 20. Jan. 2024.

³¹ Evandro Cini. LinkedIn Disponível em < <https://www.linkedin.com/in/evandro-cini-6bb8b8196/?originalSubdomain=br> > acessado em 22. Jan. 2024.

Felippe Monteiro é comentarista da emissora e presença constante em vários programas, mas seu currículo Lattes³² não informa sua relação trabalhista com a Jovem Pan, tal informação está presente em sua conta no Instagram. Academicamente consta que é Bacharel e Mestre em Direito, e também Mestre em Gestão e Políticas Públicas, é advogado e professor celetista na Universidade Ibirapuera e no Instituto de educação à distância Interativa, ambos os cargos exercidos desde 2013 até o presente. Sua página oficial no instagram tem 17 mil seguidores.

Raquel Gallinati é delegada de polícia do estado de São Paulo desde 2012 e em 2016 assumiu a presidência do sindicato de sua categoria. Bacharela em Direito, já atuou como advogada e é Mestra em Filosofia pela PUC-SP³³, aparece no programa na condição de convidada e especialista em ciências penais. Sua página oficial no instagram tem 117 mil seguidores, um número muito expressivo para uma servidora pública.

Alexandre Bissoli não tem currículo disponibilizado na plataforma Lattes, mas apresenta-se como advogado especialista em direito eleitoral e processual eleitoral, informa também que é professor e consultor político.³⁴ Em sua página oficial no Instagram, onde se encontram 13 mil seguidores, é mencionado que é comentarista de direito eleitoral e de política, mas não cita vínculo com a Jovem Pan; também diz que é um “trabalhador incansável”.

Fernando Capez é um político que foi deputado estadual de São Paulo pelo PSDB por três mandatos, mas que desde 2022 está filiado ao União Brasil, onde afirmou buscar construir um projeto de grupo em face à crise identitária do PSDB³⁵. Por ser figura pública, há mais dados disponíveis na internet em comparação aos demais participantes. Doutor em Direito, ex-dirigente executivo do Procon-SP e Procurador de Justiça do estado de São

³² Plataforma Lattes. Felippe Monteiro. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/3782847226928217> > Acessado em 20. Jan. 2024.

³³ Plataforma Lattes. Raquel Gallinati. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/3565275680744947> > Acessado em 20. Jan. 2024.

³⁴ ABRADep. Alexandre Bissoli. Disponível em < <https://abradep.org/directory-membros/listagem/alexandre-bissoli/> > acessado em 20. Jan. 2024.

³⁵ Diário do Grande ABC. Capez entra no União Brasil e afirma que PSDB vive indefinição ideológica. Disponível em < <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3838678/capez-entra-no-uniao-brasil-e-afirma-que-psdb-vive-indefi-nicao-ideologica> > acessado em 20. fev. 2024.

Paulo³⁶, aparece no programa na condição de convidado. Sua página oficial no Instagram tem 132 mil seguidores.

Por fim, o último comentarista com discurso analisado nesta edição do programa é David Andrade, advogado tributarista sem perfis na internet ou currículo informado na plataforma Lattes. Possui um canal de seu escritório de advocacia no YouTube³⁷ com 572 inscrições e média estimada de algumas dezenas de visualizações por vídeo, e um site de seu escritório, do qual é sócio majoritário.

Uma leitura preliminar feita a partir desses dados, e também com base na frequência com que são convocados para participar da programação, é que os agentes, de fato, têm relativa autonomia para expressar suas opiniões acerca do tema abordado. Outro ponto é o capital cultural dos agentes, claramente dominado pela formação jurídica, sendo jornalista apenas o Evandro Cini, que é o âncora e mediador do programa. Dois participantes têm vínculo empregatício como servidores públicos, Raquel Gallinati é delegada e Fernando Capez é procurador de justiça. Em razão disso, presume-se que estes contam com vasta autonomia em relação a eventuais mecanismos de censura que viessem a ser estabelecidos pela Jovem Pan para os debates. Os demais agentes atuam na esfera privada como advogados, palestrantes e professores universitários, e estão constantemente participando da programação da emissora, conforme se verifica nas análises dos outros debates selecionados para este trabalho.

Análise estrita do debate sobre porte de armas:

Como já mencionado, em função das condições materiais de produção dos discursos, não há amarras rígidas para a análise dos mesmos, embora Bourdieu elenque quatro critérios dignos de atenção por estarem comumente presentes quando da produção discursiva: 1- *censura e a formulação*; 2- *retórica da ruptura simulada*; 3- *a leitura interna e o respeito às formas*; e 4- *o discurso da evidência*. Destas análises se busca extrair elementos qualitativos quanto ao posicionamento político ideológico dos agentes e explicitar se há, como alegado pela emissora, pluralidade de ideias, contraditório e paridade do direito de resposta. A partir

³⁶ Plataforma Lattes. Fernando Capez. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/6807624641678687> > acessado em 20. fev. 2024.

³⁷ YouTube. Andrade e Silva Advogados. Disponível em < <https://www.youtube.com/@andradesilvadvogados> > acessado em 20. jan. 2024.

desse levantamento, verifica-se também a materialidade das linhas discursivas que vão ao ar na programação da emissora, por exemplo, o que é mais recorrente e característico coaduna com sua linha editorial?! Os pronunciamentos serão fatiados para que não fiquem intervalos longos entre os discursos e as análises. A íntegra da transcrição deste e demais debates constam no apêndice desta dissertação.

Evandro Cini, descontraidamente, apresenta a notícia que é a primeira pauta do dia citando o então Ministro da Justiça, Flávio Dino:

O primeiro tema promete render, a gente vai falar do ministro Flávio Dino, que respondeu às críticas sobre o decreto do porte de armas que foi assinado pelo presidente Lula e que restringiu o acesso e a circulação de armas aqui no país. O que que disse o ministro?! Eu vou contar pra vocês: “Tem muita gente reclamando, eu lamento. São pessoas que fazem um discurso falso de defesa da liberdade. Existe liberdade de matar? Existe liberdade de cometer crime? Fraudar? Pra desviar pra quadrilha?”.

Após levantar a pauta, o apresentador evoca as qualificações da convidada Raquel Gallinati, delegada, única mulher do grupo, e posta ao centro da roda de debate: “Delegada Raquel Gallinati, eu quero começar contigo porque eu sei que você vai poder debater bastante esse tema.”. Então ele pergunta de que forma ela “enxerga essas restrições” e se ela concorda com o argumento dado por Flávio Dino para rebater as críticas.

Raquel Gallinati - Primeiro que o decreto foi feito de uma forma completamente açodada, rápida e sem habilidade técnica real. Eu vou dar só uma problemática, por exemplo: quando a gente fala que existe uma restrição do acesso à posse e porte de arma pela população, a gente restringe não só esse acesso, mas também a potencialidade de energia da arma. Então, ali no decreto ele fala que agora passa a ser de uso restrito uma arma quando a potencialidade, a potência da sua munição que sai do cano, for superior a 407 Joules, (...) Então eu vou dar uma sugestão: vamos preparar vários estilingues pros seguranças privados e caixões. Porque eles não vão ter mais, aliás, eles já não têm, porque pra combater fuzil, pra combater até mísseis, metralhadoras, granadas; e agora a gente fala que esses seguranças que estão em empresas privadas, estão em crime de porte ilegal de arma de uso restrito: pena de 3 a 6 anos de reclusão inafiançável, não é professor?! [Questionando o procurador Capez] Por que? Porque 407 Joules é superior, o que tá descrito no decreto, essa arma 38 especial, a potência dela é de 437,38 Joules, então ou é proposital, ou foi feito pra deixar desmuniçada todo o âmbito de segurança, não só privada, mas de toda a população, de todos aqueles que têm acesso a arma e a gente vai entrar em colapso a partir do momento em que os seguranças privados estarão armados de estilingues; estão já preparando seus caixões pra combater o crime organizado.

Evandro Cini - Me acompanha aqui, vamos com Felipe Monteiro pra a gente entender qual é a visão dele sobre isso. Você acha que seria necessário preparar estilingue e caixão para este pessoal por conta do decreto que foi anunciado por Lula, Monteiro?

Felipe Monteiro – advogado e professor - Não, com certeza não. E digo mais, se tem algo que o Lula ia fazer e a gente sempre soube que ele ia fazer, é reavaliar o decreto de armas do Jair Bolsonaro, né? Todo mundo sabia disso, não dá pra alguém dizer que tá surpreso por conta disso. E tá certo, o governo tá certo. Se tem uma política que o governo acertou foi essa de diminuir a possibilidade de comercialização de armas de fogo. Todos os estudos que você tem sobre o assunto você vê que quando se aumenta a comercialização das armas de fogo, você também aumenta o número de homicídios. O IPEA, por exemplo, tem um estudo claro (interrompido para ser contestado)

Raquel Gallinati - Vou contestar porque a gente tem um estudo da Small Arms Survey, Small Arms Survey, eu entendo do assunto porque eu estudo, eu não invento narrativas. Então, este estudo é de uma instituição não governamental; pertence a Genebra, aliás, aí é a problemática que todo mundo não vai conseguir. (interrompida) Deixa eu falar, vários estudos que falam a respeito de políticas públicas, criminalidade, a correlação entre armas e crime; as armas na população; então, qual é o grande nó daqueles que falam que as armas na mão da população legalizada fomenta crime?! Na Suécia, na Suíça, na Finlândia, na Noruega, na Áustria, na Alemanha são os países que mais têm armas por população, em contrapartida são os países mais seguros do mundo. Aliás, a Finlândia é considerada o país mais feliz do mundo. E aí a gente também tem agora outra estatística também pela Small Arms Survey, que tem estatística da Colômbia, El Salvador, Honduras, Venezuela; a gente tem Sudão, Congo, com índices altos de criminalidade, de violência, de extermínio da população e o acesso é extremamente restrito. Isso já coloca por água abaixo, porque quando a gente quer falar da política de armas, a gente tem que colocar no aspecto multifacetário. Se a gente delimita ideologicamente, a gente tá auxiliando a criminalidade e prejudicando a nossa segurança. (trecho dos 5 primeiros minutos do vídeo)

O lançamento da pauta e as primeiras manifestações do debate já colocam dois opositores de frente. É possível destacar nesse início argumentos que seguem os artifícios do *discurso da evidência*. Como todos os demais elementos, este se encontra relacionado à produção discursiva acadêmico-filosófica; no sentido de que, para as pretensões deste trabalho, os debatedores na TV e nas novas mídias, buscam convencer um público amplo de seu ponto de vista, e por esta razão não podem ser ininteligíveis. Essa estratégia, conforme aponta Bourdieu, é marcada pela combinação entre tons de humildade discursiva e marcas de ênfase. A exemplo na maneira diferenciada, perceptível apenas no vídeo, com que a delegada Raquel Gallinati cita os países da Europa Ocidental em comparação aos países da América Central, do Sul e África.

Na premissa da evidência, o agente debatedor promove “o discurso [que] encerra um discurso sobre o discurso cuja única função é significar a importância intelectual e política do discurso e daquele que o profere” (BOURDIEU. 2002, p. 160). Por exemplo, "o importante"; "o problema fundamental"; "este ponto decisivo"; todos enunciados típicos de debates. Outrossim, no *discurso da evidência*, o debatedor retira sua autoridade do “profeta de origem”, uma fonte que é digna de confiabilidade inquestionável, que Bourdieu expressa ser “condição de participação no capital herdado de autoridade” (Idem, p. 161). Deste modo, são evocados estudos do IPEA e do Small Arms Survey para defender os pontos de vista opostos: Felipe Monteiro aborda a correlação positiva feita pelo IPEA entre o aumento da comercialização de armas e o número de homicídios, mas ao contestar esse dado, a delegada Gallinati afirma logo em seu segundo pronunciamento: “Vou contestar porque a gente tem um estudo da Small Arms Survey, Small Arms Survey, eu entendo do assunto porque eu estudo, eu não invento narrativas”. Após isso, fala de forma enfática sobre a suposta credibilidade do estudo, “este estudo é de uma instituição não governamental; pertence a Genebra”, no intuito de evocar a virtude da iniciativa privada e um local de credibilidade de onde veio a pesquisa.

Nada é dito por nenhum dos dois sobre a metodologia utilizada nas pesquisas citadas, nada também é cobrado dos demais interlocutores no debate a este respeito, o que leva a uma reflexão abordada por Bourdieu em parceria com Passeron para a revista *Les Temps Modernes* sobre o que eles chamam de *mass médiologues*, segue:

Les mass media peuvent bien véhiculer les messages les plus divers et rencontrer les audiences les plus inégalement réceptives, les massmédiologues, jouant de l'effet de halo se contentent de réveiller le modèle archétypal du conditionnement par l'image publicitaire. Toute sociologie qui voudrait réintroduire une évaluation modeste du phénomène dans ses nuances et ses limites est d'avance récusée comme science bureaucratique qui s'attache à la lettre de la société plutôt qu'à l'Esprit du Temps (BOURDIEU. PASSERON, 1963. p. 1002)³⁸

³⁸ Em Tradução Livre: Os meios de comunicação de massa podem transmitir as mais diversas mensagens e atingir as audiências mais desigualmente receptivas; os mass medialogistas, jogando com o efeito halo, contentam-se em despertar o modelo arquetípico de condicionamento pela imagem publicitária. Qualquer sociologia que queira reintroduzir uma avaliação modesta do fenômeno nas suas nuances e nos seus limites, é rejeitada antecipadamente como uma ciência burocrática que se liga mais à letra da sociedade do que ao espírito do tempo.

Aqui temos uma crítica de mão dupla em que Bourdieu e Passeron fazem à linguagem dos meios de comunicação em massa – modelo arquetípico de condicionamento pela imagem publicitária – se a sociologia quiser fazer uma avaliação dos meios de comunicação em massa, é rejeitada. Opera-se uma das formas pelas quais se dá o artifício da *censura*.

Ainda relacionado a *evidência* e a *autoridade*, nosso autor levanta uma questão pertinente que se verificou nos debates políticos recentes, segue:

Sob outro ângulo, ele também sabe estar fadado à "tentação" do "desvio", embora protegido pelo próprio respeito aos textos que lhe inspira interrogações dilacerantes ("aliás, enquanto teoria, a explicação de Marx é verdadeiramente materialista?") (BOURDIEU, 1998, p. 162)

Ora, o questionamento que diz respeito a essa perspectiva da evidência esteve presente sob vários aspectos, a exemplo das dúvidas levantadas entre os próprios debatedores sobre a eficácia das vacinas da Covid, ou sobre a legalidade e constitucionalidade das ações praticadas pelo governo Bolsonaro - ou vetadas - pelo Supremo Tribunal Federal. Bourdieu demonstra que esse discurso tem como plano de fundo a disputa pelo monopólio do comentário legítimo: “eu sei porque estudei o assunto, não invento narrativas”, avocando a autoridade como capital simbólico dentro deste campo de ação e promoção de modos de ver, sentir, posicionar e agir e que, portanto, se bem-sucedido, dá os ditames sociais acerca de uma dada temática, (que no contexto atual são muitas). Em casos como esses, e diferentemente da lógica da denegação, busca-se a clareza a fim de ter maior alcance.

Um discurso capaz de acumular dois princípios de legitimação (a autoridade universitária e a autoridade política) pode ser duplamente magistral. A retórica do apolítico deve sua coloração particular e, sem dúvida, seus efeitos mais insidiosos à combinação dos signos da altitude teórica com as marcas da vontade deliberada de parecer simples e direto. (BOURDIEU, 1998, p. 168)

Dando seguimento à ótica do discurso da evidência, o debate oferece frases de efeito e um terceiro debatedor entra na discussão questionando a legitimidade das fontes trazidas pelo Felipe Monteiro:

Alexandre Bissoli - Advogado - Acho que tem um ponto pra analisar nisso. Você traz o número do IPEA. Primeiro tem que discutir o IPEA, é tocado por quem? Porque agora tem político nomeado até pro IBGE. Então eu quero dizer o seguinte: para além de quem produziu no IPEA, que pode deixar

duvidosa essa pesquisa, eu gostaria de dizer o seguinte, não é só uma comparação de venda de arma com índice de criminalidade. Porque o problema é: qual é o regulamento pro porte, pro uso dessa arma? Porque você vender a arma não é o fim da história. Você poder vender uma arma atrelado a uma série de regras em que você acompanha a utilização e o critério pra possuí-la ou pra portá-la, é aí que mora o “x” da questão. (Trecho aos 7 minutos do vídeo)

E adiante, mais outro debatedor complementa a esse respeito, demonstrando um isolamento do Felipe Monteiro no debate:

Fernando Capez – político e procurador do MP-SP - Esse é um tema que vem sendo debatido há mais de 20 anos; tem posições de todos os lados, e sempre quem tem uma posição, procura trazer os argumentos pro seu lado. Tem pesquisa de tudo o que é lado, agora o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que é o IPEA, tá se metendo a fazer até Atlas da Violência, então você vê que tem tanta coisa pra ele fazer, antes dele fazer isso, ou seja: fornecer pesquisa, subsídios pro planejamento econômico do país; tá se metendo em fazer Atlas da Violência. (Trecho aos 14 minutos do vídeo)

Os trechos transcritos até aqui permitem trazer para a crítica mais um dos elementos discursivos da análise de discurso proposta por Bourdieu: trata-se do elemento discursivo da *censura*, para o qual, em seu sentido estrutural, exerce-se por meio das sanções que se formam no campo pelo mercado em que operam os produtores dos bens simbólicos. A censura é mais explícita na medida em que são maiores os meios de distribuição dos agentes, e é tanto mais bem-sucedida e perfeita quando estes nada tem a dizer além daquilo que está autorizado a ser dito. (BOURDIEU, 1998). Em função disto cumpre, como adendo, destacar uma opinião trazida pelo Felipe Monteiro quando da denúncia oferecida pelo Ministério Público que pediu a cassação de outorga de rádio difusão da Jovem Pan, segue:

Esse tema é um tema sensível pra mim, Pavinatto, primeiro que eu sou diferente aqui da Jovem Pan. Né?! Não sou o único diferente, mas sou uma pessoa que expressa um espectro político muito diferente. Eu sou de esquerda, apesar de não ser petista, não ser lulista, eu sou uma pessoa de esquerda e a Jovem Pan me deu voz, me deu espaço pra eu exercer aqui minha opinião, por mais controversa que seja, por mais que eu receba a todo momento sempre um contraponto duro, as vezes um contraponto que eu não concordo 100%, mas um contraponto que eu acho que é sempre válido, porque aquele filósofo, o Jhon Stuart Mill, né, que criou aquela ideia do mercado de ideias, deixou isso claro: a melhor forma de combater ideia ruim, melhor forma de combater notícias sem respaldo fático, melhor forma de combater opinião fraca é a fruição do mercado de ideias, a fruição da liberdade de expressão. Quanto mais liberdade de expressão você tem, mais essas ideias fracas caem – naturalmente – e a sociedade tende a agarrar

naquela ideia considerada melhor. E a Jovem Pan me deu voz, me deu respaldo, me deu independência de opinião e eu sou muito grato. E vendo essa ação do MPF de uma forma, na minha opinião, completamente destoante; fico completamente incomodado.³⁹

Felippe Monteiro defende a emissora em que atua de forma constante como comentarista, apesar de seu currículo disponibilizado por ele mesmo na internet não mostrar vínculo empregatício com a instituição, há manifesta uma gratidão com tons paternalistas. Ele reconhece ser uma pessoa de opinião destoante das demais na programação da Jovem Pan, mas usa como argumento retórico uma espécie de “sinal verde” que a emissora lhe deu para expressar-se como quiser e sem qualquer tipo de amarra ideológica. Sobre este aspecto cumpre destacar que o que não é dito também diz. Inseridas na lógica da censura estão estratégias de eufemização, que consistem em dar formas e ajustar formas com finalidade de assegurar a satisfação do interesse expressivo a que Bourdieu chama de “pulsão biológica ou interesse político”, que no fim geram possibilidades de ganhos materiais e simbólicos ao agente.

Para dar conta do que pode ou não ser dito em um grupo é necessário levar em consideração as relações de força simbólica que são estabelecidas no grupo, por um lado, e também as próprias leis de formação do grupo, as quais funcionam como uma censura prévia. Voltando ao debate em análise, a fim de elucidar de forma prática o mecanismo da censura, alguns minutos depois Fernando Capez vai ratificar algo que Felippe Monteiro considera sobre a temática do armamento:

Fernando Capez - O Felippe faz uma colocação, ele prefere que todo mundo – eu vou na dele – ele prefere que todo mundo fique sem arma; repito: eu também prefiro, eu também prefiro, mas esse é um universo impossível porque os bandidos terão arma, os criminosos estarão armados. Então, na verdade, esse mundo utópico paradisíaco não existe (...) Então é necessário uma discussão menos apaixonada [Felippe Monteiro tenta falar e Capez segue] Eu já vou te dar a palavra, eu sei que você tá com uma ansiedade, eu acho que ele tem que falar por cinco porque parece que ele é o único que tá discordando de todo mundo. (Grifo nosso. Trecho aos 39 minutos do vídeo)

³⁹ KWAI. Felippe Monteiro Faz relato emocionado. Disponível em < <https://www.kwai.com/@AGABRIELAPS/video/5206592747634373868> > acessado em 12. Ago. 2024.

O que deve ou não ser dito segue, conforme se depreende da citação acima, uma dialética entre o interesse expressivo e a censura - algo cujo “*opus operanum*” fica oculto ao público a quem se dirige. Felipe Monteiro considera que tem liberdade de se pronunciar, mas sua fala é uma contra cinco outras que discordam dele, destarte, para haver equilíbrio entre as narrativas – seja qualitativo, seja quantitativo – deveria haver mais debatedores com viés similar ao de Felipe Monteiro ou menos opositores. Ao ter que falar por cinco, muito mais tempo da programação é dedicado para uma visão armamentista de sociedade.

Portanto, a censura condiciona também a forma de recepção das informações. O resultado deste mecanismo, Bourdieu considera ser uma violência propriamente simbólica, “que somente pode ser exercida por aquele que a exerce e suportada por aquele que a suporta de forma tal que ela permaneça como que desconhecida, ou seja, reconhecida como legítima” (BOURDIEU, 1998, p. 134)

Outro elemento discursivo pontuado por Bourdieu se refere à *retórica da ruptura simulada*, na qual encontra-se o conceito de denegação. Como os demais elementos, este se encontra relacionado à produção discursiva acadêmico filosófica; no sentido de que, para as pretensões deste trabalho os debatedores na TV e nas novas mídias, buscam convencer um público amplo de seu ponto de vista, e por esta razão não podem ser ininteligíveis, mas se o são, isso ocorre com finalidade de aparentar uma “superioridade” argumentativa perante o debatedor adversário e assim aparentar vitória contra o outro debatedor. Bourdieu pontua que a estratégia discursiva da *ruptura simulada* traz consigo a heteronomia sob a aparência de autonomia discursiva. Como exemplo de tal prática, destaca-se o seguinte trecho em que o advogado tributarista Davi Alexandre que muda o foco da discussão sem que ela estivesse esgotada:

David Andrade Silva - Eu gostaria de trazer outra linha de raciocínio para esse debate que eu acho que é crucial aqui no país. A Constituição lá diz, assegura o meu direito à vida, meu direito à integridade física. Diz que a minha residência é o asilo inviolável; assegura meu direito à propriedade, né?! Tá tudo lá na constituição, naquele gigantesco elenco de direitos e garantias individuais, que é mais pra inglês ver, porque no Brasil não serve pra absolutamente nada. Em paralelo, o Brasil é o pior entre os 30 maiores países, as 30 maiores cargas tributárias do mundo, na entrega de serviços públicos versus a carga tributária medida. É o pior, o que menos entrega. Arrecada muito, arrecada mal, e é o que menos entrega pra população. Bom, eu tenho lá na Constituição as minhas garantias individuais. Eu tenho direito

de me proteger, eu tenho direito de proteger minha propriedade; eu tenho direito de proteger a minha casa, os meus filhos. O Estado não me dá isso. Não me dá segurança pública, não entrega nada e agora quer me tirar o único direito de proteger a minha casa.

Felipe Monteiro - Que salto, David. Onde está no artigo 5º que você pode andar armado? (trecho aos 9 minutos de vídeo)

Compondo com a ruptura simulada estão elementos do discurso da evidência e uma estilística que remete ao *respeito às formas* de se pronunciar, algo que compete um personalismo no agente. O tema é a revogação do decreto sobre os armamentos feito por Bolsonaro, mas o comentarista, que é um advogado tributarista, muda o foco usando de seu campo para embasar um posicionamento em prol da comercialização de armas.

O discurso que usa da ruptura é incapaz de existir sem a assistência da linguagem comum, mas produz a noção de independência com relação a mesma empregando procedimentos diferentes conforme os campos. Para tornar didática a compreensão, Bourdieu exemplifica: “a palavra ‘grupo’ dos matemáticos constitui um símbolo perfeitamente autossuficiente pelo fato de ser inteiramente definida pelas operações e relações que definem, a rigor, sua estrutura e que estão na base de suas propriedades” (*Idem*, p. 134). Por outro lado, se verificarmos a mesma palavra em outros campos, não temos a mesma característica, segue nosso autor: “ao contrário, a maioria dos usos especiais dessa palavra (...) possuem uma autonomia muito restrita (...) em pintura, a reunião de vários personagens que formam uma unidade orgânica numa arte; em economia, um conjunto de empresas unidas por laços diversos” (*Idem*, p. 134). Percebe-se, portanto, que não há autonomia destas palavras em relação ao seu sentido originário e, deste modo, podem se tornar ininteligíveis a depender do campo ou contexto em que estiver sendo pronunciada e fazendo com que cada elemento discursivo dependa uns dos outros enquanto significante e significado.

Deste jogo retórico inserido na formulação simulada, que dá a impressão de um vínculo necessário entre os significantes e os significados, temos um sistema de conceitos que se expressam pelo uso de palavras técnicas; pelo uso de neologismos; e/ou ainda, pelo desvio alegórico dos sentidos tradicionais dos termos, por exemplo, quando a delegada Raquel Galilatti diz: “...o decreto foi feito de uma forma completamente açodada, rápida e sem habilidade técnica” e no mesmo pronunciamento, segue: “vamos preparar vários estilingues pros seguranças privados e caixões”. Aqui temos o que Bourdieu chama de *denegação*, que segundo ele é autorizada pela dupla informação de cada elemento discursivo e sempre

definida pela pertinência a dois sistemas, quais sejam, o da linguagem comum e o da linguagem técnica filosófica. Nosso autor destaca também como este artifício tem o caráter de distinguir as formas refinadas das formas vulgares da linguagem (idem, p. 139). Outrossim, o rebuscamento linguístico mesclado com a linguagem popular remete a uma aparente superioridade intelectual e a um vasto recurso informativo.

Dadas estas características iniciais, Bourdieu destaca que a *formulação* é, por si só, uma atitude de defesa, “ela é capaz de reduzir a unicidade irreduzível de um pensamento à uniformidade de uma classe lógica” (idem, p. 139 e 140). Percebemos, por exemplo, com base nos levantamentos feitos nos tópicos anteriores, como os discursos contrários, de base moralizante e extremista, fazem uso deste artifício ao reduzir toda a complexidade dos temas a uma unicidade e uniformidade - por meio de rotulações - que de longe não exprimem a realidade dos fenômenos postos em pauta, o que se depreende dos trechos a seguir:

Felippe Monteiro - Agora, em relação a países subdesenvolvidos, o que temos agora é a pesquisa clara do IPEA, que fala exatamente o seguinte: quando você aumenta a comercialização em 1%, aumenta em 2% o número de homicídios. (interrompido)

Raquel Galinati - Mais uma vez: não é essa a narrativa, não é essa a narrativa. A narrativa é: “a arma na mão da população vai aumentar o crime”. Eu destruí essa narrativa por quê? Porque eu apresentei uma pesquisa da Small Arms Survey, (...) é de Genebra, uma pesquisa mundial.

Alexandre Bissoli - Se tem uma pesquisa que só compara a venda de armas com a criminalidade, essa pesquisa é furada.

David Alexandre - Tá tudo lá na constituição, naquele gigantesco elenco de direitos e garantias individuais, que é mais pra inglês ver, porque no Brasil não serve pra absolutamente nada.

Capez: “Esse é um tema técnico, não é um tema pra ser tratado com ideologia, e me parece que este governo está começando a tratar esse tema como um compromisso ideológico, como um compromisso de campanha”.

Até então os comentaristas trouxeram pesquisas avocadas para colaborar com os argumentos expressos; a fundamentação positivista por mera paráfrase de artigos de lei na Constituição; e ainda contra-argumentos dados aos argumentos dos debatedores ou aos pronunciamentos de Lula e Flávio Dino na notícia que deu origem à pauta do debate. Como expresso por Marx em *A Ideologia Alemã*, “combate de fraseologias”.⁴⁰ Bourdieu comenta

⁴⁰ Alusão a crítica feita por Karl Marx aos Novos Hegelianos.

que “neste mundo invertido, onde o acontecimento é a ilustração da essência, o fundamento acaba sendo fundado por aquilo que ele funda” (Idem, p. 142). Ainda neste sentido, nosso autor assevera que uma produção ideológica tanto é mais bem-sucedida quanto mais for capaz de desqualificar qualquer um que tente reduzi-la à sua verdade objetiva. O ideológico, no sentido depreciativo e parcial, é sempre o discurso do outro e, conclui nosso autor, “é próprio da ideologia dominante arrastar a ciência da ideologia tachando-a de ideológica.” (Idem, p.151)

Em respeito a episteme desenvolvida na primeira sessão cumpre destacar como fato relevante ao fim da análise deste debate, e assim seguem os próximos, que é o efeito direto da mediatização ante a renovada esfera pública na Internet e seus efeitos diretos na sociedade, que este trabalho assume ser uma guerra cultural corroborada por vasto engajamento a ponto de influenciar tomadas de decisão política pelos representantes no poder. Após o mergulho na análise do discurso, faz-se necessário dar atenção a como foi recebido, interpretado e, mesmo ressignificado pelo público, como pontua Kamilla Avelar, (2017) “A ressignificação do que foi dito é o que circula entre pessoas e meios de comunicação e não o fato em si.” (p. 114)

Disponível no YouTube em dois links diferentes, este debate contou com um total de 117 mil visualizações na plataforma, onde computam-se 5,4 mil curtidas e 460 comentários. Ao ler os comentários percebe-se uma correlação forte entre os editoriais vistos anteriormente, as performances discursivas dos debatedores e o público que acompanha a emissora: “Um povo desarmado é como um cordeiro nas mãos do lobo” (58 curtidas); “Não vejo a hora desse desgoverno a acabar!” (27 curtidas); “Povo Desarmado será facilmente Escravizado” (15 curtidas). Estes são alguns dos comentários cujo teor se repete com mais frequência.

Outros comentários de elogio ao Fernando Capez e a Raquel Galinatti: “Mano, que inveja da retórica dessa mulher. Se saiu e-x-t-r-e-m-a-m-e-n-t-e bem!” os elogios ocorrem também na mesma proporção em que manifestam críticas, ou mesmo desprezo, por Felipe Monteiro: “Parabéns a todos os comentaristas e em especial ao Dr. Fernando Capez (...) Esse Felipe é terrível ninguém convence mesmo vendo os erros não aceita! É triste debater c/pessoas c/esse pensamento! Paciência!” (14 curtidas); “Boa noite! Assistindo ao vídeo do

programa porque com esse Felipe, não tenho estômago para assistir ao vivo” (3 curtidas); “Deveriam tirar este comunista Felipe deste programa, não assisto mais.”.

Destacamos o comentário a seguir: “Esse Felipe devia ter vergonha de ficar defendendo bandido com arma e povo sem arma”. A que ponto pode chegar a ressignificação da palavra dita?! O posicionamento contrário ao armamento da população é percebido – automaticamente – como afronta aos direitos dos cidadãos e defesa da criminalidade. Há uma predisposição que vem sendo fomentada dia após dia contra o pensamento contrário, o que evidencia um radicalismo político-ideológico do público que tem a Jovem Pan como veículo de informação. “Com esse Felipe não tenho estômago para assistir ao vivo”; não obstante, sem o contraponto de Felipe Monteiro, sequer haveria debate, ainda que desleal, uma vez que exceto por ele todos concordam entre si.

Por fim, cumpre destacar que o engajamento do público da Jovem Pan não fica restrito aos comentários nos vídeos no YouTube. Desses programas são feitos recortes que passam a circular no Facebook, Instagram, WhatsApp, X (antigo Twitter), Telegram e outras plataformas, o que provoca mais discussões no âmbito das interações sociais, como expresso por Ronaldo Almeida, Lilia Schwarcz, Luis Felipe Miguel e vasta literatura vista anteriormente; passaram a ser comuns brigas entre amigos, vizinhos e familiares, alterando os laços de solidariedade e afetividade na sociedade.

4.2.2 – Sobre a moralidade pública: drogas e aborto. Análise do vídeo: Rosa Weber vota pela descriminalização do aborto.⁴¹

Seguindo a linha empírica proposta, o elemento da moralidade pública se expressa em temáticas de usos e costumes que são enraizadas e tornam-se ponto de pauta ante as transformações na sociedade. Dois temas que se inserem neste campo, a saber, descriminalização do aborto e descriminalização das drogas dividem opiniões que perpassam e acentuam posições políticas de esquerda e direita e também com forte inserção no âmbito religioso. Política e religião sobressaem como campos de autoridade discursiva a ponto de se deixar para segundo plano os aspectos sociais de saúde e segurança públicas, ou os elementos econômicos que também tem fundamental importância nestas questões.

⁴¹ YouTube. Jovem Pan. Rosa Weber vota pela descriminalização do aborto. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ubBiLZCTi1Q> > acessado em 20. Jan. 2024.

O vídeo foi transmitido em 22 de setembro de 2023 e a reportagem seguida do debate decorrem da antecipação do voto de Rosa Weber a respeito da descriminalização do aborto. A ministra do STF viria a se aposentar antes da pauta ir ao plenário e optou por adiantar seu voto sobre esta matéria em vez de deixar ao cargo de seu sucessor. O debate no YouTube conta com 78 mil visualizações, 2,7 mil curtidas e 1536 comentários. O contraponto fica a cargo de dois comentaristas: Amanda Klein e Cláudio Dantas.

Da relação dos agentes com a Jovem Pan

Amanda Klein é jornalista de formação pela PUC-SP e atua na área desde 2002, trabalhou na Band, SBT e em 2011 passou a compor a equipe de jornalismo da RedeTV onde hoje é apresentadora do RedeTV News. Curiosamente ela tem presença concomitante em duas emissoras desde 2021, quando passou a integrar o grupo de comentaristas da Jovem Pan sem sair da RedeTV. A permanência de Amanda Klein na Jovem Pan, entretanto, não foi isenta de polêmicas. Em julho de 2021 a comentarista pediu para deixar o programa “3 em 1” alegando que a postura do então colega de debates, Rodrigo Constantino, não fazia jornalismo deixando o “ambiente tóxico e com ataques pessoais”.⁴² Amanda Klein tem em 2024 mais de 57 mil seguidores em sua página no Instagram.

Ante os 57 mil seguidores de Amanda Klein, Cláudio Dantas conta com 471 mil seguidores na mesma plataforma, quase dez vezes mais, embora não tenha uma carreira acadêmica e profissional tão diferente. Algo que sugere um alinhamento político-ideológico maior entre o público, a emissora e suas ideias. Formado em Jornalismo pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso no Rio de Janeiro, tem especialização em Relações Internacionais pela UnB. Profissionalmente atuou no jornalismo impresso passando pelo Correio Brasiliense, Folha de São Paulo e IstoÉ. Em 2015 associou-se ao site de notícias O Antagonista, permanecendo até março de 2023, quando foi oficialmente contratado pela Jovem Pan para ocupar o cargo de direção na redação e também compor a banca de comentaristas da emissora.⁴³

⁴² IstoÉ Gente. Amanda Klein pede para deixar programa da Jovem Pan. Disponível em < <https://istoe.com.br/amanda-klein-pede-para-deixar-programa-da-jovem-pan-ambiente-toxico-e-com-ataques/> > acessado em 29. Jan. 2024.

⁴³ Poder 360. Claudio Dantas sai do “Antagonista” e vai para a Jovem Pan. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/poder-midia/midia/claudio-dantas-sai-do-antagonista-e-vai-par>

Âncora do jornal Jovem Pan News e mediadora do debate, Livia Zanolini está na emissora desde Julho de 2020, como repórter e apresentadora. Formada em Ciências Humanas, Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Uberaba em 2009, conta com 51 mil seguidores em sua página no Instagram. Neste programa a apresentadora se limita a mediar sem expor seu ponto de vista pessoal sobre a temática debatida, embora inicie o debate colocando a questão levantada por Rosa Weber: “O congresso, que é majoritariamente masculino, teria legitimidade para pautar uma questão que é direito da mulher?”

Análise estrita do debate sobre o aborto.

Amanda Klein inicia sua participação confirmando que um congresso composto por homens não teria legitimidade para decidir sobre este assunto, como adendo ela traz outra pauta legislativa, a reforma eleitoral que reduziria ainda mais a participação feminina na política. Segue sendo clara e concisa a fim de elucidar a questão para o público, conforme os ditames requeridos do *discurso da evidência*:

Amanda Klein - Voltando à questão do aborto o que se tem é um voto em plenário virtual apresentado pela ministra Rosa Weber e por uma razão muito simples, ela vai se aposentar agora em setembro e o ministro Roberto Barroso assume a presidência do tribunal, já pediu que esse julgamento fosse a plenário físico (...) e isso não tem data pra acontecer (...) Só assegura que o voto da ministra Rosa Weber seja levado em consideração. Opõe, sobre a consideração do aborto, direitos: de um lado pra quem é a favor do aborto até a décima segunda semana de gestação, o direito fundamental da mulher, né?! O direito da mulher a dispor sobre seu corpo e sua integridade física, e por outro lado, pra quem é contra o aborto, o direito a vida prevalece, ele supera esse direito da mulher. Alguns países já conseguiram levar adiante essa legislação, a Colômbia, a Argentina, o Paraguai, o Chile ainda falta regulamentar. Nos EUA até, um retrocesso histórico do supremo, da alta corte daquele país, acho que no ano passado, né?! Naquele famoso julgamento “Roe vs Wade”, ele voltou atrás, fez um retrocesso, o aborto até uma certa semana da gestação era permitido em vários estados. Então eu acho que é uma discussão que ainda não está madura na sociedade brasileira (Trecho aos cinco minutos do vídeo)

Um tom de comedimento e que busca expressar neutralidade sobre o mérito do tema é o ponto de partida de Amanda Klein ao expor, lado a lado, os direitos contrapostos da mulher e da vida sendo gestada sem posicionar juízo de valor sobre ambos. O discurso da evidência, entretanto, neste caso se expressa primeiro no que se convencionou chamar de “lugar de

[a-jovem-pan/#:~:text=O%20jornalista%20Claudio%20Dantas%20deixou.grade%20de%20programa%C3%A7%C3%A3o%20da%20emissora.](#) > Acessado em 30. Jan. 2024.

fala”: homens não podem decidir sobre algo que diz respeito ao corpo e à saúde das mulheres. Em seguida a evidência é trazida de outras legislações cuja discussão estaria resolvida, são elencados países vizinhos ao Brasil e também os Estados Unidos que, entretanto, cometeu um “retrocesso” a partir de decisão da Suprema Corte daquele país. O termo “retrocesso” usado para definir a revisão sobre a legislação do aborto nos EUA denota, implicitamente, um posicionamento progressista da comentarista.

O contraponto dado por Cláudio Dantas é que essa discussão não deveria ser pautada, paralelamente, entre o STF e o Congresso Nacional. A prerrogativa de cada um dos poderes, a propósito, é tema recorrente na programação da Jovem Pan. Como via de regra, alega-se que o STF invade atribuições que são do poder legislativo. Segue o comentário:

Cláudio Dantas - Eu acho que o Supremo deveria ter um pouco mais de serenidade pra avançar em debates que devem ser tratados pelo congresso. Esse é um debate que é originalmente do congresso e por quê? Primeiro porque é um debate super complexo. Então ele precisa ter audiências públicas, precisa trazer representantes da sociedade, lideranças religiosas como as que se manifestaram ontem, também precisam estar presentes. É preciso compreender que esse é um debate que não envolve apenas ciência, saúde pública, mas crenças também, individuais de cada um. (...) Inclusive essa opção pelo plebiscito acaba sendo uma reação a esse avanço do STF nas prerrogativas do legislativo e isso precisa acabar. A gente está vivendo uma confusão institucional envolvendo temas sensíveis como também o debate da descriminalização do porte de maconha. (...)

Amanda Klein - Só pra adicionar um componente nessa discussão que eu acho importante: 1º eu acho que o aborto também tem que ser tratado como caso de saúde pública. Eu até fiz uma pesquisa rápida aqui, olha, tem uma informação de 2014, do portal da câmara dos deputados inclusive, que o aborto é um dos principais causadores de morte materna. São 800 mil mulheres que praticam o aborto todos os anos, e dessas, 200 mil recorrem ao SUS para tratarem sequelas. Outras várias morrem. Então você tem um caso aí também que acaba sendo de classe social. Quem tem dinheiro pratica aborto em clínicas privadas e caras, e quem não tem dinheiro acaba recorrendo a outros métodos, inseguros em casa.

No primeiro momento o caráter sexista não é ponto de pauta para réplica de Cláudio Dantas, mas, assim como Amanda Klein fez um comparativo com a reforma eleitoral para embasar seu ponto de vista, Dantas comparou o tema do aborto ao tema da maconha em que, segundo ele e quase todos os comentaristas da Jovem Pan – como veremos – são temas sensíveis e que estão permeados por confusão institucional. Amanda Klein evoca um estudo disponibilizado pela própria Câmara dos Deputados que, sem citar o título, alerta para o vasto

número de mulheres que se tornam vítimas ou tem sequelas pela prática do aborto. Implicitamente ela diz, sem dizer, algo como o que Bourdieu elenca como elemento discursivo da *censura simulada* discutida no tópico anterior. Na pauta em questão o congresso conhece o problema – e o estudo tem já uma defasagem de quase dez anos – mas não se dispõe a pautar o assunto, se é assim, aqui entra o judiciário.

Trata-se de uma questão social e de saúde pública, esse é o ponto enfático trazido pela comentarista. Cumpre fazer uma breve digressão porque em face da acusação de que o judiciário invade prerrogativas do legislativo, num discurso renitente em toda a programação da emissora, é importante trazer à luz de onde vem a autoridade de tal prática: a Constituição.

Os chamados remédios constitucionais: mandado de injunção, a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), ou ainda a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e o instituto processual da “repercussão geral” são exemplos de mecanismos que visam dar controle às leis, que devem ser harmônicas com a Constituição, e também dar eficiência ao promover uma duração razoável dos processos. Em especial a “repercussão geral” tem essa função que também visa promover segurança jurídica ao vincular as decisões nos tribunais, mas que, por conseguinte, tem ares de invasão de competência.

A “repercussão geral” ocorre quando vários casos similares se tornam lide no judiciário e, em função disso, prejudicam o andamento comum da já lenta tramitação da justiça. Em especial, como mostra o estudo trazido por Amanda Klein, são muitos os casos de cometimentos de aborto, bem como sequelas e mortes das gestantes; também são muitos os casos de processos penais pelo cometimento desta prática. O mesmo raciocínio se aplica ao porte de drogas. Quando declarada “repercussão geral”, a decisão de um caso específico se aplica para todos os casos iguais e, na prática, aparenta ser uma invasão de competência do poder legislativo, pois, se vale pra todos, a decisão tem ares de lei. Muitos juristas argumentam que é uma aparência entretanto, porque a possibilidade de tal procedimento é dada pela Constituição, portanto não haveria ilegalidade, mas deriva de inação do poder legislativo que não pauta determinados temas – talvez – pelo custo político que os parlamentares

arcariam.

Voltando ao debate, Amanda Klein levanta o efeito social de que mulheres ricas fazem aborto em clínicas privadas e caras, enquanto as mulheres pobres realizam o procedimento em casa ou em qualquer ambiente sem as mínimas condições de segurança. O SUS acaba custeando o efeito de tais práticas e as estatísticas acabam pesando contra as mulheres uma vez que a criminalização não resolve o problema. É quando Amanda Klein retorna à pauta não replicada por Cláudio Dantas: “Imagine, eu acho que o Dantas tem um ponto, né?! ‘Eu acho que o congresso tem que legislar sobre isso’, só que qual congresso vai legislar sobre isso?! É um congresso de homens, o dado da realidade é esse.”, e segue a comentarista: “Então de novo, a gente tá delegando a homens, normalmente homens brancos que resolvam, que definam a vida e o destino, os direitos de mulheres.”. Desta vez Dantas replica:

Claudio Dantas - Amanda, se for partir desse princípio, o STF também é formado majoritariamente por homens. [Ela diz - Tem razão]. Então enveredar por esse caminho é inútil. A gente tem que considerar que esse debate tem um quesito de agenda ideológica que precisa ser de alguma maneira afastado, né?! Quando você vê aí a agenda progressista que defende o aborto, mas não quer discutir os métodos contraceptivos, o planejamento familiar, educação nesse sentido; então a gente tá assim, sempre tratando da doença e não da prevenção. (...) O que a gente percebe nesses julgamentos desses temas centrais que envolvem crenças e comportamentos da sociedade no STF é justamente o alinhamento em relação a determinado espectro dessa agenda ideológica.

A réplica de Dantas tem uma sequência lógica pautada no *discurso da evidência* quando devolve o argumento: “o STF também é formado majoritariamente por homens, então enveredar por este caminho é inútil”, mas ele negligencia que o primeiro voto sobre o tema foi dado por uma ministra e não por um ministro do STF. Embora a legitimidade para ocupar tal função não devesse se pautar pelo gênero, mas pelos requisitos determinados na Constituição: ser brasileiro nato, ter mais de 35 anos, ter notável saber jurídico, reputação ilibada e etc; segue sendo preciso dizer que a disparidade de gênero expressa uma dominância masculina nas esferas de decisão e poder, e a ministra Rosa Weber veio a ser substituída por mais um homem.

Outro ponto importante é a lógica da prevenção, que se inverte completamente quando o assunto é a política armamentista e a punitividade do Estado. “Não se quer discutir métodos

contraceptivos ou planejamento familiar”, mas considera certo o jargão que “bandido bom é bandido morto”.⁴⁴

O identitarismo de gênero e classe avocados por Amanda Klein são também pautas desprezadas pela extrema direita que defende uma postura meritocrática para os mais diversos aspectos da vida. Talvez em razão disto, Cláudio Dantas coloque em sua *formulação simulada* o discurso da *ideologia* no posicionamento contrário ao seu. “Este debate tem um quesito de agenda ideológica”, diz ele enquanto negligencia o dado do mundo material que centenas de milhares de abortos são cometidos todos os anos e que muitos deixam sequela e mortes nas gestantes, e que essas mortes atingem uma classe social específica. Mais uma vez coube como luva na mão o argumento de Bourdieu de que nada é mais ideológico que tentar desqualificar o argumento que visa reduzir um discurso a sua verdade objetiva.

Amanda Klein replica devolvendo o discurso na mesma moeda, ainda de forma comedida, mas irônica e concordando com o colega, segue:

Amanda Klein - Quando você fala de agenda ideológica, eu acho que você tem razão, mas esse tema foi sequestrado, como tantos outros, pela agenda ideológica quando acaba sendo um problema comum, que diz respeito a todas as mulheres, que diz respeito a saúde pública. É um tema no sentido mais simples, não devia ser sequestrado por essa agenda ideológica. Lembrando sempre que o Estado é laico. A gente não vive num Estado religioso. (Grifo nosso)

Em outras palavras: só é ideológico o argumento de esquerda e progressista? O argumento conservador e religioso não é?! Em suma, diferentemente do vídeo anterior, este debate teve paridade quantitativa em relação ao tempo de exposição de ideias e também à qualidade das mesmas, quando levado em conta os repertórios político/ideológicos dos debatedores. Ambos jornalistas, não enveredaram o discurso para questões técnicas da biologia acerca do momento de origem da vida, o qual ensejaria a possibilidade moral de realização do aborto, ou ainda sobre o que as religiões consideram ser uma atitude correta a este respeito. Os campos legislativo e judiciário foram o foco, mas tendo como plano de fundo elementos de gênero, classe e saúde públicas trazidos por Amanda e evidenciado por levantamento estatístico objetivo que a própria Câmara Federal dispunha.

⁴⁴ Como canta Caetano Veloso em Haiti: “E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto e nenhum no marginal?!”

Quanto a recepção do público o YouTube registrou, até a data em que foi transcrito, 1536 comentários e mais de 2,7 mil curtidas. Devido ao tema ter uma clara implicação de gênero, a maioria dos comentários foi de mulheres. Em comparação ao debate anterior houve maior participação. Destacam-se a seguir os comentários com mais curtidas e engajamentos de réplicas a fim de explicitar a assimilação ou ressignificação dada pelo público da emissora.

Mais uma vez, ao ler os comentários é perceptível que há uma correlação, ou correspondência, positiva e forte entre os editoriais da Jovem Pan e o público que a consome. Outrossim, a explanação de Cláudio Dantas é elogiada por vasta maioria dos espectadores que o consideram como franco vencedor do debate. Tal qual ocorrido com Felipe Monteiro no vídeo anterior, mensagens de desprezo são direcionadas para Amanda Klein, mas desta vez a maioria das mensagens são de outras mulheres.

Cumprir destacar que quase não há moderação ou meio termo entre as exposições de engajamento do público, com eles vale o slogan da propaganda militar: “ame-o ou odeie-o”, seguem: “Outro dia eu li um comentário que achei ótimo, onde a pessoa disse: "quando a Amanda começa falar eu vou fazer cocô!" (129 curtidas); Um comentário masculino e sexista, “Dantas botou quente na Amanda kkkk. Isso mostra o quanto esse povo da esquerda deixa de lado qualquer argumento lógico para dá continuidade a pura e simples agenda ideológica.” (83 curtidas); “Tudo que a Amanda fala tem única e exclusivamente como fonte sua própria cabeça. Meu Deus do céu.” (4 curtidas).

Percebe-se um juízo de valor pré-definido, não se vê qualquer esforço reflexivo sobre o que foi discutido, lembrando que Amanda foi a única a trazer para o debate um dado objetivo a respeito do tema, com levantamento de práticas, sequelas e óbitos de gestantes. Destarte, os ataques também se dirigiram à Rosa Weber: “A MÃE da Rosa Weber deveria ter abortado quando estava grávida dela.” (134 curtidas); houve ainda comentário de uma internauta carregado de identitarismo com a finalidade de autoatribuição de credibilidade: “Sou mulher, mãe, negra, nordestina e muito pobre e peço a anulação do voto da ministra que já votou urgentemente.” (118 curtidas).

Outros comentários foram de elogio ao Cláudio Dantas: “O Claudio é muito inteligente, debater com ele é difícil” (22 curtidas); “Eu amo o Dantas! Muito inteligente! Precisamos de mais Pavinatos/Dantas” (14 curtidas). Predileção que denota alinhamento de

ideias apesar desses comentários não demonstrarem qualquer esforço reflexivo, apenas empatia como se expressassem a ideia de que “você me representa”.

Um dos raros comentários que tenta entrar no mérito argumentativo foi de um homem e teve resposta de outros internautas: “A Amanda defende o direito da mulher sobre o seu corpo e coloca como questão de saúde pública pelo fato de muitas mulheres morrerem no processo de aborto, mas não enxerga que há uma vida inocente que está sendo arrancada de forma cruel” (70 curtidas). Em seguida foi respondido pelos dizeres: “10 meu amigo. a Amanda é uma louca que concorda com tudo que não presta no mundo.” (9 curtidas) e ainda outro: “Amanda nao sabe o que diz” (6 curtidas).

O comentário mais curtido do vídeo também foi de um homem que buscou refletir sobre o mérito debatido obtendo engajamento de 300 likes: “Já que o supremo tribunal federal está legislando no Brasil. É melhor ter eleições de 4 e 4 anos para escolher os 11 ministros do STF. E que fique o STF legislando e acaba com os 513 deputados federais e os 81 senadores, com isso iríamos economizar muito dinheiro para educação, saúde e segurança.”

O que se depreende de tais assertivas é que o público feminino da Jovem Pan é conservador, ou reacionário à mudanças que afetem a moralidade advinda de visões religiosas de mundo e costumes tradicionais, nos dizeres de Mark Lilla. Os comentários masculinos têm caráter machista e sexista, com traços claros de misoginia, mas que são corroborados com curtidas respostas de mulheres. Praticamente não há reflexão ou tentativas de imersão, ainda que superficiais, no mérito do que foi discutido pelos comentaristas. Um tema carregado de valor moral teve reações típicas de torcida de futebol: o dito ficou pelo não dito, mas mais uma vez é a resignificação que circula nas plataformas e redes sociais na internet.

3.2.3 - Análise do vídeo: O STF pode liberar o uso de drogas?⁴⁵

Ainda no campo da moralidade pública, outro tema de disputa é a descriminalização das drogas e este foi ponto de pauta no programa Linha de Frente no dia 4 de agosto de 2023. Na ocasião o STF levou a plenário o julgamento de recurso em que o réu fora condenado por porte de 40 gramas de maconha. O instrumento legal que acometeu o acusado é a lei

⁴⁵ YouTube. Jovem Pan. O STF pode liberar o uso de drogas? Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LkSnmkAxmUE> > acessado em 10. fev. 2024

11.346/2006, conhecida como lei de drogas, a qual institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas – Sisnad, instrumento de polêmica acusado por juristas e cientistas sociais como um dos responsáveis pelo encarceramento em massa que ocorre no país, a ponto de possuímos hoje a terceira maior população carcerária do mundo.⁴⁶ Os dados mais recentes são de 2023 quando havia 935 mil pessoas em privação de liberdade, das quais 644 mil ocupavam celas físicas, cerca de cinco vezes mais presos que em 1993, quando o primeiro censo penitenciário foi realizado conferindo 126 mil detentos.⁴⁷ O atual relatório⁴⁸ ainda confere deficit de 164 mil vagas, o que leva à superlotação dos presídios em um número maior que o total de apenados trinta anos antes, levando o próprio STF a reconhecer um “estado de coisas inconstitucional”.⁴⁹

O debate da Jovem Pan no YouTube contou com expressiva audiência de quase 200 mil visualizações e um engajamento de 9,3 mil curtidas seguidos, entretanto, de apenas 135 comentários: a exposição dos internautas foi significativamente menor que a vista no debate sobre o aborto.

Da relação dos agentes no programa da Jovem Pan.

O já visto Felipe Monteiro segue neste debate, onde se encontram outros três comentaristas: Tiago Pavinatto, que é comentarista, mas, ao mesmo tempo, âncora e mediador, não compõe mais a equipe da Jovem Pan em razão de um comentário ofensivo direcionado a um desembargador que absolveu réu condenado em primeira instância por crime de estupro de uma menor de 13 anos, fato pelo qual, decididamente e contra recomendações da emissora, não se arrepende e não quis se retratar. Pavinatto é mestre e

⁴⁶ YouTube. TV Senado: Brasil tem 3ª maior população carcerária do mundo. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=dQ0oxRScJgo&t=132s> > acessado em 28. Jun. 2024.

⁴⁷ BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Situação do Sistema Penitenciário Brasileiro. Ano XLIX, suplemento ao nº 57. 19 de abril de 1994.

⁴⁸ Plataforma GOV.BR. Relatório de Informações Penais. Disponível em < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023/relipen/view> > acessado em 20. jun. 2024.

⁴⁹ Supremo Tribunal Federal. Reconhecimento do estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e suas possíveis consequências na ordem jurídica brasileira. Disponível em < <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/1132> > acessado em 20. jun, 2024.

doutor em Direito que na época do programa era contratado pela Jovem Pan. Sua página no Instagram⁵⁰ tem 1,7 milhões de seguidores e o engajamento de seu público também é expressivo no YouTube com mais de um milhão de inscritos⁵¹. Tais números não são por acaso; com uma retórica cheia de estilismo, opiniões fortes, posicionamento aguerrido e debochado fizeram de Tiago Pavinatto um dos comentaristas mais aclamados da Jovem Pan. A ofensa direta a um desembargador manifesta pelas lentes da Jovem Pan custaram-lhe a permanência na emissora. Hoje se dedica a Escola de Formação Intelectual⁵² por ele mesmo montada; oferecendo cursos sem credenciamento no Ministério da Educação, portanto sem emissão de certificados e diplomas; para as áreas de filosofia, direito, finanças e política em uma plataforma online própria.

Daniela Alves se apresenta no LinkedIn como estrategista em relações internacionais e políticas públicas, nesta plataforma consta seu desligamento da Jovem Pan em outubro de 2023, após 1 ano e 3 meses na emissora⁵³. No Instagram ela também informa ser mestra em medicina, sua página nesta rede tem 8,6 mil seguidores e hoje ela é cofundadora da “GovChainLab”, cuja página não especifica bem a atividade, mas informa ser: “a essência de um projeto que não apenas imagina um futuro descentralizado, mas ativamente participa na sua construção, unindo comunidades, tecnologias e ideias para remodelar o tecido da nossa sociedade.”⁵⁴

Paulo Niccoli é mestre e doutor em ciências sociais com enfoques, respectivamente, em sociologia e antropologia. Atua como professor celetista na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Escola Superior de Propaganda e Marketing, também como celetista, e ainda informa ser professor na plataforma Casa do Saber, que tem canal no YouTube com cursos e palestras de temas variados. Em nenhuma de suas páginas no LinkedIn, Instagram ou Lattes⁵⁵ Paulo Niccoli informa qualquer vínculo com a Jovem Pan,

⁵⁰ Instagram. Tiago Pavinatto. Disponível em < <https://www.instagram.com/pavinatto/?hl=pt> > acessado em 20. ago. 2024

⁵¹ YouTube. Canal do Pavi. Disponível em < <https://www.youtube.com/@Pavinatto> > Acessado em 20. ago. 2024

⁵² Escola de Formação Intelectual. Disponível em < <https://tiagopavinatto.com.br/pav-efi-ago24-venda/> > acessado em 20. ago. 2024

⁵³ LinkedIn. Daniela Alves. Disponível em < <https://www.linkedin.com/in/daniela-alves-ri/details/experience/> > acessado em 20. ago. 2024

⁵⁴ GovChainLab. Disponível em < <https://govchainlab.gitbook.io/sobre> > Acessado em 20. ago. 2024

⁵⁵ Plataforma Lattes. Paulo Niccoli Ramirez. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/5578509769861842> > acessado em 20. ago. 2024

apesar de ser comentarista frequente na programação e, em função disso, também aparece sob as mesmas circunstâncias nas programações concorrentes do SBT News, Gazeta TV, TV Cultura, Band, O Globo e etc. Sua página no Instagram contém 12,7 mil seguidores e não possui canal próprio no YouTube.

Diego Tavares é advogado e especialista em direito processual civil. É sócio da Tavares Advogados e informa em sua página do LinkedIn ser comentarista de política da Jovem Pan desde março de 2023 até o momento presente⁵⁶. Sua página no Instagram é de pouco engajamento dispondo de pouco mais de 5 mil seguidores.

Análise estrita do debate sobre porte de drogas

“Boa tarde minha amiga, boa tarde meu amigo, boa tarde, meus inimigos, boa tarde você que está passando pelo canal e nunca viu esta minha cara na sua vida. Eu sou o Tiago Pavinato e está começando agora o Linha de Frente”, assim, em tom descontraído, o então âncora e comentarista Tiago Pavinatto inicia a apresentação do programa, e segue com um longo texto:

Conosco hoje estão Filipe Monteiro, meu querido Pepe, Daniela Alves, Diego Tavares e Paulo Nicoli e seremos sua companhia até as 16 Horas, eu espero, exijo, demando, sob a pena de rogar-lhe uma praga, pixar-lhe, como dizia Zé do Caixão, uma maldição (...) serão nossa companhia até as 16. Meus queridos, hoje é sexta, e este é o Linha de Frente. As pessoas sem Deus no coração, as pessoas que não sabem se divertir, o que fazem na sexta feira? Assistem ao Linha de Frente?! Não! Eles põem uma linha na frente. Uma linha branca; uma linha branca que é uma substância proibida. É a lambada?! Não! A lambada é a dança proibida. Eles fazem uma linhazinha e ficam muito loucos possuídos pelo tóxico. (...) Essa questão está dominando o noticiário porque o Rodrigo Pacheco disse que o Supremo Tribunal Federal tem realizado, abre aspas “Uma invasão de competência do poder legislativo”, fecho aspas. (Trecho a partir do primeiro minuto do vídeo)

A apresentação segue, mas é imperativo destacar o estilismo retórico com que o texto de Tiago Pavinatto se destaca da média dos comentaristas na emissora, e mesmo fora dela. Como visto até aqui, Pavinatto é o comentarista com mais engajamento nas redes do Instagram e YouTube, ambas com mais de 1 milhão de seguidores. A maneira como Felipe Monteiro é apresentado por ele é um indício de seu posicionamento, uma vez que o colega se declara de esquerda e se posiciona com opiniões contrastantes, recebe a alcunha de Pepe

⁵⁶ LinkedIn. Diego Tavares. Disponível em <

(sonorizado Pipi), consciente ou inconscientemente mascarando de carinho e afetividade sua divergência, conforme se demonstra no decorrer do debate. Neste primeiro trecho ainda se destaca como se apresenta o *discurso da evidência*: “As pessoas sem Deus no coração”, que são também as mesmas pessoas “que não sabem se divertir (...) põem uma linha na frente (...) ficam possuídos pelo tóxico”. Diferentemente dos demais debates, o discurso não traz um profeta de origem como o resultado de estudo científico, ou notícia de jornal, ou ainda uma declaração oficial de autoridade pública; o discurso da evidência tem apelo em convicção moral e religiosa que é facilmente assimilável por pertencer ao senso comum. Pavinatto segue pedindo à produção que mostre o vídeo com posicionamento de Rodrigo Pacheco e depois segue:

Enquanto o Supremo decide sobre o porte de maconha pra consumo próprio, com placar já de 4 a 0, senhores, a favor do cigarrinho de Belzebú, (...) ao menos 6 projetos de lei tramitam no Congresso Nacional e buscam endurecer as penas pra quem compra drogas pra uso pessoal. Três desses projetos são de autoria de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros três estão em análise, pasmem, senhores, faz 15 anos (...) pela legislação atual, aprovada pelo congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2006, o porte de drogas para uso pessoal é considerado crime, e entre as penas aplicadas estão a prestação de serviços comunitários e o cumprimento de medidas sócio educativas por até 10 meses. Esta é a lei, queridos. A lei de drogas é a lei 11.343. Quem for até ela, “olá lei”, vai ver que no artigo 28 ela não aplica a pena de prisão pro usuário (...) Então o legislativo já se pronunciou; não faz nem 20 anos (...) mas tem uma questão, é difícil saber quem é usuário, porque a lei não fala em quantidade, e este é um problema, um problema muito sério. (...) Eles estão discutindo isso embalados por aquela música do Bezerra da Silva que eu não me canso de citar: “se Leonardo da Vinte, por que eu não posso dar 2? Mesmo apertando na encolha, malandro, pinta sujeira depois. Tomei um bote perfeito com um baseado aceso na mão. Levei um sacode regado a tapa, um pontapé e pescoção. Eu fui levado à presença do doutor delegado, ele foi logo dizendo ‘vai se abrindo, malandro, e conta tudo como foi’; e eu fui logo dizendo ‘se Leonardo da Vinte, por que eu não posso dá 2?’”

O posicionamento de Pavinatto a respeito do tema em debate é explicitado retoricamente com expressões de efeito, “4 a 0, senhores, a favor do cigarrinho do belzebú”; citação de música vinculando a decisão do Supremo à malandragem após dizer que “o legislativo já se pronunciou, não tem nem 20 anos”. É fato consumado que um ano mais tarde, em Junho de 2024, o STF consumou em plenário decisão pela descriminalização do porte ao estipular a quantidade máxima de cannabis a ser portada e vetando o uso público da mesma. Todos esses recursos discursivos são características de *respeito interno às formas*, conferem um grau de empatia, ou antipatia, a depender do público a quem se dirige e espera

sua atenção: elementos de senso comum, moralidade religiosa e conservadorismo são as armas retóricas de Tiago Pavinatto, acrescidas de irreverência comunicativa, resultando grande engajamento e apreço do público.

Diego Tavares - Isso tá em virtude da discussão polêmica em torno da descriminalização da maconha, mas não é a primeira vez que o STF vai invadir a competência do poder legislativo e criar, por uma decisão judicial, uma verdadeira lei. Ele já fez isso quando permitiu o aborto nos casos de feto anencéfalo, já fez isso, por exemplo, quando permitiu a união estável homoafetiva, e eu não estou aqui entrando no mérito a respeito dessas questões, inclusive não vou entrar também no mérito a respeito da questão da maconha. Você pode concordar, você pode discordar. O ponto é: a forma como isso está sendo feito está errada. O STF está violando a tripartição de poderes. Nós não votamos em ministros. As pessoas nas quais votamos são deputados e senadores. (Trecho aos 14 minutos de vídeo)

Segue Diego Tavares reforçando a tese apresentada por Rodrigo Pacheco, que deu origem ao tema do programa juntamente a votação do STF e endossa o posicionamento de Tiago Pavinatto ao acrescentar outros exemplos do que eles julgam ser “invasão de competência” feita pelo STF. “Não vou entrar no mérito (...) a forma como isso está sendo feito está errada.” Daniel Tavares busca trazer uma racionalidade estritamente técnica e formal ao enfatizar que o STF não deveria estar decidindo sobre este assunto. Sistemáticamente, de longa data, a programação da Jovem Pan investe na tese de que o Judiciário avoca para si atribuições do legislativo e que o faz de maneira errada e antidemocrática, “O STF está violando a tripartição de poderes. Nós não votamos em ministros (...) votamos [em] deputados e senadores’.. Eis o *discurso da evidência*, que também é o discurso que marcou o debate anterior sobre o aborto e que aparece na programação do dia 8 de Janeiro de 2023 a ser vista nos próximos tópicos.

Daniela Alves - Pavinatto, achei que você foi tão preciso com toda a sua fala, mas também quando você falou do Rodrigo Pacheco, o nosso mestre dos magos, mas essa é a primeira vez que eu vou fazer isso, eu preciso elogiar a fala do presidente do senado porque ele finalmente está colocando que o judiciário está passando as suas atribuições. (...) o que não podemos continuar permitindo é o judiciário realizando ações do congresso nacional, simplesmente legislando. (Trecho aos 15 minutos do vídeo)

Tiago Pavinatto segue o programa se dirigindo para Pipi, Felipe Monteiro, após o comentário de Daniela Alves que vai no mesmo sentido dos demais comentaristas, isto é, enfatizando a intromissão de competência do STF, mas acrescida de palavras de ordem: “não

podemos continuar permitindo é o judiciário realizando ações do congresso nacional, simplesmente legislando”.

Tiago Pavinato - Aí o sujeito tá lá bolando de três dedos na praia, Pipi, aí vêm o me ganha, me ganha é o homem da lei, me ganha fala assim “e aí o que é isso daí, vagabundo? vamo pra DP”, lembra da música do Gabriel Pensador?!, aí ele fala assim, “não! é pra uso”, aí o me ganha fala assim, “vai fumar?”, “vou apertar, mas não vou acender agora” (...) essa alteração na legislação, ela visa a descriminalizar o uso de maconha apenas, ou ela vai acabar recaindo pra todos os outros tipos de drogas ilícitas? (trecho aos 17 minutos do vídeo)

Apenas aos 18 minutos do programa o debate realmente tem início ao se ouvir pela primeira vez, ainda que comedidamente, o contraditório, mesmo havendo concordâncias.

Felipe Monteiro - É, Pavinato, primeiro que eu concordo com o Rodrigo Pacheco com essa invasão do poder judiciário sobre o legislativo, no entanto a gente tem que lembrar do seguinte, o poder legislativo tem vários problemas: o primeiro deles é a morosidade. Como você mesmo falou no começo, tá 15 anos na pauta a discussão e a votação sobre um projeto sobre a maconha, ou seja, tá levando 15 anos sua competência de o poder legislativo legislar e discutir esse assunto. Além disso, a política legislativa no Brasil é muito pobre [interrompido por Pavinatto]

Tiago Pavinatto - Mas vamos convir aqui, tá 15 anos lá esses projetos que alteram, mas já tem uma lei. Essa é a opção do congresso.

Felipe Monteiro - O segundo ponto que eu vou colocar aqui, a política legislativa no Brasil é muito ruim e muito pobre, tanto que o artigo 28 da legislação antidrogas é um artigo muito ruim, muito mal redigido. Apesar da legislação e apesar da legislação sobre a maconha não ter sido a descriminalização, é claro pela legislação que há um tratamento diferenciado entre usuário e traficante, tanto que o artigo 28 fala do usuário. Ou seja, cria diversos tipos de justiças. Como bem disse o Alexandre de Moraes no voto dele, a polícia, que é a autoridade policial que faz a abordagem inicial, ela que fica responsável por identificar se a quantidade carregada pelo usuário, pela pessoa, faz dele um usuário ou faz dele um traficante.

Tiago Pavinato - A polícia vai ter que andar com balança de precisão.

Existir uma lei e esta ser a “opção do congresso”, como afirma Pavinatto, mascara o mérito do tema em debate, derivado de um fato do mundo social que chegou na mais alta corte jurídica do país: existe uma lei que, em vez de sanar questões, gerou problemas de cunho social; existe também o poder legislativo que deveria sanar este problema, mas há

quinze anos, quase quatro mandatos, segue inerte com relação a esta pauta. E como o Judiciário entra nessa questão? Mais uma vez, segue Felipe Monteiro:

Felipe Monteiro - (...) esse caso específico que chegou ao STF, é bom lembrar o seguinte, né, é uma ação ajuizada pela defensoria pública do estado de São Paulo, em relação a uma pessoa que estava carregando 3 gramas de maconha, ou seja, há um lapso legislativo claro que gera enormes ações no poder judiciário. Ou seja, várias ações de usuários abarrotam a justiça pra decidir se é usuário ou se é traficante, e o poder legislativo tá omissivo em relação a isso desde 2006 quando foi aprovada a legislação antidrogas. Então eu vejo com naturalidade o poder judiciário, no âmbito do STF, que tem o poder também de consolidar a jurisprudência do poder judiciário como um todo, adentrar nesse mérito.

Tiago Pavinatto interrompe Felipe Monteiro novamente, desta vez para discutir pressupostos processuais de admissibilidade. “A questão das competências, das ações processuais, ‘tem que entrar aqui habeas corpus’, ‘aqui é mandado de segurança’”. Essa abordagem leva a crer que o mérito da pauta não é o problema que uma redação ruim da lei causou, mas a atribuição que o STF teria ou não para discutir e votar sobre o tema. Do ponto de vista de uma análise de discurso bourdieusiana, temos a lógica da *ruptura simulada* sendo tentada. Ademais, se se considera, como toda a episteme vista até aqui, que o ataque às instituições por meio dos mecanismos de comunicação nas novas redes digitais é um dos elementos discursivos das guerras culturais e que tem influência direta na esfera pública, a Jovem Pan, por meio da maioria dos seus formadores de opinião, contribui de forma sistemática para este quadro. Os indícios dessa constatação podem ser colhidos do engajamento do público por meio dos comentários, conforme será visto no próximo tópico, ou ainda pelos recortes da programação compartilhados e curtidos nas redes digitais; mas o debate segue:

Tiago Pavinatto - Tudo bem, até aí é o que eu falei no começo. Quanto ao judiciário poder definir um critério para a avaliação, vá bem. Mas assim, revogar o artigo 28 pode?!

Felipe Monteiro - Mas essa é a questão. Eu vou colocar essa pergunta pra vocês aqui, Pavinatto, é o seguinte: o único instrumento que o STF tem, específico, na minha opinião, é falar se esse artigo é constitucional ou inconstitucional, ele não pode dar nenhum tipo de interpretação dizendo qual que é o quilograma, a grama que a pessoa vai virar usuário ou traficante. Isso é adentrar numa esfera de discussão que não cabe a ele, porque essa é

uma questão que deve ser levada por meio de técnicos que entendam do assunto pra identificar se uma quantidade é usuário ou traficante. Então eu concordo com o Pacheco, mas o legislativo tem que fazer uma meia culpa porque ele não pegou a discussão desse assunto.

Conforme acórdão do Recurso Extraordinário 635859⁵⁷, decidido em 26 de junho e publicado em 27 de agosto de 2024, foi estabelecido que o porte de 40 gramas ou 6 plantas fêmeas de maconha não configura crime penal, mas ilícito administrativo. Compete frisar que a íntegra do acórdão conta com 728 páginas, das quais, 24 *amicus curiae*, isto é, 24 “amigos da corte”, órgãos técnicos como a Comissão Brasileira Sobre Drogas e Democracia - CBDD, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a Pastoral Carcerária, o Conselho Federal de Psicologia entre muitos outros, foram convidados para darem pareceres que auxiliassem os ministros na tomada de decisão. O debate segue com a participação de Paulo Niccoli:

Paulo Niccoli - Tem dois lados da moeda nesse debate, o primeiro deles: concordo com todos os colegas, com o Pacheco também, é uma invasão de competência que o STF faz. O STF se transforma no Supremo Tribunal Federal Legislativo (...) agora, por que que o STF está fazendo isso e não o congresso?! A gente tem um congresso muito inepto em questões como estas, assim como a questão do aborto também, que não foi pra frente. (...) Existe uma demanda mundo afora segundo a visão na qual a guerra contra as drogas foi um verdadeiro fracasso. Ano passado Biden mandou soltar, em um decreto, milhares de pessoas que estavam presas por traficar maconha; até mesmo usuários em alguns estados dos Estados Unidos; o Chile já permite que um certo número de pessoas plantem um certo número de pés de maconha dentro de casa; o Uruguai já liberou; a Argentina tá indo pelo mesmo caminho; na Europa, enfim, mesmo que existam leis contra, a justiça e a polícia faz vistas grossas, e o que se está revendo no mundo hoje é essa política de drogas, mas o que aconteceu com a maconha especificamente? Até os anos de 1920-30, maconha e cocaína eram vendidas nas farmácias, não sei se vocês sabem disso. E eram recomendadas por médicos. Freud também fez experimentos com cocaína. Mas a maconha especificamente foi proibida em função da pressão da indústria algodoeira norte-americana no início do século passado.

Em sua primeira intervenção, aos 24 minutos do vídeo, Paulo Niccoli expande o debate para um aspecto mais amplo - relativo às tendências internacionais - às quais ele considera que devem ser seguidas pelo plenário do STF; ao mesmo tempo que busca trazer uma digressão histórica para contemplar mais aspectos sobre o tema. Como elemento

⁵⁷ STF. Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145> > acessado em 29. ago. 2024

discursivo, uma frase que é repetida por ele para os colegas ao longo de suas intervenções: “não sei se vocês sabem disso”, segue Paulo Niccoli:

Mas a maconha especificamente foi proibida em função da pressão da indústria algodoeira norte-americana no início do século passado. (...) E uma convenção da Liga das Nações decidiu que essa droga deveria ser proibida: por que? Porque a maconha não é produzida apenas para entorpecentes. Ela tem usos medicinais também (...) o cânhamo de onde vem a maconha tem fibras que são muito resistentes; inclusive as caravelas que vieram aqui pro Brasil eram feitas de cânhamo, não sei se vocês sabem disso. (...) então a indústria algodoeira norte americana começou a pressionar os governos mundo afora, principalmente com a Liga das Nações, e a maconha foi proibida, essa foi a história. (Trecho aos 26 minutos do vídeo)

“Não sei se vocês sabem disso”, mas ele conclui que os governos ao redor do mundo passaram a reprimir o uso da maconha, embora essa proibição não tenha alcançado o objetivo pois a prática de uso recreativo da mesma seguiu, o que torna a política repressiva ineficaz. É possível depreender do discurso de Paulo Niccoli elementos que saem do juridiquês formalista dos demais debatedores, o que remete ao fato de ser o único cientista social da mesa, mas a este ponto do debate, quase trinta minutos depois do início, a discussão sai da formalidade processual referente à competência ou não do STF, e adentra a seara do mérito em pauta. A intenção do discurso historicizante em torno da proibição da maconha tendo como pano de fundo o lobby da indústria algodoeira nos EUA e também atrelando aos fatos que tal produto era vendido em farmácia ou prescrito por médicos. A reunião de tais elementos de *discurso da evidência* leva a entender que, para Paulo Niccoli, a maconha não teria efeitos tão nocivos para a saúde como se prega no senso comum. Em função disto, Tiago Pavinatto questiona o status especial que o Supremo, na ocasião, deu à maconha em detrimento de outras drogas: “Mas a maconha não é uma porta de entrada?”, para responder a essa questão, outro *discurso da evidência* é trazido por Daniela Alves, que segue:

Daniela Alves - Pavinatto, existem algumas evidências (...) da organização Cruz Azul, eu até posso postar aqui pra vocês, eu posso até fazer pesquisas com os usuários de outras drogas, falando até, perguntando: qual foi a sua primeira droga? A maioria deles responderam que foi a maconha, tá?! E ali eles colocam também que acaba sendo efetivamente como uma parte, a maconha como uma porta de entrada também, assim como outras drogas, tá, como por exemplo o álcool. Mas existe, sim, essas estatísticas que dizem que a maconha é também uma porta de entrada. (Trecho aos 29 minutos do vídeo)

Na sequência da fala, Daniela Alves volta o discurso para responder às considerações de Paulo Niccoli, divergindo dele, o que nos leva ao primeiro confronto de informações além do que já é habitual de ocorrer exclusivamente com o Pipi, Felipe Monteiro.

Agora, Paulo, com relação a tendências internacionais, se o STF for seguir tendências internacionais, na verdade eles vão proibir e não liberar, tá?! Nós tivemos recentemente, aliás, em março, o Conselho Interacional do Controle de Narcóticos da ONU, eles publicaram ali o fracasso das política dos países que liberaram drogas. O narcotráfico não diminuiu, muito pelo contrário. Ainda teve o impacto no sistema de saúde; alguns estados ali nos Estados Unidos estão tentando rever essa questão da liberalização porque hoje estão com problemas sérios na questão da saúde pública (...) o tráfico não deixou de existir (...) aumentou, a exploração de pessoas vulneráveis também aumentou; (...) que tendência internacional?! então precisamos de mais dados. (Trecho aos 30 minutos do vídeo)

Fazendo uso de proposições similares às vistas pela delegada Rachel Gallinatti no debate sobre o porte de armas, com respostas retóricas seguidas de interjeição para enfatizar contrariedade, “tá?”, assim, Daniela Alves traz para discussão evidências colhidas pela “Organização Cruz Azul” e também uma publicação feita pelo “Conselho Internacional de Controle de Narcóticos da ONU”. Primeiro ratificando a tradicional noção de que a maconha é porta de entrada para outras drogas, visando responder ao questionamento de Tiago Pavinatto; depois para dizer que as promessas da legalização em favor da descriminalização trouxeram mais danos que benefícios onde foram implementadas.

Comentando o primeiro argumento o presente estudo tem a satisfação de ter trazido a crítica de Bourdieu quanto aos processos de formação de opinião ainda no início desta dissertação, quando nosso autor critica a doxa racionalista e utilitarista para aferição de dados em muitos tipos de pesquisa. A depender de como são feitas as perguntas, o pesquisador pode enviesar ou simplesmente creditar atribuições de estrito racionalismo à amostra pelos entrevistados. Destarte, mais uma vez os resultados do *profeta de origem* são trazidos à baila enquanto a metodologia e os procedimentos que fizeram chegar aos resultados são negligenciados. Por exemplo, algum questionamento de cunho psicossocial ou econômico é feito aos entrevistados a fim de preparar qualitativamente à aferição sobre o uso de maconha? Aparentemente não. De tal sorte, a reação de Felipe Monteiro foi de ignorar os dados trazidos por Daniela Alves e simplesmente rotular de “argumento que minha bisavó falava

pro meu pai”; esta, que também é uma afirmação de desmerecimento com a colega de mesa no programa.

Em uma tática de *ruptura simulada*, Tiago Pavinatto busca trazer a questão novamente para o aspecto jurídico, mas desta vez fazendo uma correspondência de equivalência entre distintos elementos tutelados pelo direito. Segue:

Tiago Pavinatto - Veja o que acontece com a descriminalização do uso. Um produto ilegal torna-se legal na mão do usuário. Olha que engraçado. E o que nós vimos com relação ao 8 de janeiro é que um serviço legal, realizado por um empresário legalizado, ou seja, o aluguel de ônibus para excursões, porque foi utilizado na cena de um crime, “ilegalizou” o ônibus e a atividade do empresário. Como é que a gente enquadra isso na Teoria Geral do Direito?! Isso não casa. (Trecho aos 30 minutos de vídeo)

O plano de fundo nessa argumentação de Pavinatto, mais uma vez, é o de questionar a legitimidade das decisões do STF, ao mesmo tempo que procura trazer a discussão para a sua zona de conforto, que é o direito. Felipe Monteiro, entretanto, não muda o foco:

Felipe Monteiro - Então, Pavinatto, eu não vejo nenhuma diferença entre tomar uma taça de vinho à noite e acender um beque à noite.

Tiago Pavinatto - Mas com base em quê, Pepe?

Felipe Monteiro - Sabe qual é a droga mais letal do mundo?! O Álcool. Com base só nessa comparação que é senso comum pra todo mundo, eu posso falar que tomar uma taça de vinho à noite faz muito mais mal que acender um beque.

Tiago Pavinatto - Mas nós temos uma questão eminentemente jurídica.

Felipe Monteiro - Não, tudo bem, essa discussão tem que ser feita. Eu tô fazendo uma discussão para além da política e da escolha legislativa do Brasil. Concordo com você. (...) Eu tô falando o seguinte, na evolução da sociedade essa questão tem que ser colocada. As pessoas tem que saber, se o álcool é legalizado, por exemplo, não tem motivo nenhum da maconha não ser legalizada pra determinadas pessoas, e a política de combate ao tráfico, de restrição, de briga, de confronto não tem mais sentido no mundo. Hoje em dia a política que faz mais sentido é a de redução de danos. (Trecho aos 35 minutos de vídeo)

O debate se polariza entre Felipe Monteiro e Tiago Pavinatto, este avoca outra relação numa tentativa de *ruptura simulada*, mas que ainda mantém respeito com o tema, quando procura levar a discussão para o fenômeno do vício em medicamentos, um problema muito comum nos EUA. Monteiro segue com o discurso da contenção de danos: “Quando eu sei, por exemplo que a pessoa fuma maconha, que é dependente da maconha, eu consigo

direcionar uma política pública de qualidade pra atender aquela pessoa” (trecho aos 36 minutos do vídeo); e encerra focando em responder ao questionamento sobre o vício em medicamentos:

Felippe Monteiro - A questão das drogas que você falou aqui, o mundo hoje está doente. A gente precisa de droga pra dormir, a gente precisa de droga pra se concentrar no trabalho, a gente precisa de droga pra não comer muito, e a gente precisa de droga pra fazer sexo à noite, então a gente tem que se drogar 24 horas por dia pra viver.

Tiago Pavinatto - Sua vida tá complicada, hem?!

Felipe Monteiro - Em abstrato. (Aos 36 minutos do vídeo)

Em linhas gerais este debate certamente possui uma noção mais equilibrada com relação a avocada pluralidade de ideias que a Jovem Pan diz passar em sua cobertura, isto em razão de dois agentes, Felipe Monteiro e Paulo Niccoli, trazerem informações que contrastavam com os outros três debatedores. Normalmente apenas o Felipe Monteiro debate trazendo contraponto de ideias ante a postura de outros três ou quatro debatedores. Perceptível também é a diferença de tempo em que cada agente se pronuncia, sendo Tiago Pavinatto o mais participativo, seguido de Felipe Monteiro.

A transcrição deste debate segue integral no apêndice desta dissertação, por hora importa analisar a repercussão do mesmo entre o público nas redes. No canal do YouTube em que foi transmitido o programa constam quase 200 mil visualizações, 9,3 mil curtidas e 193 comentários, dos quais destacamos o engajamento por suas curtidas e respostas. Cumpre destacar que praticamente não houve comentários qualitativos relativos ao mérito do debate, mas houve, como de costume, elogios e críticas aos participantes do programa. Os elogios foram predominantemente direcionados ao Tiago Pavinatto e a Daniela Alves: “Pavinatto Gênio esse sim merecia estar no STF”, “Dani é só sensatez!!!! A melhor da mesa!!!!”, os dois comentários mais curtidos com 21 e 15 curtidas respectivamente.

Outro comentário com engajamento teve 11 curtidas e trazia palavras de ordem usadas no slogan bolsonarista: “Boa tarde a todos Deus Pátria Família Liberdade Bolsonaro Gratidão... Diga não ao PT Diga não ao Comunismo Diga não a corrupção...”. Demais comentários traziam menos engajamento, mas timidamente remetiam ao tema, ou para fazer críticas: “Pacheco pela primeira vez tomou uma. decisao digna quanto stf abraços jose gonzaga porto alegre”; “Agora que pacheco acordou ,deveria ter acordado na época das eleições!”. Ainda sobre a temática, a mensagem que este programa e toda a programação da

Jovem Pan costumeiramente aborda, segue o comentário: “Quem manda no povo brasileiro são 11 pessoas que não tem 1 voto sequer desse mesmo povo. O Brasil beira o surreal!”

Por fim, os comentários mais recorrentes refletem a forma como Felipe Monteiro é visto pelo público da Jovem Pan: “Tira esse Felipe. Pelo amor de Deus. Uma taça de vinho fazer mais mal que baseado. Tire esse homem, Jovem Pan”; “Pavinatto,Pf, dê um pouquinho do seu Q I para o Felipe?”; “ Mas esse Felipe não tem nem vergonha na cara?!!!! Não tem nem sentido alguns argumentos que ele usa!!”; “Acho que o Pepe é maconheiro”; e ainda esta análise carregada de ódio suposições transformadas em convicções: “A gente percebe que esse v* do Felipe se sente muito mal por só ele ser Lula... me desculpa mais eu já tinha caído fora ficar no lugar onde ninguém me suporta jamais, ele sabe que só está porque a jovem pan foi obrigada”. Para não ser injusto, um internauta elogiou a participação do Monteiro, além de expressar uma opinião que explique melhor a permanência do mesmo na programação, ainda que não concorde com o debatedor: “Eu sou de direita mas sem o Felipe aí pra tocar o terror na mesa nao tem gracia kkkk é muito bom”; este comentário teve apenas uma curtida, os comentários de ódio tiveram mais curtidas.

Com base nas manifestações dos internautas que acompanham o debate, mais uma vez se percebe o sucesso com que a Jovem Pan tem em transmitir a ideia de uma crise institucional em que o STF se torna um vilão que invade prerrogativas do legislativo e com isso se torna autoritário e antidemocrático. É possível depreender que o público que acompanha a programação segue uma linha de pensamento alinhada, mas não somente com relação aos ideais, como também expressa uma agressividade e um ódio ao pensamento contrário. A falta de posicionamentos mais críticos e analíticos e os erros crassos de ortografia entre os internautas de maior engajamento levam a entender que não se trata de um público tão instruído. Por outro lado, o engajamento por comentários é de vasta minoria se comparados ao total de visualizações.

4.2.4 – Da Liberdade Econômica: reforma tributária e taxaço das grandes fortunas.

A esfera econômica, mais um dos grandes temas que foram elencados pela literatura especializada no primeiro capítulo, alvo de polarização discursiva na guerra cultural acerca de quais parâmetros devem ser seguidos pelo Estado, se mais ou menos interventor, e por conseguinte, uma das esferas que dividem direita de esquerda; é tema de dois debates

escolhidos por referirem-se a “ordem do dia”: a reforma tributária e a taxaço das grandes fortunas, que foram bandeiras levantadas nas eleições de 2022 e dividem opiniões apaixonadas - de longa data - pelos agentes que participam ativamente desses debates.

Diferentemente dos debates anteriores em que a programação dedicou um tempo mais longo à discussão, a programação para estes dois debates dedicou tempo de recorte nos dois vídeos ocorridos mediante a dois fatos: o primeiro em agosto de 2023, quando Lula assina Medida Provisória nº 1184/2023⁵⁸ que, conforme ementa, tem intuito de alterar as regras de tributação de aplicações em fundos de investimento no País para aplicar, “aos rendimentos apurados em fundos de investimento fechados, as mesmas regras e as alíquotas atualmente em vigor relativas aos fundos abertos, de forma a promover isonomia entre eles”. A MP foi apelidada de taxaço dos super ricos. O segundo fato, em dezembro de 2023, a promulgação da Emenda Constitucional nº 132, a reforma tributária.⁵⁹

De tal sorte e repercussão grande em todos os veículos de comunicação, os programas Linha de Frente, transmitido em 29 de agosto de 2023⁶⁰ e 3 em 1, Reforma Tributária é Promulgada,⁶¹ de 20 de dezembro de 2023, respectivamente sobre cada tema, não dedicaram atenção prolongada ao debate, embora o segundo vídeo tenha acompanhado parte da promulgação no congresso. Destarte, o tempo de debate foi curto e, por isso, seguem sendo analisados conjuntamente no mesmo subtópico de modo que não há prejuízo na análise por suas discussões serem complementares,.

Da relação dos agentes debatedores com a Jovem Pan

No final de agosto de 2023 ocorreu a demissão de Tiago Pavinatto e Fernando Capez tornou-se, provisoriamente, o âncora, mediador e comentarista em seu lugar. Como visto no primeiro debate analisado, Capez é político filiado ao PL e procurador de justiça sem vínculo empregatício com a Jovem Pan.

⁵⁸ BRASIL. Medida Provisória 1184/2023. Disponível em < <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/159508> > acessado em 28. out. 2024.

⁵⁹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 132. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm > acessado em 28. out. 2014..

⁶⁰ Jovem Pan. Linha de Frente. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=xpRwSHC8lqk> > acessado em 30. mar. 2024

⁶¹ Jovem Pan. 3 em 1. Reforma Tributária é Promulgada. < <https://www.youtube.com/watch?v=ny-15Fisz44> > acessado em 30. mar. 2024.

Bruno Musa se apresenta em suas páginas como economista, professor e empreendedor. Possui site com comunidade própria⁶² na qual é possível encontrar uma loja virtual com ofertas de camisetas e canecas com palavras de ordem e propagandas da direita em favor do Elon Musk e Donald Trump, por exemplo, ao mesmo tempo que também dispõe de artigos anti esquerda, com dizeres “Todes é meu ovo” e “Make Lula Presidiário Again”. Sobre o tema específico do tópico há artigos com a estampa “Imposto = Roubo”. Seu canal próprio no YouTube tem 126 mil inscritos e sua página no Instagram conta com 128 mil seguidores⁶³. Em nenhuma dessas páginas ou site próprio é mencionada sua relação com a Jovem Pan.

Marcelo Suano apresenta currículo na plataforma LinkedIn⁶⁴ como doutor e mestre em Ciência Política pela USP, bem como tem bacharelado e licenciatura em Filosofia pela mesma universidade. Também consta no currículo ser membro consultivo da comissão de relações internacionais da OAB e professor titular do IBMEC no curso de relações internacionais. Em sua página no Instagram⁶⁵ constam 40 mil seguidores; na plataforma “X”, 11 mil seguidores e no YouTube um engajamento mais modesto de 1.140 inscritos.

Carol Curimbaba se apresenta no LinkedIn⁶⁶ como Executiva de Marketing e Comunicação do Agronegócio e fundadora do Jornal do Agro. Legítima representante do agronegócio, assim escreve sobre si mesma na plataforma citada: “Sou administradora de empresas, de família de agricultores rurais, apaixonada pelo agro, experiência de 10 anos em Marketing envolvendo principalmente criação e reconstrução de marca (...) em empresas nacionais e multinacionais.” Carol Curimbaba complementa seu perfil no linkedin com os dizeres: “Minha paixão pelo agro fez me descobrir como uma comunicadora do setor, sendo colunista da TV Terra Viva e fundadora do canal Jornal do Agro”. Com menor inserção pessoal nas redes, não foram encontrados canais no YouTube e nem página pessoal no

⁶² Loja Minuto do Musa. Disponível em < https://loja.brunomusa.com.br/?_gl=1*tr7kyd*_gcl_au*MzM3OTM3MzYzLjE3MzA0ODkwMDU. > acessado em 28. out. 2024.

⁶³ Instagram. Bruno_Musa. Disponível em < https://www.instagram.com/bruno_musa/ > acessado em 28. out. 2024

⁶⁴ LinkedIn. Marcelo Suano. Disponível em < <https://www.linkedin.com/in/marcelosuano/?originalSubdomain=br> > acessado em 28. out. 2024.

⁶⁵ Instagram. Marcelo Suano. Disponível em < https://www.instagram.com/marcelo_suano/ > acessado em 28. out. 2024.

⁶⁶ LinkedIn. Carol Curimbaba. Disponível em < <https://www.linkedin.com/in/carolcurimbaba/?originalSubdomain=br> > acessado em 28. out. 2024.

Instagram. Tem uma conta no Facebook com 18 mil seguidores e o Jornal do Agro tem canal no YouTube com 1,2 mil inscritos. Em nenhum momento é mencionada sua relação profissional com a Jovem Pan nessas páginas.

Felipe d'Ávila tem artigo biográfico no Wikipédia⁶⁷ e também na página do Centro de Liderança Pública - CLP, da qual é sócio fundador. Em suas plataformas constam as formações em Ciência Política e Administração Pública, ambas estrangeiras, pela Harvard Kennedy School e pela Universidade Americana de Paris, respectivamente. Felipe d'Ávila é empresário e político filiado ao partido NOVO. Sua página oficial no Instagram⁶⁸ tem 340 mil seguidores e nela se inscreve como apresentador e comentarista político da Jovem Pan.

Gustavo Segré se apresenta na plataforma LinkedIn como bacharel em ciências contábeis pela Universidade Paulista e bacharel em Administração de Empresas pela UNIBAN e MBA em Controladoria pela Universidade Paulista. Em sua página oficial no Instagram constam mais de 340 mil seguidores e ele se descreve como figura pública e comentarista da Jovem Pan e colaborador da Revista Oeste. Outras de suas atividades são de empresário, piloto de avião e conferencista. Dentre os comentaristas nos dois vídeos a seguir, apenas Felipe d'Ávila e Gustavo Segre expressam em suas páginas nas redes sociais a relação que possuem com a Jovem Pan.

Análise estrita dos debates

O primeiro debate sobre a esfera econômica remete à Medida Provisória que foi apelidada de Taxação das Grandes Fortunas, editada em agosto de 2023 pelo presidente Lula, é explicada por Fernando Capez ao apresentar esta notícia no dia do programa. Na mesa estão Bruno Musa, Marcelo Suano e Carol Curimbaba, além do próprio Capez, que afirma também que a justificativa dada por Lula era de que o governo deveria produzir novas receitas e corrigir distorções da legislação, segue:

Fernando Capez - Bom gente, vamos começar aqui. É o seguinte, esses fundos exclusivos, é a OCDE, ela recomenda, de fato, que sejam taxados.

⁶⁷ Wikipédia. Felipe D'Ávila. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Felipe_d%27Avila > acessado em 28. out. 2024.

⁶⁸ Instagram. Felipe d'Ávila Oficial. Disponível em < <https://www.instagram.com/felipedavilaoficial/> > acessado em 28. out. 2024.

Tem muita grana (...) A pessoa tem um fundo e aí ela contrata um gestor e começa a fazer aplicações. Esses fundos vão ser tributados, e também tem outro projeto por aí que é quem aplica dinheiro no exterior (...) Como é chique, a gente quer falar offshore, empresa do exterior. Então daqui você aplica em empresa do exterior, e essa empresa do exterior aplica em ativos, aí então estão aumentando a arrecadação sobre esses ativos. Aquilo que a gente já tinha alertado: o governo não vai fechar a torneira de gasto, ele vai continuar gastando. O governo vai aumentar a arrecadação. Agora tão pegando, tudo bem, os ricos: fundos exclusivos, tão querendo pegar também os que aplicam em offshore no exterior. Isso vai gerar, claro, fuga de capital, sonegação maior, vão partir pra informalidade, mas de certa forma a tentativa é de taxar os ricos, mas será que vai ser suficiente isso aí, Musão? (Trecho à 1 hora e 5 minutos do vídeo. Grifo nosso).

Bruno Musa – Eu discordo totalmente da OCDE. Isso aí já tem comprovado em outros números. Por exemplo, vou trazer aqui: em 2022 trinta milionários e bilionários saíram da Noruega. Se você pegar o quarto mais rico da Noruega, essa soma de trinta em 2022 é maior que a soma de toda a década anterior. A Noruega subiu para 1,1% a taxa de grandes fortunas. Vários países da Europa e da América do Sul voltaram atrás nessa medida. Se você pegar a quarta pessoa mais rica da Noruega, o que que ele fez?! Assim como o primeiro, o segundo e o terceiro? Ele pulou pra Suíça, onde ao invés de ele pagar 1,1%, ele paga 0,1% de taxa. E aí, o que acontece?! Esse cara, só esse cara, pagou 84 milhões de reais, já traduzindo pra reais, no ano, de impostos pra Noruega. Desde 2008, são 700 milhões. O que que esse cara fez? Pegou toda sua fortuna e levou pra Suíça, e lá ele paga imposto e gera renda na Suíça e gera emprego na Suíça. Então, vários países da OCDE já voltaram atrás porque perceberam que isso é inócuo, isso leva capital embora do país, pessoas que produzem, que geram emprego, que gera renda. Então isso é uma falácia. Mais uma narrativa usada pela esquerda pra equalizar a coisa, isso não equaliza nada! (...) De novo, estou radicalmente contra esse tipo de coisa e não é por ideologia, são números que amparam em diversos outros países. (trecho à 1h e 6 minutos do vídeo)

Logo de início temos uma série de elementos constitutivos da análise do discurso proposta por Bourdieu, a começar pelo *discurso da evidência*, tanto Fernando Capez quanto Bruno Musa já apontam, de antemão, um prognóstico negativo acerca dos efeitos que a medida provisória sancionada trariam ao país: fuga de capitais, informalidade, sonegação de impostos e desemprego. É imperioso destacar - como evidência do humilde autor - que a melhor defesa é o ataque: Fernando Capez traz a informação de que a própria OCDE recomenda essa tributação, mas Bruno Musa simplesmente rebate dizendo que discorda “totalmente” de tal medida e justifica isso com os substantivos citados acrescidos de comparação entre os países que adotaram e os que não adotaram a tributação implementada por Lula naquela data. Cumpre dizer que, de forma coloquial e objetiva, no tom de uma conversa de mesa de bar, Bruno Musa não cita nenhuma fonte e nem os nomes dos personagens a quem se refere, por exemplo, o “quarto homem mais rico da Noruega”, “Esse

cara, só esse cara (...) pegou toda a sua fortuna e levou pra Suíça”. Na sequência Bruno Musa descredibiliza a esquerda ao rotular esse tipo de política como falaciosa, inócua e que não equaliza desigualdades. Ainda acrescenta o discurso da negação ideológica: “De novo, estou radicalmente contra esse tipo de coisa e não é por ideologia, são números que amparam em diversos outros países”. Em resumo, e mais uma vez, o que pode ser mais ideológico que negar a ideologia, não é mesmo?!

Após os números sem fonte, mas com autoridade tirada da própria ênfase discursiva de Bruno Musa, Fernando Capez corrobora com tais afirmações exemplificando o caso da França que também teve fuga de capitais quando implementou a taxaço das fortunas. De antemão já é possível afirmar que uma das razões para o tema neste vídeo ser curto é a falta de contraponto. A inexistência de um contraditório, como os trazidos por Felipe Monteiro em outros debates, gera a concordância mútua e o enviesamento pleno acerca da tomada de posição na programação que, mais uma vez, é contra a interferência estatal na economia. Em outras palavras, temos claramente um mecanismo de *censura*, não a censura promovida pela Jovem Pan aos seus debatedores, mas a censura promovida pela empresa aos telespectadores que são privados de uma noção plural e democrática, como a que alegam disseminar em seus editoriais.

Deste programa, apenas o trecho com o pronunciamento de Lula, ao promulgar a Medida Provisória, traz as razões por trás dessa política distributiva. A participação de Carol Curimbaba, a representante do agronegócio, se propõe mais neutra ao buscar explicar teoricamente as diretrizes que o governo pretende seguir, mas não lança mão de nenhum contra argumento para as razões hegemônicas apresentadas:

Fernando Capez - Muito bem. Vamos ouvir agora a Carol Curimbaba. As pessoas tão aplicando fora do país, seria por insegurança jurídica? Porque as pessoas tão com medo: insegurança jurídica, carga tributária, déficit fiscal; essa política, essa divisão do país.

Carol Curimbaba - É uma forma de blindagem do patrimônio, né? Inclusive abrem sede em outros países, que são chamados de paraísos fiscais, pra terem menos transparência, inclusive, porque os bancos lá não exigem essa rastreabilidade do dinheiro, enfim. Mas o que eu queria colocar pra todo mundo entender o contexto no global, o porquê que Lula tá fazendo esses movimentos: a gente falou aqui no início do programa, é um governo de estilo desenvolvimentista, que quer o desenvolvimento industrial do país,

mas atrelado à mão pesada do governo; então é um governo gastão. Só que pra o mercado aceitar isso, um governo gastão, exigiu uma certa responsabilidade fiscal, que foi o que o governo tentou fazer ali no arcabouço, mas que o mercado não acredita muito hoje. (...) o arcabouço é pra dar um norte de que ele vai ser relativamente responsável, principalmente com a dívida interna. Ou seja, o governo quer gastar muito, mas precisa mostrar responsabilidade fiscal, e aí o que acontece? Ele acaba falando assim: ‘pra bater essas metas, o quê que eu faço?! ou aumentar minha dívida, que ele não pode fazer; ou ele pode economizar, que ele também não vai fazer; ou ele pode tributar mais.

O tom mais conciliador e aparentemente neutro apresentado por Carol Curimbaba termina com a frase odiada por parte do setor empresarial brasileiro “[o governo] pode tributar mais”. Ela também oferece as razões que justificam este descontentamento “é um governo gastão”, o que deixa implícito que o caminho deveria ser o da *austeridade*, economizando nas despesas - saúde, educação, seguridade, etc. - que para a direita não são direitos, mas meros serviços. O tom explicativo, e complacente de Curimbaba destoa da veemência de Bruno Musa, no início do debate, entretanto, Musa também foi leve se comparado ao comentário de Marcelo Suano ao pronunciamento de Lula com relação a Medida Provisória promulgada, este não deixa espaço para a subjetividade, o *discurso da evidência* deixa seu posicionamento 100% explícito:

Marcelo Suano – Primeiro, é mais um discurso demagógico. (...) Ele pega a bobagem que a OCDE falou pra justificar algo inadmissível. Não se deve tributar mais as grandes fortunas. O que você deve fazer é estimular a diversificação dos investimentos. Esse é o primeiro ponto, ora, você estimula para que o dinheiro continue e possa aplicar em outro segmento da economia (...) Porque ele está demonizando o enriquecimento, está demonizando a possibilidade de as pessoas com seu trabalho; não interessa se foi o trabalho do avô, você tem o dever de preservar o patrimônio do seu avô e torná-lo maior; é esse o seu dever. Segundo ponto, ou terceiro, não adianta ele vir falar das offshores, “por que estão investindo no exterior?!”, isso é uma bobagem. A pergunta é: por que o indivíduo coloca dinheiro no exterior? Nos paraísos fiscais? Porque isso não é crime! A pergunta é simples, coloca lá porque não confia na economia aqui e muito menos no governo daqui. Se bota aqui o governo vai acabar com o dinheiro dele e a possibilidade de ele fazer investimento.

A cartilha liberal do incentivo à diversificação e ao investimento, passando pela desburocratização e pela redução drástica de impostos - que é o caminho contrário da MP em debate - seria a solução para atrair investimentos, gerar empregos e fazer a roda da economia girar. Ele não diz, entretanto, como o Estado custearia a educação, a saúde e a segurança

públicas, por exemplo, se essas medidas fossem implementadas. Sabe-se, entretanto, que o caminho preferido pelo liberalismo é a privatização desses setores. Contrário à referência histórica de prejuízo social vivenciados no período de Estado Liberal, Marcelo Suano, com aval dos demais comentaristas segue pintando o painel de que o governo de esquerda é uma espécie de parasita dos contribuintes em prol de um projeto de perpetuação do poder, segue:

Marcelo Suano - Ele não quer isso. Aí nós temos, afinal de contas, a razão pela qual ele está querendo sobretaxar. É óbvio, não faz a reforma administrativa. Eu cheguei a falar um certo tempo atrás, e causou um desconforto a um certo segmento muito pesado da economia brasileira, 'agora vocês vão entender o que ele fez, vocês vão pagar muito pesado porque ele quer jogar a bomba no futuro e no futuro, se ele quiser se reeleger, de onde que ele vai tirar o dinheiro?! É de você que não sabe de que lado está!'. Agora ele está dizendo 'eu vou pegar o dinheiro de vocês', porque eu preciso pagar a bomba que eu tô colocando agora, que ia estourar em 2026, 2027, não não, que vai estourar amanhã!', por isso vai taxar as grandes fortunas.

Vimos até aqui que a própria OCDE, organização credibilizada pela direita brasileira por englobar países industrializados, torna-se carta descartável quando o fundamento de suas diretrizes não segue a linha ultraliberal. Outrossim, o discurso conspiracionista de perpetuação do poder fazendo uso de dinheiro dos tributos empresariais, o mesmo discurso que é usado quando se fala do Bolsa Família como moeda de troca pelo voto na esquerda, segue sendo reeditado, reciclado e reiterado pelo *discurso da evidência* e sem espaço para o contraditório na programação da Jovem Pan. Neste ínterim, cumpre destacar que 14 meses após este debate, o FMI revisou para cima a previsão do crescimento da economia brasileira em 2025 após - é importante dizer - todos os reajustes trimestrais positivos desde o início do governo Lula. Também cumpre dizer que o índice de desemprego no segundo e terceiro trimestre de 2024 seguiu diminuindo aos menores patamares dos últimos 10 anos, isto é, 6,4%, o que configura situação de pleno emprego no país; mas que a mídia hegemônica e a Jovem Pan apontaram ser um problema que geraria inflação por demanda agregada. Destarte, ainda nesse interregno, agências de risco elevaram sucessivamente a nota do Brasil para o grau de investimento e isso fez o Brasil se tornar o segundo país no mundo a receber mais investimento estrangeiro em 2024, (a despeito das implicações críticas da economia política). Assim sendo, para além da evidência histórica, a evidência colhida no momento presente não corrobora com as premissas defendidas pelos agentes desta emissora que alega se pautar em

“números e não em ideologia”. Parafraseando o comentarista, este parágrafo é “para você que não sabe de que lado está.”

Em linha de certo modo similar segue o debate de 20 de dezembro de 2023, quando da promulgação da Reforma Tributária. Inserida na pauta econômica, a mesa de debate, na ocasião, contou com a participação de Felipe d’Ávila e Gustavo Segré, acrescida de pontuações estritamente jurídicas de Nelson Kobayashi, aqui prescindidas. Foram 47 mil visualizações, 932 curtidas e apenas 10 comentários fixados na página. No somatório de ambos os vídeos referentes a esta pauta temos 131 mil visualizações, 3,7 mil curtidas e 51 comentários dos quais contarão com análise ao final deste tópico.

Evandro Cini - Nós estamos acompanhando a promulgação e nesse momento fala então o presidente do MDB, Baleia Rossi, que foi quem preparou a primeira proposta da reforma tributária (...) Quero entender de vocês como é que avaliam esse discurso que acaba indo para o mesmo caminho, entre os presidentes do senado e da câmara, e também o presidente da república, o presidente Lula, sobre uma reforma que vem para auxiliar os pobres, diante de uma questão da alíquota que ainda não foi definida. Ou diante de uma reforma que vem para deixar os empresários contentes diante da simplificação, mas já dá pra chegar a esses sentimentos antes de uma definição em números? Gustavo Segre.

Gustavo Segre - Eu não sei de onde eles tiram essas conclusões, te juro. É a reforma dos pobres; dá onde concluíram que é a reforma dos pobres? Não tem alíquota. Primeiro vamos pelos pontos positivos: vale a reforma? Vale! é uma reforma que o Brasil estava esperando há muito tempo. É uma reforma que tem muito para ser melhorada; é uma reforma que estava parada e que conseguiram; a partir de emendas, cargos e algumas propostas confirmadas; ser aprovada. Mas não tem alíquota. Então como alguém pode dizer que isso vai melhorar, vai eliminar a pobreza se não tem alíquota definida? Ninguém sabe quanto vai ter que pagar um empresário, um consumidor; se vai ter um crédito fiscal em função de quê?! (...) a criatividade do político é maravilhosa; ele consegue enxergar o futuro sem analisar absolutamente nada do presente.

A linha de crítica ao governo, dessa vez estendida ao Congresso, segue sem surpresas. Destaque para a atenção dada por Gustavo Segré à forma como foi possível fazer a reforma ser aprovada: “emendas, cargos e algumas propostas confirmadas”, sinteticamente chama atenção para os “conchavos” feitos pelo governo em troca de apoio político para a aprovação da reforma. A participação de Felipe d’Ávila inicia-se com linha similar a de Gustavo Segre,

mas em determinado ponto do discurso há uma constatação que destoa de todas as premissas liberais teóricas defendidas pelos agentes até aqui:

Felipe d'Ávila - Então a ideia de você fazer um imposto agregado é ótima. A proposta, PEC 45 do Baleia Rossi, é uma PEC que eu apoiei lá no início quando ela foi lançada. Por que?! Porque o imposto de valor agregado é a linguagem tributária comum do mundo desenvolvido (...) o IVA tem a vantagem de não penalizar a produtividade porque todos os insumos da cadeia são descontados e aí lá na frente você vai pagar a alíquota sobre o valor agregado e não sobre a cadeia inteira. Então, a ideia inicial da reforma, ela é correta, a sua intenção é boa. O que aconteceu do momento em que a proposta da PEC 45 do Baleia Rossi foi apresentada até a promulgação hoje? Ela foi sendo desfigurada ao longo do tempo por causa das pressões corporativistas. Corporativistas aqui, gente, é empresarial. Setores empresariais querendo regimes preferenciais de tributação, isenção, subvenção. O que acontece, eu digo assim, que esses urubus tentam ir pra cima da carniça e pegar um pouco da reforma, distorce o princípio da simplificação dos impostos. Você vai criando categorias especiais, e o que que acontece quando você vai criando categorias especiais?! Aumenta a alíquota. Toda vez que você dá subvenção a alguém, subsídio pra alguém, regime especial pra alguém, a sociedade tem que pagar mais imposto, e aí a crítica correta do Segre aqui. (Grifo nosso)

Na citação e em especial no grifo, vemos um ultraliberal filiado ao partido NOVO, que em tese vê virtudes irrestritas na liberdade econômica e nos agentes econômicos que atuam livremente no mercado, se deparando com o mundo material e fático, acaba por chamar os seus de “urubus” por quererem usar o Estado a fim de obter vantagens tributárias para seus setores em detrimento de outros setores e, em última instância, em detrimento de toda a sociedade. Claramente este é um discurso típico da esquerda que, insistimos, é reproduzido por um comentarista político do NOVO. Registra-se aqui como *discurso da evidência* essa passagem que, entretanto, não gerou qualquer corroboração ou crítica a ser sustentada no tempo que se sucedeu à programação a esse respeito. O silêncio quanto a esta constatação pode ser entendido como uma meia culpa? ou um constrangimento?! Mais uma vez, na pauta econômica, os dois debates trazidos não tiveram espaço para o contraditório, apesar desta passagem, e apesar de esta ser uma seara que conta com vastas e ricas contribuições no âmbito acadêmico.

Da falta de contraditório constata-se também a falta de engajamento. Ambos os debates trazidos nesta seção tiveram poucos comentários e praticamente nenhum dos

internautas se debruçou sobre o mérito dos temas debatidos. Que implicações podem ser tiradas disso?

Para o primeiro vídeo o destaque dado é para o fato da recente demissão de Tiago Pavinatto e o processo que se verifica no engajamento remete à temática da esfera pública na internet e o processo de midiatização quando, por exemplo, os internautas dedicam tempo para se expressar e comparar as audiências da Jovem Pan em face ao programa que Tiago Pavinatto passou a se apresentar: “45.000 vendo o trema nos us e 17.000 vendo o pingo nos is! Vou nem falar do linha sem frente e do 2 menos 1 com o pipenico comedor de mortadela...”, este comentário teve 6 curtidas e destaca-se tanto a referência ao antigo programa pelo nome, “trema nos us”, quanto a lembrança positiva deixada por Tiago Pavinatto no público da Jovem Pan ao mesmo tempo que segue intacta a pejoratividade dedicada ao Felipe Monteiro, que sequer participou da programação do dia.

No mesmo teor seguem outros comentários: “Sem o Pavinatto não é a mesma coisa”; “Está faltando o pavivi, ontem o professor suano deu um show no os trema us”; “Sem o covarde do Felipe e com o Capez no comando! Bom programa!”; “Olha que velório que ficou esse linha de frente sem o Thiago pavinatto muito triste jovem pan, já no canal dele tem gente pra caramba”.

No primeiro vídeo apenas um comentário se direciona à temática do debate: “Olá. Absurdo o que está acontecendo em nosso país principalmente pelo toma lá dá cá”, também é um comentário simples e genérico que se encontra corriqueiramente no senso comum, mas leva a crer que os internautas atribuem muito mais valor ao aspecto personalista dado, e percebido - aos e pelos - agentes debatedores da Jovem Pan que ao próprio conteúdo da programação. Uma relação direta de correspondência positiva entre público, emissora e agentes comentaristas atribuída pelo *capital simbólico*, em termos bourdiesianos, ou ainda pelo *poder carismático*, em termos weberianos. Em direção contrária, o desprezo pelo pensamento de esquerda segue intacto mesmo quando não há o contraponto dado na programação, o Felipe Monteiro segue sendo costumeiramente lembrado de forma repugnante, como também seus argumentos.

No segundo vídeo houve, para a pesquisa, o privilégio de haver disponibilizado a reprise do chat ao vivo para além dos parcos 10 comentários que normalmente ficam fixos

para quem assiste posteriormente. O teor das mensagens não muda muito, pouco ou nada de mérito das discussões são expressos: “O Brasil está desmoralizado com esses ditadores do PT”; “Lula prometeu picanha, mas entregou abóbora com gosto de jaca”; “Lula ladrão maior corrupto da história da humanidade”, este comentário foi repetido cinco vezes. Na reprise do chat ao vivo não constam curtidas nos comentários dados.

Como elemento novo vale destacar a presença de internautas de esquerda acompanhando a programação com propósito de rivalizar e causar incômodo no público fiel da emissora: “Gado quer picanha, mas que eu saiba são veganos e vivem de capim”; ou ainda “Farinha lembra o avião de cocaína do Bozo”; “O grau de investimento atingiu o maior nível no governo Lula e o menor nível no Governo Bozo”. Percebe-se que, ao menos pelo recorte do engajamento nos comentários, as posições de reflexão ficam escamoteadas e o personalismo por afinidade dá as cartas em um jogo de posições firmadas e bem definidas.

O debate promovido pela emissora raramente é plural e, mesmo quando é 100% enviesado para o lado de afinidade, não aparecem reflexões no engajamento do público, neste caso, talvez por puro desconhecimento da seara econômica, uma vez que na temática do aborto, por exemplo, muitos internautas - e muitas mulheres - se expressaram com relação ao mérito daquele debate. Entretanto, por experiência empírica - e não científica - o teor dos comentários ao longo de toda a programação discutida até aqui segue similar, ou igual, aos comentários que acompanham os recortes destes mesmos vídeos que acompanham como legenda, as postagens encaminhadas no Whatsapp e Telegram, por exemplo, e que foram investigadas pela CPMI do Gabinete do Ódio.

4.2.5 – Da liberdade política e relações sociais: cobertura do 8 de Janeiro.

Nesta parte do trabalho a atenção vai ser direcionada aos atos do 8 de Janeiro, que a Jovem Pan cobriu desde a véspera em seu jornal noturno apontando para as ações ditas “violentas” do então ministro da justiça, Flávio Dino. Este, que é o último programa a ser analisado na dissertação, cronologicamente foi o primeiro entre todos os recortes jornalísticos trazidos para esse trabalho. A cobertura dada pela Jovem Pan foi ao vivo e durou praticamente todo o domingo, 8 de janeiro de 2023. Tal programa foi o recordista de

visualizações da Jovem Pan no YouTube entre os vídeos selecionados para a presente dissertação: mais de 3,6 milhões de views, 105 mil curtidas e 1034 comentários fixos.⁶⁹

Uma cobertura que levou quase todo o dia e teve um revezamento considerável de funcionários e comentaristas, entre eles a deputada Carla Zambelli, que teve sua participação interrompida pela coincidência com o pronunciamento ao vivo de Lula. A presença que se faz reiterada de Fernando Capez, procurador, político filiado ao União Brasil e ex-deputado estadual pelo PSDB, também participou da cobertura. Outros cinco agentes que ainda não haviam aparecido neste trabalho tiveram grande atenção na programação daquele dia. É importante destacar que um deles é neto de João Batista Figueiredo, o ditador da transição democrática e, posteriormente, foi alvo direto de investigação da Polícia Federal justamente por sua participação nos atos que derrocaram naquele fatídico dia. Outros agentes como o ex-globo, Alexandre Garcia, também vieram a ser alvo de investigação por disseminação de fakenews, mas em outros eventos.

Apesar dessas implicações perigosas para a democracia, ainda que tenham sido mal sucedidas, para este trabalho as ações do 8 de janeiro seguem entendidas como a culminância, o corolário, o último ato de efeito do bolsonarismo com Bolsonaro enquanto presidente derrotado, e da Jovem Pan, enquanto mídia que deu voz e tons de legitimidade as pautas golpistas. Enquadram-se aqui como movimento político ilegítimo, mas sobretudo como efeito de mudança nas relações sociais. Milhares de civis já estavam acampados, desde a derrota no segundo turno, em quartéis militares protestando o resultado eleitoral, pessoas que, convencidas de estarem fazendo o que acreditavam ser o certo, depredaram o patrimônio público e, planejaram ataques a bomba em aeroportos, nos prédios dos três poderes, recebendo e repassaram informações falsas pelas redes sociais, muitas vezes conteúdos recortados da própria programação da Jovem Pan.

Conclama-se à reflexão do leitor para o fato de que muito antes de se chegar a planejar matar ministros do poder judiciário, como se verificou, o agente (em abstrato) deve ter mudado, seja com seus familiares, com colegas de trabalho ou de estudo, e, sobretudo, consigo mesmo. Hoje temos estudos mostrando que relações interpessoais em diversos níveis foram afetadas, conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho, com o acirramento da

⁶⁹ Jovem Pan. JP Urgente. 08/01/2023. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=BqUoXWF9lrM&t=19088s> > Acessado em 05. Jun. 2024.

polarização política e o 8 de janeiro é representativo desta pauta, como também é assunto do dia o debate sobre a regulamentação das redes sociais, tema para o qual a Jovem Pan se posiciona veementemente contrária.⁷⁰

Destarte, focaremos na cobertura dada pela emissora a este episódio que reverbera fortemente quase dois anos após ocorrido, sobretudo com fatos novos advindos de inquéritos da Polícia Federal cujo sigilo recentemente foi derrubado pelo supremo,⁷¹ revelando planos de homicídio por envenenamento de Lula e atentados contra Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes além da intimidação de militares a aderirem ao golpe.

Da relação dos agentes com a Jovem Pan

Começando por Paulo de Oliveira Figueiredo Filho, ou simplesmente Paulo Figueiredo, é economista e empresário do ramo imobiliário. Não há grandes inserções deste agente nas redes sociais. Não existe canal próprio no youtube, não há página oficial no instagram. Uma reportagem que remonta a 2015, entretanto, revela que seu capital social deriva de relações interpessoais com poderosos do mundo real e não do virtual. É ele apresentado pelo El País como “o ultraconservador sócio brasileiro de Donald Trump”.⁷² Na ocasião, já haviam dois anos de sociedade em que ele construiu um hotel de luxo com a marca de Trump na Barra da Tijuca. O jornal pontua outros simbolismos que denotam o capital social de Paulo Figueiredo, são informações dadas pelo próprio, como ter sido batizado pelo Papa João Paulo II e, segue trecho: “Quando eu nasci meu avô era presidente da República. Conheci Reagan, Bill Clinton, cresci minha vida inteira cercado de deputados e governadores e conheci todos os presidentes do Brasil.” Ainda conclui: “Uma coisa que meu avô me ensinou foi que somos todos iguais. Nunca nenhum homem do mundo me intimidou”. Não há notícia de sua reação após instaurada investigação da polícia federal, mas foi desligado da Jovem Pan por isso. Apresenta-se como amigo latino de Donald Trump e diz que a imagem

⁷⁰ YouTube. JovemPan News. Linha de Frente: Regulamentação das Redes Sociais. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=aiBbDycozKQ> > acessado em 20. maio. 2024.

⁷¹ G1 Política. Inquérito do Golpe: Moraes derruba sigilo do relatório da PF e envia material à PGR. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/noticia/2024/11/26/moraes-retira-sigilo-de-relatorio-da-pf-com-indiciamentos-sobre-inquerito-do-golpe-de-estado.ghtml> > acessado em 27. novembro. 2024.

⁷² El País. O Ultraconservador Sócio Brasileiro de Donald Trump. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447446751_118357.html > acessado em 07. jun. 2024.

que construíram em torno do presidente americano é falsa: “as babás dos netos dele são mexicanas”: comovente.

Complementando as informações sobre este agente, segundo a Polícia Federal, Paulo Figueiredo propagava “informação golpista e antidemocrática” enquanto comentarista de rádio e TV, ao mesmo tempo que por trás das câmeras integrava o núcleo responsável por incitar militares a aderir ao golpe. De tais informações do inquérito, publicadas pelo UOL, também consta que Paulo Figueiredo foi procurado para dar sua versão dos fatos, mas o portal não obteve resposta.⁷³

Fernão Lara Mesquita tem artigo biográfico (em inglês) na página do Wikipédia⁷⁴ onde se afirma ter sido diretor do Jornal O Estado de São Paulo e hoje é empresário fundador do website Vespeiro. Neste interregno também consta sua atuação como comentarista do grupo Jovem Pan - afirmado na página como o equivalente brasileiro da Fox News, mas foi desligado após os eventos do 8 de Janeiro. Obviamente, assim como em outros casos e outras demissões, pela ação do Ministério Público Federal já discutida no capítulo anterior. Fernão Lara Mesquita conta com uma página oficial no Instagram com 13 mil seguidores e link para seu novo portal de notícias, O Vespeiro. Uma conferida mostra propaganda pró Trump e contra Kamala Harris, bem como o ranking das empresas mais valiosas do mundo e temas relacionados ao mercado financeiro.

Outro agente que possui publicação em inglês sobre sua vida na internet é o Coronel Gerson Gomes. A página do LinkedIn afirma que após 32 anos de carreira militar, ele migrou para o campo jornalístico e, desde 2022 integra o “the most popular on Brazilian Cabe TV: Os Pingos nos Is”⁷⁵ O Coronel Gerson tem canal próprio no YouTube com pouco mais de 3 mil inscritos, enquanto sua página no Instagram conta com engajamento maior, de 31 mil seguidores.⁷⁶

⁷³ UOL. Ex Jovem Pan: quem é o neto de ex presidente da ditadura investigado pela PF. Disponível em

<

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/02/12/ex-jovem-pan-quem-e-o-neto-d-e-ex-presidente-da-ditadura-investigado-pela-pf.htm> > Acessado em 07. jun. 2024

⁷⁴ Wikipédia. Fernão Lara Mesquita. Disponível em < https://en.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o_Lara_Mesquita > Acessado em 07. Jun. 2024.

⁷⁵ LinkedIn. Coronel Gerson Gomes. Disponível em < https://www.linkedin.com/in/gersonpgomes/?locale=en_US > Acessado em 07. Jun. 2024.

⁷⁶ Instagram. Coronel Gerson. Disponível em < <https://www.instagram.com/celgersongomes/tagged/> > Acessado em 07. Jun. 2024.

O mais popular agente jornalístico da Jovem Pan ao longo deste recorte temporal da pesquisa é Alexandre Garcia, com um engajamento do público que supera o de Tiago Pavinatto, obviamente devido a uma longa carreira jornalística que contou com muitos anos na Globo, mas sobretudo pela postura adotada em prol do governo Bolsonaro nestes anos recentes. Alexandre Garcia tem canal próprio no YouTube com quase 3 milhões de inscritos, isto é, sozinho ele tem quase metade do engajamento público da Jovem Pan e é tão ou mais seguido quanto outros portais de notícias famosos na internet, a exemplo do Band News e Record News. Sua página oficial no instagram conta com expressivos 2,2 milhões de seguidores, o que demonstra claramente, mais que qualquer outro agente da emissora, que seu capital simbólico dentro deste público em específico é grande o suficiente para ter mais autonomia em relação à Jovem Pan que quaisquer outros membros da casa. Como já mencionado, Alexandre Garcia foi alvo de pedido de investigação da Polícia Federal por disseminação de fakenews, investigação esta a pedido da Advocacia Geral da União e com aval do Ministério da Justiça.⁷⁷

Resumidamente este é o quadro de comentaristas de maior destaque na longa cobertura feita pela Jovem Pan na ocorrência dos atos de 08 de Janeiro de 2023. A seguir a análise estrita do debate e suas implicações.

Análise estrita da cobertura do 8 de Janeiro.

Primeiramente cumpre destacar que, apesar da longa cobertura deste episódio, já no 7 de janeiro, a Jovem Pan estava noticiando o cumprimento da decisão de Alexandre de Moraes quanto ao desmanche dos acampamentos feitos por manifestantes pró-Bolsonaro na porta dos quartéis militares em todo o Brasil. A cobertura da véspera também apresentava a expectativa sobre os eventos do dia seguinte e, como revelou-se costumeiro, Alexandre de Moraes foi duramente criticado, como também o foi Flávio Dino, que na ocasião era o recém empossado ministro da justiça do novo governo Lula. Na véspera dos eventos a cobertura atacou Flávio Dino, atribuindo-lhe sua postura agressiva ao dizer que usaria forças federais contra os manifestantes. A Jovem Pan, sob o comentarista Antônio Flávio Testa, disseminou que as manifestações eram pacíficas e legítimas, como expressão da cidadania brasileira, um direito

⁷⁷ G1. Advocacia Geral da União Dediu Investigação sobre Fakenews disseminada por Jornalista. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/11/advogado-geral-da-uniao-diz-que-pediu-investigacao-sobre-fake-news-disseminada-pelo-jornalista-alexandre-garcia.ghtml> > Acessado em. 08. Jun. 2024.

que estava sendo autoritariamente tolhido e que era “muito bom que a JP e outros veículos [pudessem] divulgar esses movimentos para que a população [tivesse] plena consciência do que está ocorrendo no Brasil.”⁷⁸

Importa destacar a véspera, pois a cobertura do 8 de janeiro feita pela Jovem Pan vai levantar dúvidas quanto às ações desenvolvidas pelo governo para barrar o avanço dos manifestantes, o que contradiz com as próprias notícias destacadas acima e que podem ser conferidas na página do Jornal no YouTube. Também importa dizer que o ataque sistemático aos membros representantes das instituições, que já vinha de todos os anos do governo Bolsonaro, seguiu igual na véspera, no dia e após o 8 de janeiro, como visto ao longo dessa dissertação.

No final da manhã do 8 de Janeiro a Jovem Pan iniciou sua cobertura que só terminaria na noite daquele dia, após a dispersão dos manifestantes e prisão de centenas deles. A programação foi demasiado longa e aqui serão destacadas as participações mais incisivas, embora siga no apêndice a transcrição da cobertura com a fidedignidade do que foi dito em detalhes.

A primeira participação foi do Paulo Figueiredo, que prontamente condenou o vandalismo: “não gostaria de estar aqui no domingo comentando esses acontecimentos. (...) é compreensível a revolta popular, as pessoas estão a meses e meses protestando pacificamente e as autoridades estão surdas ao clamor popular”, segue ele afirmando que:

Nós não podemos deixar de chamar atenção de que os brasileiros estão a anos protestando pacificamente contra a surdez de nossas instituições. Isso não se trata de revolta com o resultado das nossas eleições – como colocamos aqui no nosso detector de caracteres – não se trata disso. As pessoas não estão revoltadas porque o Lula ganhou as eleições, as pessoas estão revoltadas com a forma como o processo eleitoral foi conduzido; estão revoltadas com a truculência com que certas instituições têm violado nossa constituição; elas estão revoltadas com as perseguições políticas que tem acontecido; elas estão revoltadas com a inação do nosso congresso, principalmente com a figura do senador Rodrigo Pacheco, presidente do congresso e do senado nacional; elas estão revoltadas com a atuação parcial do TSE e STF, elas estão revoltadas com as dúvidas que elas levantaram e jamais foram sanadas a respeito do processo eleitoral; elas estão revoltadas

⁷⁸ YouTube. Jornal Jovem Pan 07/01/23. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=nysnl_tL5tE8 > Acessado em 09. Jun. 2024.

com o “perdeu, mané”, com a falta de consideração, com a arrogância, com que as pessoas foram tratadas; não se trata de uma revolta com o resultado, com o fato do Lula ter ganhado o processo eleitoral; essas pessoas aí não tem nem certeza se o Lula ganhou o processo eleitoral. (Trecho aos 15 minutos do vídeo)

A pergunta que não cala é: que veículo de informação teria incitado essa dúvida acerca da lisura das eleições? e além, do funcionamento normal das próprias instituições que, apesar de suas falhas, tiveram legitimidade da própria existência atacada pelos consumidores do conteúdo disseminado pela emissora. Destarte, algo que se perceberá ao longo desta cobertura especial, e que dificilmente ocorreria em outro tipo de programação, é a reação de outros veículos de informação em tempo real acerca da abordagem da Jovem Pan e dos agentes nela atuantes. É o que acontece uma hora depois deste e outros comentários quando um veículo alternativo Sleeping Giants posta nas redes a seguinte notícia:

Grave: Jovem Pan escala Paulo Figueiredo para cobrir crimes contra o Estado de Direito. Figueiredo afirmou, recentemente, que uma guerra civil poderia ser justificável. Cobertura da emissora está, neste momento, atacando urnas eletrônicas, STF, TSE e Congresso Nacional.

Como a cobertura foi ao vivo e ao longo de quase todo o dia, a Jovem Pan se manifestou e respondeu a postagem por meio do jornalista âncora da cobertura:

Eu gostaria de lembrar que o Sleeping Giants não só o Brasil, mas a organização internacional que se desmembrou e traz aqui ao Brasil esse desdobramento, eles se dizem defensores do combate às notícias falsas. Me parece, no entanto, que esse twitte está recheado de informações falsas. Eu sugiro o Seeping Giants que delete, ou que denuncie o próprio twitte. A Jovem Pan em momento algum nesta tarde, ou nos últimos meses, ou nos últimos 80 anos (...) defendeu qualquer ato contra o Estado de Direito, defendeu qualquer violação à constituição. E nesta tarde não houve ataque às urnas eletrônicas, não houve ataque a congresso nacional, não houve ataque às instituições. Não houve absolutamente nada daquilo que está escrito neste twitte do Sleeping Giants. Normalmente a Jovem Pan não para pra responder a esse tipo de publicação feita em rede social cujos objetivos a gente sabe quais são.

Como o Paulo Figueiredo é citado, foi dado pelo âncora o espaço para que ele mesmo pudesse responder ao twitte, segue:

Eu acho que o Sleeping Giants tem que ser incluído no inquérito das fakenews, né?! Como a gente vai processar alguém por calúnia quando na verdade são um bando de covardes, né? Alguém não identificado se esconde por trás do nome de Sleepng Giants. É um bando de frouxo, um bando de covardes que não tem coragem de eles mesmos botarem a cara pra falarem as mentiras que eles estão fazendo. Eu passei meses e meses da minha cobertura aqui na Jovem Pan pedindo respeito à Constituição, estabelecimento da lei e da ordem, pedindo que os poderes constitucionais agissem dentro dos limites da constituição. Eu pedi o tempo inteiro atos pacíficos. (...) Eu disse que não haveria guerra civil, como isso que está acontecendo não é guerra civil. Agora o que acontece, essas pessoas que agem dessa forma, com pretexto de defenderem democracia, com pretexto de serem pela liberdade, são na verdade um bando de covardes que querem calar aqueles que pensam de forma diferente deles. Eles não aceitam o contraditório. E isso que estamos vendo nesse momento são justamente pessoas comuns revoltadas com atos como esses do Sleeping Giants, o Sleeping Giants é responsável pelo que está acontecendo hoje aqui, são um dos responsáveis. (Trecho às 1h e 49 minutos do vídeo)

Destacamos da intervenção do âncora e da resposta de Paulo Figueiredo que, de fato, não houve pedidos ou falas contundentes em incitação para guerra civil ou ainda para manifestações violentas, mas o mesmo não pode ser dito, “seja no dia ou no mês, ou nos 80 anos de Jovem Pan” que não houve incitações à subversão quando, reiteradamente, os representantes dos poderes e as instituições eram atacados. A estratégia usada neste momento, conforme a retórica de Figueiredo, foi a de devolver a acusação para os acusadores “O Sleeping Giants é responsável pelo que está acontecendo hoje, são um dos responsáveis”. Ocorre que tal afirmação não condiz com a verdade quando, de demais comentaristas, assim como dele mesmo, é possível extrair afirmações que instigam a subversão. Primeiro que todas as falas isentam Bolsonaro e até antecipam a comparação com o 6 de Janeiro ocorrido dois anos antes nos EUA quando Trump insuflou a tomada do Capitólio. “Você lembrou da invasão do Capitólio que recentemente completou 2 anos, (...) óbvio que são duas situações diferentes (...) Trump discursou no dia em que houve a invasão, nós não temos nem um presidente que está no país, um ex-presidente” (trecho aos 22 minutos do vídeo).

Seguindo esta linha, em suas primeiras intervenções na cobertura do 8 de Janeiro, Paulo Figueiredo afirma que Trump, seu sócio nos empreendimentos imobiliários no Brasil, não incitou a violência, mas sim a pacificidade das manifestações lá. Ao mesmo tempo que disse isso, ponderou, como todos os demais comentaristas, que diferente das manifestações de esquerda - segundo eles, baderneira - as manifestações da direita são pacíficas e, portanto,

poderia haver infiltrados de esquerda nos movimentos, mas não somente, poderia haver a fragilização intencional do Estado com relação às forças de segurança. Segue a citação:

Ficou comprovado que a polícia do capitólio e a polícia de Washington, que ficavam sob responsabilidade do partido democrata, foram propositalmente enfraquecidas naquele momento, justamente pra permitir uma revolta popular, então a revolta foi insuflada, inclusive com agentes provocadores infiltrados na população para insuflar. Donald Trump fez uma série de twittes, foi imediatamente à televisão, e até acabou ele, pedindo para a guarda nacional acabasse com aquele tipo de protesto e o protesto acabou sendo suprimido. (...) Eu não tenho a menor dúvida que, primeiro: as dúvidas que eu tenho é sobre as circunstâncias por trás do que isso ocorreu. Será que a segurança em Brasília foi propositalmente diminuída pra fomentar esse tipo de coisa? Ora, já se sabia desses protestos ontem, por que a segurança local não foi aumentada? São questões que precisam ser levantadas nos próximos dias. (Trecho aos 24 minutos do vídeo)

Esta passagem é anterior a postagem do sleeping giants que a Jovem Pan e ele tiveram que responder. Essa intervenção, com suposições tão graves, encontrou a corroboração de outros comentários dos demais agentes ao longo da programação. Cumpra a esta altura destacar que, mais uma vez, não houve espaço para o contraditório no corpo de comentaristas da Jovem Pan. Uma cobertura de 7 horas de duração em que nenhum comentarista apresentou qualquer contribuição que destoasse da *doxa* uníssona ao longo de todo o 8 de janeiro. Aqui segue trecho da participação do coronel Gerson:

O que nós observamos que falta à essa multidão que se manifesta é justamente pautas definidas, liderança política (...) a nossa constituição diz no seu artigo primeiro, parágrafo único, diz que todo o poder emana do povo que o exerce da maneira melhor e normativa por meio dos seus representantes legalmente eleitos, porque ninguém vai parar de trabalhar pra ir lá pra Brasília exercer o poder. (...) Onde estão as lideranças políticas? Mais importante que disparar de helicóptero [havia acabado de ser noticiado que helicóptero da força nacional tinha disparado contra manifestantes] é estar presente nesse momento as lideranças políticas que pudessem estar ali conversando com as pessoas. (...) E quando eu falo de lideranças políticas eu gostaria de dar ênfase às lideranças políticas da direita, não somente das lideranças políticas da esquerda. Veja que rapidamente a Gleise Hoffman já quer imputar culpa e responsabilidade sobre o governador do DF, ou seja, trazendo o problema de volta para a disputa política quando nesse momento me parece que para que nós tenhamos a pacificação é importante retornarmos alguns meses, olharmos essa figura, ou essa fotografia de forma mais afastada, pra entendermos esse processo que hoje pode estar começando. Isso que nós estamos vendo agora, que pra alguns pode ser o

ápice, talvez, se nós não tomarmos as medidas políticas adequadas, pode se transformar no início de um processo de insurgência que se espalhe pelo país. E pra quê nós precisamos dos políticos? Exatamente para que o povo não tenha que chamar pra si a responsabilidade da negociação política. (...) Eu gostaria de trazer um fato que eu vou abrir aqui pros nossos colegas de bancada, onde estão as lideranças? E quando nós perguntamos sabem o que é que eles nos falam? Que eles não podem se manifestar por medo do STF (Grifo nosso. Trecho às 1 hora e 37 minutos do vídeo)

Poucas são as formas de insuflar mais a insatisfação popular que dizer que os representantes do judiciário estão cometendo perseguição política contra os políticos da direita. Se essas não foram exatamente as palavras do coronel Gerson, então que venha a citação de Fernão Lara Mesquita a seguir, também da mesma cobertura:

Se nós ainda vivêssemos num país que nós pudéssemos confiar nas instituições, mereceria até uma investigação pra ver quem realmente está por trás disso tudo, porque se for realmente o lado da resistência democrática, eles estão cometendo a maior burrice da sua vida; se não for, tamos diante da lógica de sempre, da mentira, da trapaça que criou essa instabilidade no país inteiro, que dividiu o país e conflagrou o país como tava previsto. Então é isso, com isso ele ganhou as duas coisas que ele queria: 1- um pretexto pra anular as polícias estaduais e pra anular os governos estaduais que mais resistem às ditaduras anunciadas do PT (...) Isso ele disse explicitamente pros próprios ministros. Isso quer dizer o quê?! Foi o primeiro grande sinal positivo desde a história nas urnas foi essa admissão, esse reconhecimento que ele não tem apoio suficiente pra impor ditadura que tantos à sua volta estão pregando e pedindo e procurando impor na marra. Nem nas forças armadas, nem as forças policiais e que, por fim, ele não tinha força pra isso e que essa batalha tinha que ser travada no congresso nacional, inclusive usando aqueles métodos que tornaram ele célebre [alusão ao mensalão], mas essa admissão foi o momento, sempre de forma negativa, mas o momento mais auspicioso desde o começo da campanha eleitoral que já foi marcada pelos abusos de poder do STF, pelas violências ilegais praticadas, pelas prisões, pelas censuras; tudo isso contava ponto a favor da resistência democrática se ela tivesse, de alguma forma, se orientado pra batalha do congresso, que foi eleito com maiorias, numa avalanche de votos no primeiro turno porque já ficou claro no primeiro turno que vinha um rolo compressor desse pessoal que tava agindo contra a lei, contra a constituição e penalizando todo mundo contra até a carta dos direitos humanos universais. (Trecho às 4 horas e 51 minutos do vídeo)

Destaca-se desta passagem que “resistência democrática” é o termo usado pelo Coronel Gerson para descrever os manifestantes que tudo deprederam na praça dos 3 poderes. Por fim, e ainda em consonância com o ideário dos comentários anteriores, atestando mais uma vez que nenhum espaço foi dado ao contraditório ao longo da programação - como

também se pode conferir na transcrição em anexo e no vídeo disponível no YouTube, segue trecho com a participação do popular (e investigado) Alexandre Garcia:

Eu vi agora a pouco, a Jovem Pan mostrou imagens da retaguarda do palácio do planalto, da parte de trás, da parte oposta a praça dos 3 poderes. Eu vi que as pessoas já tomaram tudo no palácio do planalto. Entraram em tudo! Tava tudo aberto, assim como no congresso nacional e no supremo, o pessoal cercou assim em pleno domingo. Parece que ninguém sabia que as pessoas que estavam acampadas na frente do QG do exército já falavam. Eu vi nas redes sociais as pessoas falando: “tá todo mundo pronto pra entrar no congresso”, só o governo não ficou sabendo?! (Trecho às 2 horas e 2 minutos do vídeo)

Dado o teor das declarações citadas, tornou-se imperioso, para o propósito deste trabalho, trazê-las em sequência a fim de tornar mais didática a análise, uma vez que todas corroboram entre si, e em concomitância não apresentam qualquer contraponto, como também não houve contraponto nos debates acerca da esfera econômica. Os elementos discursivos da *evidência*, “tá todo mundo pronto pra entrar no congresso, só o governo não ficou sabendo?!”; da *ruptura simulada*, entendido neste episódio como negação e o próprio contra ataque: “os sleeping giants deveriam integrar o inquérito das fakenews, eu não!”; da *denegação*, quando os “a resistência democrática” se torna os antidemocráticos; a censura se verifica, mais mais vez, pela falta do contraponto e poucas coisas são mais fascistas e antidemocráticas que a abolição da pluralidade de visões de pensamento. Estes elementos da análise de discurso se somam a outra contribuição dada por Bourdieu, a qual se liga também aos efeitos, as significações e ressignificações acerca do discurso; a preocupação já citada e apresentada por Kamila Avillar (2017), o que o público compreende, assimila e ressignifica de tudo isso que lhes é apresentado?!

A indagação de Kamila Avillar esteve na centralidade do pensamento de Bourdieu e Passeron em artigo publicado no clássico periódico *Les Temps Modernes*, de dezembro de 1963, intitulado *Sociolegues des Mythologies et Mythologies de Sociologues*. Nesta obra Bourdieu e Passeron dedicam a atenção em via de mão dupla, dialética, conforme sugere o título da obra, ao trabalho do sociólogo e ao seu objeto de pesquisa, no caso em questão a ascendente “mídia de massa” representada na época pela popularização da TV, mas que hoje pode-se extrapolar, visando os fins desta pesquisa e com as devidas ressalvas, para as novas mídias digitais. E quais eram as questões lá que se confundem com as de cá? Em tom bastante

irônico, Bourdieu e Passeron criticam os intelectuais que chamam de “mass médiologues”, os quais chamaremos de “intelectuais das massas”, como se pode ver na passagem a seguir: “Venant des régions les plus diverses de l'univers intellectuel, de nouveaux prophètes ont surgi qui annoncent "le devenir autre de l'homme contemporain", la "mutation" d'où surgira un homme nouveau, fabriqué par les pouvoirs nouveaux qu'il a lui-même”⁷⁹ (BOURDIEU e PASSERON, 1963. p. 999).

Ocorre que, inicialmente no discurso de Bourdieu e Passeron, as pessoas mais afetadas pela “mídia das massas” não poderiam ser outras que não os próprios intelectuais que lhes dedicam atenção acadêmica e a razão principal dessa afetação é consciência de seus discursos não chegarem ao público alvo das mídias de massa, a propósito, “mídia de massa” é outro termo alvo de divagações da dupla. Mas o que a TV, novidade em ascensão na época de Bourdieu, teria de diferente dos demais meios de comunicação e que poderia chamar mais atenção das “massas”, bem como dedicar atenção do “intelectual das massas” para tal fenômeno?, seguem os autores divagando: “Il y a mille manières de lire, de voir et d'écouter. Pourquoi vouloir déterminer « l'influence » des mass media par la mesure, étrangement bureaucratique, de la quantité d'information émise ou l'analyse de la « structure » du message.”⁸⁰ Essa passagem em particular é uma conjectura que, pelo simples discurso da autoridade, teria o poder de pôr em suspenso todo o esforço desenvolvido nas mais de 200 páginas desta pesquisa. Outrossim, também é a questão que Kamila Avillar revive em seu trabalho, Bourdieu e Passeron, entretanto, seguem com a discussão até encontrarem a resposta que lhes foi satisfatória aqui trazidos primeiro em português, por tradução nossa, devido a ser uma passagem mais longa:

Mas então porque é que o discurso dos meios de comunicação de massa dão origem imediatamente à ilusão do óbvio? Qual a base do seu poder persuasivo e do seu elevado desempenho explicativo? (...) a sua aura de plausibilidade ao facto de despertar o mais comum (...) a das refeições onde

⁷⁹ Em tradução livre: “Vindo das mais diversas regiões do universo intelectual, surgiram novos profetas que anunciam “o futuro do homem contemporâneo”, a “mutação” da qual surgirá um novo homem, feito pelos novos poderes que possui”

⁸⁰ Em tradução livre: “Existem mil maneiras de ler, ver e ouvir. Por que querer determinar a “influência” dos meios de comunicação de massa pela medição estranhamente burocrática da quantidade de informação emitida ou pela análise da “estrutura” da mensagem?”

paramos de conversar para assistir televisão, experiências que servem de trampolim a uma semi compreensão por analogia. Na verdade, e embora as suas afirmações sejam diferentes, a mediologia de massa apenas transpõe para fórmulas eruditas as ideias recebidas da conversa quotidiana sobre a desgraça dos tempos (...) “Os tempos são difíceis mas são modernos”, “os tempos são modernos, mas são difíceis”; e quando não é “culpa da bomba atômica”, “é culpa da televisão”. São apenas palavras, mas pelo menos sabemos, como sabemos, sem nos desvencilharmos desta tagarelice, atacando ironicamente a sua banalidade obrigatória, este coro amélico onde cada um dos oradores detém meia de meia verdade. Se, portanto, tanto na sua forma popular como na sua forma erudita, o discurso midiático prescinde de demonstração e escapa à refutação, se não pode encontrar incompreensão ou descrença, se consegue dar razão com o mesmo sucesso dos mais diversos fenómenos sociais, (...) é que obedece à lógica da magia. Ela convence porque, uma série de signos ao mesmo tempo vazios de sentido e prontos para acomodar todos os sentidos, pode salvar ao mínimo custo o silêncio consternado diante do inexplicável. (...) A virtude da explicação através da eficácia do maná dos meios de comunicação de massa tende a alimentar-se de si mesma, cada novo uso beneficiando do eco dos usos anteriores. (...) acima de tudo, o discurso midiático participa da atmosfera científica e de seus padrões de credibilidade, os meios de comunicação de massa, mana atualizados, carregam a magia específica de uma civilização onde a ciência, capaz de proporcionar ao mais ignorante a certeza de que ele existe em algum lugar uma explicação adequada, corre o risco de ser ao mesmo tempo rodeado por uma nuvem de magia aos olhos daqueles que só têm acesso à racionalidade científica por procuração. Também o profeta da desgraça brinca com veludo quando ameaça multidões inconscientes dos infortúnios que trazem sobre si mesmos porque têm a infelicidade de não vê-los (BOURDIEU e PASSERON, 1963, p. 1013 a 1015. Grifo nosso)⁸¹

⁸¹ Do original em francês: “Mais alors pourquoi le discours massmédiateur suscite-t-il immédiatement l'illusion de l'évidence? Quel est le fondement de son pouvoir persuasif et de son haut rendement explicatif? (...) son aura de vraisemblance au fait qu'elle réveille les expériences les plus courantes (...) celle des repas où l'on cesse de parler pour regarder la télévision, expériences qui servent de tremplin à une semi-compréhension par analogie 28. En vérité, et bien que ses prétentions soient autres, la massmédiation ne fait que transposer en formules savantes les idées reçues du bavardage quotidien sur le malheur des temps (...) Les temps sont durs mais ils sont modernes », « les temps sont modernes, mais ils sont durs »; et quand ce n'est pas « la faute de la bombe atomique », « c'est la faute de la télévision ». Ce ne sont que mots, mais au moins, on le sait, comme on sait, sans se déprendre de ce bavardage, s'en prendre ironiquement à sa platitude obligée, à ce chœur amoebée où chacun des locuteurs détient la moitié d'une demi-vérité. Si donc, en sa forme populaire comme en sa forme savante, le discours massmédiateur se passe de démonstration et échappe à la réfutation, s'il ne peut rencontrer l'incompréhension ou l'incrédulité, s'il peut rendre raison avec le même succès des phénomènes sociaux les plus divers (...) c'est qu'il obéit à la logique de la magie. Il persuade parce que, enchaînement de signes à la fois vides de sens et prêts à accueillir toutes les significations, il peut sauver au moindre coût du silence consterné devant l'inexplicable. La vertu de l'explication par l'efficace du mana massmédiateur tend à se nourrir d'elle-même, chaque nouvel usage bénéficiant de l'écho des usages antérieurs. surtout, le discours massmédiateur participe de l'atmosphère scientifique et de ses normes de crédibilité, les mass media, mana au goût du jour, portent la magie propre à une civilisation où la science, capable de fournir au plus ignorant la certitude qu'il existe quelque part une explication adéquate, risque du même coup de s'entourer d'un nuage de magie aux yeux de ceux qui n'ont accès à la rationalité scientifique que par procuration. Aussi le prophète de

Esta poderosíssima passagem traz uma reflexão que dá conta de explicar o comportamento do “tiozão do whatsapp” mesmo que este seja contemporâneo e o texto de Bourdieu seja de incríveis 60 anos antes. Alguns dos elementos presentes nesta reflexão não estão presentes como elementos de análise do discurso em *Economia das Trocas Linguísticas*, utilizada como referencial para a análise discursiva até aqui, portanto o que é usado aqui se aplica aos demais debates: um dos postos de destaque é a persistente estratégia, só possível de ser percebida se analisada em perspectiva, analisando vários programas, como feito por esta dissertação. Constatase, em consonância ao que Bourdieu e Passeron chamam atenção pela repetição sistemática de uma crítica pontual, como a invasão de competência do STF nos poderes do Congresso; a repetição sistemática de que o governo do PT é ladrão e imoral por defender o aborto e as drogas, por confiscar e “condenar o enriquecimento” taxando os virtuosos e ricos empreendedores, etc. Isto dito da parte dos agentes da emissora, quanto ao público temos a “semi compreensão” do que é dito e internalizado no imaginário popular. De um lado se usam dos artifícios da pretensa credibilidade científica a respeito das informações que são disseminadas, uma “cientificidade” que jamais é posta à prova; do outro a necessidade de se sentir parte do debate público, mas da forma simplificada. As respostas para as questões que inquietam a todos existem, mas o público as obtém “por procuração”, de um mensageiro que aparece por trás da tela como um profeta a quem é creditada a verdade.

Para esta cobertura do 8 de janeiro, entretanto, temos uma relação diferente das demais se o assunto for o engajamento dos internautas. Entre todas as intervenções e debates, a cobertura do 8 de janeiro foi a de maior engajamento, entretanto, entre os mais de mil comentários, importa dizer que há uma diferença importante que deriva, na visão deste autor, de dois elementos: a gravidade dos atos ocorridos consonantes a duração da programação por um lado e, por outro, da fama que a emissora já possuía entre os não consumidores habituais

malheur joue-t-il sur le velours lorsqu'il menace les foules inconscientes des malheurs qu'elles s'attirent parce qu'elles ont le malheur de ne pas les apercevoir.”

de seu conteúdo por seu enviesamento político. Os comentários foram, em peso, de crítica à emissora e sua cobertura. Também importa dizer que não foram críticas de forma episódica - restrita apenas à cobertura do dia - mas em referência aos 4 anos de sua produção jornalística ao longo do governo Bolsonaro.

A materialidade do muito que foi dito, mais uma vez, não foi alvo direto de ponderações, seguem as manifestações de maior incidência e engajamento por curtidas: “Espero q vcs estejam satisfeitos com o q vcs atçaram nesses 4 anos.” (107 curtidas); “A Jovem Pan foi a primeira que fez um furo de reportagem, antes mesmos dos crimes. Parece até que foi um premonição.” (47 curtidas); “JP tem responsabilidade nisso tbm.” (79 curtidas); “tem que tirar a concessão da jovem pan. não é possível um jornalismo podre desse” (37 curtidas); “Hahahaha os caras quebrando tudo e a JP fala que as pessoas estão agindo emocionalmente” (79 curtidas); “Parabéns Jovem Pan, olhem o resultado do que vocês ajudaram a provocar nos últimos 4 anos. Agora aguentem as consequências. Agradeçam se a concessão de vocês não for encerrada.” (24 curtidas)

O engajamento numérico dos comentários e também pelas curtidas dadas aos mesmos mostram que a maior parte dos internautas na cobertura destes atos não era do público cativo Jovem Pan. Quando comparamos com os comentários favoráveis à emissora, estes estão em menor número e também com menor engajamento: “A melhor cobertura,sem palavras,JP na história da cobertura jornalística!” (1 curtida); “JPMws vc me representa... estou dando esse crédito para vcs consideramos VCS notícias verdade.. que luta pelo povo , só agradecer” (5 curtidas); “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos e Deus abençoe o Brasil e os brasileiros” (2 curtidas); “A jovem pan está de parabéns.” (5 curtidas).

Quanto à materialidade em apoio ao que foi explanado pelos agentes da emissora ao longo da programação, pouquíssimos comentários continham um mínimo de reflexão. Seguem: “É um tiro no pé essa invasão. Vão utilizar isso para justificar a censura” (4 curtidas); “O STF e o Congresso são uma vergonha.” (27 curtidas); “Direita inocente , imatura, caiu na armadilha de A.Moraes ! Era a desculpa que ele queria ! Que desserviço!” (17 curtidas); “Atos heróicos, parabéns ao povo brasileiro por não aceitar menos do que merece!” (13 curtidas); “O povo quer o código fonte.” (22 curtidas); “O povo tá cansado de pedir ajuda e ninguém faz nada.” (7 curtidas).

Em resumo, estes são os resultados materiais colhidos a respeito dos debates, configurando - após o referencial teórico do primeiro capítulo, a abordagem metodológica da pesquisa documental por meio do levantamento dos vídeos e de seus agentes participantes, que verificou o posicionamento dentro da Jovem Pan no campo da mídia e dos agentes em relação a própria Jovem Pan. Por fim, a análise do discurso dos mesmos e o discurso colhido pelos comentários dos internautas mostram, com exceção da cobertura do 8 de janeiro, que há um engajamento positivo e correspondente entre público, agentes e emissora. Destaca-se que a qualidade dos comentários em geral não foca na materialidade do discurso predominante pela doxa da emissora, mas, há o apoio manifesto à mesma. Conforme refletem Bourdieu e Passeron, há uma semi compreensão e uma crença, uma confiança de seu público atribuída à esmagadora maioria dos agentes da emissora que, comungam, dos mesmos ideais políticos, morais e econômicos. Destarte, uma reflexão acerca dos matizes de esquerda e direita, das quais se pode depreender por este acervo documental, será feita no último e conclusivo capítulo desta dissertação.

4.3 - Da correspondência qualitativa entre a doxa dos agentes da Jovem Pan e os matizes político-ideológicos da esquerda e direita

Foram 6 debates abrangendo 4 grandes temáticas que albergaram o recorte proposto Ronaldo de Almeida para analisar a crise societal brasileira. Ao longo da programação selecionada foi obtido o somatório de 20 agentes debatedores, alguns mais outros menos autônomos, em suas relações com a Jovem Pan. Dados estes colhidos de informações biográficas disponibilizadas na internet.

Pode-se concluir sem receio de inferir injusta constatação que, a despeito de Felipe Monteiro, que se auto declara esquerdista e que defende em suas ideias posturas que o identificam no campo da centro-esquerda; temos Amanda Klein e Paulo Niccoli e Evandro Cini que adotam uma pretensa neutralidade, aos moldes do que foi expresso por Bourdieu como postura de um jornalismo reflexivo e “para todos”, ambos, Klein e Paulo Niccoli apresentam as posturas que os identificariam na centro esquerda ou centro direita, Evandro Cini atuou exclusivamente como âncora e não se posicionou embora suas participações não

permitissem afirmar com certeza devido a restrição amostral em torno dos temas que eles cobriram.

Todos os demais agentes gravitam entre a centro-direita e a extrema direita. Na amostra de 20 debatedores, o posicionamento à direita ou extrema-direita ocupa 80% da programação, isto é claro, quantitativamente, qualitativamente o tempo dedicados pelos agentes às pautas de direita é ainda maior, o que definitivamente prova que a emissora mente sumariamente quando expressa em suas plataformas que promove a diversidade e a pluralidade democrática de ideias em suas programações. Essa parcialidade em face à maneira com que temas sensíveis para a esfera pública e para as instituições democráticas brasileiras apontam a responsabilidade que a emissora tem diante da crise sócio-institucional e, não gratuitamente, vem sofrendo ações do MPF.

Por fim, o público que consome o jornalismo da Jovem Pan é, por meio da amostra nos comentários, uma minoria no universo social e eleitoral que, devido ao seu engajamento, acirra o engajamento em torno das guerras culturais. Também é um público que expressa pouca reflexividade e mais passionalidade a respeito dos conteúdos que são pautados na programação. Mas é indubitável que, a despeito do desprezo que a Jovem Pan desperta nos cidadãos que se posicionam à esquerda, simbolicamente ela é legitimada pelo público de direita e extrema direita, sobretudo ao usá-la como ferramenta de militância que reforça seus valores e convicções. Não obstante, essa ação política enfraquece a democracia por meio de suas instituições democráticas e seus representantes no poder, e enfraquece o debate no seio da esfera pública, que se divide por “bolhas” difíceis de serem furadas. Não foi do nada que surgiram as palavras de ordem por intervenção militar com Bolsonaro na presidência, ou pela cassação do Congresso e do STF.

Uma observação de Gabriela Priolli, outra agente midiática que surgiu no contexto recente de disseminação de debates jornalísticos - mas que nunca atuou na Jovem Pan - e sim na concorrente CNN Brasil é de que, do ponto de vista dos agentes debatedores, estes debates não chegam nunca a um consenso. Acirram, na verdade, a convicção de suas posições. Aparentemente, a partir da amostragem, Priolli está correta. A pergunta que fica é, se para os debatedores as posições são reafirmadas e nunca se chega ao consenso; para o público, para a esfera pública e para a democracia isso seria bom, construtivo, propositivo?

5 - Considerações Finais

Neste trabalho foram lançadas premissas do contexto sócio histórico contemporâneo: midiaticização, polarização política, guerras culturais, elementos referentes à análise de discurso a partir do referencial em Bourdieu com a finalidade de definir de forma sistemática a doxa que norteia os discursos políticos dos agentes da Jovem Pan e seu impacto na esfera pública. O trabalho apontou para uma prevalência acentuada da direita, não apenas como uma tendência política, mas como um ideário que se reflete e se reforça na comunicação midiática nas novas plataformas digitais, espaço que vem sendo bem ocupado pela Jovem Pan.

Após haver se debruçado sobre o tema da doxa que permeia a programação, ficou claro que há uma correspondência direta e forte entre a extrema direita política e a Jovem Pan para além do que se prega no senso comum. Existe uma sistemática racionalista que foca em temas sensíveis de forma reiterada a ponto de promover um sentimento de ruptura e crise institucional, societal e moral. O STF é atacado, o poder executivo é atacado, as concepções morais de linha progressista são rotineiramente alvo de ataque na amostragem selecionada, que envolve diversos níveis de conjunturas nas guerras culturais, ao mesmo tempo que a censura ao contraditório não permite confirmar a pregada pretensão democrática e plural de cobertura jornalística a qual divulgam em seus editoriais.

A relação entre o campo político e o campo midiático foi algo que precisou ser analisado com cuidado, considerando que a comunicação não é apenas um reflexo da política, mas também um vetor que influencia a formação e a transformação do pensamento político. Neste sentido, a Jovem Pan tem desempenhado um papel central, não apenas como transmissora de informações, mas como uma instituição que exerce uma forte função de legitimação do discurso de extrema direita - constituindo veículo de capital simbólico para a mesma - corrobora para a polarização nas guerras culturais. A emissora assume uma posição de protagonismo como canal de expressão da extrema direita no Brasil, transmitindo ideais que, muitas vezes, se alinham ao pensamento conservador, autoritário e mesmo radical.

No conteúdo de sua programação, o espectro de direita é disseminado através de estratégias discursivas muito bem estruturadas a fim de seguir uma linha específica, o que não apenas garante um público fiel, mas também contribui para a formação de uma opinião pública alinhada com os princípios conservadores e/ou, por vezes reacionários. A emissora se

coloca como uma das maiores defensoras da liberdade de expressão e do anticomunismo, mas oculta que a liberdade defendida ocorre apenas quando é em favor do seu paradigma ideológico.

Em toda a programação analisada, a atuação dos agentes quando submetida ao escrutínio da análise de discurso pelas ferramentas propostas por Bourdieu: *discurso da evidência, censura, ruptura simulada, denegação* e suas variações, constata-se que há uma sistematicidade quanto ao *modus operandi* que conta com as expectativas cumpridas ao serem depositadas em seus agentes debatedores. Conforme visto, pouco espaço é dado ao contraditório, seja pela quantidade menor de debatedores com viés progressista, seja pela simples ausência dos mesmos, pois em alguns programas sequer existe contraponto. Não obstante, além da defesa das ideias e valores da direita e extrema direita, segue sendo uma das principais críticas da esquerda a ponto de se demonizar os posicionamentos que se inserem nesse campo ideológico, o que contribui para o discurso de ódio e a polarização conforme se constata nos engajamentos dos internautas pelos comentários feitos.

Importa reforçar que para a identificação dessa prevalência da direita, diferentes referenciais teóricos nacionais e estrangeiros foram relacionados a ponto de ser possível elencar um “núcleo duro” em torno do qual gravita a direita (ou as direitas) seja no Brasil, seja no cenário internacional. É sabido que há nuances que variam pelas posições geográficas e geopolíticas que compõem os matizes de ambos os posicionamentos político-ideológicos mas, conforme pontuado por Pierre Bourdieu, Ronaldo de Almeida, James Hunter e Florestan Fernandes, é possível afirmar a existência de características universais para a esquerda e direita de modo que foi empreendido neste trabalho um esforço em busca, não apenas apresentar uma caracterização dessas ideologias, mas também entender o espaço que ela ocupa dentro da estrutura de poder da sociedade, no campo político, no campo da mídia e na esfera societal através do engajamento dado pelos internautas ao longo da programação. Esses teóricos ajudam a iluminar as dinâmicas de poder que estão em jogo e como elas se manifestam no discurso midiático, com a Jovem Pan funcionando como um campo de batalha ideológico. Bourdieu, por exemplo, ao falar sobre a luta simbólica, oferece uma base para entender como os discursos de poder são perpetuados e como a mídia, um campo simbólico, age para naturalizar determinadas ideologias, colocando-as como verdades incontestáveis.

A contribuição de cada um desses autores, esquematizada e arranjada nesta dissertação, permitiu construir uma visão crítica da forma como a direita é consolidada na mídia e como a Jovem Pan - representantes simbolicamente legitimada por seu público - contribuiu para a construção de uma guinada ideológica conservadora. Pierre Bourdieu e seus conceitos de "campo" e "capital simbólico" ajudam a entender como certos discursos se impõem na esfera pública. Suas ponderações contribuíram também para a percepção das relações de poder que se dão na mídia, mostrando como ela serve como um dispositivo para a legitimação de determinadas ideologias. Por sua vez, Ronaldo de Almeida e James Hunter ofereceram uma análise importante sobre as divisões morais que permeiam a sociedade, o primeiro fatiando a crise contemporânea que assola a esfera pública e o segundo expondo como o pensamento minoritário pode transformar-se em uma polarização a ponto de acentuar divisões sociais. Por fim, e para complementar todo o estado da arte, Florestan Fernandes e Jessé Souza fornecem um arcabouço teórico sobre a construção das identidades políticas, desde a associação dependente pelo capitalismo tardio até o conflito de classes e na cooptação simbólica da classe média pela elite econômica no que se refere às posições extremas de direita e esquerda.

Essa dissertação promoveu uma cobertura que se pretendeu ampla, mas não pôde, entretanto, compreender outros elementos de nuance e, em certa medida, originalidade pela qual passa o campo Jornalístico. Uma observação curiosa e importante que obtive na apresentação deste trabalho no GT-8 do V Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe foi dada por Andrea Depieri, que ponderou parafraseando-a que, análise da influência da Jovem Pan não se limita apenas ao campo das notícias, mas abrange também a análise do conteúdo cultural e de entretenimento, como o programa "Pânico na TV". Este programa, por sua natureza humorística, adota uma abordagem diferenciada ao tratar de temas políticos, tornando-se uma poderosa ferramenta para engajar um público jovem, utilizando o humor e a ironia como formas de abordagem para questões políticas de grande relevância. A perspectiva humorística facilita uma aproximação com o público jovem, permitindo um espaço de debate político que, de outra forma, poderia ser visto como demasiadamente sério ou distante. O uso do humor, portanto, age como uma estratégia eficaz para suavizar os contornos mais agressivos da política de direita, ao mesmo tempo em que garante a adesão e a identificação do público com as ideias apresentadas.

Andrea sugeriu, então, a inclusão de uma análise mais aprofundada sobre a utilização do humor como ferramenta para a construção de um discurso político, especialmente em relação à forma como o programa "Pânico" da Jovem Pan é capaz de aproximar a política do público jovem. Esta abordagem, aliada ao fato de que o humor é um campo discursivo frequentemente visto como menos "sério", confere ao programa uma maior margem de manobra para tratar de temas delicados de uma forma mais leve, mas igualmente incisiva, o que torna a análise dessa estratégia ainda mais relevante para a compreensão da ascensão da extrema direita, especialmente entre os jovens.

A ampliação da amostra de agentes midiáticos, levando em consideração tanto a análise de notícias quanto a influência de programas humorísticos como o "Pânico", permitiria uma análise mais robusta da relação entre os meios de comunicação e o comportamento político. A inclusão desses diferentes elementos proporcionaria um panorama mais abrangente, permitindo uma visualização mais clara das correlações entre a extrema direita política e as estratégias discursivas utilizadas na mídia.

Para tal, seria interessante integrar uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM), que possibilitaria a construção de um diagrama que reunisse todos os agentes analisados, desde os membros do espectro político da direita até os diferentes tipos de mídia que veiculam essa ideologia, como a Jovem Pan. A ACM se mostra uma ferramenta poderosa para visualizar as relações entre os diferentes agentes e os discursos que circulam em torno da política e da mídia, permitindo uma análise mais precisa e detalhada da dinâmica entre os campos.

Este trabalho pode ser ampliado e aprofundado com a inclusão de mais agentes e a aplicação de novas ferramentas de análise, como a ACM, para criar um panorama mais completo e multifacetado da relação entre a direita política, a mídia e seus diferentes representantes. A análise proposta, ao integrar tanto o campo político quanto o midiático, oferece uma contribuição importante para a compreensão do papel da comunicação na formação das ideias políticas, especialmente dentro de um contexto em que a extrema direita se torna cada vez mais dominante, não apenas nos campos da política, mas também na mídia, entrelaçando-se com a cultura e influenciando a juventude.

Por fim, expresso os meus cumprimentos pelo desafio deste empreendimento, que não seria possível sem o apoio e as valiosas sugestões de Péricles Andrade, Marco Aurélio, Wilson, e Marina Sartore, de onde veio o estímulo original para o tema na disciplina de Tópicos em Pierre Bourdieu. Agradeço, também, pela recepção e pelas recomendações dadas por Andrea Depieri no GT-8 do V Seminário Nacional de Sociologia da UFS, que enriqueceram significativamente este trabalho.

4 - Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. *Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. Novos estud. CEBRAP. SÃO PAULO. V38n01. 185-213; JAN.–ABR. 2019

ALMEIDA, Ronaldo de, TONIOL, Rodrigo. [org]. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Ed da Unicamp. Campinas. 2018

ALMEIDA, Silvio Luis de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano. *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.

ALMEIDA, Silvio Luis de. *Choque de Democracia. Razões da Revolta*. São Paulo Companhia das letras, 2013.

AVELLAR, Kamila. Radio Jovem Pan e a redução da maioria Penal: reverberações e ressignificações. *Revista Temática*. Ano XIII, n. 02. p. 103 - 116. fevereiro 2017.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, Voto e Conflito Político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 28, nº 81. fevereiro 2013.

BLOOM, A. *O declínio da Cultura Ocidental*. S/D.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*. Crítica Social do Julgamento. tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Ed Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro-RJ. 1989

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer* I Pierre Bourdieu. 2. ed. São Paulo - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Sociologues des Mythologies et Mythologies de Sociologues. In *Les Temps Moderns*. Paris. França. nº 211. p. 998 - 1021. Dezembro 1963.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

CASIMIRO, F.H.C. *A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, M. *A crise da Democracia liberal*. São Paulo: ZAHAR, 2018.

CHAGAS, Luan. CRUZ, Marcio Camilo da. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. *Radiofonias. Revista de Estudos em Mídia Sonora*. Mariana-MG, v. 13, n. 02, p. 33-52. janeiro - abril 2022.

DEMIER, F. *Depois do Golpe. A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX, 2017.

EATWELL, R., GOODWIN, M. *Nacional-Populismo*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FARIA, ANA LÚCIA B., CHAIA, Vera, Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. *Cad. Metrop.* São Paulo, v. 22, n. 49, p. 1059-1080, setembro - dezembro 2020.

FUCHS, Christian. Redes Sociais Digitais na Esfera Pública Política. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*. v. 6. nº 6. UFF. julho 2015.

GAVIÃO, Vanessa Cristina. A Relação entre Constitucionalismo e Democracia: Uma análise da nova lei de cotas. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 50. nº 199. p. 237 - 254. julho - setembro 2013.

GERDHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HICHS, S. R. C. *GUERRA CULTURAL*. Como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do Ocidente. BARUERI: Faro Editorial, 2021.

HUNTER, James. *A Guerra Cultural Contínua*. S/D. 2022

LACERDA, M. B. *O novo Conservadorismo Brasileiro*. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LEVITSKI, S. ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.

LILLA M. *A mente Naufragada*. Sobre o espírito reacionário. São Paulo: Record, 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salmeiro. GUIMARÃES, Bruno Menezes Andrade. Conversações políticas e mediação no Facebook: interações e conflitos a partir dos comentários sobre as ações da Frente Parlamentar Evangélica. *Intercom – RBCC São Paulo*, v.41, n.3, p.1-17, set - dez 2018.

MARSHAL, Thomas H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967.

MATOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. (in) *A onda conservadora*. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX: 2016, p.93-106

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações Sobre a Esfera Pública: redes sociais na internet e participação política. *Revista TransInformação*, Campinas, v. 25(1). p. 27-33, jan - abr 2013.

MELO, Cristina Teixeira de. VAZ, Paulo. Guerras Culturais: conceito e trajetórias. *Revista Eco-Pós*. v. 24, n. 2, p. 6 – 40. 2021

MELO, D. A direita ganha as ruas: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura Brasileira (in) *A onda conservadora*. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX: 67-76.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano. *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 15-26.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. s/d

MURRAY, D. *A loucura das Massas*. Gênero, Raça e Identidade. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NOBRE, M. O que fazer de Junho de 2013? (in) NOBRE, M. Ponto-final. *A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020. P.71-77

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Mídias Sociais Digitais: participação política e protestos anticorrupção. *Estud. sociol. Araraquara*. volume 26 n° 50. p.277 - 299 janeiro- junho 2021

PENTEADO, Claudio Luiz de Camargo. CRUZ JUNIOR. Brauner Geraldo. Ação política na internet na era das redes sociais. *Revista Ponto e Vírgula*. n° 26. julho - dezembro 2019. p. 109-122

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013- 2015). (in) SOLANO, E., ROCHA, C. *As direitas nas redes e nas ruas*. A crise política no Brasil. Expressão Popular: São Paulo, 2019. P.15- 54.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Editora. Gradiva. 2ª Edição. Rio de Janeiro-RJ. 1998.

RIBEIRO, Márcio Moretto. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In: GALLEGO, Esther Solano. *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85-90.

ROCHA, CAMILA. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados Revista de Ciências Sociais*. vol. 62, n. 3. 2019

ROCHA, J. C. C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Porto Alegre: Caminhos, 2021.

SILVA, Antoniel G Tavares, MENDES, Lauriane Guimarães. Estratégias discursivo-políticas no programa Morning Show da rádio Jovem Pan. *Revista Espaço Acadêmico*. n° 234. ano 21. maio - junho 2022.

SOUSA, Adam Henrique Freire; VETORASSI, Andrea; ANDRADE, Péricles. A Doxa Conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 15, n. 28, p 115 - 139. jan. - jun 2021.

SPYER, B. *O povo de Deus*. São Paulo: Geração, 2020

SNYDER, T. *Na contramão da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. 1ª edição. Boitempo. São Paulo. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. Companhia das Letras, 1ª Ed. São Paulo. 2019

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*. Ed. Estação Brasil. Rio de Janeiro. 2019

TEITELBAM, B, R. *Guerra Pela Eternidade: o Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista*. Campinas: Unicamp, 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. 1ª ed. Folha de São Paulo. São Paulo. 2010.

5 - Apêndices:

Apêndice 1: Transcrição dos Debates

Transcrições dos debates na Jovem Pan

Jovem Pan 8 de janeiro 2023 e véspera.

Notícia o desmonte dos acampamentos nos quartéis determinados por Alexandre de Moraes.

Não existe liderança única dos movimentos

A vinheta na tela é: “Dino se reúne com a polícia federal para tratar de ações contra atos.”

Aos 10 minutos o jornal abre pro comentarista: Antônio Flávio Testa

Âncora - Essa atitude de Alexandre de Moraes, você vê com bons olhos?

Antônio Flávio Testa - Não, eu não vejo com bons olhos. Eu acho mais um abuso de autoridade do ministro Alexandre de Moraes, com todo respeito que o ministro do Superior Tribunal Eleitoral merece, mas é direito constitucional da população se manifestar pacificamente, e essas multas de 100 mil reais para quem desrespeitar a decisão. Eu não sou jurista, mas posso falar que quem age de má-fé é o superior tribunal eleitoral, que não respeita nenhuma decisão da população que se organiza pacificamente (...) você vê o ministro da justiça [Flávio Dino] ameaçando o tempo todo que pequenos grupos de extremistas – ninguém sabe onde estão – não vão mandar no Brasil, que ele vai usar as forças federais contra a população, ou contra isso e aquilo; eu não entendi ainda porque ele é tão agressivo dessa forma?! Uma vez que o ministro da defesa disse que as manifestações são pacíficas. Ou seja, nesse primeiro momento do governo Lula há uma grande contradição entre a forma que o ministro da justiça, que é uma pessoa impressionantemente agressiva, vingativa, contra o quê eu não sei especificamente; (Obs - o contraditoriamente a Jovem Pan viria a usar comentaristas que especulavam sobre a intencionalidade da pouca força policial para barrar os atos no dia seguinte – de novo, falando em agressividade e vingança de Flávio Dino, então ministro d justiça e também arguindo sobre o abuso de autoridade de Alexandre de Moraes) mas um ministro da defesa que é uma pessoa muito mais sensata, com muito mais experiência pública que diz que a população tem o direito de se manifestar pacificamente, e me parece que isso é o que vai ser visto nesse final de semana em Brasília e em muitos outros locais do país. As contestações, as reivindicações são legítimas, são direitos de cidadania e o Brasil precisa saber disso. Muito bom que a JP e outros veículos possam divulgar esses movimentos pra que a população tenha plena consciência do que está ocorrendo no Brasil.

Segue a âncora dizendo que ele vai seguir na programação pra comentar mais notícias.

8 de Janeiro JP Urgente – (programa com quase 8 horas de duração)

15 min - âncora chama primeiro comentarista:

15min - **Paulo Figueredo** – Boa tarde, Livia, não gostaria de estar aqui no domingo comentando esses acontecimentos. Tem duas coisas que precisam ser colocadas imediatamente: a primeira é que é compreensível a revolta popular. As pessoas estão a meses e meses protestando pacificamente e as autoridades estão surdas ao clamor popular. Mas a segunda, que precisa ser colocada imediatamente em seguida, é que o sentimento compreensível; a ideia de invadir o congresso e o palácio é absolutamente estúpida. As pessoas precisam imediatamente voltar às suas casas e voltarem aonde quer que seja. Voltarem a protestar pacificamente como a nossa constituição prevê. (...) Eu sei que nós estamos vivendo tempos difíceis, eu sei e compartilho da dor dos brasileiros que estão vendo o país ir pro vinagre, mas este não é o caminho. O motivo pelo qual essas pessoas estão agindo dessa forma tem muito a ver com falta de liderança. Hoje a direita, o povo, as pessoas comuns do Brasil, estão completamente acéfalas. (...) Nós não podemos deixar de chamar atenção de que os brasileiros estão a anos protestando pacificamente contra a surdez de nossas instituições. Isso não se trata de revolta com o resultado das nossas eleições – como colocamos aqui no nosso detector de caracteres – não se trata disso. As pessoas não estão revoltadas porque o Lula ganhou as eleições, as pessoas estão revoltadas com a forma como o processo eleitoral foi conduzido; estão revoltadas com a truculência com que certas instituições em violado nossa constituição; elas estão revoltadas com as perseguições políticas que tem acontecido; elas estão revoltadas com a inação do nosso congresso, principalmente com a figura do senador Rodrigo Pacheco, presidente do congresso e do senado nacional; elas estão revoltadas com a atuação parcial do TSE e STF, elas estão revoltadas com as dúvidas que elas levantaram e jamais foram sanadas a respeito do processo eleitoral; elas estão revoltadas com o “perdeu, mané”, com a falta de consideração, com a arrogância, com que as pessoas foram tratadas; não se trata de uma revolta com o resultado, com o fato do Lula ter ganhado o processo eleitoral; essas pessoas aí não tem nem certeza se o Lula ganhou o processo eleitoral; (e que meio de comunicação mais contribuiu para a dúvida sobre o processo eleitoral? Jovem Pan) agora, protestar de forma pacífica: maravilha, previsto; invasão é: primeiro, errado; segundo, o que essas pessoas esperam conseguir com isso? Elas acham que Lula vai renunciar por conta disso? Elas acham que o Supremo vai tomar jeito?! Agora o Alexandre de Moraes vendo uma situação dessa, o que elas acham que ele vai fazer? Que ele vai falar: “poxa, vou fazer uma autocrítica, talvez eu não esteja ouvindo o povo e eles estejam falando sério”, não! O que vai ser feito é que este ato de hoje vai ser utilizado para uma perseguição implacável e ampla de um grupo político. E eu falo isso porque tivemos uma situação muito semelhante, análoga, idêntica, ao que aconteceu nos EUA. (...) o resultado do que aconteceu nos EUA foi o que se chamou de “expurgo dos patriotas”. A administração do Biden e o departamento de justiça americano passaram a perseguir implacavelmente, implacavelmente, pessoas que agiram, inclusive de forma pacífica. (...) Mas a justificativa que a imprensa utilizará e construirá nas próximas horas e nos próximos dias é de que os chamados bolsonaristas não passam de um bando selvagem que odeia a democracia, que são perigosos, e isso justificará a restrição das liberdades e a suspensão das garantias

institucionais. E é comum esse processo, esse processo de avanço em direção a uma ditadura com a justificativa de necessidade do aumento de segurança contra um grupo político. (aqui o comentarista já coloca a Jovem Pan como diferente da imprensa convencional, por abordar este fato de forma contrária ao que ele, de antemão, já alega ser o que se sucederá) E nesse momento é muito triste. As pessoas precisam encerrar essa atividade e voltarem pras suas residências, pra onde quer que seja. Volto a dizer: entendo e compartilho a revolta, mas os métodos são absolutamente desprezíveis e estúpidos. É importante o que eu tô dizendo: é estúpida a ideia de invasão do palácio e prédios públicos, é estúpida, ineficiente, ilegal e imoral. Agora, ressaltando apenas que é errado também dizer que isso é uma mera revolta contra o resultado eleitoral, que é uma narrativa que também será construída e precisa ser imediatamente destruída.

22:38 - Âncora – Você lembrou da invasão do Capitólio que recentemente completou 2 anos, (...) óbvio que são duas situações diferentes, a de Trump na ocasião e a de Bolsonaro nesse momento, mas eu quero te ouvir a respeito de uma possível comparação que venha a ser feita. Trump discursou no dia em que houve a invasão, nós não temos nem um presidente que está no país, um ex-presidente, Bolsonaro, que não está no país, mas que vem sendo criticado por parte da população, (Jovem Pan tenta defender Bolsonaro de qualquer responsabilidade sobre os atos do 8 de janeiro amparando-se na comparação com Trump). por parte dos políticos, por parte da imprensa, por não estar se manifestando contra atos como este que a gente está acompanhando agora neste momento. Trump é alvo de investigação agora nos EUA por possível responsabilidade na invasão do Capitólio, isto pode acontecer, guardadas as devidas proporções em relação ao presidente Jair Bolsonaro? Você vê como uma possibilidade de ele ser investigado por uma possível responsabilidade?

23:43 – **Paulo Figueredo** – Veja Miriam, é uma analogia muito pertinente. O presidente Donald Trump, no dia 6 de janeiro, fez um discurso onde ele incentivou os manifestantes que estavam em Washington naquele dia a marcharem pacificamente, e ele foi enfático na questão do pacificamente, para que a população exigisse eleições limpas. Depois ficou comprovado que a polícia do capitólio e a polícia de Washington, que ficavam sob responsabilidade do partido democrata, foram propositalmente enfraquecidas naquele momento, justamente pra permitir uma revolta popular, então a revolta foi insuflada, inclusive com agentes provocadores infiltrados na população para insuflar. Donald Trump fez uma série de twittes, foi imediatamente à televisão, e até acabou ele, pedindo para a guarda nacional acabasse com aquele tipo de protesto e o protesto acabou sendo suprimido. Isso não importou para que a imprensa construísse uma narrativa que foi abraçada pelos democratas numa tentativa de culpar o Donald Trump. Eu não tenho a menor dúvida que, primeiro: as dúvidas que eu tenho é sobre as circunstâncias por trás do que isso ocorreu. Será que a segurança em Brasília foi propositalmente diminuída pra fomentar esse tipo de coisa? Ora, já se sabia desses protestos ontem, por que a segurança local não foi aumentada? São questões que precisam ser levantadas nos próximos dias. Acho que as imagens vão mostrar, aos poucos, quem foram as pessoas por trás da ideia de se fazer esse tipo de coisa. Já tivemos agentes provocadores,

supostos atentados à bomba, que seriam de pessoas que eram ligadas à direita, ao presidente Bolsonaro, mas que também tinham um passado que era duvidoso. (...) em relação à diferença do presidente Bolsonaro pro presidente Trump é que Trump ainda era presidente dos EUA, (...) o presidente Bolsonaro já não é o presidente há 8 dias. **Então ele não tem absolutamente nenhuma responsabilidade** sobre esses manifestantes. O que vão tentar colocar nele é uma responsabilidade pelo silêncio. Na verdade ninguém pode ser responsável por atos de terceiros baseados na sua fala. Isso não existe. Mas ainda assim, esta separação, de alguém que estava no poder e alguém que não estava no poder, precisa ser feita. Não tenha dúvida que os opositores do presidente Bolsonaro, e eu incluo nisso a maioria da grande imprensa, utilizarão sim desse raciocínio que você acabou de colocar. Eles utilizarão este episódio para colocar o presidente Bolsonaro e seus apoiadores como uma ameaça para o país.

35:41 Âncora – Questiona o acesso aos códigos fonte das urnas eletrônicas, questionando o resultado das urnas.

36:43 - **Paulo Figueredo** – É impossível que as forças de segurança não soubessem. Ontem eu sabia, se eu sabia, as forças de segurança também. Em relação a revolta das pessoas, do código fonte, faz parte da reação das pessoas.

41:50 – Âncora – [Após saber da repórter que os manifestantes invadiram o STF] Neste momento os manifestantes já conseguiram invadir o prédio do poder judiciário da suprema corte brasileira, e é bom você que está acompanhando a Jovem Pan News, de qualquer uma de nossas plataformas, que emissora é contra qualquer ato de violência. Nosso papel como emissora, como veículo de comunicação, é levar as informações pra você pra que você fique por dentro do que está acontecendo nesse início de novo governo. (((como foi a cobertura dos demais canais? Cobriram ao vivo?))))

44:06 - **Rodolfo Mariz**, segundo comentarista – Primeiramente boa tarde a todos, vou pegar carona no que o Paulo falou, ele deixou uma pergunta no ar “se eles já sabiam dessa manifestação?” óbvio que já sabiam dessa manifestação! E eu vejo nesse ato uma isca, porque essa manifestação já vem sendo falada há mais de uma semana. Aqui na avenida 23 de maio, em São Paulo, tivemos um pequeno ato de manifestantes que estavam a caminho de Brasília e nós temos uma inteligência muito bem preparada aqui no Brasil, então todas as forças, todos os centros de inteligência em Brasília já sabiam que isso ia acontecer, mas o povo que está se manifestando – aí eu volto a dizer – essa ideia de invadir o congresso é, no mínimo, absurda. Eles acabaram caindo nessa isca, porque, no Brasil, do jeito que a gente tá vendo, com essas eleições do jeito que foram no ano passado, com Lula não sendo aceito, com o STF e o TSE não deixando às claras como foi essa última eleição, desde então o povo vem se manifestando. Óbvio que eles tem uma inteligência e já sabiam o que ia acontecer e óbvio que eles tem um contingente pra segurar essas pessoas caso eles quisessem. O que foi feito, na minha concepção, fazendo uma análise friamente, é que jogaram uma isca pra esses

manifestantes e eles acabaram caindo nessa isca, porque agora eles nem querem mais ser chamados de bolsonaristas, agora eles querem ser chamados de patriotas, uma vez que eles estão seguindo o nosso antigo presidente, o nosso ex presidente. Invadir o congresso, invadir a explanada dos ministérios e agora o STF é no mínimo um método muito inocente. Está sendo levado pela emoção e ineficiente porque nenhuma ação tomada pela [emoção] se torna eficiente. (...)

Eu só tenho um alerta para as pessoas cristãs, como eu, que todas as coisas com Deus tem que ter ordem e decência. Ora, nós não estamos vendo ordem nessas manifestações, uma vez que eles saem sem direção nenhuma: **“vamos pra Brasília pra invadir Brasília”, isso deveria ter sido feito meses atrás**, não agora. Então já não tem uma ordem, já não tem um cabeça, não tem uma pessoa que está liderando essa manifestação. **Lembrando que Jair Messias Bolsonaro está nos EUA e não está fazendo parte alguma disso que está acontecendo.** E eu falei também de decência, que as coisas com Deus tem que ter decência, uma vez que eles invadem o congresso nacional, a explanada, e agora tomando o STF, onde tem decência nisso? Não tem decência. Eu me compadeço com a manifestação, eu acho que é viável todo ato de se manifestar; está previsto no artigo 5º da constituição. Eu visitei essas pessoas aqui no círculo militar em São Paulo, no Ibirapuera. Eu apoiei essa manifestação lá atrás: um ato pacífico, um ato organizado, contra a clareza da última eleição. Mas sair assim, ao Deus dará, **“vamos para Brasília e vamos subir no congresso e vamos subir a rampa, vai ficar ótimo pra fotografia, vai ficar muito legal”**. Isso daí é munição, munição pro partido do PT e também pra esquerda falarem contra a direita que **“é uma criança que acabou de nascer”**.

48:11 – Fala de Flávio Dino citada pela âncora: **“impor a vontade pela força não vai prevalecer”**.

49:14 – Lívia, eu Clamo que essas pessoas deixem esses locais pacificamente antes que nós tenhamos mortes, e muitas vezes essas mortes são do lado dos patriotas (...) qualquer pessoa que morrer, até de infarto hoje, será colocada na conta dos patriotas. De novo, eu já vi esse filme, e ele não acaba bem. A grande dificuldade é o fato desse movimento ser absolutamente legítimo no seu desejo, no seu sentimento. (...) Se houvesse algum juízo na cabeça dos juristas, do STF, do presidente do Senado, dos diversos senadores, dos nossos deputados; **do presidente da República impossível esperar juízo: uma pessoa que sofre de psicopatia por definição não se pode ter juízo**, mas essas pessoas precisam ouvir o que um grupo importante dessa população tá dizendo. Não adianta dizer **“perdeu, mané!”**, não adianta responder, como Rodrigo Pacheco responde, com notinhas que são um amontoado de chavões que não significam absolutamente nada. Essas pessoas precisam entender, **“elas têm dúvidas sobre o processo eleitoral?”**. **Tem duas formas de lidar com revoltas populares: você tem a forma da China, da URSS, de Cuba, da Venezuela, da Coreia do Norte, que é a repressão; e você tem a forma que as democracias ocidentais, liberais, fazem espelhadas nos EUA, pelo menos sempre foi assim, até 2020 que é esclarecendo a população. (apresenta o modelo norte americano como referência de transparência, sempre ligado à liberdade, liberalismo e direita; ante aos países comunistas, repressores e de esquerda)** Agora o quê que essas pessoas esperam?! Tá bom, invadiram o STF, parabéns, e aí? E agora? O que o senhores esperam? Que o Alexandre de Moraes renuncie?! Que o Barroso se converta

e vire um cristão?! O quê que os senhores esperam? Que o Lula desista? Que o Flávio Dino se arrependa dos seus pecados?! Só tem 2 caminhos nesse momento: os senhores vão pra casa de forma pacífica antes que algo pior aconteça, ou nós teremos repressão. Essas pessoas são quase na sua totalidade pessoas de bem. (...) A inação das lideranças e das pessoas que tinham meios de ação para reverter esse processo e esse desarranjo institucional brasileiro de forma institucional, a inação dessas pessoas também levou à esse tipo de situação, pessoas que deveriam agir e não agiram. (...) **se você suprime e cala um dos lados e diz que o que ele fala é desinformação e ele precisa ser calado e não pode mais falar, acaba o diálogo e começa o monólogo. Se acabou o cuspe só sobra a força e é por isso que os grandes responsáveis são os censores. (colocando a culpa, mais uma vez, nos representantes e ocupantes dos cargos ds instituições democráticas) A panela de pressão uma hora estoura. A catarse vem, e talvez, talvez, eles quisessem isso, talvez eles contassem com isso, porque o resultado disso será que esses atos de hoje serão utilizados como justificativa para uma perseguição implacável acima de qualquer limite legal e da razoabilidade contra todos os patriotas, então quando eu falo isso, Livia, eu rogo pelo bem dessas pessoas que estão nessa situação.**

(a âncora corta pra mostrar imagens da invasão do plenário do STF)

âncora pergunta se a radicalização pode beneficiar o atual governo

1h27 – Fernando Capez – Cumprimentos, em primeiro lugar estamos olhando a mobilização da força nacional (...) é uma manifestação claramente pacífica, não se vê ninguém armado, praticando atos de destruição, um ou outro vândalo que se infiltra, mas em 99,9% são pessoas que estão ali simplesmente expondo sua indignação, sua maneira de pensar, e esse tipo de manifestação não se dispersa com bomba de efeito moral, com jato de água do carro do corpo de bombeiros, com a presença do choque. Isso deve ser aguardado. Naturalmente a manifestação vai chegar no seu ápice e se dissipar. Nós temos um país dividido (...) é preciso que o presidente Lula saiba fazer um governo de coalizão; saiba ouvir todas as partes. Eu não achei que foi muito bem colocada essa primeira posição do ministro da justiça, o Flavio Dino, no sentido de que “tá na hora de arrancar as pessoas do quartel”, isso tem que ser feito de maneira mais diplomática. (...) a tendência é que continue esse tipo de manifestação e com respostas duras só vai acirrar esse tipo de situação.

1h32m – Paulo Figueiredo – As pautas não tem nada a ver mais com Bolsonaro e eu digo até com resultado de eleições. O que nós estamos vendo é uma insatisfação geral do povo, legítima e que vem sendo coberta pela Jovem Pan a bastante tempo. Nós cobrimos aqui com bastante atenção os atos que aconteceram por todo o Brasil de forma pacífica. Pudemos ver a diversidade, essa talvez seja a grande dificuldade que nós temos, a multiplicidade de pautas que são apresentadas: tem pessoas insatisfeitas com inquéritos, tem pessoas insatisfeitas com as perseguições, tem pessoas insatisfeitas com a condução do processo eleitoral, tem pessoas insatisfeitas com a soltura do Lula. (e isso não está interligado? Todas essas pautas são isoladas?) Em geral está tudo isso misturado no imaginário popular. O que nós temos hoje nesse momento, e este é um grande problema, é que as pessoas estão carentes de liderança. Nós temos inquéritos no STF que procuram apurar quem são os líderes desses atos: não há. E

justamente porque não há, porque as pessoas estão dispersas, quando a tropa não tem um general elas agem de forma aleatória e muitas vezes falta estratégia. (Estratégia pra quê? Pra o golpe ser bem sucedido?!) Neste momento há a impressão, por parte de alguns aqui, de que foi tomada uma posição do inimigo – pra usar aqui a metáfora – mas, na verdade, essa movimentação foi uma movimentação que abriu um flanco, né, que abriu um flanco definitivo no sentido de que esse avanço vai passar; as manifestações serão dispersas (...) e a partir delas qual será o resultado? O resultado só será positivo justamente pra aquelas pessoas a quem os patriotas querem combater. Você tem nesse momento (...) ações com milhares de mandados de prisão do STF, você terá fôlego pros inquéritos inconstitucionais que estão em curso. É preciso, nesse momento, que as lideranças – elas não tem obrigação do ponto de vista legal, mas elas tem do ponto de vista moral – que as lideranças políticas brasileiras venham condenar e pedir para que essas pessoas voltem para suas casas, porque elas são pessoas bem intencionadas com atos, com vontades legítimas, com revoltas absolutamente legítimas, mas que estão agindo de forma errada, do ponto de vista moral e do ponto de vista de estratégia.

Âncora informa disparos de helicópteros nos manifestantes em Brasília.

1h37m – **Coronel Gerson** – (cumprimentos) Me parece que existem 2 opções para o que estamos observando, ou que, de fato, as forças de segurança subestimaram, ou que os serviços de inteligência não tenham trabalhado de maneira adequada e correta (...) não se sabe ainda, mas eu tenho uma opinião que trago de minha experiência profissional (...) espertize de não procurar culpados e não querer responsabilizar as pessoas com velocidade, porque quando se busca culpados as pessoas se colocam na defensiva e não compartilham informações que poderiam nos levar a ter uma visão mais clara do ocorrido (...) esse evento que nós estamos presenciando, ele não aconteceu por um fator isolado, como por exemplo: os manifestantes estavam lá acampados no QG do exército, acordaram irritados e resolveram ficar miando na explanada dos ministérios. Não foi isso. Sabemos que há um passado (...) me parece agora que nós precisamos de cabeça fria, não tratar essa manifestação como se fossem terroristas, guerrilheiros; não ouvir esses mais radicais como o senador Randolfe, como o próprio ministro da justiça já vem se postando (...) mas conversar principalmente com as lideranças políticas. O que nos observamos que falta à essa multidão que se manifesta é justamente pautas definidas, liderança política e (...) a nssa constituição diz no seu artigo primeiro parágrafo único diz que todo o poder emana do povo que o exerce da maneira melhor e normativa por meio dos seus representantes legalmente eleitos, porque ninguém vai parar de trabalhar pra ir lá pra Brasília exercer o poder. (...) não pode cada um deixar seus afazeres, deixar sua casa pra ir administrar o país, então a pergunta que se faz é: onde estão os representantes eleitos? Onde estão as lideranças políticas? Mais importante que disparar de helicóptero é estar presente nesse momento as lideranças políticas que pudessem estar ali conversando com as pessoas. (...) E quando eu falo de lideranças políticas eu gostaria de dar ênfase às lideranças políticas da direita, não somente das lideranças políticas da esquerda. Veja que rapidamente a Gleise Hoffman já quer imputar culpa e responsabilidade sobre o

governador do DF, ou seja, trazendo o problema de volta para a disputa política quando nesse momento me parece que para que nós tenhamos a pacificação é importante retornarmos alguns meses, olharmos essa figura, ou essa fotografia de forma mais afastada, pra entendermos esse processo que hoje pode estar começando. Isso que nós estamos vendo agora, que pra alguns pode ser o ápice, talvez, se nós não tomarmos as medidas políticas adequadas, pode se transformar no início de um processo de insurgência que se espalhe pelo país. E pra quê nós precisamos dos políticos? Exatamente para que o povo não tenha que chamar pra si a responsabilidade da negociação política. (...) Eu gostaria de trazer um fato que eu vou abrir aqui pros nossos colegas de bancada, onde estão as lideranças? E quando nós perguntamos sabem o que é que eles nos falam? Que eles não podem se manifestar por medo do STF, (indo mais longe, não apenas em relação à perseguição política de civis, o comentarista põe na conta do STF o tolhimento de manifestação dos parlamentares e governantes de direita: colocando o poder judiciário contra outros poderes) por medo porque eles estão com suas redes sociais caçadas. Vários deles ameaçados, inclusive, de [não] terem a sua, inicialmente, sua diplomacia. Foram diplomados e agora estão ameaçados de terem seus mandatos caçados porque foi interpretado que qualquer liderança e articulação com esses manifestantes devem ser punido com multas que já se padronizou de 100 mil reais. (...) e essas ameaças punindo empresários, punindo e prendendo, porque hoje nós temos presos políticos no país.

1h47 minutos – Sleeping Giants posta: Cobertura ao vivo reage à publicações na internet em tempo real sobre a cobertura da Jovem Pan. Segue a postagem: “Grave: Jovem Pan escala Paulo Figueiredo para cobrir crimes contra o Estado de Direito. Figueiredo afirmou, recentemente, que uma guerra civil poderia ser justificável. Cobertura da emissora está, neste momento, atacando urnas eletrônicas, STF, TSE e Congresso Nacional.”

Outro Âncora segue – Eu gostaria de lembrar que o Sleeping Giants não só o Brasil, mas a organização internacional que se desmembrou e traz aqui ao Brasil esse desdobramento, eles se dizem defensores do combate às notícias falsas. Me parece, no entanto, que esse twitte está recheado de informações falsas. Eu sugiro o Seeping Giants que delete, ou que denuncie o próprio twitte. A Jovem Pan em momento algum nesta tarde, ou nos últimos meses, ou nos últimos 80 anos (...) defendeu qualquer ato contra o Estado de Direito, defendeu qualquer violação à constituição. E nesta tarde não houve ataque às urnas eletrônicas, não houve ataque a congresso nacional, não houve ataque às instituições. Não houve absolutamente nada daquilo que está escrito neste twiite do Sleeping Giants. Normalmente a Jovem Pan não para pra responder a esse tipo de publicação feita em rede social cujos objetivos a gente sabe quais são. Nós paramos nesse momento pra responder porque isso é de uma gravidade absurda. É muito, muito grave que este grupo que se diz defensor de algumas pautas, se diz contra a disseminação de fakenews e de discurso de ódio, seja um grande promotor de fakenews e discursos de ódio. Portanto fica aqui o registro da emissora que não houve em nenhum momento qualquer tipo de ataque, aliás, àqueles que estão nos acompanhando; uma enorme audiência desde o começo do plantão, quando a Lívia assumiu no meio da tarde; sabem que

não houve nada disso que está descrito aí. Como ele é citado no twiite, vou abrir a palavra pro Paulo Figueiredo.

1h49m50s – **Paulo Figueiredo** – Eu acho que o Sleeping Giants tem que ser incluído no inquérito das fakenews, né?! Como a gente vai processar alguém por calúnia quando na verdade são um bando de covardes, né? Alguém não identificado se esconde por trás do nome de Sleepng Giants. É um bando de frouxo, um bando de covardes que não tem coragem de eles mesmos botarem a cara pra falarem as mentiras que eles estão fazendo. Eu passei meses e meses da minha cobertura aqui na Jovem Pan pedindo respeito à Constituição, (quem estava a infringindo? Pediu pra quem? Pro STF ou pros manifestantes bolsonaristas?) estabelecimento da lei e da ordem, pedindo que os poderes constitucionais agissem dentro dos limites da constituição. Eu pedi o tempo inteiro atos pacíficos. Eu falei pras pessoas saírem dos quartéis e irem pro palácio do Alvorada. Eles dizem que eu defendi uma guerra civil, mas na verdade os que me acompanham nos Pingos nos Is sabem que o que eu disse foi o oposto. Eu disse que não haveria guerra civil, como isso que está acontecendo não é guerra civil. Agora o que acontece, essas pessoas que agem dessa forma, com pretexto de defenderem democracia, com pretexto de serem pela liberdade, são na verdade um bando de covardes que querem calar aqueles que pensam de forma diferente deles. Eles não aceitam o contraditório. E isso que estamos vendo nesse momento são justamente pessoas comuns revoltadas com atos como esses do Sleeping Giants, os Sleepin Gigantes é responsável pelo que está acontecendo hoje aqui, são um dos responsáveis. O que eu disse aqui logo na abertura, nós começamos o programa de hoje foi justamente pra condenar manifestações que não eram pacíficas. Eu e a Jovem Pan (...) nós sempre apoiaremos protestos pacíficos dentro do que permite a nossa Constituição, não dentro do que permite o Alexandre [de Moraes], aliás, mais do que permite a nossa Constituição, do que permitem os nossos direitos dados por Deus. (avocou um direito natural pra se justificar) (...) Eu tenho absoluta certeza de que se eu estivesse defendendo uma guerra civil, ou que se eu tivesse defendido atos violentos, eu não estaria mais na Jovem Pan, eu tenho certeza que vocês já me teriam tirado do ar. E eu falo isso com alegria, porque eu também não gostaria de trabalhar numa emissora que defende esse tipo de coisa. (...) Isso que tá acontecendo agora é munição pra que esses bobalhões covardes do Sleeping Giants atribuam esses atos irresponsáveis à Jovem Pan, ao Paulo Figueiredo e a todos aqueles que eles querem calar, é a desculpa que eles estavam procurando para nos calar. Não vai funcionar. Nós continuaremos defendendo protestos pacíficos, nós continuaremos dando voz à população que está descontente com o funcionamento das nossas instituições. **Servidores públicos são pacíficos de serem criticados e continuarão sendo, não com métodos violentos, mas com ideias, com palavras, com conhecimento, mostrando os abusos que ocorrem quando eles ocorrem, e esse é o papel da imprensa.** Esse é o papel do bom jornalismo e eu continuarei fazendo enquanto a Jovem Pan me der o microfone e eu tenho certeza que a Jovem Pan continuará fazendo esse papel mesmo se um dia eu não estiver aqui.

2h02min – **Alexandre Garcia** – Uma fat de preparo, uma falta de planejamento, a gente já viu aí o ministro da justiça nomeou gente que ele nem sabia quem era. Os próprios ministros que estão sendo nomeados tem um passado horrível. Parece que a coisa tá muito improvisada. Esse soldado aí, esse cavalariano da PM entrou no meio do povo ali e acabou vítima de uma agressão violenta, uma agressão lamentável. (...) Euvi agora a pouco, a Jovem Pan mostrou imagens da retaguarda do palácio do planalto, da parte de trás, da parte oposta a praça dos 3 poderes. Eu vi que as pessoas já tomaram tudo no palácio do planalto. Entraram em tudo! Tava tudo aberto, assim como no congresso nacional e no supremo, o pessoal cercou assim em pleno domingo. Parece que ninguém sabia que as pessoas que estavam acampadas na frente do QG do exército já falavam. Eu vi nas redes sociais as pessoas falando: “tá todo mundo pronto pra entrar no congresso?!”, só o governo não ficou sabendo?! E outra coisa, o coronel Gerson chamou atenção pra isso, “cadê as lideranças políticas?”, no artigo primeiro da Constituição, parágrafo único, o povo é representado, tem seus representantes. **Os representantes não se apresentaram, o povo se apresentou. Mais uma vez eu digo: omissão do senhor Pacheco lá no senado, que é um dos responsáveis por isso. Se tivesse recebido requerimentos pra investigar sobre o porquê de fulano, fulano lá no supremo não respeita a constituição, isso não teria acontecido, poderia ter sido evitado.** Então essas ameaças à fala de não revanche é só fala, porque o país tá dividido. Não foi uma vitória do atual governo de 80 a 20, não foi. Foi um quase empate, então tem que ter humildade pra considerar isso. (é interrompido porque a Jovem Pan mais uma vez apresenta outro twiite que pretende responder)

2h8min – Interrompidos. Jornalista Mônica Bergamo compartilhou o twiite do Sleeping Giants mencionado anteriormente.

“É triste que jornalistas estejam dando voz a essas publicações falsas do grupo sleeping giants contra a Jovem Pan”.

Outra informação de um helicóptero que fez um voo estabilizado por 5 minutos no intuito de fazer um levantamento de quem eram os manifestantes. Após o levantamento, começaram a fazer voltas e a atirar. Foi um helicóptero da polícia federal.

2h10min - Na sequência são mostrados cavaliários da PM sendo ovacionados pelos manifestantes e Alexandre Garcia segue: tô vendo aí cavalos na rampa do palácio (...) pelo jeito tã confraternizando com o povo. Eu acho que precisa porque agora a pouco fizeram uma agressão a um soldado que tava sobre um cavalo e provavelmente o soldado cometeu apenas o engano de entrar no meio do povo, o pessoal tá com o coração na cabeça, não tá mais com raciocínio, cabeça fria. Mas, enfim, é um aviso para o novo governo, o que vai ser o day after, o que vai ser amanhã? O que o governo vai fazer? Vai tomar medidas de represália, de revanche, de vingança? Vai agravar a situação ou vai encontrar uma forma de pacificação? (...) As lideranças do congresso estavam ausentes. Grande parte estava desfrutando das areis do oceano atlântico. Sei lá. Enfim, isso é um chamamento às lideranças políticas, isso aí é a ausência de liderança política; de representante pra resolver a situação. O povo foi direto, primeiro queria a tutela do exército que não aconteceu, então tomou a iniciativa própria. É um

aviso, talvez o último aviso, é uma coisa grave, tomara que não haja sangue de brasileiros nisso aí.

2h17 – **Coronel Gerson** – De cara já exonerou o secretário de segurança pública e diz q tomará as providências para prender e punir os responsáveis, bom, se nós tomarmos as palavras do Alexandre Garcia iniciais (...) eu me manifestei no grupo Pingos nos Is dizendo, “como é bom termos alguém lúcido e podermos ver uma fotografia mais afastada” (...) e se for cumprido isso que o governador Libanes determinou, a PM então terá que prender o presidente do senado porquê o responsável por essa situação não vai ser encontrado ali entre os manifestantes. Os responsáveis por essa situação são exatamente os atores políticos que se ausentaram de tomar as providências que esses manifestantes em Brasília, mas em todas as unidades da federação tem se manifestado há vários dias. Quem interpreta esse tipo de manifestação somente como insatisfação com resultado de eleição não está sabendo ler o que está sendo falado.

2h46m – **Carla Zambelli** (deputada de extrema direita) – (cumprimentos) Realmente, o que a gente percebe disso tudo é que foram 70 dias de manifestações pacíficas, onde a gente teve um povo que clamou por justiça que clamou por segurança, que clamou para que a constituição fosse ouvida, fosse seguida, fosse respeitada e culminou nas manifestações de hoje. As informações que eu tenho dos setores de inteligência ligados ao meu gabinete (...) a gente recebeu um vídeo de um dos meninos da força nacional em que integrantes foram presos. (interrompida para a fala de Lula em Araraquara).

2h47m – **Lula** (Diretamente de Araraquara em coletiva de imprensa) – Abominável na política invadir a sede do governo, invadir a sede do congresso nacional, invadir a suprema corte como verdadeiros vândalos destruíram o que encontraram pela frente. Nós achamos que houve falta de segurança e eu gostaria de dizer a vocês que todas as pessoas que fizeram isso serão encontradas e serão punidas. A democracia garante o direito de liberdade, ela garante o direito de livre comunicação, de livre expressão, mas ela também exige que as pessoas também respeitem as instituições que foram criadas para fortalecer a democracia. E essas pessoas, esses vândalos, que a gente poderia chamar de nazistas fanáticos, de estalinistas fanáticos; ou melhor, de stalinistas não, de fascistas fanáticos, sabe, fizeram o que nunca foi feito na história desse país. É importante lembrar que a esquerda brasileira já teve gente torturada, já teve gente morta, já teve gente falecida e vocês nunca, nunca vocês viram alguma notícia de algum partido de esquerda, de algum movimento de esquerda que invadissem o congresso nacional, a suprema corte e o palácio do planalto. Não tem precedente na história do nosso país. Não tem precedente o que essa gente fez e essa gente tem que ser punida. Inclusive nós vamos descobrir os financiadores (...) e todos eles pagarão com a força da lei esse gesto de irresponsabilidade, esse gesto antidemocrático, esse gesto de vândalos e fascistas. (Na sequência Lula lê decreto de Intervenção Federal no DF que assina em sequência).

Na sequência Lula critica a ineficiência da segurança pública do DF e fala de punição “de forma exemplar”, segue: “vocês sabem que eu perdi a eleição de de 89, eu perdi a eleição em

94, eu perdi a eleição em 98 e em nenhum momento vocês viram qualquer militante de meu partido, qualquer militante de esquerda, fazer qualquer objeção ao presidente da república eleito. Esse genocida não só provocou isso, não só estimulou isso, como quem sabe está estimulando ainda pelas redes sociais (...) lá de Miami onde ele foi descansar. Na verdade ele fugiu pra não me colocar a faixa e é muito triste depois da festa democrática do dia primeiro, a festa mais importante da posse de um presidente da república na história do presidencialismo no mundo inteiro, nunca o povo trabalhador, os catadores de papel, os índios e as pessoas negras deste país colocaram a faixa no pescoço de um presidente da república. Pois no dia primeiro eles colocaram. Essa gente estava lá em Brasília, e essa gente teve medo de descer à Brasília com medo da multidão que estava lá pra posse, e aproveitaram o silêncio do domingo, quando a gente ainda está montando o governo, para fazer o que eles fizeram hoje. Todo mundo sabe que tem vários discursos do ex-presidente da república estimulando isso: ele estimulou a invasão da suprem corte, ele estimulou a invasão [do congresso], ele só não estimulou a invasão do palácio porque ele tava lá dentro, mas ele estimulou a invasão dos 3 poderes sempre que ele pôde. Isso também é da responsabilidade dele, isso é da responsabilidade dos partidos que sustentam ele, e tudo isso vai ser apurado com muita força e com muita rapidez.

3H06m – O próprio presidente da república escalou a crise. Quando nós precisamos, em um momento como esse, de uma palavra de paciência, o próprio presidente sofre ali um ato falho, em que atribui a extremistas marxistas, extremistas stalinistas e depois ele corrige a gafe e corrige para nazistas e para fascistas. Mas na realidade o que nós percebemos é que aqueles manifestantes hoje que devem ser identificados, aqueles que depredaram, devem ser identificados aqueles que agiram fora da manifestação pacífica, devem ser realmente sancionados. Mas não podemos esquecer que estes manifestantes não estão se valendo do anonimato, não estão se valendo de nenhuma ação armada. Eles estão se manifestando exacerbadamente, descontroladamente (...) agindo mais com o sentimento, mais com a emoção que com a razão. Acabam se manifestando sem foco, sem pautas definidas e aí caracteriza realmente a desorganização (...) gostaria de dizer do dia 24 de maio de 2017. Sabe o que aconteceu no dia 24 de maio de 2017? Houve a invasão da esplanada dos ministérios, depredação de prédios do ministério, e foi incendiado (...) interessante, vou só ler uma frase de alguém que falou naquela época: “hoje em Brasília a voz do povo se fará ouvir. Ator político essencial e as vezes ignorado por analistas”, sabe quem falou essa frase? Pois é: Flávio Dino, que na época apoiou aquela depredação porque era de uma orientação de esquerda. Então este não é o momento de nós estarmos falando de esquerda, de direita e escarmos a crise, pelo contrário, deveria ser um momento de apaziguamento, de racionalização, de busca dos líderes políticos – seja da esquerda ou da direita – que pudessem coordenar um acordo, coordenar um diálogo que pudesse identificar o motivo dessa insatisfação. Me parece que não começamos bem, seja com as palavras do presidente da república, seja com a escolha do interventor.

3h09m - Âncora posta publicação de Arthur Lira no twitter: “Eu me coloco à disposição de todos os Chefes de Poderes para fazermos uma reunião para deixar absolutamente inquestionável que os três poderes estão mais unidos do que nunca a favor da democracia.”

3h10m - **Fernão Lara Mesquita** – A questão fundamental até aqui é que o maior trunfo da resistência democrática era a gratuidade das arbitrariedades que ela vinha sofrendo por parte de um governo que se declara cheio de vontade ditatorial, agora com essa ação se fornece o argumento pelo qual o Lula estava rezando pra todos os santos da fé dele, tanto é que você já viu que ele botou dentro dessa invasão todos os seus inimigos, os inimigos identificados desse regime que é o agronegócio, o garimpeiro, tudo, tudo ele botou dentro da lista desses invasores. Ele olha a fotografia da invasão e já diz “olha, quem tá lá é o garimpeiro, é o agronegócio, são os negacionistas do clima” e isso dá o pretexto pra se decretar intervenção nos governos estaduais que se colocam contra a ditadura lulista que ele colocou pra denunciar frontalmente agora “a PM que não fez nada lá naquela invasão (...) e agora de novo nós vamos pegar esses caras” e tudo isso tá fornecendo todos esses argumentos que o governo queria pra fazer o programa que ele tava juramentado de fazer de qualquer maneira, mas faltava argumentos. De modo que eu repito: este bilhão e trezentos, que foi o último argumento depois de duas votações maciças do congresso nacional pra acoplar um urna à essa máquina de votar brasileira, uma impressora à essa máquina de votar brasileira, foi 1bi e 300 mais caro do Brasil, que foi este o último argumento da Dilma Rousseff, que não havia esse dinheiro pra acoplar a urna na última votação do congresso. Aí o Barroso foi lá no congresso pra impedir que se derrubasse a decretação da inconstitucionalidade dessa forma de aferição da votação que precisava de 308 votos e acabou tendo 229 contra 218, embora a maioria do congresso ainda aprovasse a urna na última votação, não foi uma vitória absolutamente grande pra conseguir a acoplação. E isso nos remete ao ponto de partida de toda essa discórdia que tá aí. Se tivesse essa urna, é por isso que a Alemanha põe isso na sua constituição: a função da eleição é impedir que se ponha qualquer dúvida sobre a sua legitimidade; mais que decretar qualquer vitória de fulano ou de beltrano. (segue falando da falta de confiabilidade nas eleições brasileiras) (outra acusação grave é feita em seguida) **Se nós ainda vivêssemos num país que nós pudéssemos confiar nas instituições, mereceria até uma investigação pra ver quem realmente está por trás disso tudo, porque se for realmente o lado da resistência democrática, eles estão cometendo a maior burrice da sua vida; se não for, tamos diante da lógica de sempre, da mentira, da trapaça que criou essa instabilidade no país inteiro, que dividiu o país e conflagrou o país como tava previsto.** Então é isso, com isso ele ganhou as duas coisas que ele queria: 1- um pretexto pra anular as polícias estaduais e pra anular os governos estaduais que mais resistem às ditaduras anunciadas do PT, que são as PMs, né?! É o que tá sendo ensaiado em Brasília onde já tá lá decretada uma intervenção federal que tira um governador eleito e bota mais um desses desbirros com uma ficha quilométrica de serviços prestados ao petismo e ao lulismo como governador do DF e chefe dessa polícia e dá um pretexto pra intervir nos comandos e fazer o desmonte dessas polícias. É isso que tá se colhendo.

4h51m – **Fernão Lara Mesquita** – (comenta a destruição de obras de arte da democracia brasileira, palavras do âncora): Olha, democracia brasileira é uma expressão que eu sempre exito muito em usar, porque eu ainda tô pra ver ela surgir, torço muito, trabalho bastante pra isso, mas ainda não vi ela surgir. Agora, depredação é sempre uma coisa estúpida e revoltante de se ver. Nós já assistimos muitas vezes isso acontecer pelo Brasil afora (...) mas nunca com uma cobertura pós-depredação tão extensa. Agora, os envolvidos diretos nessas invasões têm de pagar às penas da lei (...) e quem deveria exigir isso com maior empenho é a resistência democrática (lê-se a extrema direita em sua visão), porque o maior trunfo que ela tinha até agora era a gratuidade das agressões que ela vinha sofrendo por parte das forças que tão procurando com pretexto pra sair pra cima delas. (...) toda a vantagem estratégica estava do lado da resistência democrática, como ficou claro pela própria admissão do próprio Lula em pessoa na primeira reunião do ministério em que ele disse pros próprios ministros a sua pequena legião de 37 ministros, que eles estavam lá e eram tantos assim porque a batalha decisiva será travada no congresso e ele precisava adquirir apoios. Isso ele disse explicitamente pros próprios ministros. Isso quer dizer o quê?! Foi o primeiro grande sinal positivo desde a itória nas urnas foi essa admissão, esse reconhecimento que ele não tem apoio suficiente pra impor ditadura que tantos à sua volta estão pregando e pedindo e procurando impor na marra. Nem nas forças armads, nem as forças policiais e que, por fim, ele não tinha força pra isso e que essa batalha tinha que ser travada no congresso nacional, inclusive usando aqueles métodos que tornaram ele célebre (alusão ao mensalão), mas essa admissão foi o momento, sempre de forma negativa, mas o momento mais auspicioso desde o começo da campanha eleitoral que já foi marcada pelos abusos de poder do STF, pelas violências ilegais praticadas, pelas prisões, pelas censuras; tudo isso contava ponto a favor da resistência democrática se ela tivesse, de alguma forma, se orientado pra batalha do congresso, que foi eleito com maiorias, numa avalanche de votos no primeiro turno porque já ficou claro no primeiro turno que vinha um rolo compressor desse pessoal que tava agindo contra a lei, contra a constituição e penalizando todo mundo contra até a carta dos direitos humanos universais. Tudo isso tava a favor deles, só que esse pessoal tá perdido no espaço e precisa ver agora, não sei, quanto disso realmente vem dessa turma que não combina com as manifestações como elas vinham vindo até hoje; mas de alguma maneira tá jogado nas costas deles; servindo de pretexto pra penalizar todos os 70 dias pregressos que aconteceram no Brasil sem nada que se parecesse com isso. Então é o tipo de ação estúpida que merece ser tratada com todo o rigor da lei, como nunca foi no Brasil, mas que deveria ter sido e espero que seja dessa vez; mas é uma pena porque reverte-se uma vantagem que estava na mão, n lado da resistência democrática par a batalha do congresso que vem vindo.

5h5m40s – Âncora lê nota da embaixada e do consulado dos EUA – “A embaixada e consulados dos EUA no Brasil condenam os ataques às instituições democráticas e também aos edifícios governamentais em Brasília. Invasões por indivíduos que não aceitam o resultado eleitoral violam a democracia do país. Exortamos de imediato o fim desses ataques”.

5h06m15s – **Coronel Gerson** – A atualização que eu tenho foi um twitter também da deputada americana Aleksandra Okaso Cortez, uma ativista de esquerda, ela tá bem na esquerda do partido democrata e diz “Os EUA devem parar de conceder refúgio para Bolsonaro na Flórida.”. O que é muito importante de nós analisarmos numa situação como essa, e principalmente nós da Jovem Pan, eu faço questão de dizer e todos sabem que eu só estou na Jovem Pan comentando porquê o meu olhar, a minha perspectiva é o olhar de um conservador; de alguém que observa uma atitude como essa, que remete a uma atitude revolucionária, a uma insensatez, falta de estratégia. Eu não atribuo aos manifestantes que estavam em Brasília, e que se deslocaram ali pra praça dos 3 poderes, talvez pensando que participariam de mais uma manifestação, mas agora mudando o local pra caracterizar bem a sua insatisfação com o poder político, imaginaram alguma coisa nesse sentido, mas caíram numa armadilha midiática que já estava muito bem desenhada. Essa orquestração dos EUA, do embaixador, já temos manifestações da Colômbia, do presidente da Colômbia, do Chile, da Bolívia, da Nicarágua, quem sabe, ou de Cuba; todas essas manifestações trazem um nível de hipocrisia muito elevado, mas nós temos que dar um desconto; temos que olhar com maturidade; saber que estamos numa guerra informacional, mas o que precisamos como brasileiros é olhar para o congresso nacional. A nossa porta de saída para essa crise que não é de hoje, essa crise já vem se arrastando há algum tempo, a porta de saída dessa crise está na pessoa, primeiro do presidente do congresso nacional que será eleito no dia primeiro de fevereiro para presidir o senado federal; nós temos um presidente do senado que até este momento conduziu esta situação que desaguou no dia de hoje; essa situação não é episódica, não aconteceu do nada, ela foi se desenhando e foi se desenhando com vários analistas; seja com a perspectiva do que se convencionou chamar de direita, seja com a perspectiva do que se convencionou chamar de esquerda. Ambos avocam pra si o fato que o que vem sendo feito é antidemocrático, seja da parte do STF, que nós temos denunciado aqui como anticonstitucional, seja da parte da esquerda que olha para os atos desses manifestantes e já os rotula, há dois ou três meses, como atos anti democráticos. Nós também temos um inquérito que foi aberto, também pautado em uma opinião bastante subjetiva do que é boato, pra não usar o termo fakenews, o do que seriam atos antidemocráticos. Toda essa controvérsia tem duas perspectivas, é importante que a imprensa assuma essas duas perspectivas. Eu já sei que tem jornalista chamando todos de bolsonaristas, de vândalos, de terroristas; quando na verdade, nós temos alguns manifestantes, não sabemos quais são e nem quem são ainda, mas nós temos que identificar e vamos apoiar a polícia; e sempre os manifestantes conservadores/liberais se comportaram de maneira pacífica e denunciando os que faziam esses atos de vandalismo. Então hoje nós temos manifestantes de direita que estavam ali que caíram em uma armadilha midiática, provável, mas nós precisamos amadurecer. Faltam liderantes na direita, faltam lideranças na esquerda responsáveis. Pessoas que olhem e saibam que há um grupo extremado ao redor do presidente Lula, mas ele foi eleito numa grande frente. Aí eu pergunto ao próprio Geraldo Alckimih, que agora assumiu ministério, perde um pouco o protagonismo de vice; talvez a vice seja agora a esposa do presidente Lula, talvez, mas seja como for, nós precisamos dos atores políticos. E o presidente Lula não foi eleito só com o PCdoB, do PSOL, nem da parte extremada do PT; ele foi eleito com uma grande frente

que rejeitou Bolsonaro e se atribuiu “democratas”, aqueles que assinaram aquele manifesto contra atos antidemocráticos; agora nós os chamamos. Assumam a responsabilidade, levem o país para uma posição de equilíbrio, leve o país para uma posição de negociação política responsável. Espero que nós optemos por esse caminho, porque se o presidente Lula der ouvido pra essa ala comunista do PCdoB, do PSOL, que quer ver o circo pegar fogo, aí talvez nós estejamos diante de tempos muito sombrios no nosso país.

Temática do porte de armas

Evandro Cini (Mediador): O primeiro tema promete render, a gente vai falar do ministro Flávio Dino, que respondeu às críticas sobre o decreto do porte de armas que foi assinado pelo presidente Lula e que restringiu o acesso e a circulação de armas aqui no país. O que que disse o ministro?! Eu vou contar pra vocês: “Tem muita gente reclamando, eu lamento. São pessoas que fazem um discurso falso de defesa da liberdade. Existe liberdade de matar? Existe liberdade de cometer crime? Fraudar? Pra desviar pra quadrilha?”. Delegada Raquel Galinati, eu quero começar contigo porque eu sei que você vai poder debater bastante esse tema. De que forma que você enxerga essas restrições que foram colocadas pelo presidente Lula e esse argumento do ministro Flavio Dino justamente para rebater as críticas daqueles que discordam dessas restrições?

Raquel Galinati - Primeiro que o decreto foi feito de uma forma completamente açodada, rápida e sem habilidade técnica real. Eu vou dar só uma problemática, por exemplo: quando a gente fala que existe uma restrição do acesso à posse e porte de arma pela população, a gente restringe não só esse acesso, mas também a potencialidade de energia da arma. Então, ali no decreto ele fala que agora passa a ser de uso restrito uma arma quando a potencialidade, a potência da sua munição que sai do cano, for superior a 407 Joules, ou vou traduzir: na portaria do exército, 407 Joules é superior a um 38 especial, a um 38, que é a arma mais popular do Brasil. Um 38. Olha o colapso que se cria na segurança privada, daqueles que estão fazendo a segurança no entorno de instituições bancárias e financeiras. Então eu vou dar uma sugestão: vamos preparar vários estilingues pros seguranças privados e caixões. Porque eles não vão ter mais, aliás, eles já não têm, porque pra combater fuzil, pra combater até mísseis, metralhadoras, granadas; e agora a gente fala que esses seguranças que estão em empresas privadas, estão em crime de porte ilegal de arma de uso restrito: pena de 3 a 6 anos de reclusão inafiançável, não é professor?! Por que? Porque 407 Joules é superior ao que tá descrito no decreto. Essa arma ara 38 especial, a potência dela é de 437,38 Joules, então ou é proposital, ou foi feito pra deixar desmuniada todo o âmbito de segurança, não só privada, mas de toda a população, de todos aqueles que tem acesso a arma e a gente vai entrar em colapso a partir do momento em que os seguranças privados estarão armados de estilingues; estão já preparando seus caixões pra combater o crime organizado.

Evandro Cini - Mediador - Me acompanha aqui, vamos com Felipe Monteiro pra a gente entender qual é a visão dele sobre isso. Você acha que seria necessário preparar estilingue e caixão para este pessoal por conta do decreto que foi anunciado por Lula, Monteiro?

Felipe Monteiro - Não, com certeza não. E digo mais, se tem algo que o Lula ia fazer e a gente sempre soube que ele ia fazer, é reavaliar o decreto de armas do Jair Bolsonaro, né? Todo mundo sabia disso, não dá pra alguém dizer que tá surpreso por conta disso. E tá certo, o governo tá certo. Se tem uma política que o governo acertou foi essa de diminuir a possibilidade de comercialização de armas de fogo. Todos os estudos que você tem sobre o assunto você vê que quando se aumenta a comercialização das armas de fogo, você também aumenta o número de homicídios. O IPEA, por exemplo, tem um estudo claro (interrompido para ser contestado)

Raquel Galinati - Vou contestar porque a gente tem um estudo da Small Arms Survey, Small Arms Survey, eu entendo do assunto porque eu estudo, eu não invento narrativas. Então, este estudo é de uma instituição não governamental; pertence a Genebra, aliás, aí é a problemática que todo mundo não vai conseguir (interrompida) Deixa eu falar, vários estudos que falam a respeito de políticas públicas, criminalidade, a correlação entre armas e crime; as armas na população; então, qual é o grande nó daqueles que falam que as armas na mão da população legalizada fomenta crime?! (perguntou retoricamente) Na Suécia, na Suíça, na Finlândia, na Noruega, na Áustria, na Alemanha são os países que mais tem armas por população, em contrapartida são os países mais seguros do mundo. Aliás, a Finlândia é considerada o país mais feliz do mundo (dados apresentados sob quais critérios? o utilitarismo racionalista?). E aí a gente também tem agora outra estatística também pela Small Arms Survey, que tem estatística da Colômbia, El Salvador, Honduras, Venezuela; a gente tem Sudão, Congo, com índices altos de criminalidade, de violência, de extermínio da população e o acesso é extremamente restrito. Isso já coloca por água a baixo, porque quando a gente quer falar da política de armas, a gente tem que colocar no aspecto multifacetário. Se a gente delimita ideologicamente, a gente tá auxiliando a criminalidade e prejudicando a nossa segurança.

Evandro Cini - Monteiro, agora eu vou abrir pra você.

Felipe Monteiro - Primeiro ponto, um estudo claro do IPEA, muito bem feito, mostra que quando você aumenta 1% a comercialização de armas, aumenta em 2% o número de homicídio, né? E o mais interessante na apresentação que a doutora colocou, é que ela usa dados dos países desenvolvidos. Claro, se você comparar países desenvolvidos como Dinamarca, Suécia, Finlândia, em relação a países subdesenvolvidos, é óbvio que usar aqueles números pra cá, você vai ver (interrompido)

Raquel Galinati delegada - Não foi essa a comparação que eu fiz. Pra ficar claro, hem, quantidade de armas nas mãos da população. A comparação que eu fiz é: a quantidade de armas na mão da população com relação a quantidade de crime e violência, esta foi a comparação.

Felipe Monteiro - Com países desenvolvidos: em relação à Dinamarca, em Relação à Suécia, em relação à Finlândia. Se você dá arma para pessoas de países desenvolvidos, realmente, com certeza a criminalidade não vai sofrer nenhum tipo de desnível. Agora, em relação a países subdesenvolvidos, o que temos agora é a pesquisa clara do IPEA, que fala exatamente o seguinte: quando você aumenta a comercialização em 1%, aumenta em 2% o número de homicídios. (interrompido)

Raquel Galinati - Mais uma vez: não é essa a narrativa, não é essa a narrativa. A narrativa é: "a arma na mão da população vai aumentar o crime". Eu destruí essa narrativa por quê? Porque eu apresentei uma pesquisa da Small Arms Survey, (...) é de Genebra, uma pesquisa mundial.

Felipe Monteiro - Baseada em quais países?

Raquel Galinati - Todos! Eu falei Sudão, falei Venezuela, El Salvador.. (7 minutos de vídeo)

Alexandre Bissoli Adv - Acho que tem um ponto pra analisar nisso. Você traz o número do IPEA. Primeiro tem que discutir o IPEA, é tocado por quem? Porque agora tem porque agora tem político nomeado até pro IBGE. Então eu quero dizer o seguinte: para além de quem produziu no IPEA, que pode deixar duvidosa essa pesquisa, eu gostaria de dizer o seguinte, não é só uma comparação de venda de arma com índice de criminalidade. Porque o problema é: qual é o regulamento pro porte, pro uso dessa arma? Porque você vender a arma não é o fim da história. Você poder vender uma arma atrelado a uma série de regras em que você acompanha a utilização e o critério pra possuí-la ou pra portá-la, é aí que mora o "x" da questão. Então talvez o estudo que a Dra Raquel traga de alguns países mais desenvolvidos tenha a ver com a forma da venda e os critérios de fiscalização.

Raquel Galinati - Mas não é de alguns países, são de todos.

Alexandre Bissoli - Se tem uma pesquisa que só compara a venda de armas com a criminalidade, essa pesquisa é furada.

Raquel Galinati - E também foi falado de países que a venda de armas são extremamente restritas: El Salvador, Honduras, Congo..

Felipe Monteiro - Inglaterra

Raquel Galinati - Brasil, e aí quando se faz a comparativa dos índices de criminalidade e acesso às armas, esses comparativos são furados. A gente tem que ter outros argumentos mais técnicos.

Alexandre Bissoli - Não pode ser só esse o parâmetro. É equivocada a premissa.

David Andrade Silva (8m50s) - Eu gostaria de trazer outra linha de raciocínio para esse debate que eu acho que é crucial aqui no país. A Constituição lá diz, assegura o meu direito à vida, meu direito à integridade física. Diz que a minha residência é o asilo inviolável; assegura meu direito à propriedade, né?! Tá tudo lá na constituição, naquele gigantesco elenco de direitos e garantias individuais, que é mais pra inglês ver, porque no Brasil não serve pra absolutamente nada. Em paralelo, o Brasil é o pior entre os 30 maiores países, as 30 maiores cargas tributárias do mundo, na entrega de serviços públicos versus a carga tributária medida. É o pior, o que menos entrega. Arrecada muito, arrecada mal, e é o que menos entrega pra população. Bom, eu tenho lá na Constituição as minhas garantias individuais. Eu tenho direito de me proteger, eu tenho direito de proteger minha propriedade; eu tenho direito de proteger a minha casa, os meus filhos. O Estado não me dá isso. Não me dá segurança pública, não entrega nada e agora quer me tirar o único direito de proteger a minha casa.

Felipe Monteiro (10m) - Que salto, David. Onde está no artigo 5º que você pode andar armado?

David Andrade Silva - Eu tenho direito de proteger a minha casa, a minha integridade. Aí entra um bandido na minha casa, e eu não posso fazer absolutamente nada porque eu não tenho minha arma.

Raquel Gallinati - Essa é a perfeita justificativa porque a gente não está falando de segurança pública. Quando a gente fala em armas as pessoas confundem os assuntos. Não é segurança pública. A gente está falando de direitos constitucionais, de liberdades individuais, de opções de escolha. A segurança pública continuará sendo dever do Estado. Não estamos terceirizando a segurança pública pra justiceiros, nem fomentando que a população se arme. Não é isso, é a opção.

Fernando Capez - procurador do MP-SP (14m30s) - Esse é um tema que vem sendo debatido há mais de 20 anos; tem posições de todos os lados, e sempre quem tem uma posição, procura trazer os argumentos pro seu lado. Tem pesquisa de tudo o que é lado, agora o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que é o IPEA, tá se metendo a fazer até Atlas da Violência, então você vê que tem tanta coisa pra ele fazer, antes dele fazer isso, ou seja: fornecer pesquisa, subsídios pro planejamento econômico do país; tá se metendo em fazer Atlas da Violência. Então, tem pesquisa pra tudo quanto é lado. A questão que se coloca é a seguinte: esse é um tema técnico, não é um tema pra ser tratado com ideologia, e me parece que este governo está começando a tratar esse tema como um compromisso ideológico, como um compromisso de campanha, como uma linha de esquerda pedagógica, ideológica, que não deve ser trazida pra essa questão. Em primeiro lugar, se você vai rever de uma hora pra outra o decreto de armas, como colocou a Dra Galinati, que é uma delegada experiente, que foi presidente do sindicato dos delegados de polícia; está inclusive como representante de uma classe, ela sabe do que está falando. De uma hora pra outra uma série de pessoas vão estar em flagrante delito por crime de posse ilegal de arma de calibre restrito, com reclusão de até 6 anos, uma pena que na melhor das hipóteses vai obrigar a pessoa a cumprir em regime semi-aberto: dorme na cadeia; pessoas que hoje estão autorizadas a portar arma de determinado calibre. Eu sou a favor de uma fiscalização, eu sou contra entrega indiscriminada de arma pras pessoas; tem que ter exame psicológico, tem que ter exame de eficiência no manejo da arma, esse controle tem que ser periódico. Sou contra uma liberação plena e total, agora, é preciso tratar com mais responsabilidade. E quando eu vejo, por exemplo, o ministro Flávio Dino dizer “existe liberdade para matar?!”, o que tem isso a ver com a discussão que estamos fazendo sobre controle de armas, sobre fiscalização na concessão de porte, sobre uma discussão com a sociedade e também com pessoas especializadas. Tem que chamar o ministério público pra falar sobre isso; tem que chamar as organizações policiais, civis e militares; as forças armadas; especialistas em sociologia, psicologia social. Não tem problema nenhum. Mas não pode ser feito de uma maneira atabalhoada e dizer: “olha, eu vou agora fechar os clubes de tiro, vou rever a concessão dos calibres, vou restringir agora pra calibre 22 a arma que pode ser portada pelas pessoas porque “ninguém tem liberdade pra matar, ninguém tem liberdade pra desviar arma”, esse é um sofisma. (Obs - resta saber se Bolsonaro cumpriu esses requisitos citados quando lançou os decretos.)

O debate segue para o controle das fronteiras, até o momento em que é apresentado pronunciamento de Lula sobre os clubes de tiro, os quais, na visão dele deveriam ser fechados, mantendo apenas os da polícia militar e civil. Lula diz que isso não é lugar para a sociedade brasileira: “nós não estamos preparando uma revolução; eles tentaram preparar um golpe.”. O debate passa então a girar em torno dessas declarações.

Mediador - A deputada federal Julia Zanata fez uma crítica a essa possibilidade do fechamento dos clubes de tiro e chamou essa ação, se acontecer, de antidemocrática. Você concorda com essa afirmação, Bissoli?

Alexandre Bissoli (21m56s) - Com certeza. Não pode ficar relativizando direitos constitucionais aqui no país. Uma coisa é você colocar regras (...) agora veja, você supor que clube de tiro é ambiente só de autoridade militar é um absurdo. Nós temos esporte, segurança privada; nós temos as pessoas que querem ter posse de arma e precisam ser peritas na utilização daquilo e precisam ter um lugar pra treinar. É um absurdo, mas veja o ato falho que o presidente comete quando ele faz a fala dele: ”afinal, querem fazer isso pra quê? Pra cometer uma revolução armada?”. Então, no fundo, e por isso o ministro da justiça correu pra consertar a fala depois, foi que o Lula quis dizer: “nós temos medo daqueles que discordam da gente estarem armados e não se submeterem a futuras imposições nossas, que possamos fazer e eles não toparem”. É o medo! Tá claro na fala dele! É o medo que a população armada se sinta mais empoderada em relação às autoridades que elas não concordam. Não que isso dá direito de alguém sair usando arma pra fazer revolução na rua, isso é um absurdo, mas o problema é querer usar todo tipo de fechamento de situação em que implica na diminuição dos poderes e garantias de pessoas pra que você as controle mais. (Obs- tema cai como luva para a discussão Liberdade x autoridade, de Bobbio e também Florestan Fernandes em Capitalismo Dependente na América Latina)

Mediador - Monteiro, você pensa dessa forma?

Felipe Monteiro (23m10s) - Não, eu discordo completamente do Bissoli, e muito me assusta ele fazer apologia às pessoas andarem armadas pra ir contra determinada ação do governo federal.

Alexandre Bissoli - Não estou! Desculpa, mas é preciso corrigir. Fazer apologia de usar arma pra fazer alguma coisa, ele tá me imputando crime, isso é calúnia. Isso é calúnia!// Tá o Capez aqui e me ajuda a falar. Eu estou dizendo que é desencorajar as pessoas a fazerem aquilo que é direito livre seu, constitucional.

Felipe Monteiro - Qual que é o direito livre com arma na mão?

Alexandre Bissoli - Poder usar em clube de tiro.

Felipe Monteiro - Não, você estava falando em relação ao governo.

Alexandre Bissoli - Se você não está prestando atenção no programa, mudou a pauta. Ele falou do fechamento do clube de tiro, então mude as coisas aqui e não me impute crime! Não me impute crime! O senhor corrija o que o senhor falou.

Felipe Monteiro - Não vou corrigir nada, eu vou falar o que você falou: “pelas palavras do Lula, o Lula cometeu ato falho ao falar que a população estaria armada pra se colocar contra determinadas decisões do governo”, ele colocou em relação ao 8 de janeiro.

Alexandre Bissoli - Ele fez parecer que as pessoas querem se armar pra fazer revolução contra o governo. Estou dizendo que a visão dele é que as pessoas se armam e treinam tiro pra fazer revolução contra o governo, o que é um absurdo ele partir dessa premissa pra fechar clube de tiro. É isso que eu tô falando, que a visão dele é tolher direitos fundamentais com o argumento do medo pessoal dele.

Felippe Monteiro - Direitos fundamentais? É direito fundamental andar armado?

Alexandre Bissoli - Pessoal, a pauta mudou. Não estou falando em porte de arma, eu tô falando em direito de usar clube de tiro, inclusive pra prática de esporte. É isso que eu tô falando.

Ocorre bate boca entre os participantes.

Raquel Gallinati - Complementando sua fala, todos os regimes totalitários: nazistas, comunistas; a primeira ação e medida do governo é desarmar a população. Por exemplo: o nazismo do Hitler, por exemplo, a China de Mao Tse Tung; então, quando a gente fala de regimes totalitários; Stalin, o genocídio na Ucrânia; então a primeira medida totalitária de países ditadores é esta.

Felippe Monteiro - Por exemplo, a Inglaterra de Margareth Thatcher, o ícone do liberalismo que desarmou a população toda. É igualzinho o comunismo, socialismo também, né?! Vamo deixar claro.

Retorna o bate boca.

Felippe Monteiro (26m30s) - Gente, não tem nenhuma correlação entre estados autoritários e desarmamento da população. Em vários Estados Liberais, como a Inglaterra, não se pode andar armado também.

Raquel Gallinati - Me diz um país comunista, socialista em que a população pode andar armada, me diz agora um, te desafio.

Felippe Monteiro - Não conheço, mas pode ter vários Estados Liberais, eu posso falar de exemplos do Estado Liberal?

Raquel Gallinati - Não, não pode!

Mediador intervém (26m53) - Claro que pode.

Felippe Monteiro - O que eu acho engraçado nesse argumento é o seguinte: eles colocam nos Estados totalitários a impossibilidade de andar armado. Claro! Faz parte do totalitarismo esse tipo de postura. Mas também tem Estado Liberal, como a Inglaterra, a possibilidade de andar armado. (aqui cabe a discussão de Bobbio)

Fernando Capez - Eu quero socorrer meu amigo Felipe Monteiro, que tá numa situação difícil aqui, ficou um pouco agressivo com relação ao Bissoli, né? Colocou palavras na boca do Bissoli. O Bissoli sequer sugeriu que a população fizesse qualquer tipo de levante. Aliás, quando o presidente Lula se refere ao 8 de janeiro, se as pessoas tivessem todas armadas com fuzil, metralhadora, aí sim poderia ter algum tipo de levante. Eu não vi armas até agora em tudo o que foi colocado, inclusive os vândalos delinquentes que invadiram os prédios públicos e praticaram atos de destruição e devem ser presos e condenados por isso, nem mesmo ali u vi metralhadora, fuzil, arma de grosso calibre. Não vi arma nenhuma, inclusive. O que me assustou na fala do presidente Lula foi o seguinte: “vou pedir pro Flavio Dino fechar quase todos os clubes de tiro”, ora, nós temos um regime democrático onde ninguém é

obrigado a fazer ou deixar de fazer nada senão em virtude de lei. Nós temos aqui um Congresso Nacional. Isso não é uma ditadura em que um líder, ou seus auxiliares, estalam o dedo e determinam que as coisas aconteçam. Essa questão, em primeiro lugar, precisa ser discutida no âmbito técnico, no âmbito da fiscalização, e não simplesmente o fechamento de clubes que estão funcionando.

(28m47) segue Capez

(38m30s) fala debochada da delegada, abaixo de 407 joules tem o calibre 22 e o estilingue

(39m48s) capez, já vou te dar a palavra, acho q ele tem q falar por 5

(44m) ei como pagador de impostos gostaria de ouvir “vamos fechar todas as bocas de fumo do país”

Temática do aborto

<https://www.youtube.com/watch?v=ubBiLZCTi1Q>

Mediadora questiona se o congresso, majoritariamente masculino, seria legítimo para julgar uma questão que é sobre o direito da mulher.

Amanda Klein - [concorda por essa ilegitimidade] voltando à questão do aborto o que se tem é um voto em plenário virtual apresentado pela ministra Rosa Weber e por uma razão muito simples, ela vai se aposentar agora em setembro e o ministro Roberto Barroso assume a presidência do tribunal, já pediu que esse julgamento fosse a plenário físico (...) e isso não tem data pra acontecer. Na prática é uma forma de adiar esse julgamento. Não deve acontecer esse ano, segundo fontes com quem eu conversei no Supremo, não há previsão pra pauta desse assunto. Só assegura que o voto da ministra Rosa Weber seja levado em consideração. Opõe, sobre a consideração do aborto, direitos: de um lado pra quem é a favor do aborto até a décima segunda semana de gestação, o direito fundamental da mulher, né?! o direito da mulher a dispor sobre seu corpo e sua integridade física, e por outro lado, pra quem é contra o aborto, o direito a vida prevalece, ele supera esse direito da mulher. Alguns países já conseguiram levar adiante essa legislação, a Colômbia, a Argentina, o Paraguai, o Chile ainda falta regulamentar. Nos EUA até, um retrocesso histórico do Supremo, da alta corte daquele país, acho que no ano passado, né, naquele famoso julgamento “*rovers wave*” (verificar o nome), ele voltou atrás, fez um retrocesso, o aborto até uma certa semana da gestação era permitido em vários estados. Então eu acho que é uma discussão que ainda não está madura na sociedade brasileira e é muito difícil levar adiante. Eu não vejo o Supremo em nenhum momento próximo mergulhando de fato nesse assunto.

Mediador - Dantas, de qualquer forma é um tema que pode ser discutido de forma paralela, pelo Supremo e pelo Congresso?

Claudio Dantas - Pois é Tiago. Não deveria, né?! Eu acho que o Supremo deveria ter um pouco mais de serenidade pra avançar em debates que devem ser tratados pelo Congresso. Esse é um debate que é originalmente do Congresso e por quê? Primeiro porque é um debate

super complexo. Então ele precisa ter audiências públicas, precisa trazer representantes da sociedade, lideranças religiosas como as que se manifestaram ontem, também precisam estar presentes. É preciso compreender que esse é um debate que não envolve apenas ciência, saúde pública, mas crenças também, individuais de cada um. Nós já temos uma legislação que contempla a necessidade do aborto em casos de crimes, inclusive de estupro, ou de má formação do feto, e essa legislação, apesar de ser ainda criticada por alguns setores, ela vem tendo um sucesso na sua aplicação. Eu vou lembrar que o STF em 2016 já decidiu, na primeira turma, essa questão de descriminalizar o aborto até a 12ª semana. (...) isso foi um debate com voto do então relator Luis Roberto Barroso em função de um pedido da defesa de um médico que estava preso por ter realizado um aborto. Então, esse debate ocorreu na primeira turma, não teve repercussão geral⁸², gerou muito debate, muita crítica naquele momento. Inclusive houve aqui um protesto na estátua da deusa Têmis que tem em frente ao STF, jogaram tinta vermelha, (...) houve uma questão pontual, agora tem que ser levado pelo congresso. Inclusive essa opção pelo plebiscito acaba sendo uma reação a esse avanço do STF nas prerrogativas do legislativo e isso precisa acabar. A gente está vivendo uma confusão institucional envolvendo temas sensíveis como também o debate da descriminalização do porte de maconha.

Amanda Klein - Só pra adicionar um componente nessa discussão que eu acho importante: 1º eu acho que o aborto também tem que ser tratado como caso de saúde pública. Eu até fiz uma pesquisa rápida aqui, olha, tem uma informação de 2014, do portal da câmara dos deputados inclusive, que o aborto é um dos principais causadores de morte materna. São 800 mil mulheres que praticam o aborto todos os anos, e dessas, 200 mil recorrem ao SUS para tratar sequelas. Outras várias morrem. Então você tem um caso aí também que acaba sendo de classe social. Quem tem dinheiro pratica aborto em clínicas privadas e caras, e quem não tem dinheiro acaba recorrendo a outros métodos, inseguros em casa. Mas isso acaba ocorrendo das duas maneiras. É outro ponto pra voltar à primeira provocação, à primeira pergunta que a Lívia me fez, é de extrema importância. Imagine, eu acho que o Dantas tem um ponto, né?! “Eu acho que o congresso tem que legislar sobre isso”, só que qual congresso vai legislar sobre isso?! É um congresso de homens, o dado da realidade é esse. É um congresso de homens que vai decidir a vida, nessa fase da gestação, que tem a ver sobretudo com as mulheres. Então de novo, a gente tá delegando a homens, normalmente homens brancos que resolvam, que definam a vida e o destino, os direitos de mulheres. É uma discussão, um debate, que é muito profundo e muito complexo, mas, todos esses pontos tem que ser levados em consideração: de saúde pública e também do direito da mulher, e quem tá representando esse direito.

Claudio Dantas - Amanda, se for partir desse princípio, o STF também é formado majoritariamente por homens. [Ela diz - Tem razão] Então enveredar por esse caminho é inútil. A gente tem que considerar que esse debate tem um quesito de agenda ideológica discurso da autoridade que precisa ser de alguma maneira afastado, né?! Quando você vê aí a agenda progressista que defende o aborto, mas não quer discutir os métodos contraceptivos,

o

⁸² Repercussão Geral é instituto processual para vincular a decisão para todos os casos similares.

planejamento familiar, educação nesse sentido; então a gente tá assim, sempre tratando da doença e não da prevenção. Infelizmente há muita hipocrisia, muito cinismo nesse debate e o que a gente precisa evitar é essa agenda ideológica que vem por trás de todo debate público. O que a gente percebe nesses julgamentos desses temas centrais que envolvem crenças e comportamentos da sociedade no STF é justamente o alinhamento em relação a determinado espectro dessa agenda ideológica. E infelizmente a gente tá esquecendo do que está consolidado na base da nossa democracia que é a Constituição. Então, infelizmente é um debate muito complexo e ele não pode ser endereçado por uma agenda ideológica.

Amanda Klein - Eu acho que você tem razão, mas a constituição não deixa claro, né?! Ela não se debruça sobre esse tema do aborto. Ele é permitido, quer dizer, ele é proibido, a não ser em determinados casos que foram previstos em lei ao longo dos anos pelo código penal de 1940, ficou esse buraco aí propositalmente para que o legislador se debruçasse, mergulhasse nesse tema. E quando você fala de agenda ideológica, eu acho que você tem razão, mas esse tema foi sequestrado, como tantos outros, pela agenda ideológica quando acaba sendo um problema comum, que diz respeito a todas as mulheres, que diz respeito a saúde pública. É um tema no sentido mais simples, não devia ser sequestrado por essa agenda ideológica. Lembrando sempre que o Estado é laico. A gente não vive num Estado religioso. Então tem que considerar todos esses aspectos: de saúde pública, de saúde da mulher, de direitos fundamentais de todos, e eu acho muito legítimo também o argumento do outro lado, do direito a vida. Então é um assunto complexo.

Sobre o mesmo tema e na mesma ocasião a Jovem Pan também fez estes quadros:

https://www.youtube.com/watch?v=7L_4v7hitP8

<https://www.youtube.com/watch?v=wODrarIfYIA>

Outro debate importante sobre o mesmo tema e na mesma época: (transcrito)

<https://www.youtube.com/watch?v=IjkyHaC7ByY>

Descriminalização do porte de drogas

<https://www.youtube.com/watch?v=LkSnmkAxmUE>

3 - O STF pode liberar o uso de drogas? (título do debate)

Mediador Tiago Pavinato - Boa tarde minha amiga, boa tarde meu amigo, boa tarde, meus inimigos, boa tarde você que está passando pelo canal e nunca viu esta minha cara na sua vida. Eu sou o Tiago Pavinato e está começando agora o Linha de Frente dessa sexta feira dia 4 de agosto de 2023. Conosco hoje estão Filipe Monteiro, meu querido Pipi, Daniela Allves, Diego Tavares e Paulo Nicoli e seremos sua companhia até as 16 Horas, eu espero, exijo, demando, sob a pena de rogar-lhe uma praga, pixar-lhe, como dizia Zé do Caixão, uma

maldição destacar o estilismo (...) serão nossa companhia até as 16. Meus queridos, hoje é sexta, e este é o Linha de Frente. As pessoas sem Deus no coração, as pessoas que não sabem se divertir, o que fazem na sexta feira? Assistem ao Linha de Frente?! Não! Eles põem uma linha na frente. Uma linha branca; uma linha branca que é uma substância proibida. É a lambada?! Não! A lambada é a dança proibida. Eles fazem uma linhazinha e ficam muito loucos possuídos pelo tóxico. (...) Essa questão está dominando o noticiário porque o Rodrigo Pacheco disse que o Supremo Tribunal Federal tem realizado, abre aspas “Uma invasão de competência do poder legislativo”, fecho aspas. Isso por conta dos debates na corte sobre o piso da enfermagem, e, o que preocupa mais, a descriminalização do porte, do uso de drogas. A Avaliação de Pacheco é de que esses temas devem, pelo menos deveriam, continuar a serem tratados pelo legislativo e não pelo judiciário. (...) Nós vamos ouvir agora o presidente do senado [põe vídeo] (segue ele) enquanto o Supremo decide sobre o porte de maconha pra consumo próprio, com placar já de 4 a 0, senhores, a favor do cigarrinho de Belzebú, (..) ao menos 6 projetos de lei tramitam no Congresso Nacional e buscam endurecer as penas pra quem compra drogas pra uso pessoal. Três desses projetos são de autoria de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros três estão em análise, pasmem, senhores, faz 15 anos.(..) pela legislação atual, aprovada pelo congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2006, o porte de drogas para uso pessoal é considerado crime, e entre as penas aplicadas estão a prestação de serviços comunitários e o cumprimento de medidas sócio educativas por até 10 meses. Esta é a lei, queridos. A lei de drogas é a lei 11.343. Quem for até ela, “olá lei”, vai ver que no artigo 28 ela não aplica a pena de prisão pro usuário, mas ela dá algumas punições como essas que acabei de dizer. Então o legislativo já se pronunciou; não faz nem 20 anos (...) mas tem uma questão, é difícil saber quem é usuário, porque a lei não fala em quantidade, e este é um problema, um problema muito sério. E aí a preocupação é a seguinte, eu vou rememorar pra vocês (se dirigindo aos debatedores), eles estão discutindo isso embalados por aquela música do Bezerra da Silva que eu não me canso de citar: “se Leonardo da Vinte, por que eu não posso dar 2? Mesmo apertando na encolha, malandro, pinta sujeira depois. Tomei um bote perfeito com um baseado aceso na mão. Levei um sacode regado a tapa, um pontapé e pescoção. Eu fui levado à presença do doutor delegado, ele foi logo dizendo “vai se abrindo, malandro, e conta tudo como foi; e eu fui logo dizendo “se Leonardo da Vinte, por que eu não posso dá 2” (...) eu até compreendo, Diego Tavares, que a ausência de um critério pra você avaliar quem é traficante é interessante que se discuta. Mas o que está acontecendo no STF é outra coisa. O que está acontecendo ali é que além de estabelecer uma medida pra diferenciar o usuário e o traficante, eles querem descriminalizar o usuário. Eles querem revogar o artigo 28 da lei 11.343 que tá em vigor no Brasil desde 2006. Aí a gente tem já o mandado de injunção, a arguição de descumprimento de preceito fundamental, então o STF mais ou menos que legisla, (...) mas isso aqui é Recurso Extraordinário. Como é que pode?

Diego Tavares - (...) Isso tá em virtude da discussão polêmica em torno da descriminalização da maconha, mas não é a primeira vez que o STF vai invadir a competência do poder legislativo e criar, por uma decisão judicial, uma verdadeira lei. Ele já fez isso quando permitiu o aborto nos casos de feto anencéfalo, já fez isso, por exemplo, quando permitiu a união estável homoafetiva (proximo tema a ser transcrito), e eu não estou aqui entrando no

mérito a respeito dessas questões, inclusive não vou entrar também no mérito a respeito da questão da maconha. Você pode concordar, você pode discordar. O ponto é: a forma como isso está sendo feito está errada. O STF está violando a tripartição de poderes. Nós não votamos em ministros. As pessoas nas quais votamos são deputados e senadores. Eles têm que avocar esse tema, eles que precisam debater isso nas comissões temáticas. Eles precisam definir se vai ser aprovado, se vai ser rejeitado, se vai ser permitido, se vai ser proibido. Goste ou não da medida que for adotada no congresso nacional, é a medida mais democrática, porque foi a medida tomada por aqueles eleitos pelo voto popular, o que não é o caso dos ministros do STF, mas como eu disse, é mais um avanço, não é a primeira vez que isso acontece, e isso tem causado uma hipertrofia do poder judiciário, que tem dado também raiz a muitos outros fatos políticos que tem ocorrido no Brasil.

Tiago Pavinato - Dani, como a gente vê aqui, querem deliberar e a polêmica chegou até o congresso.

Daniela Alves - (cumprimentos) Pavinato, achei que você foi tão preciso com toda a sua fala, mas também quando você falou do Rodrigo Pacheco, o nosso mestre dos magos, mas essa é a primeira vez que eu vou fazer isso, eu preciso elogiar a fala do presidente do senado porque ele finalmente está colocando que o judiciário está passando as suas atribuições, que efetivamente este é um assunto que deve entrar em debate no congresso nacional se a câmara, se o senado considerarem que precisa ser revisto. Você colocou ali alguns pontos que a lei atual é subjetiva, no entanto, a instância a se tratar disso precisa sim ser o congresso nacional. (...) o que não podemos continuar permitindo é o judiciário realizando ações do congresso nacional, simplesmente legislando (...)

Tiago Pavinato - Aí o sujeito tá lá bolando de três dedos na praia, Pipi, aí vêm o me ganha, me ganha é o homem da lei, me ganha fala assim “e aí o que é isso daí, vagabundo? vamo pra DP”, lembra da música do Gabriel Pensador?!, aí ele fala assim, “não! é pra uso”, aí o me ganha fala assim, “vai fumar?”, “vou apertar, mas não vou acender agora” (...) essa alteração na legislação, ela visa a descriminalizar o uso de maconha apenas, ou ela vai acabar recaindo pra todos os outros tipos de drogas ilícitas?

Felipe Monteiro (18 minutos) - É, Pavinato, primeiro que eu concordo com o Rodrigo Pacheco com essa invasão do poder judiciário sobre o legislativo, no entanto a gente tem que lembrar do seguinte, o poder legislativo tem vários problemas: o primeiro deles é a morosidade. Como você mesmo falou no começo, tá 15 anos na pauta a discussão e a votação sobre um projeto sobre a maconha, ou seja, tá levando 15 anos sua competência de o poder legislativo legislar e discutir esse assunto. Além disso, a política legislativa no Brasil é muito pobre (interrompido - o primeiro a ser interrompido)

Tiago Pavinato - Mas vamos convir aqui, tá 15 anos lá esses projetos que alteram, mas já tem uma lei. Essa é a opção do congresso.

Felipe Monteiro - O segundo ponto que eu vou colocar aqui, a política legislativa no Brasil é muito ruim e muito pobre, tanto que o artigo 28 da legislação antidrogas é um artigo muito ruim, muito mal redigido. Apesar da legislação e apesar da legislação sobre a maconha não ter sido a descriminalização, é claro pela legislação que há um tratamento diferenciado entre usuário e traficante, tanto que o artigo 28 fala do usuário. Ou seja, cria diversos tipos de

justiças. Como bem disse o Alexandre de Moraes no voto dele, a polícia, que é a autoridade policial que faz a abordagem inicial, ela que fica responsável por identificar se a quantidade carregada pelo usuário, pela pessoa, faz dele um usuário ou faz dele um traficante.

Tiago Pavinato - A polícia vai ter que andar com balança de precisão.

Felipe Monteiro - Essa é a questão. E esse caso específico que chegou ao STF, é bom lembrar o seguinte, né, é uma ação ajuizada pela defensoria pública do estado de São Paulo, em relação a uma pessoa que estava carregando 3 gramas de maconha, ou seja, há um lapso legislativo claro que gera enormes ações no poder judiciário. Ou seja, várias ações de usuários abarrotam a justiça pra decidir se é usuário ou se é traficante, e o poder legislativo tá omissa em relação a isso desde 2006 quando foi aprovada a legislação antidrogas. Então eu vejo com naturalidade o poder judiciário, no âmbito do STF, que tem o poder também de consolidar a jurisprudência do poder judiciário como um todo, adentrar nesse mérito. (interrompido de novo)

Tiago Pavinato - Mas só uma pergunta, só sobre pressupostos de admissibilidade, quando a gente tava na faculdade levava-se muito a sério a questão do pressuposto de admissibilidade. A questão das competências, das ações processuais, “tem que entrar aqui habeas corpus”, “aqui é mandado de segurança”. Isso não pode ser discutido num recurso extraordinário, tem que ser discutido num ADPF ou num Mandado de Injunção, não?! aqui se discutem assuntos técnicos de processo constitucional

Felipe Monteiro - Sim, mas existe um instrumento novo, não tão recente assim, que é a repercussão geral. Os ministros do STF pode(m) colocar em determinadas matérias com repercussão geral, ele avoca todos os assuntos relacionado ao objeto da ação, ou seja, (...) o Gilmar Mendes, que foi o relator da ação, ele avocou pra si essa questão porque há vários casos semelhantes na justiça do Brasil todo sobre esse assunto, e o judiciário, o STF, só adentrou nesse caso específico porque o poder legislativo se omitiu. O legislativo tem que identificar quando uma pessoa pode (interrompido) ser usuário ou traficante.

Tiago Pavinato - Tudo bem, até aí é o que eu falei no começo. Quanto ao judiciário poder definir um critério para a avaliação, vá bem. Mas assim, revogar o artigo 28 pode?!

Felipe Monteiro - Mas essa é a questão. Eu vou colocar essa pergunta pra vocês aqui, Pavinato, é o seguinte: o único instrumento que o STF tem, específico, na minha opinião, é falar se esse artigo é constitucional ou inconstitucional. (palavras de “exatamente”), ele não pode dar nenhum tipo de interpretação dizendo qual que é o quilograma, a grama que a pessoa vai virar usuário ou traficante. Isso é adentrar numa esfera de discussão que não cabe a ele, porque essa é uma questão que deve ser levada por meio de técnicos que entendam do assunto pra identificar se uma quantidade é usuário ou traficante. Então eu concordo com o Pacheco, mas o legislativo tem que fazer uma meia culpa porque ele não pegou a discussão desse assunto. E sobre essa ultima pergunta, Pavinato, o único ministro que votou pra descriminalizar todas as drogas foi o Gilmar Mendes. O Gilmar Mendes falou que é [para] “usuário de todas as drogas, maconha, cocaína, e outros entorpecentes”, né, os outros ministros estão no caminho de descriminalizar somente a maconha.

Tiago Pavinato - Mas nesse ponto, se a coisa tá caminhando pra esse lado, eu tendo a concordar que se for.. eu não concordo que se revogue artigo de lei, vou deixar claro aqui,

acho que isso é, acho não, tenho certeza que isso é uma violação da competência do STF. Mas, você não pode discriminar o maconheiro do cheirador, por mais idiota que isso possa parecer soar, você está discriminando um usuário de droga do outro. Ou seja, por que a maconha tem um status especial?!

Paulo Niccoli - (cumprimentos) (24 minutos) Tem dois lados da moeda nesse debate, o primeiro deles: concordo com todos os colegas, com o Pacheco também, é uma invasão de competência que o STF faz. O STF se transforma no Supremo Tribunal Federal Legislativo (...) agora, por que que o STF está fazendo isso e não o congresso?! A gente em um congresso muito inepto em questões como estas, assim como a questão do aborto também, que não foi pra frente (...) então quanto mais a gente tem um congresso paralizado por temas que por eles mesmos não são vistos como relevantes, o STF começa a tomar algumas atitudes, o que na minha visão não é a competência do STF decidir (...) existe uma demanda mundo a fora segundo a visão na qual a guerra contra as drogas foi um verdadeiro fracasso. Ano passado Biden mandou soltar, em um decreto, milhares de pessoas que estavam presas por traficar maconha; até mesmo usuários em alguns estados dos Estados Unidos; o Chile já permite que um certo número de pessoas plantem um certo número de pés de maconha dentro de casa; o Uruguai já liberou; a Argentina tá indo pelo mesmo caminho; na Europa, enfim, mesmo que existam leis contra, a justiça e a polícia faz vistas grossas, e o que se está revendo no mundo hoje é essa política de drogas, mas o que aconteceu com a maconha especificamente? Até os anos de 1920-30, maconha e cocaína eram vendidas nas farmácias, não sei se vocês sabem disso. aqui o comentarista faz uma digressão histórica sobre a proibição da maconha com intuito de mostrar que não é um bicho de 7 cabeças; E eram recomendadas por médicos (interrompido) Freud também fez experimentos com cocaína. Mas a maconha especificamente foi proibida em função da pressão da indústria algodoeira norte-americana no início do século passado. Na época não existia a ONU, o que existia era a Liga das Nações. E uma convenção da Liga das Nações decidiu que essa droga deveria ser proibida: por que? Porque a maconha não é produzida apenas para entorpecentes. Ela tem usos medicinais também, aliás, tem vários casos contra a questão de Parkinson, epilepsia, ela passa a ser recomendada, não o fumo, mas o extrato dela. (interrompido) Mas o que acontece, a indústria algodoeira pressionou (...) o cânhamo de onde vem a maconha tem fibras que são muito resistentes; inclusive as caravelas que vieram aqui pro Brasil eram feitas de cânhamo, não sei se vocês sabem disso. (...) então a indústria algodoeira norte americana começou a pressionar os governos mundo a fora, principalmente com a Liga das Nações, e a maconha foi proibida, essa foi a história. E o que se fez, no final das contas, diferentes governos em diferentes épocas começaram a reprimir o consumo dessa droga e, no entanto, nunca houve a redução do consumo por parte de vários cidadãos. O STF tem um resultado que tá 4 a 0 e o Zanim assumiu essa semana, o Zanin, vale dizer, é formado na PUC de São Paulo, acho que ele vai votar a favor (piada que fez rirem)

Tiago Pavinato - Acho que não, o perfil dele era de melhor aluno da turma.

Paulo Nicoli - Mas os melhores enganam. Mas só pra concluir a história, eu tenho a impressão que se seguir tendências internacionais, o STF deva liberar o consumo da maconha. A cocaína eu não diria.

Tiago Pavinato - Mas a maconha não é a porta de entrada?

Daniela Alves - Pavinato, existem algumas evidências, tem até aqui o *# da organização Cruz Azul, eu até posso postar aqui pra vocês, eu posso até fazer pesquisas com os usuários de outras drogas, falando até, perguntando: qual foi a sua primeira droga? A maioria deles responderam que foi a maconha, tá. E ali eles colocam também que acaba sendo efetivamente como uma parte, a maconha como uma porta de entrada também, assim como outras drogas, tá, como por exemplo o álcool. Mas existe sim essas estatísticas que dizem que a maconha é também uma porta de entrada. Agora, Paulo, com relação a tendências internacionais, se o STF for seguir tendências internacionais, na verdade eles vão proibir e não liberar, tá? Nós tivemos recentemente, aliás, em março, o Conselho Interacional do Controle de Narcóticos da ONU, eles publicaram ali o fracasso das política dos países que liberaram drogas. O narcotráfico não diminuiu, muito pelo contrário. Ainda teve o impacto no sistema de saúde; alguns estados ali nos Estados Unidos estão tentando rever essa questão da liberalização porque hoje estão com problemas sérios na questão da saúde pública, então quando a gente fala hoje de tendência internacional, é rever e tentar entender essas questões que deram muito errado para os países e as localidades que liberaram a questão das drogas, porque o tráfico não deixou de existir (...) aumentou, a exploração de pessoas vulneráveis também aumentou; (...) que tendência internacional?! então precisamos de mais dados.

Tiago Pavinato (30 min) - Veja o que acontece com a descriminalização do uso. Um produto ilegal torna-se legal na mão do usuário. Olha que engraçado. E o que nós vimos com relação ao 8 de janeiro é que um serviço legal, realizado por um empresário legalizado, ou seja, o aluguel de ônibus para excursões, porque foi utilizado na cena de um crime, ilegalizou o ônibus e a atividade do empresário. Como é que a gente enquadra isso na Teoria Geral do Direito?! Isso não casa.

Felipe Monteiro - O grande problema é que a visão de muitas pessoas no combate às drogas está no passado. Concordo com Paulo aqui no que ele falou, por exemplo, esse argumento de que a maconha é porta de entrada para outras drogas era o que minha bisavó falava pro meu pai em 1940-50, né?, sem nenhum tipo de embasamento técnico. Só com o juízo comum, e é uma pena, Pavinato, porque a maconha, se você for ver, ela tem mais de 200 princípios ativos, e somente 1 princípio ativo causa dependência e causa alucinação, que é o THC. O canabidiol, por exemplo, é usado de forma ampla no mundo todo pra tratar problemas de saúde: epilepsia, insônia, etc. (interrompido)

Tiago Pavinato - Tá, eu concordo aí, mas vamos colocar o problema do vício por medicamentos nos Estados Unidos, é um tema bastante quente lá, tem a questão dos opióides, que servem para fins medicinais, mas que viviam a população e causam mortes pra população, então eu falo assim, de eu usar esse conceito “medicinal” da maconha pra descriminalizar todo e qualquer uso, eu não vou cair nesse problema dos opióides nos Estados Unidos? Tá, se ela tem fins medicinais, que ela seja usada só para esses fins. (...)

Felipe Monteiro - Então, Pavinato, eu não vejo nenhuma diferença entre tomar uma taça de vinho à noite e acender um beque à noite.

Mas com base em quê, Pepe?

Felipe Monteiro - Sabe qual é a droga mais letal do mundo?! O Álcool. Com base só nessa comparação que é senso comum pra todo mundo, eu posso falar que tomar uma taça de vinho à noite faz muito mais mal que acender um beque.

Mas nós temos uma questão eminentemente jurídica.

Felipe Monteiro - Não, tudo bem, essa discussão tem que ser feita. Eu tô fazendo uma discussão para além da política e da escolha legislativa do Brasil. Concordo com você. (...) Eu tô falando o seguinte, na evolução da sociedade essa questão tem que ser colocada. As pessoas tem que saber, se o álcool é legalizado, por exemplo, não tem motivo nenhum da maconha não ser legalizada pra determinadas pessoas, e a política de combate ao tráfico, de restrição, de briga, de confronto não tem mais sentido no mundo. Hoje em dia a política que faz mais sentido é a de redução de danos. Quando eu sei, por exemplo que a pessoa fuma maconha, que é dependente da maconha, eu consigo direcionar uma política pública de qualidade pra atender aquela pessoa, então (..) a questão das drogas que você falou aqui, o mundo hoje está doente. A gente precisa de droga pra dormir, a gente precisa de droga pra se concentrar no trabalho, a gente precisa de droga pra não comer muito, e a gente precisa de droga pra fazer sexo à noite, então a gente tem que se drogar 24 horas por dia pra viver.

Sua vida tá complicada, hem?!

Felipe Monteiro - Em abstrato.

(minuto 35)

(minuto 50) discussão vai chegar nos políticos q traficam (aí não podemos entrar)

4 - Questão Econômica - Tributo sobre fortunas (a partir da 1h e 5 min)

link

<https://www.youtube.com/watch?v=xpRwSHC8Igk>

Mostra o vídeo de Lula defendendo a taxaçoão das grandes fortunas

Mediador (1h7m) – Bom gente, vamos começar aqui. É o seguinte, esses fundos exclusivos, é a OCDE, ela recomenda, de fato, que sejam taxados. Tem muita grana, muita grana, monta um fundo só pra ele. A pessoa tem um fundo e aí ela contrata um gestor e começa a fazer aplicações. Esses fundos vão ser tributados, e também tem outro projeto por aí que é quem aplica dinheiro no exterior, você pode fazer isso aqui do Brasil, você vai no banco, o banco faz pra você aplicação em empresas do exterior. Como é chique, a gente quer falar offshore, empresa do exterior. Então daqui você aplica em empresa do exterior, e essa empresa do exterior aplica em ativos, aí então o.. estão aumentando a arrecadação sobre esses ativos. Aquilo que a gente já tinha alertado: o governo não vai fechar a torneira de gasto, ele vai continuar gastando. O governo vai aumentar a arrecadação. Agora tão pegando, tudo bem, os ricos: fundos exclusivos, tão querendo pegar também os que aplicam em offshore no exterior. Isso vai gerar, claro, fuga de capital, sonegação maior, vão partir pra informalidade,

mas de certa forma a tentativa é de taxar os ricos, mas será que vai ser suficiente isso aí, Musão?

Bruno Musa – Eu discordo totalmente da OCDE. Isso aí já tem comprovado em outros números. Por exemplo, vou trazer aqui: em 2022 trinta milionários e bilionários saíram da Noruega. (fonte?) Se você pegar o quarto mais rico da Noruega, essa soma de trinta em 2022 é maior que a soma de toda a década anterior. A Noruega subiu para 1,1% a taxação das grandes fortunas. Vários países da Europa e da América do Sul voltaram atrás nessa medida. Se você pegar a quarta pessoa mais rica da Noruega, o que que ele fez?! Assim como o primeiro, o segundo e o terceiro? Ele pulou pra Suíça, onde ao invés de ele pagar 1,1%, ele paga 0,1% de taxa. E aí, o que acontece?! Esse cara, só esse cara, pagou 84 milhões de reais, já traduzindo pra reais, no ano, de impostos pra Noruega. Desde 2008, são 700 milhões. O que que esse cara fez? Pegou toda sua fortuna e levou pra Suíça, e lá ele paga imposto e gera renda na Suíça e gera emprego na Suíça. Então, vários países da OCDE já voltaram atrás porque perceberam que isso é inócuo, isso leva capital embora do país, pessoas que produzem, que geram emprego, que gera renda. Então isso é uma falácia. Mais uma narrativa usada pela esquerda pra equalizar a coisa, isso não equaliza nada! O montante que você arrecada diante das pessoas que vão embora e levam embora o emprego, é irrisório diante do déficit que não para de crescer com os gastos exuberantes do governo populista ou dos governos populistas no geral. De novo, estou radicalmente contra esse tipo de coisa e não é por ideologia, são números que amparam em diversos outros países.

Mediador (1h9m) – Na França, a França fez imposto sobre grandes fortunas e todos os milionários saíram pra outros países. Agora Lula disse ainda, que no Brasil existem pessoas espertas que burlam a lei para não pagar imposto. Vamos ouvir – põe vídeo de Lula dizendo isso.

Marcelo Suano – Primeiro, é mais um discurso demagógico. (...) Ele pega a bobagem que a OCDE falou pra justificar algo inadmissível. Não se deve tributar mais as grandes fortunas. O que você deve fazer é estimular a diversificação dos investimentos. Esse é o primeiro ponto, ora, você estimula para que o dinheiro continue e possa aplicar em outro segmento da economia, você que tem dinheiro a mais. Porque ele está demonizando o enriquecimento, está demonizando a possibilidade de as pessoas com seu trabalho, não interessa se foi o trabalho do avô, você tem o dever de preservar o patrimônio do seu avô e torná-lo maior, é esse o seu dever. Segundo ponto, ou terceiro, não adianta ele vir falar das offshores, “por que estão investindo no exterior?!”, isso é uma bobagem. A pergunta é: por que o indivíduo coloca dinheiro no exterior? Nos paraísos fiscais? Porque isso não é crime! A pergunta é simples, coloca lá porque não confia na economia aqui e muito menos no governo daqui. Se bota aqui o governo vai acabar com o dinheiro dele e a possibilidade de ele fazer investimento. Porque se tivesse um estímulo, geraria de todas as formas, mais economia, mais dinamismo, mais renda e mais trabalho pra todo mundo. Ele não quer isso. Aí nós temos, afinal de contas, a razão pela qual ele está querendo sobretaxar. É óbvio, não faz a reforma administrativa. Eu cheguei a falar um certo tempo atrás, e causou um desconforto a um certo segmento muito pesado da economia brasileira, ‘agora vocês vão entender o que ele fez, vocês vão pagar muito pesado porque ele quer jogar a bomba no futuro e no futuro, se ele quiser se reeleger, de onde que ele vai tirar o dinheiro?! É de você que não sabe de que lado está!’. Agora ele está dizendo ‘eu vou pegar o dinheiro de vocês’, porque eu preciso pagar a bomba que eu tô colocando agora, que ia estourar em 2026, 2027, não não, que vai estourar amanhã!’, por isso

vai taxar as grandes fortunas. Quer fazer uma coisa séria?! Estimula os grandes empreendedores produzir no Brasil; reduz o imposto; faz com que ele possa ter capacidade de dinamizar vários segmentos da economia. Vamos pegar o exemplo da Coreia do Sul. Todo mundo fala assim: 'ah, eu comprei um Samsung', Samsung é telefone. Samsung é uma chaebol, sabe o que é uma empresa chaebol? uma empresa que atua em todos os segmentos da economia. Tem supermercados Samsung, tem padaria Samsung, tem farmácia Samsung, tem remédio Samsung. Só que na Coreia do Sul chegou a haver 62 chaebolls.

Mediador - Muito bem. Vamos ouvir agora a Carol Curimbaba. As pessoas tão aplicando fora do país, seria por insegurança jurídica? Porque as pessoas tão com medo: insegurança jurídica, carga tributária, déficit fiscal; essa política, essa divisão do país.

Carol Curimbaba - É uma forma de blindagem do patrimônio, né? Inclusive abrem sede em outros países, que são chamados de paraísos fiscais, pra terem menos transparência, inclusive, porque os bancos lá não exigem essa rastreabilidade do dinheiro, enfim. Mas o que eu queria colocar pra todo mundo entender o contexto no global, o porquê que Lula tá fazendo esses movimentos: a gente falou aqui no início do programa, é um governo de estilo desenvolvimentista, que quer o desenvolvimento industrial do país, mas atrelado à mão pesada do governo; então é um governo gastão. Só que pra o mercado aceitar isso, um governo gastão, exigiu uma certa responsabilidade fiscal, que foi o que o governo tentou fazer ali no arcabouço, mas que o mercado não acredita muito hoje. Acreditou no comecinho, mas agora não muito. Mas o arcabouço é pra dar um norte de que ele vai ser relativamente responsável, principalmente com a dívida interna. Ou seja, o governo quer gastar muito, mas precisa mostrar responsabilidade fiscal, e aí o que acontece? Ele acaba falando assim: 'pra bater essas metas, o quê que eu faço?! ou aumentar minha dívida, que ele não pode fazer; ou ele pode economizar, que ele também não vai fazer; ou ele pode tributar mais. Então, (interrompida pelo mediador)

Mediador - Ô Carol, então o que ele [investidor] faz? Ele fica inseguro de aplicar em fundos porque vem tributação. Aí ele fala o seguinte, 'vou comprar terra pra plantar, pra fazer o agronegócio; aí dá de cara com o quê? Com o MST.

Reforma Tributária: programa 3 em 1 Jovem Pan

<https://www.youtube.com/watch?v=ny-15Fisz44>

Início do debate exatamente após os pronunciamentos das autoridades na promulgação da reforma tributária. (46 minutos)

3 debatedores e 1 mediador

Nelson Kobayashi Mediador - Nós estamos acompanhando a promulgação e nesse momento fala então o presidente do MDB, Baleia Rossi, que foi quem preparou a primeira proposta da reforma tributária, depois foi discutida durante todo esse tempo e que agora chega a aprovação e promulgação. Já quero abrir uma roda de debate aqui pra a gente falar desse momento, já que as principais autoridades fizeram seus pronunciamentos. Quero entender de vocês como é que avaliam esse discurso que acaba indo para o mesmo caminho, entre os

presidentes do senado e da câmara, e também o presidente da república, o presidente Lula, sobre uma reforma que vem para auxiliar os pobres, diante de uma questão da alíquota que ainda não foi definida. Ou diante de uma reforma que vem para deixar os empresários contentes diante da simplificação, mas já dá pra chegar a esses sentimentos antes de uma definição em números? Gustavo Segre..

Gustavo Segre (cumprimentos) - Eu não sei de onde eles tiram essas conclusões, te juro. É a reforma dos pobres; dá onde concluíram que é a reforma dos pobres? Não tem alíquota. Primeiro vamos pelos pontos positivos: vale a reforma? vale! é uma reforma que o Brasil estava esperando há muito tempo. É uma reforma que tem muito para ser melhorada; é uma reforma que estava parada e que conseguiram; a partir de emendas, cargos e algumas propostas confirmadas; ser aprovada. Mas não tem alíquota. Então como alguém pode dizer que isso vai melhorar, vai eliminar a pobreza se não tem alíquota definida? Ninguém sabe quanto vai ter que pagar um empresário, um consumidor; se vai ter um crédito fiscal em função de quê?! (...) a criatividade do político é maravilhosa; ele consegue enxergar o futuro sem analisar absolutamente nada do presente.

Nelson Kobayashi Mediador - Agora a gente tá falando de uma discussão de mais de 30 anos, em, Luis Felipe D'ávila, é necessário reconhecer que esse debate era importante, que uma reforma tributária era importante; quais os caminhos a gente tem que olhar entre prós e contras? Porque diante dessa celebração que foi feita no congresso, há ali uma motivação grandiosa, é só ver a quantidade de pessoas reunidas de todos os lados, inclusive autoridades como o presidente da república, o presidente do supremo tribunal federal, além de alguns ministros e o principal deles, que trabalhou nessa articulação, Fernando Haddad. Mas pra quais caminhos a gente precisa olhar pra criar uma opinião crítica sobre esse momento histórico? (48 minutos)

Luis Felipe Dávila - Bom, o primeiro ponto importante é que a discussão de uma reforma tributária é mais do que bem vinda. O Brasil tem o pior sistema tributário do mundo, o mais complexo, aquele que levou mais de 70% do PIB em judicialização tributária, é um absurdo. Para nós termos uma ideia de comparação, nos países da OCDE, judicialização tributária representa 0,28% do PIB contra mais de 70% do PIB no Brasil, (fonte?) então é um desastre esse sistema tributário que impacta demais a produção no Brasil porque você tem os impostos em cascata, que é cobrado a cada momento da cadeia, então isso é muito ruim para a economia, para a competitividade do país, para a produtividade e, justamente por essa questão da judicialização tributária, que você está pegando 70% do PIB e colocando numa gaveta de disputa judiciária. (...) Então a ideia de você fazer um imposto agregado é ótima. A proposta, PEC 45 do Baleia Rossi, é uma PEC que eu apoiei lá no início quando ela foi lançada. Por que?! Porque o imposto de valor agregado é a linguagem tributária comum do mundo desenvolvido. O mundo entende o que é o IVA, e o IVA tem a vantagem de não penalizar a produtividade porque todos os insumos da cadeia são descontados e aí lá na frente você vai pagar a alíquota sobre o valor agregado e não sobre a cadeia inteira. Então, a ideia inicial da reforma, ela é correta, a sua intenção é boa. O que aconteceu do momento em que a proposta da PEC 45 do Baleia Rossi foi apresentada até a promulgação hoje? Ela foi sendo desfigurada ao longo do tempo por causa das pressões corporativistas. Corporativistas aqui gente é

empresarial, setores empresariais querendo regimes preferenciais de tributação, isenção, subvenção. O que acontece, eu digo assim, que esses urubus tentam ir pra cima da carniça e pegar um pouco da reforma, distorce o princípio da simplificação dos impostos. Você vai criando categorias especiais, e o que que acontece quando você vai criando categorias especiais?! Aumenta a alíquota. Toda vez que você dá subvenção a alguém, subsídio pra alguém, regime especial pra alguém, a sociedade tem que pagar mais imposto, e aí a crítica correta do Segre aqui. O que que acontece? Nós não sabemos a alíquota que vamos ter desse imposto agregado, e tudo mostra que o Brasil vai ter a alíquota mais elevada do mundo do IVA por causa dessas exceções que foram abertas. Então, nesse sentido ela piorou demais do momento em que a PEC 45 foi apresentada, e nós só vamos saber de verdade o tamanho dessa carga tributária na hora que essa alíquota estiver definida, e hoje tudo mostra que o Brasil vai ter a alíquota mais alta do mundo, o que é péssimo pra tomada, justamente, da competitividade que todos os parlamentares e todos os discursos estavam anunciando. Não vai ter [competitividade] com a carga mais alta do mundo.

Nelson Kobayashi - (56 minutos)

Sobre a esfera econômica como um todo: 1 h e 19 minutos notícia sobre elevação da nota do Brasil em agência de risco (por causa da reforma tributária e melhores perspectivas de crescimento econômico) esse tema encerra as 1h 31 minutos.

5 - Regulamentação das redes sociais (liberdade de expressão vs dignidade)

<https://www.youtube.com/watch?v=aiBbDycozKQ&t=0s>

aos 19 minutos

Kobayashi Mediador - A gente tem a fala do Arthur Lira, ele tá defendendo, nesse momento, um tema que a gente vem discutindo (..) desde o ano passado, que é o projeto de lei que visa a regulamentação das redes sociais. Chamado pelos governistas de PL das Fakenews, chamado pela oposição de PL da Censura.. (transmitem vídeo do Arthur Lira falando) Será, Renato Batista, que a gente vai ter pautado para votação o PL das Fakenews em 2024?

Renato Batista - Infelizmente eu vejo que esta é a vontade do presidente da câmara dos deputados. Ele me parece um sujeito que ali ele está expressando um sentimento; um sentimento de uma classe política ultrapassada que vê nas redes sociais novas lideranças surgindo, e vê de alguma maneira a necessidade de barrar essas novas lideranças, de barrar a discussão de pautas que antes não eram debatidas, isso graças ao advento das redes sociais. E, aliás, nesse momento ele vai lá e diz 'olha, das redes sociais foi onde que surgiu o 8 de janeiro, é onde os extremistas debateram'; ora, essas pessoas não foram punidas?! Aliás, duramente punidas, com punições das mais absurdas possíveis. Tudo isso foi feito sem o tal PL da Censura. Isso mostra mais uma vez que não há nenhuma necessidade da aprovação desse projeto que, no final das contas, a única vontade, a única coisa que pode ser feita com

esse projeto, no final das contas, é a censura das pessoas. É tirar conteúdos antes que esses conteúdos possam ser discutidos na rede, o que é um absurdo (21m13s) (discussão da esfera pública virtual)

Kobayashi Mediador - E aí, Ricardo Holz?

Ricardo Holz - Olha, eu acho que vai pautar sim, xxx, eu acho que o presidente da câmara deve colocar esse projeto, deu pra perceber que é uma vontade dele colocar essa discussão. Qualquer projeto que discuta a possibilidade de limitação da liberdade de expressão tem que ser amplamente discutido. Eu, particularmente, na largada sou contrário. Acho que nós temos legislação vigente pra isso. Desde que sejam aplicadas, desde que as pessoas sejam punidas e aí é que a gente não vê acontecer aqui no Brasil. Mas eu acho que o presidente da câmara dos deputados tem a vontade de colocar esse projeto e espero que o parlamento fique esperto pra que a gente possa discutir item a item amplamente esse projeto porque no ano passado não foi bem assim, o projeto entrou, já tava muito tempo na casa, a gente não sabia exatamente qual texto estava pra entrar ou não em votação, tinha deputados que não sabiam de fato qual era o texto do vinte e seis-trinta que tava ali, é a versão final? não é a versão final? Muita confusão em cima de um tema extremamente delicado. Então, antes de tudo, tem que ter uma discussão muito forte em cima desse tema.

Kobayashi Mediador - ô Belutti, um dos argumentos que tem sido utilizados pra pautar essa discussão novamente no congresso nacional é justamente a eleição municipal de 2024, que eles estão dizendo que a inteligência artificial pode ser mal utilizada numa campanha eleitoral, com aprofundamento das fakenews, principalmente. E aí será que eles vão utilizar dessa muleta, que é um assunto importante, ninguém quer fakenews, pra passar todo aquele texto colocando responsabilidade nas plataformas, na meta, no google, no xis sobre informações ou desinformações dadas pelos seus usuários? Será que essa vai ser a muleta que vai fazer pautar o PL das Fakenews?

João Belucci - Concordo contigo, viu, Kobayashi, porque tudo, esses termos discutidos em âmbito parlamentar, você sempre tem o motivo alegado e o motivo de fato, né?! E tem muitas partes envolvidas ali pressionando para que os projetos andem. Agora a rede social trouxe essa comunicação direta, em tese, sem esse filtro que seria a grande mídia. Grande parte dela não soube lidar com essa situação. Agora o PL, tanto chamado das fakenews quanto da censura, tanto faz, pra mim ele é uma evidente tentativa de censura de fato; de silenciamento de opositores porque, aparentemente, a classe política não está lidando bem com a crítica direta que é feita via rede social, e também acusa o governo (o governo acusa) a direita de monopolizar a rede social. Quem monopoliza a rede social à direita, me parece ser a maioria, os valores cristãos conservadores são maioria no país, então é natural. Então é uma acusação absolutamente falsa de falar que a direita manipula rede social ou sabe usar melhor. Só expressa a maior quantidade de pessoas, e muitos desses deputados da direita, inclusive é uma crítica que a gente faz, são essencialmente ativistas digitais, quando a gente precisaria de burocratas, entendendo a burocracia estatal e não tanto ativismo digital. Agora entendo como uma parte de censura sim, e o pior do projeto, também acho, é a questão da remuneração da mídia tradicional como fonte da verdade. Isso já foi feito em outros países do mundo, na Austrália (...) você passa a ter uma fonte da verdade, a grande mídia, os grandes jornais, e

remunera-os por isso. Os grandes conglomerados como o google precisariam remunerar esses portais por serem a fonte da verdade. Então quando você tem críticas também a alguns meios de comunicação demandando que esse projeto seja aprovado, na verdade estão advogando em causa própria, mas não trazendo essa informação ao público, o que é perigosíssimo, Kobayashi. (24,56 minutos)

Kobayashi Mediador - E aí, Felipe Monteiro? Qual é sua avaliação? Eu sei que você é um defensor da regulamentação das redes (anuncia antes do comentarista) e aparentemente esse vai ser um assunto que vai ser muito presente em 2024.

Felipe Monteiro - Impressionante, eu tava observando atentamente cada fala que foi colocada aqui e ninguém citou a morte de pessoas que foram vítimas de fakenews. Acham que toda a questão da regulação das mídias sociais é por questão de pequenez, porque querem calar a voz da direita, querem censurar. O fato é que notícias falsas matam. (frase de efeito) A gente viu pessoas morrendo, cada vez mais, por notícias falsas. Quando você pega, por exemplo, os índices de suicídios infanto juvenil, tá aumentando ano após ano, por conta de uma cultura do cancelamento, por conta de uma cultura de abuso que as redes sociais propagam de forma muito mais rápida que meio real. Ou seja, só por isso, só por isso, a direita e a esquerda tinham que sentar na mesa e arrumar alguma forma de resolver ou atenuar essa questão. Eu tô deixando de fora o discurso político, tá? Eu tô deixando de fora direita, esquerda, eu to querendo passar a visão sob um ângulo mais humano. Só por isso, considerando que as notícias falsas matam, a direita e a esquerda tinham que parar com esse papinho furado, sentar na mesa como adultos e discutir uma forma de regular, atenuar essa questão. Seja criando instrumentos legais, jurídicos legítimos que a pessoa ofendida possa buscar o judiciário; o judiciário tem que decidir de forma mais rápida. (Interrompido por todos) [Isso já existe] Ah, isso já existe?! Já procurou o judiciário pra ter tutela de urgência? Você advoga? Você advoga? Demora dias! Demora dias. Se a Jéssica no caso do “choquei” entrasse na justiça pedindo pra tirar o objeto do ar, ia demorar três, quatro dias (interrompido) [Claro que não] Eu já tive isso, eu já tive isso! Só por isso, na minha opinião, tem que parar com essa babaquice, essa é a palavra, e a direita e a esquerda tem que ser adulta, sentar na mesa e discutir uma forma de dar celeridade pra uma ofensa na internet, que é muito maior, muito mais grave e se propaga muito mais rápido que no mundo real, só por isso. (quase interrompido de novo) A questão da política, na minha opinião, é possível você ter uma forma de regulação que exponencializa a liberdade de expressão, porque o que eu vejo, por exemplo, é que as big teks, por meio do algoritmo, pode calar a voz do Ricardo, pode calar a voz do Renato, e pode dar mais voz pra mim. O que eu vejo naturalmente são amigos meus de direita ficando no tal do shadowband, sem poder publicar, na sombra, né? Sem poder publicar por um determinado período de tempo por conta do algoritmo do instagram e do facebook. Como eu sou um democrata e sou uma pessoa de esquerda, eu quero é que esses meus amigos de direita tenham mais vozes, então posso pensar numa regulação que otimize a liberdade de expressão, não restrinja. O problema é que vocês estão com a cabeça restrita. Tem que pensar mais amplamente.

Kobayashi - Ô João, você é advogado, não é isso?

João Bellucci - Eu advogo, mas em poucos casos na prática, eu trabalho mais em comunicação.

Kobayashi - Eu vou explicar aqui para a nossa audiência como é que funciona uma tutela de urgência, apelidada de liminar, popularmente, né?! Quando você tem um caso urgentíssimo, como por exemplo uma fakenews que tá repercutindo a nível nacional na internet, você peticiona informando o juiz daquela desinformação e do estrago que aquilo tá fazendo; isso demora alguns minutos pra você redigir, você não precisa nem de procuração, você não precisa de documentos, você não precisa nem fundamentar o direito, (interrompido pelo Felipe Monteiro) [precisa de algumas horas pra redigir] Horas não porque desde 2015 a gente tem um instrumento chamado Tutela Antecedente de Caráter Antecipado (quem sabe disso? Jéssica sabia?) e o que significa? Você pode entrar com a liminar antes de entrar com a ação. Ou seja, você escreve uma página e junta o print da desinformação, e em casos urgentíssimos você não espera o juiz decidir, um, dois, três dias.. você não fica esperando o juiz decidir, o advogado tem a prerrogativa de acessar o juiz. Você vai até o fórum, entra na sala do juiz e diz ..

Felipe Monteiro - Você sabe da realidade como é que funciona.

Kobayashi - Eu sei da realidade

Felipe Monteiro - Você vai falar com o juiz, o juiz não tá lá pra te atender, aí você fala com o assessor dele, aí você fica lá sentado na mesa esperando ele chegar, horas por mais horas, por mais horas, aí ele fala ‘ eu vou estudar seu caso, amanhã te dou retorno’... ela se mataria do mesmo jeito, se mataria do mesmo jeito. Tem que ter um processo mais rápido

Kobayashi - Então a gente tem que mudar o código de processo civil, o código de processo penal?

Felipe Monteiro - Criar uma lei própria, uma regulação própria com esses instrumentos.

Kobayashi - Fala Ricardo Holz

Ricardo Holz - A despeito do que a gente tá aqui ouvindo, se é rápido, se não é rápido; que pode sim ser rápido como o Koba falou; e também pode demorar determinado tempo como diz o Felipe Monteiro aqui. O fato é que não há punição. O último caso absurdo que aconteceu no Brasil, uma catástrofe com uma jovem de Minas Gerais; cadê a punição? É aí que a gente não tá vendo acontecer.

Felipe Monteiro - Que punição, Ricardo, eu quero que ela deixe de se matar. Eu quero que ela deixe de morrer.

Ricardo Holz - Eu também quero que ela deixe de morrer

Felipe Monteiro - Você está pensando no depois.

Ricardo Holtz - Eu estou falando que rapidamente dá pra tirar do ar; não foi feito isso. Já aconteceu uma tragédia; e cadê a punição da tragédia? Você acha que tem que ficar como ficou? Não! Tem que punir as pessoas, tem que punir as pessoas pra servir de exemplo. (discussão sobre função da pena)

Felipe Monteiro - Isso é irrelevante.

Ricardo Holz - Punir é irrelevante?

Felipe Monteiro - Comparado com uma vida? O que é mais relevante? A vida ou a indenização que a família vai ter?

Felipe Monteiro - Primeiro que não é política pública mal executada, é a legislação do Brasil que prevê a saidinha em casos de regimes semi-abertos, né? Então o que eu penso é o seguinte: a gente não discute a raiz do problema, a gente discute medidas paliativas achando que vai resolver o problema da violência no Brasil com essas medidas paliativas. A lógica do sistema prisional do Brasil é a ressocialização do preso. Esse é o fato, indiscutível, é o fato concreto indiscutível. (risos dos demais debatedores). O problema do Brasil, do sistema penitenciário brasileiro é que faz pessoas piores no sistema prisional. A pessoa furta um celular, entra no presídio, sai traficante; a pessoa rouba carteira no semáforo, entra no presídio, sai estuprador e sai traficante; esse é o grande problema no Brasil. A gente tem que discutir o problema, a gente tem que discutir o problema. Qual que é a lógica da saidinha? O preso que sai, no processo de ressocialização dele, ele teria condição de sair no natal e voltar pra prisão depois, essa é a lógica. (interrompido com desdém dos demais debatedores) porque ele tá no processo de ressocialização.

Renato Batista (1h36m) - No próximo feriado aí você leva um detento desse pra sua casa, pô.

Felipe Monteiro - Eu não levo você pra minha casa. Eu não levo você pra minha casa e eu gosto de você. O que é que tem a ver uma coisa com a outra?

Renato Batista - Você tá defendendo esse absurdo! Isso não pode existir. (falas se atravessando) 30% voltam a cometer crime, isso é um absurdo!

Felipe Monteiro - Eu não tô defendendo nada. Por quê que existe isso, Renato?

Renato Batista - A saidinha tem que acabar. Você consegue dizer isso?

Felipe Monteiro - Não. Por que existe isso? Existe isso porque o nosso processo, o nosso sistema penitenciário faz pessoas piores. Vamos supor o seguinte: o mundo sem saidinha no Brasil. Perfeito? Sem saidinha nenhuma, zero. Essa pessoa ia cumprir a pena, ia ser libertada, e ia voltar a matar, ia voltar a roubar. Ou seja, o problema não é a saidinha. O problema é que a gente não tá tornando os cidadão melhores dentro dos presídios. A gente não tá recuperando os presos, esse é o problema.

Renato Batista (1h37) - O problema é que você não tá querendo defender uma medida que é muito simples que é acabar com a saidinha. (atacando o adversário e não o fundamento) Eu entendo toda essa lógica que você tá dizendo e eu acho uma pena que o sistema prisional foque na ressocialização do preso, Não tem que focar em ressocialização do preso, tem que focar em punição do criminoso! É isso que faz a justiça.(exaltado)

Felipe Monteiro - Mas é punido, mas ele vai sair, ô Renato..

Renato Batista - Fica 1/3 e vai embora, que sai no natal, no ano novo, no dia das mães. O cara mata o pai e sai no dia dos pais. Pelo amor de Deus!

Kobayashi - Vamo ouvir o Felipe aqui.

Felipe Monteiro - Ele não quer deixar eu falar, ele quer fazer corte pro programa dele. Pode colocar esse corte que vai ser bonito. Renato, a questão é a seguinte. Por que que o nosso sistema penitenciário tem que focar na ressocialização? Porque a pessoa vai sair em determinado momento. Ela vai cumprir a pena e vai sair. A punição, obviamente ele está sendo punido (interrompido)

Renato Batista - O cara mata 12 pessoas e sai em 5 anos.

Felipe Monteiro - Então, ele vai sair, e ele tem que sair melhor do que ele entrou, tem que ser recuperado.

Renato Batista - Pelo amor de Deus! Eu acho que um sujeito desse tem que trancar dentro e jogar a chave fora. Tem gente que não tem, tem gente que não dá pra ser ressocializada.

Felipe Monteiro - Renato, essa é outra questão, amigo.

Kobayashi (1h38) - Vamo ouvir o João Bellucci sobre isso, o que é que você acha, tem que acabar com a saidinha?

João Belucci - Tem que acabar com certeza. Ela é escarnecedora com a vítima, e eu só colocaria aqui nesses dias de natal, dia das mães e dos pais, a pena de quem praticou o crime, ela tinha que pior nessas datas. Tinha que diminuir quantidade de comida, de luz, banho de sol, tudo, porque é nessa data que a vítima vai sofrer mais ainda. A vítima que perdeu o pai não vai tá com o pai, a vítima que perdeu a mãe não vai tá com a mãe, o natal vai tá na ceia vazia, né? E o natal é uma das datas que tem mais suicídios, inclusive, né? Então eu acho que a pena devia ser piorada e não saidinha, acabar com isso. Diminuir o regime semi-aberto, porque todo mundo vai pro regime semi-aberto e no regime semi-aberto ocorre essa questão toda (...) nessas datas tem que ter uma punição maior para quem cometeu os crimes.

Kobayashi - Vamos ouvir o Felipe e depois o Ricardo Holz

Felipe Monteiro - Não é com mais punição que se resolve o problema. Esse é o grande problema de vocês. A minha visão é uma visão completamente egoísta. Eu tô sendo completamente egoísta, eu não quero, por exemplo, que a pessoa saia da prisão depois de cumprir pena, e saia pior do que entrou e mate meu amigo Renato no semáforo porque ele quer roubar a carteira dele. Então, egoisticamente, eu tô querendo dizer o seguinte: ou a gente cria um sistema penitenciário decente, que a gente faz as pessoas saírem melhores; que separe aquela pessoa que cometeu crime de menor potencial ofensivo com aquela que cometeu crime de maior potencial ofensivo; que a gente crie questões de dignidade nos presídios pras pessoas de fato se ressocializarem, ou o que a gente vai tá fadado é o seguinte: as pessoas vão sair piores. Estamos fabricando, no sistema penitenciário do Brasil, pessoas piores, pessoas mais violentas, pessoas que vão ser cooptadas pelo tráfico de drogas. Por conta disso, gente, não tem outra razão senão defender a ressocialização do preso e que ele saia melhor do que ele entrou. A questão da saidinha é periférica total.

Kobayashi (1h40) - Ô Ricardo Holz, mas na câmara nacional a gente já teve uma votação para o fim da saidinha e isso tá no senado federal. Você acha que tem um certo receio de pautar isso, de levar pra discussão, pra tornar de fato uma lei o fim da saidinha?

Ricardo Holz - Olha, eu acho que se tem, tem que deixar de ter. O senado federal tem que fazer seu papel, tem que pautar o projeto de lei que passou na câmara e tem que ser aprovado no senado, tem que ser sancionado pelo Lula; eu acho difícil, mas se não for sancionado pelo presidente, tem que ser derrubado o veto pelo congresso nacional e tem que acabar com a saidinha. (um discurso de tom autoritário). A discussão aqui é muito bonita, o Felipe Monteiro fala muito bonito, mas mistura toda a questão aqui. Dois assuntos diferentes: primeiro a questão da ressocialização, que não acontece no Brasil, ele mesmo concorda com isso, isso não acontece! Então primeiro, a gente não vai antecipar o processo da liberação do preso com a saidinha temporária, não, acaba com isso. E aí vai discutir como é o processo de

punição aqui, ponto. Não! Tem que acabar com a saidinha, porque se você antecipa a saída de um cara que não foi, de acordo com o próprio Felipe, ressocializado, qual o objetivo disso? Liberar o vagabundo antes do tempo? Porque ele mesmo disse que não foi ressocializado. Então veja bem, 2 problemas distintos.

Kobayashi - Pepê

Felipe Monteiro - Eu fico abismado com a narrativa do Ricardo. Ele tá afirmando que não tem a ressocialização no sistema penitenciário no Brasil como motivo pra não ter a saidinha. Mas o objetivo do sistema penitenciário do Brasil tá na legislação, é a ressocialização, e o Estado (interrompido)

Ricardo Holz - Funciona, Pepê?

Felipe Monteiro - Então, mas é isso que a gente tem que discutir. Escuta uma coisa, a questão da saidinha é ou não é periférica.

Ricardo Holz - Não. Não é! Tem pessoas que tão cometendo crime hoje! Que poderia ser só no final da pena.

Felipe Monteiro - Tudo bem, mas se ele cumprisse 100% e saísse pela porta da frente, ele mataria da mesma forma.

Ricardo Holz - Mas nós estamos antecipando isso, nós estamos antecipando isso.

Kobayashi (1h42) - Vamos ouvir agora o Renato

Renato Batista - Ele falou, 'olha, eu não quero que o sujeito fique na prisão, ele saia e ele roube meu amigo', mas é exatamente isso que acontece, sabe por quê? Porque o bandido, vagabundo, ele sabe que no Brasil é muito mole você cometer crime. Primeiro que você nunca é achado; você comete um crime, raras vezes ele consegue ser identificado e ser punido, muitas vezes sai na audiência de custódia, sabe que tem a saidinha, cumpre $\frac{1}{3}$ da pena e tá tudo bem. É justamente por essa cultura da bandidolatria, por essa cultura de penas frouxas, de ressocialização do preso, que o sujeito ele acha, ele faz um custo de oportunidade: viver uma vida honesta no Brasil é muito mais difícil que você sair na rua assaltando os outros, e é essa conta que os caras fazem; e outra coisa, separação dos presos na cadeia, eu concordo com isso, o problema é que o Estado brasileiro ele já não toma conta dos presídios, quem toma conta dos presídios são as facções criminosas, então justamente por isso, quando eu olho as facções criminosas tomando conta das cadeias, é que eu não vou pensar em dignidade do preso. É dignidade pra vítima, meu Deus do Céu! É dignidade pra a gente falar pras pessoas, 'se alguém te roubar, se alguém matar um parente seu, ela vai ser punida, vai ser presa, vai ficar por muitos anos preso e não vai sair em saidinha coisa nenhuma'. Vai lá ver se em El Salvador algum bandido de gangue, de crime foi pras ruas cometer crime de novo. Sabe por que não foi? Porque não saiu da cadeia, continua preso. É só aqui no Brasil que a gente fica dando benfeitoria pra vagabundo voltar pra rua cometer crime. E saidinha temporária não é coisa periférica. Vai dizer que saidinha temporária é coisa periférica pra essas 30% das pessoas que foram roubadas por esses vagabundos que saíram no natal na saidinha temporária.

Kobayashi - Agora a gente vai ouvir o Felipe, vai fazer um contraponto, e depois o outro que tá explodindo pra falar aqui, pedindo é o João Bellucci. Fala Pepê.

Felipe Monteiro - Eu fico impressionado, Primeiro o seguinte: o Renato, ele acha que o cara que tá na prisão é 100% traficante, 100% bandido do mal; aquele cara malvado.

Apêndice 2: Escopo biográfico sobre os agentes debatedores da Jovem Pan disponível na internet.

Amanda Klein https://pt.wikipedia.org/wiki/Amanda_Klein
<https://natelinha.uol.com.br/famosos/tudo-sobre/amanda-klein>
<https://www.instagram.com/amandakleinoficial/>

Claudio Dantas https://pt.wikipedia.org/wiki/Claudio_Dantas
<https://www.instagram.com/clauidodantassequeira/>
<https://www.youtube.com/@ClaudioDantasJP>
<https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/claudio-dantas>

Tiago Pavinato (mediador) <https://www.youtube.com/@Pavinatto>
<https://www.estadao.com.br/cultura/televisao/tiago-pavinatto-quem-e-o-apresentador-demitido-da-jovem-pan-por-recusar-retratacao-nprec/>
<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/08/tiago-pavinatto-se-defende-apos-demissao-preferia-perder-o-contrato-a-perder-a-decencia.shtml>

Diego Tavares

Daniela Alves <https://www.linkedin.com/in/daniela-alves-ri/details/experience/>
<https://www.linkedin.com/in/daniela-alves-ri/details/education/>

Felipe Monteiro <https://www.instagram.com/fnmonteiro/>
<https://www.kwai.com/@AGABRIELAPS/video/5206592747634373868>
<https://www.escavador.com/sobre/3832179/felippe-nogueira-monteiro>

Paulo Niccoli <https://www.escavador.com/sobre/7547683/paulo-niccoli-ramirez>
<https://www.linkedin.com/in/paulo-niccoli-ramirez-72157734/> (ele não cita a Jovem Pan)

Gustavo Segré <https://www.escavador.com/sobre/407606/gustavo-alberto-segre>
<https://jovempan.com.br/videos/programas/panico/gustavo-segre-preve-economia-do-brasil-ta-o-caotica-quanto-argentina.html> (profeta do apocalipse)

Nelson Kobayashi (mediador)

<https://www.linkedin.com/in/nelson-kobayashi-93328b70/?originalSubdomain=br> (ñ cita JP)
<https://www.escavador.com/sobre/197236568/nelson-massaki-kobayashi-junior>
<https://www.instagram.com/kobayashiadv/>

Renato Batista <https://www.instagram.com/renatobattistamb/>

<https://www.youtube.com/watch?v=umfxvWdWOOo> (vídeo do canal do youtube dele)

Ricardo Holz

<https://ricardoholz.com.br/> (site/página própria)

<https://www.instagram.com/ricardoholzoficial/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/2022/candidatos/deputado-federal/sp/ricardo-holz/>

<https://www.diariocidade.com/eleicoes/2022/sp/candidatos/deputado-federal/ricardo-holz-1978/>

João Belucci

<https://www.youtube.com/@joaobelucci/videos> (canal fracassado no Youtube)

https://www.instagram.com/joao_belucci/

Evandro Cini (mediador do Tá na Roda sobre armas de fogo) <https://www.instagram.com/evandrocini/>

<https://www.otempo.com.br/entretenimento/apresentador-evandro-cini-e-mais-um-nome-desligado-da-cnn-brasil-1.2788241> (saiu da CNN)

<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-reverter- crise-jovem-pan-faz-pacotao-de-mudancas-e-fecha-com-ex-cnn-98716> (contratação pela Jovem Pan)

<https://www.linkedin.com/in/evandro-cini-6bb8b8196/?originalSubdomain=br>

Raquel Gallinati

https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4697125U1&tokenCaptchar=03AFcWeA7mtxB-ffp02CPLop-7kbyR9ckVaHaIw735H9GPoCzJhMON6C0Cp1gev_LolsfHm vT10iXu8IFDwnBZDFpaVvW-GEPf1Czzdv1B4lRZ61j4hX1apypwjO2hbggedu-af0drBdYI ZVzkoelIOiPIN18P1bwRklIYRxKmZ76Qjwqu6Ty7epnL1zaZc6jA6DdEFm ANB9OKwdj4 G-qOnqKIMnqu3wAVZkC5VnDcqzraHDbwSfW0hpNIfkbR-cHAA57Dh9dTrxCikiI8zlK62 cbb2_0vOAzfLxVKU27cAGsDIEJIM ULqUnOnKn8Gqg5LFhhOdzM9R9x5ErK_v7xXOO 3eO4WOB-kr0i9MCtli5DO8VDDdF4NCmlCaOY-1IUxn_j0d8D55FoJWf5D1TIONeX3SH6 HvU8zpHdyX-MbN4shzfUtoOiGTHyjnBbaOwzhq5gHxS8NnqO5p1_A2NG4OmHsljOUC MEqkBYpbinCwTqrlqINYKLOyUYyPXi-FERLXXBqLC370DPljfwl8_T7PqKiWHauMPn mWvpOkIyshGfz5BROfYqMytB5U8GUyqfVZrOWkU0COKICNwk1j48OGZoMdOtpj6Hth NnXFce6fWpEDMLsv3downT5xJj59SZZZarGJfKiMsDHmAsqED9sxpgZ43OottzUwSh8Z 6TbC6M2mt9XMKdHOygWSRSEwJtOiBZ3oNSm6xk3x9-PXPdjimBZ5y3OAORBZA

<https://www.instagram.com/raquelgallinati/>

<https://www.linkedin.com/in/raquel-gallinati-497a21128/?originalSubdomain=br>

Alessandro Bissoli

<https://abradep.org/directory-membros/listagem/alexandre-bissoli/>

<https://www.instagram.com/alexandrebissoli/>

David Andrade

Apêndice 4: Tradução Livre da obra Sociologues des Mythologies et Mythologies des Sociologues (Bourdieu e Passeron) in Les Tempes Modernes, dez. 1963

Sociólogos das mitologias e mitologias dos sociólogos

(bilingue Francês - Português)

Página 1

on pourra reprocher à ce texte d'ignorer les nuances qui séparent les différents auteurs et les différentes expressions de la même pensée par le même auteur. Mais on verra, chemin faisant, que la diversité apparente des styles ou des orientations ultimes dissimule à peine l'identité des figures de pensée et que nombre des textes plus nuancés qu'on pourrait opposer à nos analyses ne sont que précautions oratoires et fausses concessions.

Este texto pode ser criticado por ignorar as nuances que separam os diferentes autores e as diferentes expressões do mesmo pensamento de um mesmo autor. Mas veremos, ao longo do caminho, que a aparente diversidade de estilos ou orientações últimas mal esconde a identidade das figuras de pensamento e que muitos dos textos mais matizados que poderíamos opor às nossas análises são apenas precauções oratórias e falsas concessões.

Il nous a donc paru que l'amalgame se justifiait pour parler de ceux que nous appellerons mass médiologues, c'est-à-dire de ces auteurs - et de ceux-là seulement - dont le propos obéit à la

syntaxe du discours prophétique, lors même qu'il ne s'en donne pas le ton. Il ne s'agit pas de nier que les nouveaux moyens de communication puissent être l'objet d'un traitement scientifique et ils le sont souvent en fait.

Pareceu-nos, portanto, que a fusão se justificava quando se fala daqueles a quem chamaremos de mass medialogistas, isto é, daqueles autores - e apenas daqueles - cujas observações obedecem à sintaxe do discurso profético, embora ele não dê o tom por isso. Não é difícil negar que os novos meios de comunicação possam ser objecto de tratamento científico e de facto muitas vezes o são.

simplement, il est peut-être temps de bannir de l'univers scientifique où certains tentent de l'introduire une vulgarité pathétique qui s'est constituée - surtout en France - à leur sujet et qui balance entre l'indémontrable et le même-pas-faux. Il va de soi que les propositions ici avancées devront être étayées par tout un corps de documents probatoires (on en trouvera quelques-uns en note) qui, prenant la littérature mass médiologique comme objet et décrivant méthodiquement son lexique, sa rhétorique et sa logique, contribueront à une sociologie sinon de l'esprit du temps, à tout le moins de l'air du temps.

simplesmente, talvez seja hora de banir do universo científico onde alguns tentam introduzi-lo uma vulgaridade patética que se constituiu - especialmente na França - sobre eles e que se equilibra entre o indemonstrável e o mesmo-não-falso. Escusado será dizer que as proposições aqui apresentadas devem ser apoiadas por todo um conjunto de documentos probatórios (encontraremos alguns deles em notas) que, tomando como objeto a literatura mediática de massa e descrevendo metodicamente o seu léxico, a sua retórica e a sua lógica, contribuirá para uma sociologia, se não do espírito dos tempos, pelo menos do espírito dos tempos.

Página 2

de tous les adjectifs qu'avec une générosité intarissable les poètes ont prodigués à la nuit, il n'en est aucun, selon mon opinion, que lui convienne aussi parfaitement et qui soit aussi précisément essentiel que le mot de "massive", employé par la première fois, si je ne me trompe, par Mallarmé, dans le dernier vers du Toast Funèbre. André Pieyre de Mandiargues (Deuxième Belvedere)

de todos os adjetivos que com inesgotável generosidade os poetas prodigalizaram esta noite, não há nenhum, na minha opinião, que lhe sirva tão perfeitamente e que seja tão precisamente essencial como a palavra "massivo", usada pela primeira vez, se estou não enganado, por Mallarmé, no último verso do Toast Funèbre. André Pieyre de Mandiargues (Segundo Belvedere)

citação acima

Venant des regions les plus diverses de l'univers intellectuel, de nouveaux prophètes ont surgi qui annoncent "le devenir autre de l'homme contemporain", la "mutation" d'où surgira un homme nouveau, fabriqué par les pouvoirs nouveaux qu'il a lui-même fabriqués, transformé par la transformation de ses moyens d'expression, homme de l'image substitué à l'homme du verbe, iconanthrope habitant "l'inconosphere", c'est-à-dire "le milieu d'existence institué par l'information visuelle et constitué par elle en niveau de réalité constant", "cosmopithèque", "ébauche simiesque" du cosmanthrope "qui pourrait affronter le devenir et assimiler une condition cosmique". Et les mêmes innocents avec l'avènement d'une "Tierce-culture" la fin des anciennes prophéties culturelles dépossédées de leur fidèles par le "déferlement des masses et l'invasion des mass media".

Vindo das mais diversas regiões do universo intelectual, surgiram novos profetas que anunciam "o futuro do homem contemporâneo", a "mutação" da qual surgirá um novo homem, feito pelos novos poderes que possui. pela transformação de seus meios de expressão, o homem da imagem substituído pelo homem da palavra, iconantropo habitando "a inconosfera", ou seja, "o ambiente de existência estabelecido pela informação visual e por ela constituído em um nível constante de realidade", "cosmopitheque", "contorno simiesco" do cosmantropo "que poderia enfrentar o devir e assimilar uma condição cósmica". E os mesmos anunciam com o advento de uma "Terceira Cultura" o fim das antigas profecias culturais despojadas dos seus fiéis pela "onda das massas e pela invasão dos meios de comunicação de massa".

Il nous invitent à pénétrer résolument dans cette civilisation radicalement autre, où, inconscients et aveuglés, nous n'entrons qu'à notre insu et comme à reculons. Partout, au signes de la "grande tension pre-apocalyptica". Ils découvrent l'efficace de cette nouvelle force cosmique, les mass media, qui opèrent une sorte transsubstantiation des masses soumises à leur action massive, la "massification" dont toutes les transformations, perçues par le

commun comme isolées et discontinues, depuis la "depolitisation" jusqu'à la coiffure des jeunes filles, ne sont qu'atant d'hypostases.

Convidam-nos a entrar resolutamente nesta civilização radicalmente diferente, onde, inconscientes e cegos, só entramos sem o nosso conhecimento e como que ao contrário. Por toda parte há sinais da “grande tensão pré-apocalítica”. Descubrem a eficácia desta nova força cósmica, os meios de comunicação de massa, que opera uma espécie de transubstanciação das massas submetidas à sua acção massiva, cuja “massificação” provoca todas as transformações, percebidas pela comunidade como isoladas e descontínuas, uma vez que “ despolitização ”até aos penteados das jovens, são muitas hipóstases.

Página 3

Paradoxe, cette prophétie sur le destin des « masses » ne saurait toucher que des intellectuels. Lors même qu'il a la nostalgie ou l'ambition d'atteindre un auditoire plus large, le prophète massmédiatique sait que son discours ne peut parvenir jusqu'à ceux qui en font l'objet.

Paradoxalmente, esta profecia sobre o destino das “massas” só poderia afectar os intelectuais. Mesmo quando tem a nostalgia ou a ambição de atingir um público mais vasto, o profeta dos meios de comunicação social sabe que o seu discurso não pode chegar a quem dele é sujeito.

(observação – aqui Bourdieu não considera o discurso do intelectual da mídia perigoso para as massas, pois seu discurso não os afetaria.. é um texto de 1963, a TV estava em gênese ainda, mas como intelectual acadêmico, Bourdieu vê problemas nesses discursos midiáticos)

Ce n'est pas à son caractère scientifique que cette critique intellectuelle de la culture intellectuelle, doublée d'une vision qui se veut compréhensive de la « culture de masse », doit de rester incompréhensible aux « masses ». Aussi, son existence ferait-elle question si l'on ne voyait à l'évidence que la mythologie démystificatrice procure à l'intellectuel l'occasion facile de s'apparaître comme tel, c'est-à-dire comme celui qui, par fonction, détient sur les autres une vérité qu'ils se contentent d'être ou de faire, comme celui qui vole aux « masses » leur essence et qui est le seul capable de la leur restituer par l'explicitation ou l'explication.

Não é pelo seu carácter científico que esta crítica intelectual da cultura intelectual, aliada a uma visão que visa compreender a “cultura de massas”, permanece incompreensível para as “massas”. Além disso, a sua existência seria questionada se não fosse evidente que a desmistificação da mitologia proporciona ao intelectual a fácil oportunidade de aparecer como tal, isto é, como alguém que, através da função, detém uma verdade sobre os outros que eles estão contentes em ser ou fazem, como aquele que rouba a sua essência às “massas” e que é o único capaz de lhes restituir através da explicitação ou da explicação. Além disso, impotente para controlar os meios de comunicação de massa e talvez

Página 4

à les utiliser pour manipuler les « masses », incapable d'en consommer naïvement les productions, l'intellectuel en est réduit à transformer « masses » et mass media en objets pour lui consommables c'est-à-dire en objets d'étude. Plus, comme par un miroir à deux fins, le démystificateur peut se donner les raffinements d'une délectation tierce et morose.

para utilizá-los para manipular as “massas”, incapazes de consumir ingenuamente suas produções, o intelectual fica reduzido a transformar as “massas” e os meios de comunicação de massa em objetos de consumo para ele, ou seja, em objetos de estudo. (nesse parágrafo e no anterior, Bourdieu critica o intelectual acadêmico típico) Além disso, como através de um espelho de duas pontas, o desmistificador pode dar-se os requintes de um deleite terceirizado e taciturno.

Saisissant l'Anthropos « massifié » au moment où il se dénude, le voyeur peut tout avoir à la fois, et la délectation de la jouissance par procuration et la délectation de la condamnation de la délec-tation, mixte qui fait l'érotisme pharisien.

Apoderando-se do Anthropos “massificado” no momento em que ele se desnuda, o voyeur pode ter tudo ao mesmo tempo, e o deleite do gozo por procuração e o deleite da condenação do deleite, misto que forma o erotismo farisaico.

L'intellectuel a beau se faire compréhensif, il ne dépouille jamais sa vraie nature, et, lorsqu'il se « massifie » pour parler de la « massification », c'est à la façon du loup qui se fait agneau ou berger pour mieux manger les moutons. La compréhension n'est qu'indulgence passagère; vient toujours le moment où le compagnon de plaisir redevient prédicateur impitoyable.

O intelectual pode ser compreensivo, mas nunca se despoja da sua verdadeira natureza, e quando se “massifica” para falar de “massificação”, é como o lobo que se torna cordeiro ou pastor para melhor. (estaria aqui Bourdieu falando do intelectual que se transforma em homem midiático) A compreensão é apenas uma indulgência passageira; sempre chega o momento em que o companheiro do prazer volta a ser um pregador impiedoso.

Le prophète a pu flatter un moment, c'était pour mieux fustiger.

« Edgar Morin, écrit Claude Brémont, s'en prend avec véhémence aux moralistes moroses de l'autre culture, mais il ne suffit pas de les condamner pour innocenter la culture de masse. Les cultures antérieures trompaient l'homme par d'illusoires promesses d'immortalité.

O profeta foi capaz de lisonjear por um momento, apenas para castigar melhor. “Edgar Morin”, escreve Claude Brémont, “ataca veementemente os moralistas taciturnos da outra cultura, mas não é suficiente condená-los para exonerar a cultura de massa. As culturas anteriores enganaram o homem com promessas ilusórias de imortalidade.

Celle-ci aide l'homme à se mentir *». Anticipation du Jugement Dernier ou interrogation aux frontières indécises de l'ontologie et de l'axiologie, au bord du « gouffre nihiliste où se sont effondrées les grandes transcen-dances 5 », c'est toujours le ton de la prophétie.

Isto ajuda o homem a mentir para si mesmo. Antecipação do Juízo Final ou interrogação nas fronteiras indecisas da ontologia e da axiologia, à beira do “abismo nilista onde ruíram as grandes transcendências 5”, este é sempre o tom da profecia

Le distinguo répugne à l'esprit prophétique. La massmédio-logie parle des mass media comme du Paraclet et cette entité générique ramasse en elle, les multipliant l'une par l'autre, les efficacités particulières des êtres qu'elle subsume. On emprunté à la rhétorique sacrée la figure la plus forte de sa logomachie, la dénomination vague et effrayante : mass media, « moyens de communication de masse ». Entre gens entendus, les initiales pour initiés, « c.d.m. », proposent une évidence qui suppose le refus de l'attitude analytique. Par l'efficace terroriste de leur nom, « les moyens de communication de masse » condamnent sans appel les individus massifiés à la réception massive, passive, docile et crédule

A distinção é repugnante ao espírito profético. A mediologia de massa fala dos meios de comunicação de massa como o Paráclito e esta entidade genérica reúne em si, multiplicando-as uma pela outra, as eficiências particulares dos seres que engloba. Tomamos emprestada da retórica sagrada a figura mais forte da sua logomaquia, o nome vago e assustador: meios de comunicação de massa, “meio de comunicação de massa”. Entre as pessoas compreendidas, as iniciais dos iniciados, “c.d.m.” », propõem evidências que pressupõem a recusa da atitude analítica. Pela eficácia terrorista do seu nome, “os meios de comunicação de massa” condenam sem apelo os indivíduos em massa à recepção massiva, passiva, dócil e crédula

Les mass media peuvent bien véhiculer les messages les plus divers et rencontrer les audiences les plus inégalement réceptives, les massmédilogues, jouant de l'effet de halo se contentent de réveiller le modèle archétypal du conditionnement par l'image publicitaire. Toute sociologie qui voudrait réintroduire une évaluation modeste du phénomène dans ses nuances et ses limites est d'avance récusée comme science bureaucratique qui s'attache à la lettre de la société plutôt qu'à l'Esprit du Temps

Os meios de comunicação de massa podem transmitir as mais diversas mensagens e atingir as audiências mais desigualmente receptivas; os mass medialogistas, jogando com o efeito halo, contentam-se em despertar o modelo arquetípico de condicionamento pela imagem publicitária. Qualquer sociologia que queira reintroduzir uma avaliação modesta do fenômeno nas suas nuances e nos seus limites, é rejeitada antecipadamente como uma ciência burocrática que se liga mais à letra da sociedade do que ao espírito do tempo.

(aqui temos uma crítica de Bourdieu à linguagem dos meios de comunicação em massa – modelo arquetípico de condicionamento pela imagem publicitária – enquanto isso, se a sociologia quiser fazer uma avaliação dos meios de comunicação em massa, é rejeitada)

(a baixo uma citação)

Il n'y a pas de révolte anthropologique, pas d'Édipe, pas de Sphinx, pas de plongée vertigineuse dans le tui de l'existence, parce que tout s'y développe dans l'horizontalité [...]. Tristes fantômes de la transcendance, les critiques amers de l'Esprit du Temps sont plus aveugles que les aveugles dont ils sont les contempteurs; ils ignorent que ce qui est mort, ce n'est pas tellement Dieu qui a sa planque hors du monde, mais l'Etre »

(citação) final da pág 5Página

Não há revolta antropológica, não há Édipo, não há Esfinge, não há mergulho vertiginoso no mundo da existência, porque tudo se desenvolve horizontalmente [...]. Tristes fantasmas da transcendência, os amargos críticos do Espírito do Tempo são mais cegos que os cegos de quem são desprezados; ignoram que o que está morto não é tanto Deus que tem seu esconderijo fora do mundo, mas o Ser”

Página 6

Pour s'épargner la tâche mineure et mesquine de distinguer, au risque de les relativiser, les pouvoirs, les contenus et les publics de chaque système de diffusion et pour couper court aux interrogations impertinentes, on forge des concepts massifs et obscurs où s'anéantissent les différences. A des véhicules culturels particuliers, on substitue l'idée abstraite, et parfaite en son genre, de l'efficacité de masse. Dès lors, le tour est joué et les êtres particuliers, désignés seulement par et dans leur participation au genre suprême, bénéficient implicitement de toutes les propriétés du genre. Chacun accumule sur sa tête les prestiges ou les crimes de tous les autres 8. Le principe d'un tel amalgame, celui de la contagion magique, peut s'énoncer ainsi : toute chose qui participe d'un genre possède toutes les propriétés du genre et pour participer du genre il suffit d'en avoir une propriété. Sans doute, s'il venait à se trouver un

Para evitar a tarefa menor e mesquinha de distinguir, correndo o risco de relativizá-los, as competências, os conteúdos e as audiências de cada sistema de radiodifusão e para abreviar questões impertinentes, forjamos conceitos massivos e obscuros onde as diferenças são aniquiladas. (obs- mais uma vez aqui Bourdieu critica o intelectual acadêmico que homogeneiza pelo conceito de “massa” o público dos meios de

comunicação) Em lugar de veículos culturais específicos, substituímos a ideia abstrata, perfeita no seu gênero, de eficiência de massa. A partir de então, a peça é pregada e os seres particulares, designados apenas por e em sua participação na espécie suprema, beneficiam-se implicitamente de todas as propriedades da espécie. Cada pessoa acumula sobre sua cabeça o prestígio ou os crimes de todas as outras. (Obs – Aqui Bourdieu comenta em tom de crítica, mais uma vez, a forma homogênea de análise da questão da emissão e recepção do conteúdo transmitido pela mídia) O princípio de tal amálgama, o do contágio mágico, pode ser enunciado da seguinte forma: tudo o que participa de um gênero tem todas as propriedades do gênero e para participar do gênero basta ter propriedade dele. Sem dúvida, se ele encontrasse um

Pag 7

moyen de diffusion effectivement doté de tous les pouvoirs fantastiques dont on charge, à chaque détour de phrase, les mass media, ce serait bien l'arme psychologique absolue dont les chercheurs massmédiatiques ne peuvent encore, grâce au ciel, que rêver... Un mass medium qui, combinant toutes les vertus de tous les mass media particuliers, solliciterait indistinctement à tout instant, en tous lieux, la totalité atomisée des individus massifiés et solitaires, fascinés par la séduction « planétaire » d'images traumatisantes, de sons obsessionnels et de mythologies envoûtantes, « c'est comme une fourmi de dix-huit mètres avec un chapeau sur la tête, ça n'existe pas® ».

um meio de difusão realmente dotado de todos os poderes fantásticos de que estão encarregados os meios de comunicação de massa, seria de fato a arma psicológica absoluta com a qual os pesquisadores dos meios de comunicação de massa ainda podem, graças a Deus, apenas sonhar... Uma meio de comunicação de massa que, combinando todas as virtudes de todos os meios de comunicação de massa particulares, solicitaria indiscriminadamente a qualquer momento, em todos os lugares, a totalidade atomizada de indivíduos massificados e solitários, fascinados pela sedução "global" (obs -aqui Bourdieu critica o conceito de “comunicação de massas” pelas mesmas razões comentadas anteriormente.. essas análises restringem as individualidades) de imagens traumáticas, de sons obsessivos e cativantes mitologias, “é como uma formiga de dezoito metros com chapéu na cabeça, não existe®”.

En effet, pour rendre plausible la vision apocalyptique des masses, il fallait se donner la machine à fabriquer les masses, opération qui ne réussit infailliblement dans l'imagination de l'intellectuel, écrivain ou lecteur, que parce qu'il fabrique sa machine à fabriquer les masses à partir de l'image - attirante et repoussée - des masses fabriquées. A cette fin, il suffit de recourir, une fois encore, au principe de contagion : tous les êtres qui sont identiques sous un certain rapport étant identiques sous tout les rapports, tous les gens qui ont la télévision cessent d'être des hommes réels, donc divers, pour devenir des « télévionnaires » sans visage, êtres de raison qui permettent de déployer, dans le plein ciel de l' « anthropologie », le discours sacré sur les masses massifiées

Mas, nascido da imaginação, este hipocampelefantecamelos agrada a imaginação.

Com efeito, para tornar plausível a visão apocalítica das massas, foi necessário munir-nos da máquina para fabricar as massas, operação que infalivelmente tem sucesso na imaginação do intelectual, escritor ou leitor, apenas porque ele fabrica a sua máquina para fabricar as massas a partir da imagem – atrativa e repulsiva – das massas fabricadas. Para tanto, basta recorrer, mais uma vez, ao princípio do contágio: todos os seres que são idênticos em certo aspecto são idênticos em todos os aspectos, todas as pessoas que têm televisão deixam de ser homens reais, portanto diversos, para se tornarem “televisionários” sem rosto, seres de razão que permitem desdobrar, em pleno céu da “antropologia”, o discurso sagrado sobre as massas massificadas

Página 8

Mais qu'entend-t-on par la notion de « masse », entre toutes la plus massive? Ainsi, par une expression comme « moyens de communication de masse », veut-on nommer des moyens de diffusion dont le caractère essentiel est de toucher le plus grand nombre? Ce serait trop simple et du coup s'évanouirait la merveille qui hante la civilisation moderne. Le livre resterait même le « moyen de diffusion de masse » par excellence et il n'est pas encore de reportage ou d'émission qui ait eu l'audience de la Bible ou du Manifeste. S'agit-il de toucher massivement et continûment la « grande masse » ? L'École que l'on oppose aux mass media pourrait seule se targuer d'une « action de masse » véritable puisqu'elle peut seule répéter son message avec insistance et qu'elle dispose de surcroît de la coercition et de l'exercice.

Mas o que queremos dizer com a noção de “massa”, a mais massiva de todas? Então, com uma expressão como “meio de comunicação de massa”, queremos dizer que designamos meios de divulgação cujo caráter essencial é chegar ao maior número de pessoas possível? Seria demasiado simples e a maravilha que assombra a civilização

moderna desapareceria. O livro continuaria mesmo a ser o “meio de divulgação em massa” por excelência e ainda não há nenhuma reportagem ou emissão que tenha tido a audiência da Bíblia ou do Manifesto. Trata-se de atingir massiva e continuamente as “grandes massas”? Só a Escola que opomos aos meios de comunicação de massa poderia orgulhar-se de uma verdadeira “acção de massas”, uma vez que só ela pode repetir a sua mensagem com insistência e também tem acesso à coerção e ao exercício.

Aussi faut-il que le concept de « masse », pareil à une poupée russe, révèle d'inépuisables ressources de redoublement interne. Ce qu'on fait surgir, ce n'est plus seulement la portée exceptionnelle de la diffusion, - mesurable en heures d'écoute ou en récepteurs vendus -, c'est la nature même de la « culture » véhiculée : le moyen de communication est dit « de masse » parce qu'il communique massivement une « culture de masse ». Mais que faut-il entendre par « culture de masse », dès lors qu'on ne peut se contenter de la définir comme l'ensemble des messages diffusés par les « moyens de communication de masse » ? S'agit-il de la culture des « masses » c'est-à-dire du système des savoirs et des attitudes qu'on rencontre dans les « masses », opposées alors aux élites qui ont bénéficié de la culture scolaire ? Répondre affirmativement, c'est dire que les mass media donnent aux « masses » ce qui

O conceito de “massa”, tal como uma boneca russa, deve portanto revelar recursos inesgotáveis para a duplicação interna. O que trazemos à luz já não é apenas o alcance excepcional da radiodifusão - mensurável em horas de audição ou receptores vendidos - é a própria natureza da "cultura" veiculada: o meio de comunicação é chamado de "massa" porque comunica massivamente uma "cultura de massa". Mas o que devemos entender por “cultura de massa”, uma vez que não podemos simplesmente defini-la como o conjunto de mensagens difundidas pelos “meios de comunicação de massa”? Será a cultura das “massas”, isto é, o sistema de conhecimentos e de atitudes que encontramos nas “massas”, em oposição então às elites que beneficiaram da cultura escolar? (Obs – Aqui Bourdieu faz o questionamento sobre a possível oposição entre cultura das massas e a cultura escolar – seriam opositoras no sentido q a cultura de massa emburrece e a escolar enobrece?!) Responder afirmativamente é dizer que os meios de comunicação de massa dão às “massas” o que

Página 9

leur appartient déjà et le mystère de la « massification » disparaît 1. Il faut donc, sous peine d'hérésie, que la « culture de masse » soit en même temps ce qui advient culturellement aux « masses » du fait des mass media. Ce cercle logique engendre d'ailleurs en chacun de ses points autant de cercles qu'on voudra : les masses ne sont masses que comme destinataires massifiées d'une culture de masse massivement diffusée 12. La logique même de son propos interdit au massmédialogue d'immobiliser, Te temps de les définir, ces trois mots essentiels, mass media, masse et massification. Ayant trois concepts et deux mains pour les tenir, il ne lui reste que de jongler.

já lhes pertence e o mistério da “massificação” desaparece 1. (Boirdieu nega o questionamento anterior “A televisão me deixou burro demais”?!.. para ele, não!) É necessário, portanto, sob pena de heresia, que a “cultura de massas” seja ao mesmo tempo o que acontece culturalmente às “massas” como resultado dos meios de comunicação de massa. (a cultura de massa é reflexo do q ocorre na sociedade) Além disso, este círculo lógico gera em cada um dos seus pontos tantos círculos quantos se desejar: as massas são massas apenas como recipientes massificados de uma cultura de massa massivamente difundida 12. *A própria lógica das suas observações proíbe o massmedialogista de imobilizar, tempo para defini-las, estas três palavras essenciais, meios de comunicação de massa, massa e massificação. Tendo três conceitos e duas mãos para segurá-los, só falta fazer malabarismos.*

La définition circulaire, peu gênante tant que l'on se maintient sur les sommets, révèle ses contradictions quand il s'agit d'énumérer précisément ce que sont les mass media : on hésite alors entre deux critères, à savoir l'ampleur de la diffusion propre au véhicule et la qualité du contenu véhiculé. Faut-il-considérer seulement le tirage d'un livre (ou d'un genre de livres) pour décider de son appartenance à la catégorie des mass media? Les massmédialogues ne semblent pas. véhiculéavoir tranché la question puisqu'ils retiennent des ouvrages ou des genres, tels que « le roman populaire ou « la chansonnette », excluant des œuvres de littérature ou de musique savante ou demi-savante qui sont aussi « massivement » diffusées par le disque ou l'édition à bon marché. La définition complète du mass medium (toujours implicite) suppose donc, outre la « diffusion de masse », la « qualité de masse » du produit véhiculé

A definição circular, pouco incômoda enquanto nos mantemos nas cimeiras, revela as suas contradições quando se trata de elencar exactamente o que são os meios de comunicação social: hesitamos então entre dois critérios, nomeadamente a extensão da difusão específica do veículo e a qualidade do conteúdo transmitido. Deveríamos considerar apenas a circulação de um livro (ou de um género de livros) para decidir se ele pertence à categoria de mídia de massa? Os mass mediologistas não parecem fazê-lo, tendo resolvido a questão, uma vez que retêm obras ou géneros, como “o romance popular ou “a canção”, excluindo obras de literatura ou música erudita ou semi-erudita que também são “massivamente” divulgadas pelo disco ou pela edição barata. A definição completa de meio de massa (sempre implícita) pressupõe, portanto, além da “difusão em massa”, a “qualidade de massa” do produto veiculado.

Página 10

Alors que l'orthodoxie massmédilogique voudrait que la « qualité de masse » ne soit que le résultat d'une déduction a priori à partir du concept pur de « production de masse », le massmédilogue est forcé, chaque fois qu'il redescend sur le terrain de l'expérience, de ré-introduire des propriétés étrangères au concept, par exemple le caractère savant ou « de masse » qu'il admet comme attribut objectif de certaines œuvres culturelles. Ni sociologie, puisqu'elle garde la nostalgie de déduire a priori quand il faudrait seulement consulter l'expérience, ni théorie pure puisqu'elle laisse s'introduire le fait brut là où elle voudrait déduire, la massmédilogie est une métaphysique _ au sens kantien -, mais qui tourne mal.

Embora a ortodoxia da mídia de massa defenda que a “qualidade de massa” é apenas o resultado de uma dedução a priori do conceito puro de “produção em massa”, o massmediologista é forçado, cada vez que retorna ao campo da experiência, a reintroduzir propriedades estranho ao conceito, por exemplo o caráter erudito ou “de massa” que admite como atributo objetivo de certas obras culturais. Nem a sociologia, porque guarda a nostalgia de deduzir a priori quando bastaria consultar a experiência, nem a teoria pura, porque deixa que o facto bruto se apresente onde gostaria de deduzir, a mediologia de massa é uma metafísica _ no sentido kantiano - , mas o que dá errado.

Si la massmédilogie ne réalise pas les ambitions qu'elle proclame, elle atteint au moins la fin inavouée que toutes ses démarches trahissent, à savoir esquiver les questions terre à terre qui mettent en question son existence. Chaque moyen de communication ne découpe-t-il pas à l'intérieur de la « masse » des ensembles qui sont autant de publics d'un moment ? Et n'en est-il pas ainsi, non seulement de chaque moyen de communication, mais de chacun des contenus qu'il véhicule, depuis le théâtre télévisé par exemple, jusqu'à Paris-Club ou Inter-villes? Ces publics éphémères et fluctuants dont les chevauchements infinis découragent l'analyse, coïncident-ils, en tout ou en partie, avec des groupes sociaux réels?

Se a mediologia de massa não atinge as ambições que proclama, pelo menos atinge o fim não reconhecido que todas as suas abordagens traem, nomeadamente esquivar-se às questões práticas que põem em causa a sua existência. (Obs- aqui Bourdiei dá ênfase ao quê a mídia de massa consegue fazer, que é justamente ocultar as questões práticas que dão causa a sua existência: por que ela existe?) Cada meio de comunicação não se forma dentro dos grupos de “massa” que são tantos públicos de um momento? E não é assim, não só com cada meio de comunicação, mas com cada um dos conteúdos que transmite, do teatro televisivo por exemplo, ao Paris-Club ou ao Inter-villes? Será que estes públicos efémeros e flutuantes, cujas sobreposições infinitas desencorajam a análise, coincidem, no todo ou em parte, com grupos sociais reais?

Et si l'on constate qu'il n'en est pas ainsi, doit-on, sans autre examen, en conclure que ces groupes sont en voie de se fondre et de se confondre, ou bien qu'il faudrait, renversant la méthode, aller, en socio-logue, non plus des moyens de communication à leurs « audiences », mais des groupes sociaux aux systèmes de consommations culturelles qui les caractérisent ? Mais encore, qu'est-ce qui fait la différence entre la réception d'un programme de télévision et l'assistance à une représentation théâtrale, à un concert ou à un meeting? Si ces différents types de communication s'opposent de différentes façons et sous divers rapports les uns aux autres, ne s'opposent-ils pas aussi, tous en bloc, mais sous d'autres rapports, à l'ensemble des relations individuelles par des moyens de communication individuels, tels que le commérage dans la rue d'un village traditionnel, le bavardage à la terrasse d'un café ou le papotage dans une soirée mon-daine

E se percebermos que não é esse o caso, devemos, sem um exame mais aprofundado, concluir que esses grupos estão em processo de fusão e confusão, ou que seria necessário, invertendo o método, ir, como sociólogo, não Mais dos meios de comunicação para os

seus “públicos”, mas dos grupos sociais para os sistemas de consumo cultural que os caracterizam? Mas ainda assim, o que faz a diferença entre receber um programa de televisão e assistir a uma representação teatral, a um concerto ou a uma reunião? Se estes diferentes tipos de comunicação se opõem de diferentes maneiras e em diversas relações entre si, não se opõem também, no seu conjunto, mas noutras relações, a todas as relações individuais através de meios de comunicação individuais, como a fofoca no rua de uma aldeia tradicional, conversar na esplanada de um café ou conversar numa noite social

Página 11

Dans quelle mesure (qu'il faudrait mesurer) la différence dépend-elle du rapport numérique entre émetteurs et récepteurs ou bien de la qualité propre de la communication, de ses formes et de son contenu ? Si les expériences de celui qui émet et de celui qui reçoit un message individuel ou un message collectif, seul ou collectivement, diffèrent essentiellement, il faudrait dire en quoi et pourquoi, et tout particulièrement, à partir de quel seuil le nombre des récepteurs (selon le type de relation qu'ils entretiennent) en transforme la modalité. La différence ne tient-elle pas en effet à la structure du groupe dans lequel s'accomplit la réception ? On écoute la télévision chez soi, en famille, on se rend au théâtre, au concert ou à une réception, on participe à un meeting, on assiste à une cérémonie, on va au cinéma ou au match de football.

Até que ponto (o que deve ser medido) a diferença depende da relação numérica entre emissores e receptores ou da qualidade específica da comunicação, das suas formas e do seu conteúdo? Se as experiências de quem envia e de quem recebe uma mensagem individual ou uma mensagem colectiva, isoladamente ou colectivamente, diferem essencialmente, seria necessário dizer como e porquê, e em particular, a partir de que limiar o número de receptores (de acordo com o tipo de relacionamento que mantêm) transforma a modalidade. A diferença não se deve à estrutura do grupo em que acontece a recepção? Ouvimos televisão em casa, com a família, vamos ao teatro, a um concerto ou a uma recepção, participamos numa reunião, assistimos a uma cerimónia, vamos ao cinema ou a um jogo de futebol. (Bourdieu chama atenção para o interesse que o receptor tem em receber a mensagem vinda da TV – o receptor e a forma como ele

recebe a mensagem seria mais importante que o emissor) pergunta: isso segue assim num contexto de polarização?

Et. d'autre part, à quoi tiennent les types de créance et d'adhésion suscités par les différents moyens de communication, depuis le rapport de quasi face à face qui s'instaure dans la conférence, le théâtre ou le meeting, jusqu'à la communication en faux face-à-face, grâce à la suppression technique de l'espace et du temps, devant le cinéma, la radio ou la télévision ? L'attention et le sérieux investis, la croyance et la complicité consenties diffèrent-ils, et sous quels rapports, dans l'auditoire de la radio, du cinéma ou du meeting, chez les lecteurs du journal ou de Racine, du digest ou du magazine ? Pourquoi par exemple accorder (antérieurement à toute expérience) au faux face à face de la télévision un pouvoir de persuasion à nul autre pareil, affectant d'ignorer l'efficacité trop connue de la présence en chair et en os ? Et puis, le journal n'est pas le livre, le livre de poche n'est pas le livre de prix, le livre de prix n'est pas le prix Goncourt, le journal du matin n'est pas le journal du soir, Le Monde n'est pas France-Soir et même France-Soir n'est pas France-Dimanche 14. Et encore, l'attention accordée varie selon

E por outro lado, quais as razões dos tipos de credibilidade e adesão suscitados pelos diferentes meios de comunicação, desde a relação quase presencial que se estabelece na conferência, no teatro ou na reunião, até à falsa comunicação face a face, graças à supressão técnica do espaço e do tempo, diante do cinema, do rádio ou da televisão? A atenção e a seriedade investidas, a crença e a cumplicidade concedidas diferem, e em que aspectos, na audiência da rádio, do cinema ou da reunião, entre os leitores do jornal ou Racine, do resumo ou da revista? Por que, por exemplo, conceder (antes de qualquer experiência) ao falso face a face da televisão um poder de persuasão como nenhum outro, fingindo ignorar a tão conhecida eficácia da presença em carne e osso? E depois, o jornal não é o livro, o livro de bolso não é o livro de preços, o livro de preços não é o Prix Goncourt, o jornal da manhã não é o jornal da noite, o Le Monde não é o France-Soir e mesmo o France-Soir é não France-Dimanche 14. E, novamente, a atenção prestada varia dependendo

qu'on lit la page sportive, les petites annonces, le récit du dernier scandale, les bandes dessinées ou l'éditorial. Il y a mille manières de lire, de voir et d'écouter. Pourquoi vouloir déterminer « l'influence » des mass media par la mesure, étrangement bureaucratique, de la quantité d'information émise ou l'analyse de la « structure » du message. On peut sans doute mesurer au nombre et à la taille des caractères; ou à la disposition des titres, l'importance accordée à tel ou tel événement, mais a-t-on le droit d'en inférer que le lecteur ait accordé à cette information une importance proportionnelle aux millimètres carrés qu'elle occupait dans le journal ? Faut-il rappeler que la signification n'existe pas comme telle dans la chose lue, mais qu'elle a, ici comme ailleurs, la modalité de la conscience intentionnelle qui la constitue? La lecture superficielle porte peut-être en elle-même sa propre défense et l'écoute distraite transforme le discours du speaker en simple bruit, qui peut, dès lors, se mesurer en décibels.

quer lemos a página desportiva, os anúncios classificados, a história do último escândalo, as bandas desenhadas ou o editorial. Existem mil maneiras de ler, ver e ouvir. Por que querer determinar a “influência” dos meios de comunicação de massa pela medição estranhamente burocrática da quantidade de informação emitida ou pela análise da “estrutura” da mensagem? (obs- aqui Bourdieu joga meu trabalho no lixo.. pra quê focar no emissor se é a maneira que o receptor se dispõe q vai fazer a diferença?) Podemos, sem dúvida, medir isso pelo número e tamanho dos caracteres; ou a disposição dos títulos, a importância dada a este ou aquele acontecimento, mas teremos o direito de inferir que o leitor deu a esta informação uma importância proporcional aos milímetros quadrados que ocupava no jornal? Deveríamos lembrar que o significado não existe como tal na coisa lida, mas que tem, aqui como em outros lugares, a modalidade de consciência intencional que o constitui? A leitura superficial talvez carregue em si uma defesa própria e a escuta distraída transforma a fala do locutor em simples ruído, que pode, portanto, ser medido em decibéis.

Et pourquoi ignorer les protections dont s'arment les masses contre le déferlement massmédiatique ? Lieu commun de la conversation populaire ou petite-bourgeoise, la plaisanterie sur l'envoûtement qu'exerce la télévision conjure l'envoûtement autrement, mais non moins efficacement, que le discours intel-lectuel. N'arrive-t-il pas aussi que le plus massmédiatique des mass media désacralise un mass medium plus ancien ? P. Dani-nos n'est pas mauvais sociologue lorsqu'il fait observer que «les gens parlent de plus en plus au cinéma, ce qui est d'ailleurs assommant, et ça, c'est la faute de la télévision. Car ils ont

E porquê ignorar as protecções com que as massas se armam contra a onda dos meios de comunicação de massa? Lugar-comum nas conversas populares ou pequeno-burguesas, a piada sobre o feitiço exercido pela televisão afasta o feitiço de maneira diferente, mas não menos eficaz, do que o discurso intelectual. Não acontece também que a maioria dos meios de comunicação de massa profana um meio de comunicação mais antigo? P. Dani-nos não é um mau sociólogo quando observa que “as pessoas falam cada vez mais no cinema, o que na verdade é chato, e isso é culpa da televisão. Porque eles têm

Página 13

tellement pris l'habitude de parler devant leur écran qu'ils commencent à ne plus faire de différence entre le petit et le grand 15 ». Pourquoi enfin le message massmédiatique détien-drait-il, par essence, le privilège exorbitant de tromper inmanquablement les défenses de la personnalité qu'il assaille 16 ?

Pourquoi la débauche d'images et de sons, drogues orgiaques toujours plus corsées, épicées, cantharidées, conduirait-elle par la stupeur ou la transe, l'âme contemporaine à une renaissance magique 12? C'est bien là imagination de magiciens qui se plaisent à oublier que l'on ne peut, sans les désabuser, abuser quotidiennement ceux dont on abuse.

tão acostumados a falar na frente da tela que começam a não diferenciar mais entre o pequeno e o grande. Finalmente, porque é que a mensagem dos meios de comunicação de massa teria, em essência, o privilégio exorbitante de enganar inevitavelmente as defesas da personalidade que ataca? (em outras palavras: porque atribuir tanto poder à TV?)

Por que a devassidão das imagens e dos sons, as drogas orgíacas cada vez mais robustas, picantes, cantáridas, levariam a alma contemporânea, através do estupor ou do transe, a um renascimento mágico? Esta é realmente a imaginação dos mágicos que gostam de esquecer que não podemos, sem desiludi-los, abusar diariamente daqueles de quem abusamos.

Mais les intellectuels ont toujours peine à croire aux défenses, c'est-à-dire à la liberté des autres, puisqu'ils s'attribuent volontiers le monopole professionnel de la liberté d'esprit.

Lorsque la sympathie décisive n'est pas dirigée et contrôlée par la connaissance scientifique de son objet, l'intention, indubitablement sincère, de renoncer à opposer les divertissements d'élite aux distractions d'ilotes, s'achève dans un renversement du pour au contre qui ne peut s'apparaître comme tel : c'est au moment où l'on croit accorder tout le respect qu'on succombe au mépris le plus insidieux 18. Pour prouver le sérieux de son humanisme

Mas os intelectuais têm sempre dificuldade em acreditar nas defesas, isto é, na liberdade dos outros, uma vez que atribuem a si próprios o monopólio profissional da liberdade de espírito. (descendo o sarrafo nos sociólogos acadêmicos de novo) Quando a simpatia decisiva não é dirigida e controlada pelo conhecimento científico do seu objeto, a intenção, sem dúvida sincera, de renunciar a opor os entretenimentos da elite às distrações dos hilotas, termina numa inversão de prós e contras de alguém que não pode aparecer como tal: é no momento em que acreditamos estar a conceder todo o respeito que sucumbimos ao mais insidioso desprezo. Para provar a seriedade de seu humanismo

Página 14

on se croit tenu de prendre au sérieux ce que

'humanisme mandarinal tient pour futile, sans voir que pour prendre au sérieux — et parfois au tragique — la lecture des magazines, il faut cesser de prendre au sérieux les lecteurs des magazines lorsqu'ils disent leur accorder peu de sérieux.

Pourquoi, en effet, ignorer qu'ils croient sans doute moins aux mythologies chères aux sociologues des mythologies que ceux-ci n'y croient et, à coup sûr, beaucoup moins que les intellectuels, qui ont toujours besoin de mystifiés pour s'apparaître comme démystificateurs, ne croient qu'ils y croient ?

Mais les intellectuels ne sauraient concevoir générosité plus grande que de concevoir le peuple à leur image.

acreditamos que somos obrigados a levar a sério o que

O humanismo mandarim considera-o fútil, sem perceber que, para levar a leitura de revistas a sério – e por vezes tragicamente – devemos parar de levar a sério os leitores de revistas quando estes dizem que os levam pouco a sério.(aqui tem uma questão interessante: os acadêmicos levam a sério aquilo que o seu objeto de estudo pode

considerar fútil?! Se é considerado assim, ¿pr que levar a sério? - será que é quando se reconhece o efeito de uma comunicação de massa sistemática e persistente?)

Por que, de fato, ignorar que eles sem dúvida acreditam menos nas mitologias caras aos sociólogos das mitologias do que acreditam nelas e, certamente, muito menos que os intelectuais, que sempre precisam que pessoas mistificadas apareçam como desmistificadores, não acreditam que acreditam isto?

Mas os intelectuais não podem imaginar maior generosidade do que projetar as pessoas à sua imagem.

Pour songer à dénoncer la séduction déshonorante des œuvres de basse culture, pour s'obliger à l'indulgence bien intentionnée en sassant et ressassant l'idée de leur privilège ou pour entreprendre d'ennoblir ce que nombre de leurs pareils avilissent, il faut qu'ils aient prêté aux « masses » leur propre fragilité d'estomac, leur faiblesse de nerfs, leur vulnérabilité à l'érotisme ou, plus généralement, toute l'attitude intellectuelle en face de

'imaginaire 1º, Lorsque, sous le Second Empire, l'ouvrier Tollain déplorait les méfaits de ce qu'on appellerait aujourd'hui la « littérature de masse », il savait au moins, n'étant pas intellectuel, que le peuple a bon estomac: « pendant longtemps, écrivait-il, j'ai contemplé d'un œil inquiet le Gargantua littéraire au palais perverti par l'acide corrosif du roman populaire.

Para pensar em denunciar a sedução desonrosa das obras de baixa cultura, obrigar-se a uma indulgência bem-intencionada insistindo continuamente na ideia do seu privilégio ou comprometer-se a enobrecer o que muitos dos seus pares degradam, é necessário que ' atribuíam às “massas” a sua própria fragilidade de estômago, a sua fraqueza de nervos, a sua vulnerabilidade ao erotismo ou, mais genericamente, toda a atitude intelectual em relação

'imaginário 1º, Quando, no Segundo Império, o operário Tollain deplorou os delitos do que hoje se chamaria "literatura de massa", ele pelo menos sabia, não sendo intelectual, que o povo tem estômago bom: “há muito tempo ”, escreveu ele, “contemplei com olhar preocupado o Gargântua literário com o paladar pervertido pelo ácido corrosivo do romance popular.

Littérairement, le peuple possède un estomac d'autruche; sa constitution robuste est égale à son insatiable appétit : le monstre absorbe toujours mais il digère 20 ». Pour comprendre ce qui distingue l'attitude de l'intellectuel devant les œuvres culturelles, il faut rappeler cette image grossie et impossible de

'intellectuel intégral que propose Don Quichotte lorsque, au nom d'un rôle littéraire, il pourfend les marionnettes de Maître

Literalmente, o povo tem estômago de avestruz; a sua constituição robusta é igual ao seu apetite insaciável: o monstro absorve sempre mas digere 20". Para compreender o que distingue a atitude do intelectual em relação às obras culturais, devemos recordar esta imagem ampliada e impossível de "intelectual integral que Dom Quixote oferece quando, em nome de um papel literário, destrói os fantoches do Mestre, (está Bourdieu comparando o intelectual acadêmico ao Dom Quixote que enxerga coisas "fantasiosas" onde ninguém mais vê)

Página 15

Pierre : « Je vous assure, vous tous seigneurs qui m'écoutez, qu'il m'a semblé réellement, et en toute vérité, que ce qui se passait là se passait au pied de la lettre, que Mélisandre était Mélisandre, Don Gaïferos, Don Gaïferos, Marsilio, Marsilio, et Charlemagne, Charlemagne. C'est pour cela que la colère m'est montée à la tête et, pour remplir les devoirs de ma profession de chevalier errant, j'ai voulu donner aide et faveur à ceux qui fuyaient. C'est dans cette bonne intention que j'ai fait ce que vous avez vu ?. » Mais lorsque Don Quichotte, qui s'est pris assez. au jeu pour élever, au nom de la vraisemblance, des objections cuistres et saugrenues contre la naïveté du spectacle, vient interrompre le divertissement des autres par son éclat de pourfendeur de fictions, il fait figure, aux yeux des braves gens qui, sans être dupes un seul instant, avaient pu demeurer « pendus à la bouche de l'explicateur de merveilles 22 », de fou incompréhensible en sa crédulité comme en son incrédulité.

Pierre: "Garanto-vos, todos os senhores que me escutam, que realmente me pareceu, e com toda a verdade, que o que estava acontecendo ali estava acontecendo literalmente, que Melisandre era Mélisandre, Don Gaïferos, Don Gaïferos, Marsilio, Marsilio e Carlos Magno, Carlos Magno. Por isso a raiva subiu à minha cabeça e, para cumprir os deveres da minha profissão de cavaleiro andante, quis dar ajuda e favor aos que fugiam. Foi com essa boa intenção que fiz o que você viu » Mas quando Dom Quixote, que levou bastante. no jogo de levantar, em nome da plausibilidade, objeções grosseiras e absurdas contra a ingenuidade do espetáculo, chega a interromper o entretenimento alheio com seu brilhantismo de matador de ficções, ele se destaca, aos olhos das pessoas de bem que , sem se deixar enganar um só momento, conseguiu permanecer "pendurado na boca do

explicador de maravilhas ", um louco incompreensível na sua credulidade como na sua incredulidade.

Mais alors pourquoi le discours massmédiatique suscite-t-il immédiatement l'illusion de l'évidence ? Quel est le fondement de son pouvoir persuasif et de son haut rendement explicatif ?

La littérature consacrée aux malaises de la civilisation industrielle, aux moyens de communications ou aux loisirs « de masse », bref, à l'éternelle « modernité » doit sans doute son aura de vraisemblance au fait qu'elle réveille les expériences les plus courantes, celle des embouteillages de la place de la Concorde à six heures du soir, celle de la bousculade dans les gares au premier août, celle des repas où l'on cesse de parler pour regarder la télévision, expériences qui servent de tremplin

IMPORTANTE A PARTIR DAQUI..

Mas então porque é que o discurso dos meios de comunicação de massa dá origem imediatamente à ilusão do óbvio? Qual a base do seu poder persuasivo e do seu elevado desempenho explicativo?

A literatura dedicada ao mal-estar da civilização industrial, aos meios de comunicação ou ao lazer “de massa”, enfim, à eterna “modernidade” deve, sem dúvida, a sua aura de plausibilidade ao facto de despertar o mais comum, o dos engarrafamentos. na Place de la Concorde às seis da tarde, a dos empurrões nas emissoras no dia 1º de agosto, a das refeições onde paramos de conversar para assistir televisão, experiências que servem de trampolim

página 16

à une semi-compréhension par analogie 28. En vérité, et bien que ses prétentions soient autres, la massmédiologie ne fait que transposer en formules savantes les idées reçues du bavardage quotidien sur le malheur des temps, bavardage qui se prend pour ce qu'il est et que l'on trahit en prenant au sérieux les apparences de sérieux qu'il se donne : « Les temps sont durs mais ils sont modernes », « les temps sont modernes, mais ils sont durs »; et quand ce n'est pas « la faute de la bombe atomique », « c'est la faute de la télévision »²⁴. Ce ne sont que mots, mais au moins, on le sait, comme on sait, sans se déprendre de ce bavardage, s'en prendre ironiquement à sa platitude obligée, à ce chœur amoebée où chacun des locuteurs détient la moitié d'une demi-vérité.

a uma semicompreensão por analogia. Na verdade, e embora as suas afirmações sejam diferentes, a mediologia de massa apenas transpõe para fórmulas eruditas as ideias recebidas da conversa quotidiana sobre a desgraça dos tempos, conversa que se toma pelo que é. que traímos ao levar a sério a aparência de seriedade que ela se dá: “Os tempos são difíceis mas são modernos”, “os tempos são modernos, mas são difíceis”; e quando não é “culpa da bomba atômica”, “é culpa da televisão”. São apenas palavras, mas pelo menos sabemos, como sabemos, sem nos desvencilharmos desta tagarelice, atacando ironicamente a sua banalidade obrigatória, este coro améxico onde cada um dos oradores detém meia de meia verdade.

Si donc, en sa forme populaire comme en sa forme savante, le discours massmédiatique se passe de démonstration et échappe à la réfutation, s'il ne peut rencontrer l'incompréhension ou l'incrédulité, s'il peut rendre raison avec le même succès des phénomènes sociaux les plus divers, depuis la Folle Nuit de la Nation, jusqu'à l'exode des jeunes paysannes, c'est qu'il obéit à la logique de la magie. Il persuade parce que, enchaînement de signes à la fois vides de sens et prêts à accueillir toutes les significations, il peut sauver au moindre coût du silence consterné devant l'inexplicable. Ainsi, on nous rebat les oreilles avec « la jeune fille moderne », héroïne chère aux Hésiodos du nouvel Olympe, Europe enlevée par le taureau massmédiatique pour des aventures royales ou divines. Par un tour de bateleur on a escamoté l'essentiel : l'onirisme holly-woodien, le « divismo », l'identification vestimentaire ou cosmétique et toutes les formes, à peine modernes, du bova-risme, ne sont que les signes les plus extérieurs de changements

Se, portanto, tanto na sua forma popular como na sua forma erudita, o discurso mediático prescinde de demonstração e escapa à refutação, se não pode encontrar incompreensão ou descrença, se consegue dar razão com o mesmo sucesso dos mais diversos fenómenos sociais, desde o Noite Louca da Nação, para o êxodo das jovens camponesas, é que obedece à lógica da magia. Ela convence porque, uma série de signos ao mesmo tempo vazios de sentido e prontos para acomodar todos os sentidos, pode salvar ao mínimo custo o silêncio consternado diante do inexplicável. Assim, somos ensaiados com “a jovem moderna”, heroína querida pelos Hesíodos do novo Olimpo, a Europa raptada pelo touro mediático para aventuras reais ou divinas. Por um truque de um rolo compressor, fugimos ao essencial: o devaneio holly-woodiano, o “divismo”, a identificação indumentária ou cosmética e todas as formas pouco modernas de bovarismo, são apenas os sinais mais óbvios.

autrement importants 25; et c'est leur ôter le sens et l'existence que de les abstraire de leurs conditions d'existence sous prétexte de les constituer comme systèmes de significations autonomes.

Mais les concepts totalitaires des massmédilogues condamnent au paralogisme de la forme pars pro toto.

La vertu de l'explication par l'efficace du mana massmédia-tique tend à se nourrir d'elle-même, chaque nouvel usage bénéficiant de l'écho des usages antérieurs. On ne raisonne pas autrement (au moins jusqu'à preuve du contraire) lorsque l'on explique l'été pourri par la bombe atomique et lorsque l'on impute à la seule puissance des mass media les excès des fans de Johnny Hallyday, le dépeuplement des campagnes, les fantaisies de la coiffure féminine, l'ennui des écoliers sur leurs bancs, ou l'indifférence des « masses » devant la guerre d'Algérie

caso contrário, importante 25; e é privá-los de sentido e de existência abstraí-los de suas condições de existência sob o pretexto de constituí-los como sistemas autônomos de sentido.

Mas os conceitos totalitários dos mass medialogistas condenam-nos ao paralogismo da forma pars pro toto.

A virtude da explicação através da eficácia do maná dos meios de comunicação de massa tende a alimentar-se de si mesma, cada novo uso beneficiando do eco dos usos anteriores. (Obs- Trecho útil para comentar sobre a programação da Jovem Pan ao abordar certas temáticas: não se restringem a um debate ou a um programa só, mas se alimenta da repetição da abordagem e do tema) Não raciocinamos de outra forma (pelo menos até prova em contrário) quando explicamos o verão podre pela bomba atômica e quando atribuímos ao poder exclusivo dos meios de comunicação de massa os excessos dos fãs de Johnny Hallyday, o despovoamento do campo, a fantasias sobre penteados femininos, o tédio das crianças em idade escolar nos bancos ou a indiferença das “massas” face à guerra da Argélia

Systematisation par allusion et ellipse, ce logos a enfin tous les avantages de la modernité : il explique des phénomènes qui semblent dépourvus de précédents historiques par l'efficace

Sistematizado pela alusão e pela elipse, este logos tem finalmente todas as vantagens da modernidade: explica fenómenos que parecem desprovidos de precedentes históricos através de uma abordagem eficaz.

d'une cause sans précédent historique; surtout, le discours massmédiatique participe de l'atmosphère scientifique et de ses normes de crédibilité, les mass media, mana au goût du jour, portent la magie propre à une civilisation où la science, capable de fournir au plus ignorant la certitude qu'il existe quelque part une explication adéquate, risque du même coup de s'entourer d'un nuage de magie aux yeux de ceux qui n'ont accès à la rationalité scientifique que par procuration 27. Aussi le prophète de malheur joue-t-il sur le velours lorsqu'il menace les foules inconscientes des malheurs qu'elles s'attirent parce qu'elles ont le malheur de ne pas les apercevoir

de uma causa sem precedentes históricos; acima de tudo, o discurso midiático participa da atmosfera científica e de seus padrões de credibilidade, os meios de comunicação de massa, mana atualizados, carregam a magia específica de uma civilização onde a ciência, capaz de proporcionar ao mais ignorante a certeza de que ele existe em algum lugar uma explicação adequada, corre o risco de ser ao mesmo tempo rodeado por uma nuvem de magia aos olhos daqueles que só têm acesso à racionalidade científica por procuração. Também o profeta da desgraça brinca com veludo quando ameaça multidões inconscientes dos infortúnios que trazem sobre si mesmos porque têm a infelicidade de não vê-los

Installé dans l'ordre de la raison mythique il peut annoncer que « les temps sont venus » et que, mutation sans précédent, l'homo-loquens se transmue en homo-videns 29. Rien n'est plus facile, et il en a toujours été ainsi, que de convaincre les hommes qu'ils vivent une crise sans précédent. Si l'illusion du jamais-vu est de tous les temps, c'est qu'elle confère une noblesse à l'expérience collective en lui donnant la saveur du drame. Plus d'un étonnement moderne devant le monde moderne doit étonner l'historien. Renan voyait dans la nécessité où sont réduites les basses classes de jouir de la jouissance des autres une caractéristique des sociétés traditionnelles et fortement hiérarchisées

Instalado na ordem da razão mítica, pode anunciar que “chegaram os tempos” e que, numa mutação sem precedentes, o homo-loquens se transmuta em homo-videns 29. Nada é mais fácil, e ele sempre foi assim, do que convencer os homens de que estão a viver uma crise sem precedentes. Se a ilusão do nunca visto é de todos os tempos, é porque dá nobreza à experiência coletiva, dando-lhe o sabor do drama. Mais de um espanto moderno com o mundo moderno deve surpreender o historiador. Renan viu na *necessidade a que as classes mais baixas são reduzidas de desfrutar do prazer dos outros uma característica das sociedades tradicionais e altamente hierárquicas.*

Ce qui nous paraît là, rétroséctivement, assez naïf, c'est qu'il puisse se demander si les hommes se contenteront encore long-temps de ces plaisirs par delegation où les massmédilogues, combien plus naïfs, voient le trait spécifique de l'ânge mythologique.

O que nos parece, retrospectivamente, bastante ingénuo, é que ele poderia perguntar-se se os homens ainda se contentarão por muito tempo com estes prazeres por delegação onde os mass medialogistas, muito mais ingénuos, vêem o traço específico do anjo mitológico.

Il se pourrait que le message massmédiatique vienne satisfaire l'attente d'une théodicée sociale à un moment où les messages traditionnels ont cessé d'avoir cours. A la façon du Dieu des religions, la science s'est subdivisée en puissances de lumière et en puissances de ténèbre; parmi celles-ci, le pouvoir massmédiatique, réalité assez extérieure et supérieure à l'expérience pour être à l'abri de tout démenti fondé sur l'expérience, assez efficient pour rendre compte de tout ce qui ne va pas de soi dans l'expérience, était prédestiné au rôle de dieu méchant ou de démon imprévisible.

Pode ser que a mensagem dos meios de comunicação de massa venha a satisfazer a expectativa de uma teodicéia social num momento em que as mensagens tradicionais deixaram de ser válidas. Tal como o Deus das religiões, a ciência foi subdividida em poderes de luz e poderes de trevas; entre estes, o poder da mídia de massa, uma realidade suficientemente externa e superior à experiência para ser protegida de qualquer negação baseada na experiência, eficiente o suficiente para dar conta de tudo o que não é evidente na experiência, estava predestinado ao papel de deus do mal ou demônio imprevisível.

(um segundo subtópico do artigo começa aqui)

orchestrant des thèmes qui sont dans l'air du temps, les nouveaux prophetes peuvent se contenter d'évoquer, comme on évoque les esprits, les expériences elementaires de "l'homme de la rue". Figurant invisible et irremplaçable de l'argumentation mass mediatique. L'homo mass mediaticus se doit aux mass media et puisqu'ils sont censés investir l'univers, il se doit et leur doit d'être universellement investi. Ainsi à une puissance infinie d'agression répond une vulnérabilité également infinie

orquestrando temas sintonizados com os tempos, os novos profetas podem contentar-se em evocar, como evocamos os espíritos, as experiências elementares do “homem da rua”. Figura invisível e insubstituível na argumentação dos meios de comunicação de massa. o homo mass mediaticus deve isso aos meios de comunicação de massa e, uma vez que eles deveriam investir o universo, ele deve ser investido universalmente. Assim, um poder infinito de agressão responde a uma vulnerabilidade igualmente infinita.

Página 20

image d'Épinal transmuée en figure exemplaire de la misère humaine, cet homme sans qualités parce qu'il les a toutes transfigure en les accumulant les signes de la "modernité" que l'imagination commune manie en ordre dispersé, et le massmediologue peut lui faire porter, par le jeu du discours allusif, le poids de la prophétie apocalyptique. Prétexte à faire du grandiose avec des brimborions, des objet de science avec des banalites de toujours, l'homo mass mediaticus métamorphose tout ce qu'il absorbe: il suffit qu'il les apprenne en tournant un bouton ou en ouvrant un magazine pour que les divorces de vedettes ou les amours de princesses deviennent fragments d'une théogonie et qu'on ne puisse plus, sans impiété, leur attribuer la fonction du bon ragot de village.

imagem de Epinal transmutada numa figura exemplar da miséria humana, este homem sem qualidades porque as transfigurou a todas ao acumular os signos da “modernidade” que o imaginário comum maneja de forma dispersa, e o mass medialogista consegue transportar, através da peça do discurso alusivo, o peso da profecia apocalíptica. Pretexto para criar grandezas com brilhos, objetos de ciência com as banalidades do tempo, o homo mass mediaticus transforma tudo o que absorve: basta-lhe aprendê-los girando um botão ou abrindo uma revista para que os divórcios das estrelas ou do os amores das princesas tornam-se fragmentos de uma teogonia e não podemos mais, sem impiedade, atribuir-lhes a função de boa fofoca de aldeia.

ce n'est pas nous qui prêtons aux massmediologues l'ambition anthropologique. L'homo mass mediaticus, que tout leur discours suppose, est la vérité de L'anthropos que les mass media iraient réveiller, par delà toute les inégalités sociales: égaux devant les mass media. Livrée à l'analyse rationnelle, cette anthropologie n'est plus que l'ombre de la massmediologie et l'ombre d'une chimère reste une chimère, monstre aux orielles aux sent aux cent visages et aux
cent
voix.

não somos nós que atribuímos a ambição antropológica aos mass medialogistas. O homo mass mediaticus, que todo o seu discurso supõe, é a verdade do antropos que os meios de comunicação de massa despertariam, para além de todas as desigualdades sociais: iguais perante os meios de comunicação de massa. Entregue à análise racional, esta antropologia nada mais é do que a sombra da mídia de massa e a sombra de uma quimera permanece uma quimera, um monstro com bisbilhoteiros e sentidos com cem rostos e cem vozes.

Si, parfois, l'anthropos, abstraction d'une abstraction, paraît exister d'une existence autonome comme appétit de voir et de sentir, de jouir et de rêver, et semble par là préexister aux satisfactions que le font exister, cette appétence, qui est l'appétit de tous et de personne, n'est que l'homologue magique du mana massmediatique

Se, por vezes, o antropos, abstração de uma abstração, parece existir numa existência autônoma como apetite de ver e sentir, de desfrutar e de sonhar, e assim parece pré-existir às satisfações que o fazem existir, esse apetite, que é o apetite de todos e de ninguém, é apenas a contrapartida mágica do maná da mídia de massa

(salto de duas páginas que não estão no PDF)

Ainsi par exemple « le phénomène Soraya », ce n'est pas Soraya, ce n'est pas le système d'organisation qui produit la littérature sur Soraya, avec ses moyens, ses fonctions et ses intentions réels, ce ne sont pas les techniques de transmission de l'information sur Soraya, parmi lesquelles la moins importante n'est pas la simple conversation, ce n'est pas la réception différentielle de l'image de Soraya et les formes diverses que revêt cette image selon les publics, c'est le mythe autonomisé de Soraya qui se prête au traitement mythificateur. Prendre pour objet, soit les intentions implicites ou explicites des auteurs du message, les modèles conscients ou inconscients qui dirigent leurs choix techniques, esthétiques ou éthiques, soit les attentes ou les attitudes de ceux qui reçoivent le message, la modalité réelle de leur perception, leur fascination ou leur détachement, ce serait sans doute le bon sens.

Assim, por exemplo, “o fenômeno Soraya”, não é Soraya, não é o sistema organizacional que produz literatura sobre Soraya, com seus meios, suas funções e suas reais intenções, não são as técnicas de transmissão de informações sobre Soraya, entre as quais o menos importante não é a simples conversa, não é a recepção diferenciada da imagem de Soraya e as diversas formas que essa imagem assume dependendo do público, é o mito empoderado de Soraya que se presta a um tratamento mitologizante. Tome como objeto quer as intenções implícitas ou explícitas dos autores da mensagem, os modelos conscientes ou inconscientes que orientam as suas escolhas técnicas, estéticas ou éticas,

quer as expectativas ou atitudes de quem recebe a mensagem, a modalidade real da sua percepção , o seu fascínio ou o seu distanciamento, isso seria sem dúvida bom senso.

Mais ce serait aussi réduire à un vulgaire objet de science un prétexte providentiel à prestidigitacion prophétique. Les enchanteurs veulent s'épargner le désenchantement de découvrir que les rédacteurs et les photographes de Paris-Match, leurs confrères, mettent explicitement et méthodiquement dans leur message ce que l'analyse que l'on veut structurale, cette baguette magique, en fait surgir; s'épargner aussi le désespoir de constater que les lecteurs reprennent et comprennent cette intention objectivée. C'est donc le massmédologue qui vient interposer son nuage mythologique entre deux parties sans illusions

Mas isso também reduziria a um objeto vulgar da ciência um pretexto providencial para conjuração profética. Os encantadores querem poupar-se ao desencanto de descobrir que os editores e fotógrafos do Paris-Match, seus colegas, colocam explícita e metodicamente na sua mensagem o que traz à tona a análise que queremos estruturar, esta varinha mágica. também poupe-se do desespero de ver que os leitores captam e compreendem essa intenção objetivada. É portanto o massmedialogist que interpõe a sua nuvem mitológica entre dois partidos sem ilusões.

Mass media, ce n'est ni une chose ni une idée, ni une institution, ni une intention, ni un agent, ni un agi, c'est un ustensile sans utilisateur qui définit lui-même les règles de son utilisation, une manipulation sans manipulateurs, bref, un auto-maton spirituale, un Deus machina. Dès lors, le tour est joué, tout sujet historique étant évacué de l'histoire, on peut glisser

Os meios de comunicação de massa não são uma coisa, nem uma ideia, nem uma instituição, nem uma intenção, nem um agente, nem um ato, são um utensílio sem usuário que define ele mesmo as regras de seu uso. em suma, um autômato espiritual, uma Deus machina. A partir daí, o truque está pregado, qualquer sujeito histórico tendo sido evacuado da história, podemos escorregar

Ultima Página

dans le discours massmédiatique une philosophie de la manipulation sans qu'il soit besoin de nommer les manipulateurs, ce qui ferait surgir l'image refusée des masses manipulées parce que manipulables. En toute autre logique, il faudrait choisir entre la dénonciation révolutionnaire et la démission résignée. devant l'auto-intoxication des masses. Les mass media, force impersonnelle et personnalisée, omniprésente et localisée, et les masses,

potentialité d'action sans acteur historique, force agente et force agie, peuvent s'engendrer réciproquement parce qu'ils n'ont pas d'être distinct l'un de l'autre à la façon d'Aditi qui, selon le Veda, naquit de Daksa dont naquit Aditi.

Le syncrétisme est bien la dernière aventure de la dialectique 37.

En définitive, il apparaît que la prophétie massmédiate prend sa racine véritable, non point, comme elle veut le donner à croire, dans la découverte anticipée de nouveaux pouvoirs mais dans une vision pessimiste de l'homme, de cet Anthropos éternel, partagé entre Eros et Thanatos et voué aux définitions • négatives. Balançant entre la nostalgie du vert Paradis des civilisations enfantines et l'espérance désespérée des lendemains d'Apocalypse, les prophètes massmédiateurs proposent l'image déconcertante d'une prophétie à la fois tonitruante et balbutiante, parce qu'elle ne peut choisir entre l'amour proclamé des masses menacées de catastrophe et l'amour secret de la catastrophe.

no discurso dos meios de comunicação de massa, uma filosofia de manipulação sem necessidade de nomear os manipuladores, o que traria à tona a imagem rejeitada das massas sendo manipuladas porque podem ser manipuladas. Numa lógica completamente diferente, teríamos que escolher entre a denúncia revolucionária e a resignação resignada. diante da autointoxicação das massas. Os meios de comunicação de massa, força impessoal e personalizada, onipresente e localizada, e as massas, potencialidade de ação sem ator histórico, força agente e força atuada, podem gerar-se reciprocamente porque não têm um ser distinto. (obs- aqui temos uma dialética – fazemos os meios de comunicação em massa e ele nos faz?!) a maneira de Aditi que, de acordo com o Veda, nasceu de Daksa de quem Aditi nasceu.

O sincretismo é de fato a última aventura da dialética 37.

Em última análise, parece que a profecia dos meios de comunicação de massa tem a sua verdadeira raiz, não, como quer fazer acreditar, na descoberta antecipada de novos poderes, mas numa visão pessimista do homem, deste eterno Anthropos, partilhado entre Eros e Thanatos e dedicado a definições • negativas. Equilibrando-se entre a nostalgia do Paraíso verde das civilizações infantis e a esperança desesperada das consequências do Apocalipse, os profetas dos meios de comunicação de massa oferecem a imagem desconcertante de uma profecia que é ao mesmo tempo estrondosa e gaguejante, porque não pode escolher entre o amor proclamado das massas ameaçadas com a catástrofe e o amor secreto pela catástrofe.